

Pontifícia Universidade Católica
do Rio de Janeiro



Saulo da Silva Gama

**A categoria *actuosa participatio* na teologia
litúrgica de Joseph Ratzinger / Bento XVI: uma
reflexão histórico-sistemática.**

Tese de Doutorado

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do grau
de Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Teologia do
Departamento de Teologia da PUC-Rio.

Orientador: Prof. Antonio Luiz Catelan Ferreira

Rio de Janeiro

Abril de 2025

Pontifícia Universidade Católica
do Rio de Janeiro



Saulo da Silva Gama

A categoria *actuosa participatio* na teologia litúrgica de Joseph Ratzinger / Bento XVI: uma reflexão histórico-sistemática.

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Teologia do Departamento de Teologia do Centro de Teologia e Ciências Humanas da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Antonio Luiz Catelan Ferreira

Orientador
PUC-Rio

Fábio de Souza Balbino

PUC-Rio

Anderson Batista Monteiro

PUC-Rio

Maurizio Barba

Pontifício Ateneo Sant'Anselmo

Mauro Francisco dos Santos

PUC Goiás

Rio de Janeiro, 14 de abril de 2025.

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem a autorização da universidade, do autor e do orientador.

Saulo da Silva Gama

Mestre em Teologia Sistemático-Pastoral pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (2020). Bacharel em Teologia pela Faculdade de São Bento do Rio de Janeiro (2013), reconhecido pelo Pontifício Ateneu de Santo Anselmo em Roma. Bacharel em Filosofia pela Faculdade de São Bento do Rio de Janeiro (2009). É membro do grupo de pesquisa A teologia de Joseph Ratzinger e o Magistério de Bento XVI e da Sociedade Brasileira de Teologia Sistemática.

Ficha Catalográfica

Gama, Saulo da Silva

A categoria *actuosa participatio* na teologia litúrgica de Joseph Ratzinger / Bento XVI : uma reflexão histórico-sistemática / Saulo da Silva Gama ; orientador: Antonio Luiz Catelan Ferreira. – 2025.
182 f. ; 30 cm

Tese (doutorado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Teologia, 2025.
Inclui bibliografia

1. Teologia – Teses. 2. Liturgia. 3. Reforma litúrgica. 4. Actuosa Participatio. 5. Joseph Ratzinger. 6. Bento XVI. I. Ferreira, Antonio Luiz Catelan. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Teologia. III. Título.

CDD: 200

Para meus pais, Mariana e Degenair.
Pelo apoio e confiança.

Agradecimentos

À Deus, por ter me proporcionado a graça de avançar em seu conhecimento através dos estudos teológicos.

Ao meu orientador Professor Dr. Dom Antonio Luiz Catelan Ferreira, não somente pelas preciosas orientações que possibilitaram a produção desta pesquisa, mas principalmente pelo exemplo e pela amizade.

À minha família, pelo incentivo dado para o prosseguimento dos estudos teológicos.

À Sua Santidade, o finado papa Bento XVI, por sua entrega pela Igreja e consagração da vida pelo amor à Verdade revelada em Jesus Cristo.

Ao CNPq e à PUC-RJ pelos auxílios concedidos, sem os quais este trabalho não poderia ter sido realizado.

Aos professores do PPG-Teologia e funcionários do Departamento de Teologia da PUC-Rio, pela permanente disposição em colaborar com as necessidades dos alunos.

Aos Professores Dr. Anderson Batista Monteiro, Dr. Fabio de Souza Balbino, Dr. Valeriano dos Santos Costa, Dr. Maurizio Barba pela leitura do trabalho e participação na banca examinadora.

À arquidiocese do Rio de Janeiro, na pessoa de seu pastor, Dom Orani João Tempesta. A Comunidade Paroquial de São Francisco de Assis, onde exerço meu ministério sacerdotal.

Aos inúmeros amigos, que apoiaram o desenvolvimento desta pesquisa.

Resumo

Gama, Saulo da Silva; Ferreira, Antonio Luiz Catelan. (Orientador). **A categoria *actuosa participatio* na teologia litúrgica de Joseph Ratzinger / Bento XVI: uma reflexão histórico-sistemática.** Rio de Janeiro, 2025. 182p. Tese de Doutorado – Departamento de Teologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

O tema da presente pesquisa é a reflexão histórico-sistemática acerca da compreensão da categoria *actuosa participatio* à luz da teologia litúrgica de Joseph Ratzinger/Bento XVI. Este estudo está inserido nas atividades de pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Teologia da PUC-Rio, na área de concentração em Teologia Sistemático-Pastoral, linha de pesquisa Fé e Cultura, vinculada ao projeto A Teologia de Joseph Ratzinger e o Magistério de Bento XVI. O principal objetivo é investigar como o tema emerge no pensamento teológico de Joseph Ratzinger e no magistério de Bento XVI, a fim de verificar se sua teologia litúrgica está em consonância com a compreensão do tema no âmbito da teologia conciliar. Para alcançar esse objetivo, o estudo inicia com uma reflexão que busca resgatar o desenvolvimento histórico da categoria *actuosa participatio* ao longo da história do cristianismo. Em seguida, organiza-se em duas abordagens sucessivas: (1) a apresentação e análise dos textos litúrgicos ratzingerianos em que o tema da *actuosa participatio* é abordado; e (2) a análise desse tema dentro do magistério de Bento XVI. Essas abordagens possibilitam investigar como Joseph Ratzinger/Bento XVI compreendeu e desenvolveu o conceito ao longo de sua trajetória teológica e magisterial, com o objetivo de corroborar a hipótese de que a concepção de *actuosa participatio* presente em seu pensamento está em profunda consonância com a compreensão dessa categoria no contexto da teologia litúrgica do Concílio Vaticano II. O escopo desta pesquisa é contribuir para uma melhor divulgação e compreensão da teologia litúrgica de Joseph Ratzinger/Bento XVI.

Palavras-chave

Liturgia; Reforma litúrgica; *Actuosa Participatio*; Joseph Ratzinger; Bento XVI.

Abstract

Gama, Saulo da Silva; Ferreira, Antonio Luiz Catelan (Advisor). **The category *actuosa participatio* in the liturgical theology of Joseph Ratzinger / Benedict XVI: a historical-systematic reflection.** Rio de Janeiro, 2025. 182p. Tese de Doutorado – Departamento de Teologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

The theme of this research is a historical-systematic reflection on the understanding of the category *actuosa participatio* in light of the liturgical theology of Joseph Ratzinger/Pope Benedict XVI. This study is part of the research activities of the Graduate Program in Theology at PUC-Rio, within the concentration area of Systematic-Pastoral Theology, in the research line Faith and Culture, linked to the project The Theology of Joseph Ratzinger and the Magisterium of Benedict XVI. The main objective is to investigate how this theme emerges in the theological thought of Joseph Ratzinger and in the magisterium of Pope Benedict XVI, aiming to verify whether his liturgical theology aligns with the understanding of the theme within the framework of conciliar theology. To achieve this objective, the study begins with a reflection that seeks to trace the historical development of the category *actuosa participatio* throughout the history of Christianity. It then develops through two successive approaches: (1) the presentation and analysis of Ratzinger's liturgical texts in which the theme of *actuosa participatio* is addressed; and (2) the analysis of this theme within the magisterium of Pope Benedict XVI. These approaches enable an investigation into how Joseph Ratzinger/Pope Benedict XVI understood and developed the concept throughout his theological and magisterial journey, with the aim of corroborating the hypothesis that the conception of *actuosa participatio* present in his thought is in profound harmony with the understanding of this category within the liturgical theology of the Second Vatican Council. The scope of this research is to contribute to a better dissemination and understanding of the liturgical theology of Joseph Ratzinger/Benedict XVI.

Keywords

Liturgy; Liturgical Reform; *Actuosa Participatio*; Joseph Ratzinger; Benedict XVI.

Sumário

1. Introdução	12
2. Panorama histórico geral da categoria <i>actuosa participatio</i>	18
2.1. A vivacidade das assembleias litúrgicas do Novo Testamento	19
2.2. A participação ativa dos fiéis nas assembleias cristãs no período patristico	28
2.2.1. A era dos mártires (séculos II e III)	28
2.2.2. A era imperial	35
2.3. A decadência da participação da assembleia dos fiéis na Idade Média	39
2.4. A reforma tridentina e a extrema clericalização da liturgia	50
2.5. O Movimento Litúrgico do século XX e a retomada da categoria <i>actuosa participatio</i>	60
2.6. A centralidade da <i>actuosa participatio</i> no desenvolvimento da teologia conciliar	67
3. A compreensão de Joseph Ratzinger acerca da categoria <i>actuosa participatio</i>	76
3.1. A relação de Joseph Ratzinger com a reforma litúrgica do século XX	77
3.2. A reflexão de Joseph Ratzinger acerca <i>actuosa participatio</i>	86
3.2.1 O fundamento teológico da música sacra	88
3.2.2. Liturgia - Mutável ou imutável?	95
3.2.3. A transposição artística da fé	98
3.2.4. A questão acerca da estrutura da celebração eucarística	100
3.2.5. A vida cultural nas comunidades 15 anos depois do concílio	106
3.2.6. O Espírito da Liturgia: uma introdução	112
3.2.7. Os 40 anos da constituição sobre a sagrada liturgia	115
3.3. Considerações finais	121
4. A categoria <i>actuosa participatio</i> à luz do magistério de Bento XVI	124
4.1. De Ratzinger a Bento XVI: a jornada de um teólogo ao papado	125
4.2. A questão litúrgica no pontificado de Bento XVI	134
4.3. A categoria <i>actuosa participatio</i> a luz da Exortação Apostólica <i>Sacramentum Caritatis</i>	139
4.3.1. Autêntica participação	143
4.3.2. Participação e ministério sacerdotal	144
4.3.3. Celebração eucarística e inculturação	146
4.3.4. Condições pessoais para uma participação ativa	148
4.3.5. Participação dos cristãos não católicos	149
4.3.6. Participação através dos meios de comunicação	151
4.3.7. Participação ativa dos doentes	152
4.3.8. A solicitude pelos presos	154
4.3.9. Os migrantes e a participação na Eucaristia	155
4.3.10. As grandes concelebrações	157
4.3.11. A língua latina	158
4.3.12. Celebrações eucarísticas em pequenos grupos	160

4.3.13. A catequese mistagógica	160
4.3.14. A reverência à Eucaristia	163
5. Conclusão	165
6. Referências bibliográficas	174

Lista de Siglas e Abreviaturas

1Cor – Primeira carta aos Coríntios
2 Cor – Segunda carta aos Coríntios
1Pd – Primeira carta de São Pedro
2 Pd – Segunda carta de São Pedro
Am – Amós
At – Atos dos Apóstolos
CEC – Catecismo da Igreja Católica
CIC – Código de Direito Canônico
Cl – Carta aos Colossenses
Ef – Efésios
Fl – Carta aos Filipenses
Hb – Carta aos Hebreus
IGMR – Introdução Geral do Missal Romano
Is – Isaías
Jl – Joel
Jo – Evangelho de São João
Lc – Evangelho de São Lucas
LG – Constituição *Lumen Gentium*
Mc – Evangelho de São Marcos
Mt – Evangelho de São Mateus
Rm – Carta aos Romanos
SC – Constituição *Sacrosanctum Concilium*
UR – Decreto *Unitatis redintegratio*

*A melhor catequese é uma
liturgia bem celebrada.*

Bento XVI

1

Introdução

Entre as significativas transformações que moldaram o cenário teológico do século XX, destaca-se a renovação da liturgia, impulsionada pelo Movimento Litúrgico e consolidada no Concílio Vaticano II com a promulgação da Constituição *Sacrosanctum Concilium*. Essa reforma reposicionou a liturgia como elemento central da vida e da fé cristã, abordando-a a partir de uma perspectiva simultaneamente teológica e pastoral¹. Assim, ao superar o reducionismo de uma liturgia restrita a elementos estéticos, rubricistas e excludentes, a renovação litúrgica promoveu o resgate de sua dimensão teológica e comunitária, reafirmando a liturgia como “a fonte primeira e indispensável do espírito cristão”² e convocando os fiéis a uma participação piedosa, consciente e ativa³.

Nesse contexto, a categoria *actuosa participatio* consolidou-se como um dos pilares centrais do processo de renovação litúrgica do século XX, como destaca P. Jounel: “Precisamente para que esta participação seja mais fácil e mais frutuosa é que se torna necessária a restauração da liturgia”⁴. Ora, dada a relevância que o conceito *actuosa participatio* ocupa no contexto da reforma litúrgica, inúmeros estudiosos voltaram-se para esse tema, contribuindo significativamente para sua compreensão e, conseqüentemente, para o avanço da reflexão litúrgica. Entre os teólogos que se dedicaram ao aprofundamento dessa noção, destaca-se o alemão Joseph Ratzinger, posteriormente Papa Bento XVI, cuja contribuição teológica enriquece a compreensão de participação ativa, conferindo-lhe maior profundidade e amplitude.

Joseph Ratzinger figura como uma das personalidades influentes do panorama teológico contemporâneo. Desde sua atuação como perito no Concílio Vaticano II (1962-1965) até os dias atuais, observa-se um crescente interesse por sua vasta produção teológica, evidenciado pela criação de diversos organismos voltados ao estudo e à divulgação tanto de sua teologia quanto do Magistério de

¹ SILVA, J.A., A celebração do mistério de Cristo ao longo da história, p. 506.

² SC 14.

³ SC 48.

⁴ JOUNEL, P., Do concílio de Trento ao Vaticano II, p. 86.

Bento XVI⁵. Todavia, apesar do avolumamento de pesquisadores, nos últimos anos, em torno do pensamento ratzingeriano, devido a amplitude da produção teológica de Joseph Ratzinger, seu pensamento é ainda um campo vasto a ser descoberto e estudado.

De fato, ao fazer o levantamento bibliográfico dessa pesquisa, que – diga-se de passagem – versa apenas sobre uma pequena parcela do pensamento litúrgico do teólogo alemão, pôde-se verificar a extensão do material produzido pelo próprio autor. Pôde-se também averiguar a quantidade de material que se tem produzido sobre o seu pensamento. Não obstante, foi facilmente observado, que apesar do crescente número de importantes publicações que se debruçam sobre as reflexões teológicas/litúrgicas de Ratzinger, essas – quando postas em paralelo com volume de escritos produzidos pelo teólogo bávaro – são ainda modestas, de modo que conclui-se, que ainda o pensamento do teólogo alemão aparece necessitado de maior exploração.

Essa situação agrava-se quando trazida para o âmbito da língua de Camões, basta ao leitor fazer uma rápida pesquisa ou até mesmo correr o olho pela referência bibliográfica desse estudo para constatar a carência de pesquisadores de países lusófonos que se dedicam a estudar o assunto. Assim sendo, constitui uma alegre supressa a constatação de que esta pesquisa venha a colaborar com a divulgação da teologia litúrgica de Joseph Ratzinger/Bento XVI em ambiente de língua portuguesa.

O tema da presente pesquisa é a compreensão ratzingeriana acerca da categoria *actuosa participatio*. O que se busca – como objetivo principal – é examinar como Joseph Ratzinger entende e desenvolve essa categoria ao longo de sua trajetória teológica e pastoral, desde seus escritos como teólogo até seu magistério enquanto Bento XVI, de tal maneira, a contribuir para uma vivência mais autêntica e profunda da *actuosa participatio* no contexto litúrgico contemporâneo.

Ainda que se constate que a categoria *actuosa participatio* tenha sido amplamente refletida, no âmbito de diferentes autores e sob as mais diversas óticas

⁵ Dentre os organismos criados com o intuito de promover atividades de estudo e pesquisa sobre o pensamento teológico de Joseph Ratzinger, podem ser citadas o *Institut Papst Benedikt* (Alemanha) fundado em 18 de maio de 2007 pela diocese de Regensburg, a *Fondazione Vaticana Joseph Ratzinger* (Itália) erigida em 1 de março de 2010 e a *Sociedade Ratzinger Brasil* (Brasil) estabelecida na 55ª assembleia geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil em maio de 2017.

e perspectivas, é fato que o tema ainda não foi exaustivamente esclarecido, por exemplo, através de uma análise mais detalhada e sistemática do tema no conjunto dos escritos de Joseph Ratzinger/Bento XVI. Nesse sentido, o conceito permanece como um campo aberto para investigação acadêmica, oferecendo oportunidades para novas reflexões que integrem diferentes abordagens teológicas. Portanto, dada a importância que a categoria *actuosa participatio* exerce no modo atual de refletir a questão litúrgica, o presente trabalho justifica-se por sua relevância teológica, na medida em que contribui com a investigação de um tema teológico atual sob um ponto de vista específico. Assim, é possível identificar uma oportunidade para aprofundar a pesquisa, visando contribuir com a renovação da qual a teologia tem contínua necessidade.

O que inicialmente se pode apontar é que Joseph Ratzinger é um crítico da forma como o conceito *actuosa participatio* foi comumente entendido no período pós-conciliar. Segundo o teólogo alemão, após o Concílio, esse conceito “esteve sujeito a uma restrição fatal. Surge a impressão de que a participação ativa se daria somente onde houvesse uma atividade exterior detectável: discursos, cantos, pregações, assistência litúrgica”⁶. Destarte, apesar do posicionamento crítico, verifica-se uma profunda congruência entre seu pensamento e a teologia conciliar, pois, como afirma a Constituição *Sacrosanctum Concilium*, os fiéis são convidados a participar da ação litúrgica “com as melhores disposições interiores, que seu coração acompanhe sua voz, que cooperem com a graça do alto e não a recebam em vão”⁷.

A presente pesquisa será estruturada em cinco partes. Após a apresentação das motivações e dos objetivos deste estudo, feita nesta primeira parte do trabalho, a segunda parte será dedicada a traçar um panorama histórico geral da categoria *actuosa participatio*, explorando sua evolução ao longo da história do cristianismo. Na terceira parte, o foco estará na análise aprofundada dos escritos de Joseph Ratzinger, destacando como o tema da *actuosa participatio* emerge em seu pensamento ao longo de sua trajetória teológica. A quarta parte será destinada a demonstrar como o conceito foi desenvolvido e aplicado no magistério de Bento XVI. Por fim, a quinta parte apresentará as conclusões do estudo, sintetizando as principais descobertas e oferecendo reflexões sobre como a compreensão

⁶ RATZINGER, J., O fundamento teológico da música sacra, p. 521.

⁷ SC 11.

ratzingeriana da *actuosa participatio* pode contribuir para a vivência litúrgica na Igreja contemporânea.

A liturgia ocupou um lugar central no percurso de vida e na reflexão teológica de Joseph Ratzinger. Desde a infância, vivida entre os rios Inn e Salzach, ele foi profundamente marcado pela experiência litúrgica, fascinando-se com a beleza das celebrações, a riqueza das festas, a música sacra e a ornamentação das igrejas. Contudo, o que começou como um encantamento sensorial e espiritual foi ganhando profundidade teológica ao longo de sua formação, levando-o a afirmar: “A liturgia da Igreja tem sido para mim, desde a infância, a realidade central da minha vida”⁸.

Ora, dada a mudança significativa na forma de compreender e vivenciar a liturgia na época de Joseph Ratzinger, o primeiro capítulo desta pesquisa buscará apresentar um panorama abrangente do conceito de *actuosa participatio* ao longo da história do cristianismo. O objetivo é traçar sua evolução e/ou involução desde as comunidades cristãs primitivas até sua reafirmação na reforma litúrgica do Concílio Vaticano II. Para uma articulação mais clara do tema, o capítulo será estruturado em seis grandes blocos.

O estudo inicia nas comunidades primitivas, onde a liturgia era vivenciada de maneira comunitária, caracterizada pela participação ativa e consciente dos fiéis. Em seguida, avança para o período patrístico, marcado por assembleias litúrgicas dinâmicas e vivas, que expressavam o pleno envolvimento dos cristãos na celebração dos mistérios da fé. Contudo, com a institucionalização da Igreja na era constantiniana e, posteriormente, ao longo da Idade Média, observa-se uma crescente clericalização da liturgia. Nesse contexto, a celebração passou a se concentrar na ação do sacerdote, enquanto os fiéis foram gradualmente relegados a práticas devocionais individuais, muitas vezes desconectadas do cerne litúrgico.

O texto segue com a análise do Concílio de Trento, realizado no século XVI, que se debruçou sobre os desafios litúrgicos de seu tempo, particularmente diante das transformações e questionamentos provocados pela Reforma Protestante. Em resposta, o Concílio empreendeu uma reforma litúrgica que tinha como objetivos principais a preservação da unidade da Igreja e a integridade do rito romano. Para alcançar tais metas, foi enfatizada a uniformidade litúrgica, estabelecendo normas

⁸ RATZINGER, J., Prefácio ao primeiro volume dos meus escritos, p. 14.

claras e centralizadas que garantissem a consistência das celebrações em todas as comunidades cristãs. Ora, essa reforma, embora, tivesse a intenção de restaurar a autenticidade e a dignidade do culto, ela também trouxe consequências inesperadas. A ênfase em uma estrutura hierárquica e centralizada na condução das celebrações litúrgicas contribuiu para uma crescente distinção entre o clero e os leigos. Essa separação acabou por relegar os fiéis a uma postura mais passiva, limitando sua participação ativa nas celebrações e promovendo uma espiritualidade mais individualizada, frequentemente baseada em práticas devocionais privadas e desconectadas do núcleo comunitário da liturgia.

A narrativa avança para o século XX, com o surgimento do Movimento Litúrgico, que desempenhou um papel crucial no resgate da dimensão participativa e comunitária da liturgia. Esse movimento culminou no Concílio Vaticano II, que reafirmou a liturgia como a fonte e cume da vida cristã⁹ e restaurou a *actuosa participatio* como princípio fundamental para a prática litúrgica contemporânea. Dessa forma, o capítulo destaca como esse conceito foi compreendido, desafiado e reinterpretado ao longo dos séculos, evidenciando os esforços da Igreja para recuperar uma liturgia que seja inclusiva, comunitária e formativa, reafirmando seu papel central na vida de todo o Povo de Deus.

O segundo capítulo é dedicado à investigação da compreensão de Joseph Ratzinger sobre a categoria *actuosa participatio*. Para atingir esse objetivo, o capítulo é dividido em duas seções principais. Na primeira seção, de caráter introdutório, será apresentada a relação de Joseph Ratzinger com a reforma litúrgica do século XX. O propósito dessa parte é demonstrar a postura do teólogo alemão diante das mudanças ocorridas no campo litúrgico, evidenciando suas críticas, contribuições e perspectivas em relação às transformações promovidas pelo Concílio Vaticano II. Na segunda seção, será realizada uma análise detalhada do pensamento de Ratzinger sobre a categoria *actuosa participatio*, com base no estudo de seus textos em que o tema é abordado. O objetivo é compreender como essa categoria foi entendida e desenvolvida pelo teólogo ao longo de sua trajetória teológica, identificando seus principais argumentos e reflexões sobre a participação ativa dos fiéis na liturgia.

⁹ SC 10.

Finalmente, no último capítulo desta pesquisa, será analisada a abordagem da categoria *actuosa participatio* à luz do magistério de Bento XVI, explorando a relevância desse conceito em sua reflexão teológica e pastoral. Para atingir esse objetivo, o capítulo será dividido em três blocos principais. No primeiro bloco, será traçada a trajetória de Joseph Ratzinger desde sua atuação como teólogo até sua ascensão à Cátedra de Pedro como Bento XVI. Em seguida, será abordado a importância da liturgia no magistério de Bento XVI, evidenciando como esse tema ocupou um lugar central em suas preocupações pastorais e teológicas. Por fim, o terceiro bloco será dedicado à exposição do pensamento do Papa Bento XVI sobre a categoria *actuosa participatio*, com especial atenção à sua interpretação à luz da Exortação Apostólica *Sacramentum Caritatis*.

2

Panorama histórico geral da categoria *actuosa participatio*

A categoria *actuosa participatio*, emerge como elemento central da reforma litúrgica promovidas pelo Concílio Vaticano II. Estabelecida na Constituição *Sacrosanctum Concilium*, esse conceito propõe uma visão de Igreja em que cada fiel, em virtude de sua dignidade batismal, é chamado a envolver-se ativamente na celebração dos mistérios da fé¹⁰. No entanto, não se trata apenas de uma presença física, mas de uma participação que transforma a liturgia em uma experiência viva.

Ora, ao longo da história, a compreensão da liturgia passou por diversas transformações que, muitas vezes, distanciaram os fiéis da vivência comunitária, centralizando o culto na figura do clero e relegando os leigos ao papel de meros espectadores. No entanto, o Movimento Litúrgico do século XX e definitivamente o Concílio Vaticano II, com sua reforma litúrgica, procurou superar essa posição de passividade e restaurar o sentido originário da liturgia como cume e fonte da vida cristã. Ao enfatizar que a liturgia é uma ação de todo o povo de Deus, o Concílio convida cada cristão a participar de forma ativa, consciente e plena nas celebrações litúrgicas.

Este capítulo examina o desenvolvimento histórico da categoria *actuosa participatio*, que, embora tenha alcançado proeminência com a reforma litúrgica do Vaticano II, possui raízes e transformações que remontam aos primórdios do cristianismo. Desde o testemunho vivo das primeiras comunidades neotestamentárias e do período patrístico, passando pelo enfraquecimento da participação comunitária na Idade Média e pela visão clericalizante estabelecida no período pós-tridentino, até o impulso renovador do Movimento Litúrgico no século XIX, o conceito de participação ativa evoluiu significativamente. Esse desenvolvimento histórico reflete uma trajetória de redescoberta da liturgia como ação comunitária. A análise desse percurso revela não apenas as mudanças de perspectiva sobre o papel dos leigos na liturgia, mas também o aprofundamento da teologia da Igreja enquanto comunidade celebrante, reafirmando a liturgia como ação de todo o povo de Deus.

¹⁰CEC 1273.

2.1

A vivacidade das assembleias litúrgicas do Novo Testamento

Em relação à liturgia veterotestamentária, o culto cristão se evidencia no binômio continuidade-ruptura. O próprio Jesus, em seu ministério público, assumiu uma conduta mista em relação ao culto judaico. De um lado, observa-se em Jesus de Nazaré um perfeito cumpridor dos costumes religiosos do seu povo¹¹: frequenta o culto sinagoga, “segundo seu costume” (Lc 4,16; Mc 1,21; Mt 4,23; Jo 6,59), participa da vida religiosa do templo e das festas anuais de peregrinação do povo judaico (Lc 2,41-42; Jo 2,13; 5,1). De outro lado, Jesus introduziu mudanças significativas na compreensão e na prática da religião judaica de sua época, desafiando e modificando o culto do Antigo Testamento, como demonstra Xabier Basurko:

Jesus transgredir com frequência, inclusive de modo provocativo, essa ordem cultural de Israel, manifestando sua liberdade soberana sobre ela (a propósito do sábado, Mc 2,23-28; com relação aos ritos tradicionais de purificação antes das refeições, Mc 7,1s.). A razão desse comportamento de Jesus não reside no fato de as leis cultuais terem sido teoricamente revogadas, mas no fato de a ação libertadora de Deus querer fazer-se presente nesse momento preciso; por isso, também quando visita a sinagoga ou o templo, Jesus o faz para proclamar a palavra de Deus que nele se torna presente. Nas refeições habituais com todo tipo de pessoa – o gesto mais característico de Jesus – faz-se presente a acolhida e o perdão de Deus, sem nenhum rito nem liturgia penitencial¹².

Em contraste com uma formalidade cultural externa, meramente ritualística ou superficial, Jesus, à beira do poço de Jacó, introduz no diálogo com a samaritana, as premissas da liturgia cristã: um culto “em espírito e verdade” (Jo 4,23). Todavia, vale a pena destacar que o texto joanino não deve ser lido num sentido espiritualista-platônico, como se houvesse uma antinomia entre o culto exterior e interior ou a elevação de um em detrimento do outro. Antes, que seja um culto genuíno, sincero, baseado numa profunda comunhão com Deus e que abarque o ser humano na sua

¹¹ Referente à observância dos costumes judaicos, Jesus se move dentro da tradição profética ao enfatizar a importância da adoração verdadeira, da justiça e da misericórdia no ato cultual, enquanto crítica a hipocrisia e a formalidade vazia no culto religioso. Não que o culto veterotestamentário não exija por si o primado do espírito sobre o rito, mas que frequentemente Israel cedeu as tentações do mero formalismo ritual, desassociando-o das exigências que a aliança requer em relação à vida, como demonstram a crítica profética: “Este povo chega a mim com a boca e me glorifica com os lábios, enquanto seu coração está longe de mim, e seu culto a mim é preceito humano e rotina” (Is 29,13); “Rasgai os corações, e não as vestes” (Jl 2,13a); “Detesto e rejeito vossas festas, não me aplacam vossas reuniões litúrgicas; por mais holocaustos e ofertas que me trouxerdes, não os aceitarei, nem olharei vossas vítimas gordas” (Am 5,21-22).

¹² BASURKO, X., A vida litúrgico-sacramental da Igreja em sua evolução histórica, p. 45.

totalidade. Desse modo, entende-se que o “culto cristão é ‘novo’ porque não produz uma ação organizada à margem da vida, mas constitui a própria razão do ser cristão, isto é, cria homens que ‘vivem em Cristo’. A experiência de Cristo é a plenitude do culto cristão”¹³.

A originalidade do culto cristão, em contraste com a prática cultural veterotestamentária, reside no fato de que, enquanto no Antigo Testamento o foco estava frequentemente em rituais externos e observâncias legais, o Novo Testamento – sem negar a significância da ritualidade¹⁴ – dá ênfase à interioridade, destacando a importância do relacionamento pessoal com Deus (Rm 8,15-17), da transformação interior (Jo 3,7), da adoração genuína (Cl 3,1), da vida de oração e contemplação (Mt 6,6) e do papel vital do Espírito Santo na vida do crente (1Cor 12,3). Julián López Martín, ao abordar os aspectos fundamentais do culto cristão argumenta que “o culto novo é agora, com maior razão *interno e espiritual*, porque se desenvolve nos crentes sob a ação do Espírito Santo e é, antes de tudo, culto ‘no Espírito Santo e na verdade’”¹⁵.

Nesse sentido, as palavras de Jesus acerca da destruição do templo (Jo 2,19) e o rasgar do véu do santuário no momento da morte do Senhor (Mc 15,38) revelam para seus discípulos a superação do formalismo cultural, baseado num intercâmbio comercial com Deus¹⁶. A partir de agora, o culto a Deus é realizado em Cristo Jesus. Através de Jesus de Nazaré – crucificado “segundo a lei”, mas ressuscitado por Deus (At 2,23-24.37) – a barreira entre Deus e a humanidade foi removida, permitindo que os seres humanos se aproximem de Deus em um relacionamento de amor e intimidade. Assim sendo, o alicerce da reunião cúlrica do Novo Povo de Deus se dá agora no Ressuscitado, conforme é evidenciado na primeira carta de Pedro:

Ele é a pedra viva, rejeitada pelos homens, escolhida e estimada por Deus; por isso, aproximando-vos dele, também vós, entraís na construção de um templo espiritual e

¹³ AUGÉ, M., Liturgia, p. 32.

¹⁴ Nos escritos do Novo Testamento, a ritualidade não é rejeitada, mas integrada a uma visão mais abrangente de espiritualidade. Os rituais são valorizados como momentos sagrados que fortalecem a comunhão com o divino e a unidade com a comunidade de fé. Dessa forma, a importância dos ritos litúrgicos vai além da mera execução; eles visam inspirar e capacitar os fiéis a viverem os ensinamentos de Cristo em sua vida cotidiana. Assim, os rituais não são um fim em si mesmos, mas instrumentos espirituais que, ao serem incorporados na vida diária dos crentes, promovem uma fé viva e transformadora.

¹⁵ MARTÍN, J.L., A liturgia da Igreja, p. 88.

¹⁶ BASURKO, X., A vida litúrgico-sacramental da Igreja em sua evolução histórica, p. 46.

formais um sacerdócio santo, que oferece sacrifícios espirituais, agradáveis a Deus por meio de Jesus Cristo (1Pd 2,4-5).

Portanto, a ressurreição de Jesus é um acontecimento que cria novas estruturas cultuais, deslocando os antigos centros de reunião para estabelecer um novo foco: Cristo Ressuscitado. Antes associado a Jerusalém e ao Templo, o culto a Deus agora se concentra em uma pessoa viva, transcendendo assim limitações geográficas ou estruturas físicas específicas, como atesta Thierry Maertens:

O Senhor edifica, pois, um novo tipo de assembleia. Não será mais ao redor do Templo que se fará a reunião, mas na fé, ao redor de sua própria pessoa e no exercício de uma série de poderes senhoriais, que ele põe à disposição da assembleia cristã, como sejam a vitória sobre o pecado, a hierarquia, sinal visível da reunião, a refeição eucarística, expressão dessa reunião. Aos ritos do templo se sobrepõem, pois, sinais novos, mais espirituais. Sinais que não se podem decifrar, senão ao termo de uma incessante iniciação à fé, mas que são, “na verdade”, os sinais da presença do Senhor no meio dos seus, como o reunidor do seu povo¹⁷.

O acento cristológico do culto da Nova Aliança é tão bem definido nos escritos do Novo Testamento que, por um lado, se observa uma resistência na utilização de termos cúlticos habitualmente empregados nos ambientes pagãos e judaicos. Essa relutância se aplica, por exemplo, ao uso do substantivo *leitourgía*. Utilizado no mundo grego para indicar um serviço público ou uma obra realizada em benefício da comunidade, entre as quais pode-se incluir, no âmbito religioso, o culto aos deuses; e encontrado diversas vezes ao longo do Antigo Testamento para designar um serviço cultual prestado pelos descendentes de Aarão e de Levi, o termo *leitourgía* é quase inexistente nos textos neotestamentários. Das poucas vezes que aparece¹⁸, somente em At 13,2 a palavra liturgia pode ser tomada no sentido de culto. Ora, essa restrição não se dá por mero capricho linguístico do hagiógrafo, mas é carregada de uma intencionalidade precisa: diferenciar o culto cristão das categorias cúlticas dos ambientes pagãos ou judaicos.

Os cristãos não têm outro templo a não ser o corpo glorificado de Jesus, nem outro altar a não ser a sua cruz, nem outro sacerdote e sacrifício a não ser a sua mesma pessoa. (...) A obediência de Cristo, que se compromete até o fim no cumprimento

¹⁷ MAERTENS, T., Reúne o meu povo, p. 63.

¹⁸ Nos escritos neotestamentários o termo “liturgia” é mencionado apenas quinze vezes, em contraste com as cento e cinquenta ocorrências ao longo do Antigo Testamento, que demonstra uma significativa redução do vocábulo no Novo Testamento. Isto posto, vale ressaltar que nos textos neotestamentários a palavra “liturgia” abrange diversos significados: a) No sentido helênico de serviço público oneroso (Rm 13,6; 15,27; Fl 2,25.30; 2Cor 9,12; Hb 1,7.14); b) No sentido de culto sacerdotal do Antigo Testamento (Lc 1,23; Hb 8,2.6; 9,21; 10,11) c) No sentido de culto espiritual (Rm 15,16; Fl 2,17); d) No sentido celebrativo, como culto comunitário cristão (At 13,2).

da vontade do Pai, abre o culto cristão a categorias novas e originais. A atitude de Cristo se torna o novo e exclusivo modelo cultural¹⁹.

Por outro lado, verifica-se que, quando for necessário utilizar termos cultuais comuns a esses ambientes, os autores do Novo Testamento os utilizarão em um sentido novo e original. Assim sendo, ocorre uma cristologização dos termos cúlticos da antiga aliança: Cristo é o templo (Jo 2,19), o sumo e eterno sacerdote (Hb 2,17), oficiante do santuário (Hb 8,2), o único mediador (Hb 8,6), a oferenda (Ef 5,2), o cordeiro do sacrifício (Jo 1,29.36). No parecer de Xabier Basurko, essa cristologização revela que “é Cristo a realidade íntima e perene da celebração litúrgica e que, em consequência, a liturgia é o exercício da fé e a epifania de Cristo na fé”²⁰.

A Igreja encontra sua origem e fundamentos no Mistério Pascal, onde a morte e ressurreição de Cristo não apenas redimem a humanidade, mas também estabelecem a comunidade dos crentes, tal como afirma a constituição *Sacrosanctum Concilium*: “Do lado de Cristo, morto na cruz, brotou o admirável sacramento da Igreja”²¹. Contudo, o mistério da Igreja se epifaniza na reunião assembleal, onde os fiéis se reúnem na unidade do Espírito Santo. Ora, o próprio termo *ekklèsia*, antes de adquirir um significado mais abrangente como a comunidade dos fiéis que residem em um local específico, originalmente no Novo Testamento, descreve a assembleia física dos fiéis reunidos em um mesmo lugar, de tal maneira que se pode afirmar que “a assembleia litúrgica é a forma fundamental e originária da Igreja, porquanto, através da assembleia, a Igreja diz a si mesma e ao mundo quem ela é, qual é sua finalidade, sua missão e sua tarefa na história”²².

Entre as práticas rituais da Igreja apostólica, a celebração da Eucaristia destaca-se significativamente nos escritos do Novo Testamento. Também conhecida como “fração do pão” (At 2, 42.46; Lc 24,35) ou “ceia do Senhor” (1Cor 11,20), essa celebração é recordada com especial relevância devido ao seu papel central na vida e na comunhão dos primeiros cristãos. Descrita por Salvatore Marsili como a “expressão máxima e mais característica do culto do Novo Testamento”²³,

¹⁹ AUGÉ, M., Liturgia, p. 32-33.

²⁰ BASURKO, X., A vida litúrgico-sacramental da Igreja em sua evolução histórica, p. 47.

²¹ SC 7.

²² BOSELLI, G., O sentido espiritual da Liturgia, p. 101.

²³ MARSILI, S., A eucaristia, p. 18.

a Eucaristia representa, indiscutivelmente, o ápice das assembleias litúrgicas cristãs. De fato, nos primórdios do cristianismo, o ato de “reunir-se em assembleia” significava, sobretudo, celebrar a Eucaristia²⁴. Sobre este aspecto, escreve Goffredo Boselli:

O propósito pelo qual os cristãos são convocados em assembleia é torna-se o corpo de Cristo: a transformação do pão e do vinho em corpo e sangue de Cristo, pela ação do Espírito Santo, não é, na realidade, a finalidade em si mesma, mas os dons são transformados, para que aqueles que deles comem se tornem aquilo que recebem. Esta é a dinâmica das duas epicleses, a epicleses sobre os dons e aquela sobre os que comungam. (...) Nessa dinâmica, o Espírito Santo continua incessantemente a reunir, num só corpo, os filhos de Deus dispersos²⁵.

Contudo, a participação na assembleia eucarística pressupunha a adesão ao mistério do Corpo de Cristo por meio do sacramento do batismo. Os numerosos textos batismais presentes no Novo Testamento (At 2,38; Rm 6,1-11; Cl 2,12-13, etc.) evidenciam a importância central que o rito do batismo tinha nas práticas litúrgicas das primeiras comunidades cristãs, pois “por meio dele, cada fiel era incorporado ao Corpo de Cristo, tornando-se também participante de sua união crismal”²⁶. Pedro, em sua segunda carta, revela o mistério da vocação à qual os batizados foram chamados: participar da natureza divina (2Pd 1,4). Ora, esse antigo ensinamento destaca a relevância da iniciação cristã no percurso de fé dos primeiros seguidores de Cristo. Ao passar pelas águas batismais, os crentes são incorporados ao Corpo de Cristo, tornando-se participantes da vida divina. O Catecismo da Igreja Católica também atesta esse aspecto, enfatizando a participação dos fiéis na vida divina e na comunidade dos fiéis por meio do batismo.

O batismo não somente purifica de todos os pecados, mas também faz o neófito “uma criatura nova”, um filho adotivo de Deus que se tornou participante da natureza divina, membro de Cristo e coerdeiro com ele, templo do Espírito Santo²⁷.

O batismo faz-nos membros do Corpo de Cristo. “Somos membros uns dos outros” (Ef 4,25). O Batismo incorpora à Igreja. Das fontes batismais nasce o único povo de Deus da nova aliança, que supera todos os limites naturais ou humanos das nações, das culturas, as raças e dos sexos: “Fomos todos batizados num só Espírito para sermos um só corpo” (1 Cor 12,13)²⁸.

²⁴ SANTANA, L.F.R., Liturgia no espírito, p. 179.

²⁵ BOSELLI, G., O sentido espiritual da Liturgia, p. 113.

²⁶ SANTANA, L.F.R., Liturgia no espírito, p. 183.

²⁷ CEC 1265.

²⁸ CEC 1267.

Ora, as assembleias litúrgicas, às quais os neófitos são incorporados, são descritas no Novo Testamento com uma vivacidade e vitalidade que refletem a profunda comunhão espiritual e comunitária dos primeiros cristãos. Dentre os inúmeros relatos de reuniões litúrgicas encontrados nos textos neotestamentários, a assembleia pentecostal do Cenáculo, “primeira em ordem de tempo e importância”²⁹, se sobressai não apenas por sua precedência temporal e relevância histórica, mas também por estabelecer o padrão para todas as autênticas celebrações litúrgicas. Esse evento, documentado nos Atos dos Apóstolos (At 2,1-47), não só inaugurou uma nova era na vida da Igreja, capacitando os discípulos para o testemunho de Cristo em meio ao mundo, mas também serve como um guia fundamental para a prática e vivência da fé em comunidade, tal como descreve Luiz Fernando Ribeiro Santana:

A assembleia pentecostal do Cenáculo, segundo a descrição de Lucas, não só se apresenta como a “primigênia”, como também é o paradigma de todas as autênticas reuniões litúrgico-cultuais e eucarísticas. Plena de vitalidade, ela se mostra como total transparência e manifestação do poder do Espírito Santo. Nela, podemos reconhecer tanto a ação memorial da obra da redenção realizada pelo Cristo como a presença do dado querigmático – aqui identificado no primeiro discurso proclamado por Pedro (At 2,14ss). A ação memorial e querigma passam a constituir os elementos nucleares do memorial eucarístico que a Igreja, a partir de então, passa a celebrar³⁰.

Assim sendo, Jerusalém é especialmente significativa por ser o local do Pentecostes, o ponto de partida da missão apostólica e o lugar escolhido por Cristo para o início da sua obra eclesial (At 24,47). Investida com a nobre responsabilidade de ser o primeiro sinal tangível da comunhão estabelecida pelo mistério pascal de Cristo, ela não apenas personifica a unidade e a fraternidade entre os crentes, mas também representa o modelo a ser seguido por todas as outras comunidades cristãs. Devido à sua importância histórica e seu significado espiritual, o livro dos Atos dos Apóstolos “esmera-se por apresentar a Igreja de Jerusalém como protótipo de todas as outras igrejas, evidenciando elementos teológicos e uma dinâmica espiritual que sustentam sua koinonia”³¹.

Em At 2,42.44-45, são apresentados de forma clara e vívida os pilares que norteavam e sustentavam a fé da comunidade cristã primitiva de Jerusalém: “Eram assíduos em escutar o ensinamento dos apóstolos, na solidariedade, na fração do

²⁹ LATORRE, J., La asamblea litúrgica en la Biblia, p. 10. (tradução nossa).

³⁰ SANTANA, L.F.R., Liturgia no espírito, p. 180.

³¹ COLA, G.C., O sacramento-assembleia, p. 43.

pão e nas orações (...). Os fiéis estavam todos unidos e possuíam tudo em comum, vendiam bens e posses, e os repartiam segundo a necessidade de cada um”. Esses elementos desempenhavam um papel crucial na formação espiritual e na união da comunidade, delineando sua identidade e propósito no mundo. Além disso, evidenciavam um ambiente de integração, vivência e participação tanto nas assembleias celebrativas quanto na convivência cotidiana da Igreja em Jerusalém, tal como escreve Gustavo Correa Cola:

A grande força irradiadora da mensagem cristã, ao que tudo indica, não era um proselitismo verborrágico, intelectualizado, teórico e, por isso, cinzento, mas a atração vibrante e envolvente de uma assembleia festiva, que se desdobra em convivência fraterna³².

Outro exemplo vibrante de assembleia litúrgica pode ser encontrado nas reuniões culturais da comunidade de Corinto. Paulo, ao se referir à Igreja de Corinto, enfatiza que ela foi enriquecida em todos os aspectos, a ponto de não faltar nenhum dom entre seus membros (1Cor 1,5.7). A presença e ação dos dons espirituais – profecias, curas, palavras de sabedoria, línguas espirituais, etc. – eram evidentes, enchendo suas assembleias litúrgicas com energia e dinamismo incomparáveis. Essa diversidade carismática contribuía para a edificação de uma comunidade entusiasmada, viva, fervorosa e participativa, como demonstra Gustavo Correa Cola:

As entrelinhas da Primeira Carta de Paulo aos Coríntios, especialmente os capítulos doze, treze e catorze, fazem-nos imaginar um ambiente assembleal muito vivaz, festivo e espontâneo, onde os batizados tomavam parte efetiva na dinâmica cultural. Cada um, sentindo-se impelido interiormente, manifestava livremente seu dom, fosse como pregação, profecia, canto ou locução em línguas desconhecidas (...). Há de se pensar, portanto, no “espetáculo de uma vitalidade abundante”, em que a mais rica diversidade dos carismas invista as assembleias litúrgicas de um colorido fascinante³³.

A despeito da vitalidade e do dinamismo que permeavam as assembleias litúrgicas da comunidade de Corinto, frequentemente surgiam rivalidades e competições, que minavam sua unidade, beleza e harmonia. Esses conflitos emergiam quando alguns crentes atribuíam uma importância excessiva ao seu próprio chamado e a dons específicos, em detrimento dos outros membros e carismas da comunidade. Paulo identifica claramente essa problemática e

³² COLA, G.C., O sacramento-assembleia, p. 44.

³³ COLA, G.C., O sacramento-assembleia, p. 47.

compreende que essa mentalidade entra em conflito direto com o princípio fundamental de uma comunhão eclesial ativa, madura e consistente (1Cor 11,17).

Assim, o apóstolo se empenha em buscar um equilíbrio saudável: corrigir distorções decorrentes do individualismo, ao mesmo tempo em que reconhece e valoriza as autênticas diversidades presentes na comunidade de Corinto³⁴. Esse equilíbrio é crucial para garantir que a vitalidade e a riqueza das assembleias da Igreja de Corinto não sejam sufocadas, mas, pelo contrário, sejam enriquecidas. Ao promover essa harmonia entre correção e valorização das diferenças, não apenas se fortalece a unidade e a coesão dentro da comunidade, mas também se permite que sua vitalidade e diversidade prosperem, tornando suas reuniões ainda mais enriquecedoras e participativas.

Ao propor normas à comunidade de Corinto (1Cor 11,2-14,39), o apóstolo Paulo oferece um ensaio sobre a vida e a dinâmica da assembleia litúrgica nas primeiras comunidades cristãs. Assim, por exemplo, em 1Cor 11,2-16, Paulo aborda o papel das mulheres no contexto do culto cristão. E embora haja espaço para diferentes interpretações exegéticas desse texto, é crucial destacar o testemunho significativo deixado pelo apóstolo: nas assembleias litúrgicas cristãs, as mulheres participavam ativamente tanto na oração pública da assembleia quanto na manifestação da profecia durante tais reuniões (1Cor 11,5). Essa observação contrapõe-se às normas culturais da época, que frequentemente segregavam as mulheres ou limitavam seu envolvimento nos cultos, ao mesmo tempo que ressalta, nas assembleias litúrgicas das primeiras comunidades cristãs, a participação ativa de todos os crentes, independentemente do sexo. Sobre esse fato, testemunha Bart Denton Ehrman:

As mulheres desempenharam um papel de destaque nas Igrejas cristãs primitivas, incluindo aquelas associadas ao apóstolo Paulo (...). Outras cartas paulinas fornecem uma impressão semelhante do envolvimento ativo das mulheres na Igrejas cristãs. Em Corinto as mulheres eram membros pleno do corpo, com dons espirituais e a direito de usá-los. Elas participam ativamente do serviço de culto, oração e profecia, ao lado dos homens (1Cor 11, 4-6)³⁵.

Em 1Cor 14, Paulo oferece diretrizes detalhadas sobre o uso dos dons espirituais nas reuniões da igreja, sublinhando a importância da edificação e da compreensão mútua dentro da comunidade. Ele destaca que todos os dons,

³⁴ COLA, G.C., O sacramento-assembleia, p. 48.

³⁵ EHRMAN, B.D. The New Testament, p. 363. (tradução nossa).

incluindo a profecia e o falar em línguas, devem ser exercidos de maneira que beneficiem a congregação como um todo. Desse modo, o apóstolo encoraja a participação de todos, de forma que tudo seja feito decentemente e com ordem, para que todos possam ser edificados:

Quem fala uma língua misteriosa edifica a si mesmo; quem profetiza edifica a igreja. Eu gostaria que todos falásseis línguas misteriosas, mas prefiro que profetizeis. Quem profetiza é superior ao que fala uma língua misteriosa, a não ser que a interprete para a edificação da Igreja. Numa assembleia para instruir os outros prefiro dizer cinco palavras inteligíveis do que pronunciar dez mil misteriosa (1Cor 14,4-6.19).

Essa abordagem de Paulo em 1Cor 14 evidencia uma profunda preocupação com a promoção da unidade e do desenvolvimento saudável e participativo da comunidade cristã. São João Crisóstomo, ao comentar esse ensinamento apostólico, destaca o equilíbrio que Paulo propõe entre o uso dos dons espirituais e a necessidade de ordem e compreensão, visando garantir a edificação da comunidade.

A primeira ação serve só para a ostentação, a segunda traz muita vantagem. Em toda parte ele procura o que é útil à comunidade. Ora, o dom das línguas era estranho, mas o dom da profecia era habitual e antigo e outrora já fora concedido a muitos, enquanto aquele era então pela primeira vez; todavia não era muito cobiçado. Por isso, não o utilizava. Não quer dizer que não o tivesse, mas que buscava o que era mais vantajoso para todos³⁶.

Em suma, a carta de Paulo aos Coríntios revela o profundo envolvimento dos crentes nas assembleias litúrgicas, motivando o apóstolo a oferecer conselhos e normas para aprimorar sua organização. A preocupação do apóstolo com a participação dos fiéis aponta para uma atmosfera de comprometimento espiritual e interação comunitária, onde a troca mútua e o crescimento na fé eram altamente valorizados evidenciando, desse modo, a vitalidade e o dinamismo que existiam na comunidade cristã de Corinto.

Ora, a vitalidade pulsante do culto cristão se desdobra na experiência cotidiana dos fiéis. Nesse contexto, observa-se que o culto neotestamentário caracteriza-se pela convicção de que a prática religiosa não se limita à observância de rituais formais, mas se estende para além do momento assembleal, permeando as atividades diárias dos crentes. Paulo, ao introduzir o conceito de culto espiritual na carta aos Romanos, exorta os cristãos a não oferecerem apenas rituais externos,

³⁶ JOÃO CRISÓSTOMO, Comentário às cartas de São Paulo/2, p. 503-504.

mas suas próprias vidas como um sacrifício vivo e agradável a Deus: “Portanto, irmãos, rogo-vos pelas misericórdias de Deus que apresenteis o vosso corpo como sacrifício vivo, santo e agradável a Deus, que é o vosso culto racional” (Rm 12,1). Para o apóstolo, toda a vida cristã tem uma dimensão litúrgica: a de ser um culto espiritual agradável a Deus. Sobre esse aspecto testemunha Luiz Fernando Ribeiro Santana:

A nova oferta, com efeito, deve ser um sacrifício “vivente”, “santo” e “agradável a Deus”. Não mais se trata de coisas oferecidas (animais mortos), mas de pessoas (os batizados). Essa oferta não se limita a determinado momento (aquele sacrificial), mas é contínua e dinâmica, tal como é o próprio ritmo da vida. Significativa ainda é a exortação feita pelo apóstolo aos cristãos: “a que ofereçais vossos corpos” (*parastênai tà sómata hymon*). Ela se refere a toda a existência do homem na inteireza de suas relações: com Deus, consigo mesmo, com os outros e com o mundo. É como se o apóstolo afirmasse que a existência do batizado – em todos os seus níveis de relação – está destinada a ser um autêntico e contínuo culto de louvor a Deus. Nesse culto, o cristão é sacerdote e vítima, ao mesmo tempo³⁷.

Portanto, a forma como os primeiros cristãos vivenciavam sua fé revela claramente a importância vital que atribuíam à celebração cultural. Nos escritos do Novo Testamento, a organização das reuniões de culto é descrita de maneira inclusiva, onde os crentes compartilham a mesa eucarística e contribuem com seus diversos dons, refletindo desse modo, que as assembleias litúrgicas dos primeiros cristãos eram espaços participativos e enriquecedores, onde a interação comunitária e a edificação mútua eram altamente valorizadas. Ora, a dinâmica e o vigor das assembleias litúrgicas descritas pelo Novo Testamento servirão como fonte de inspiração e de desafio para as posteriores gerações cristãs. O testemunho deixado pelas assembleias litúrgicas do período neotestamentário constituirá um significativo legado acerca da participação dos crentes na ação litúrgica da Igreja.

2.2.

A participação ativa dos fiéis nas assembleias cristãs no período patrístico

1.2.1

A era dos mártires (séculos II e III)

Acolhendo as intuições neotestamentárias acerca das assembleias litúrgicas, os Padres da Igreja sentiram-se impelidos a aprofundar a reflexão teológica,

³⁷ SANTANA, L.F.R., Liturgia no espírito, p. 185-186.

moldando assim as experiências e percepções das comunidades apostólicas. Inspirados na vivência das primeiras comunidades, “os padres fazem-se mestres na arte de interiorizar e elaborar o conteúdo celebrado pela assembleia cristã, devolvendo à mesma assembleia, em forma mais compreensível e em novas categorias interpretativas, aquilo que lhes fora entregue em ‘estado ritual’”³⁸. Com isso, compreende-se que no período patrístico a dimensão litúrgico-celebrativa emerge como elemento central que une, vivifica e dá forma à comunidade dos crentes. A intensidade e a clareza da experiência vivida em torno da celebração litúrgica foram tão marcantes nessa época que levaram Stefano Rosso a afirmar: “Houve um tempo em que a liturgia era tudo”³⁹.

Um elemento fundamental e constantemente presente nas reflexões dos Padres acerca da assembleia litúrgica é a noção de *participatio*. Para eles, a participação no culto assembleal é o meio pelo qual a vida dos crentes é verdadeiramente transformada, como é evidenciado na Didaqué: “Reúnam-se com frequência para procurar o que convém a vocês. Porque de nada lhes servirá todo o tempo que vocês viveram a fé, se no último momento vocês não estiverem perfeitos”⁴⁰. Dada a importância desse tema para os Padres, entende-se a abundância de textos patrísticos que destacam a importância vital da participação dos fiéis nas reuniões litúrgicas, evidenciando que essa participação não era meramente uma formalidade, mas sim um atributo primordial da comunidade cristã no alvorecer do cristianismo. Sobre esse fato escreve José Raimundo Melo:

A função e o significado da assembleia cristã reunida para a celebração nos é atestado tanto na tradição do Novo Testamento, como nos documentos que descrevem a ação e a vida da Igreja na era patrística. Nessas assembleias iniciais, o povo não se comportava como frio ouvinte ou mudo espectador. Ao contrário, a sua participação viva, consciente e atuante constituía um elemento sem o qual a celebração não tinha sentido. O povo era sempre convocado por Deus para participar plenamente, em especial da eucaristia. E, na participação-resposta do povo, estava a razão de ser da assembleia reunida⁴¹.

Para compreender a relação entre a concepção de assembleia que emerge nos textos do Novo Testamento e sua recepção pela Igreja nos primeiros séculos, é basilar examinar os testemunhos deixados pelos padres e escritores eclesiásticos.

³⁸ COLA, G.C., O sacramento-assembleia, p. 53.

³⁹ ROSSO, S., Un popolo di sacerdote, p. 180. (tradução nossa).

⁴⁰ DIDAQUÉ, p. 356.

⁴¹ MELO, J.R., A participação da assembleia dos fiéis na celebração eucarística ao longo da história, p. 187.

Ao descreverem as práticas litúrgicas da época, esses autores evidenciam que, nas primeiras assembleias cristãs, os crentes não assumiam um papel de meros espectadores diante do culto celebrado. Pelo contrário, sua participação ativa, consciente e vibrante era essencial para conferir sentido e plenitude à celebração, tal como testemunha, Santo Inácio de Antioquia em sua carta aos Magnésios: “Reunidos em comum, haja um só espírito, haja uma só suplica, uma só esperança no amor, na alegria imaculada que é Jesus Cristo: nada é melhor do que ele”⁴².

Para aprofundar a compreensão acerca da *actuosa participatio* nas assembleias litúrgicas do primeiro milênio, é instrutivo começar pela *Didaqué*, um manuscrito situado temporalmente entre a geração apostólica e a Igreja pós-apostólica. Composta por dezesseis capítulos agrupados em três partes distintas, a *Didaqué* aborda temas fundamentais para a comunidade cristã. Um aspecto de particular interesse para esta pesquisa reside nas menções significativas à prática dos fiéis se reunirem em assembleias para participarem na ação litúrgica. Isso é especialmente evidente na passagem que trata da congregação dos fiéis para a celebração dominical:

Reúnam-se no dia do Senhor, para partir o pão e agradecer, depois de ter confessado os pecados, para que o sacrifício de vocês seja puro. Aquele que está em briga com seu companheiro não poderá juntar-se a vocês antes de se ter reconciliado, para o sacrifício que vocês oferecem não seja profanado”⁴³.

De acordo com a *Didaqué*, a participação na celebração eucarística só se torna verdadeiramente fecunda quando vivenciada em um contexto de perdão e reconciliação, onde as diferenças e hostilidades são superadas entre os membros da comunidade reunida. Sendo esse processo de reconciliação crucial para uma vida espiritual plena, o texto busca enfatizar a importância da purificação dos pecados por meio da participação no culto assembleal: “confesse a suas faltas na reunião dos fiéis, e não comece a sua oração com má consciência. Este é o caminho para a vida”⁴⁴. Assim sendo, o documento ressalta a importância de considerar a assembleia litúrgica como um lugar privilegiado, onde aqueles que dela participam podem experimentar o perdão dos pecados.

⁴² INÁCIO DE ANTIOQUIA, Inácio aos Magnésios, p. 93.

⁴³ DIDAQUÉ, p. 357.

⁴⁴ DIDAQUÉ, p. 350.

No início do segundo século, a reflexão teológica encontrou em Santo Inácio de Antioquia uma voz proeminente. Condenado às feras durante a perseguição movida por Trajano, Inácio foi o terceiro bispo, depois de Pedro, da Igreja de Antioquia⁴⁵. Conforme relatado por Eusébio de Cesareia em sua *História Eclesiástica*, durante sua viagem em direção ao martírio, Inácio de Antioquia escreveu cartas a várias comunidades cristãs. Em sua passagem por Esmirna, onde Policarpo era bispo, Inácio redigiu quatro cartas endereçadas respectivamente às igrejas de Éfeso, Magnésia, Trales e Roma. Posteriormente, de Trôades, ele enviou novas cartas, incluindo duas destinadas às igrejas de Filadélfia e Esmirna, e uma específica ao bispo Policarpo⁴⁶.

Dentre os temas abordados nas epístolas do bispo de Antioquia, emerge o tema da liturgia e, conseqüentemente, a importância da participação dos crentes nas assembleias litúrgicas. Em consonância com os ensinamentos da *Didaqué*, Inácio de Antioquia enfatiza a relevância da presença dos fiéis nas reuniões assembleais, ao mesmo tempo que adverte enfaticamente contra a negligência daqueles que não participam das assembleias litúrgicas, considerando essa falta como um sinal de orgulho perante Deus e uma privação da plena comunhão com Ele. Assim sendo, escreve o bispo de Antioquia:

Que ninguém se engane: quem não está junto do altar está privado do pão de Deus. Se a oração de duas pessoas juntas tem tal força, quanto mais a do bispo com toda a Igreja! Aquele que não participa da reunião é orgulhoso e já está por si mesmo julgado, pois está escrito: “Deus resiste aos orgulhosos”⁴⁷.

Na carta dirigida aos Efésios, Santo Inácio de Antioquia sublinha a crucial importância da reunião dos fiéis em assembleia para a celebração comunitária. Ele não apenas reconhece, mas enfatiza que a participação dos fiéis na assembleia transcende a mera formalidade, constituindo-se como uma necessidade imprescindível para o crescimento espiritual coletivo. Para o bispo de Antioquia, a assembleia dos fiéis, reunida em nome do Senhor, não apenas fortalece os laços fraternos entre os crentes, mas também se configura como uma poderosa força contra as potências do mal. Ele declara: “Esforçai-vos para vos reunir mais frequentemente, para agradecer e louvar a Deus. Quando vos reunis com

⁴⁵ JERÔNIMO, *De viris illustribus*, p. 21.

⁴⁶ EUSÉBIO DE CESAREIA, *História Eclesiástica*, p. 160.

⁴⁷ INÁCIO DE ANTIOQUIA, *Inácio aos Efésios*, p. 83.

frequência, as forças de Satanás são abatidas e sua obra de ruína é dissolvida pela concórdia de vossa fé”⁴⁸. Dessa maneira, os ensinamentos de Santo Inácio de Antioquia reverberam como um apelo contundente para que os fiéis participem ativamente na reunião cultural.

São Justino é outro distinto pensador cristão desse período. Proveniente do mundo da filosofia e convertido à fé cristã, utilizou os recursos filosóficos ao escrever uma série de apologias, com o objetivo de defender a nova religião das pesadas acusações dos pagãos e dos judeus, bem como de difundir a doutrina cristã em termos adaptados à cultura da época⁴⁹. Todavia, o legado deixado por São Justino nessas obras transcende a mera apologética, pois, ao discorrer sobre os fundamentos da fé cristã, ele fornece um valioso testemunho acerca da assembleia litúrgica na vida dos fiéis.

Nesse sentido, em sua *I Apologia*, redigida por volta do ano 150 e dirigida ao Imperador Antonino Pio, São Justino oferece um vislumbre da celebração eucarística sob uma perspectiva catecumenal, destacando que aqueles que passaram pela regeneração batismal estão aptos não apenas para serem contados entre os fiéis que compõem a comunidade de fé, mas também para participarem ativamente da assembleia litúrgica dos cristãos.

De nossa parte, depois que assim foi lavado aquele que creu e aderiu a nós, nós o levamos aos que se chamam irmãos, no lugar em que estão reunidos, a fim de elevar fervorosamente orações em comum por nós mesmos, por aquele que acaba de ser iluminado e por todos os outros espalhados pelo mundo inteiro. (...) Terminadas as orações, nos damos mutuamente o ósculo da paz. (...) Quando o presidente termina as orações e a ação de graças, todo o povo presente aclama, dizendo: “Amém”. Amém, em hebraico, significa “assim seja”. Depois que o presidente deu ação de graças e todo o povo aclamou, os que entre nós se chamam ministros ou diáconos dão a cada um dos presentes parte do pão, do vinho e da água sobre os quais se pronunciou a ação de graças e os levam aos ausentes. Este alimento se chama entre nós Eucaristia, da qual ninguém pode participar, a não ser que creia serem verdadeiros nossos ensinamentos e se lavou no banho que traz a remissão dos pecados e a regeneração e vive conforme o que Cristo nos ensinou⁵⁰.

Ademais, São Justino é amplamente reconhecido por sua célebre descrição da assembleia dominical nos primeiros séculos do cristianismo. No capítulo 67 de sua *I Apologia*, o autor oferece uma minuciosa narrativa acerca da celebração eucarística, destacando a importância do domingo como o dia em que os fiéis se

⁴⁸ INÁCIO DE ANTIOQUIA, Inácio aos Efésios, p. 86.

⁴⁹ BENTO XVI, Os padres da Igreja, p. 23.

⁵⁰ JUSTINO, I Apologia, p. 58.

reúnem para participar do culto cristão. Ora, a importância atribuída ao domingo, dia da ressurreição de Jesus, sublinha a conexão entre a liturgia e o mistério pascal, reforçando a ideia de que a participação na assembleia dominical é essencial para a vida espiritual dos fiéis e para a expressão da sua fé comunitária.

No dia que se chama do sol, celebra-se uma reunião de todos os que moram nas cidades ou nos campos, e aí se lêem, enquanto o tempo o permite, as memórias dos apóstolos ou os escritos dos profetas. Quando o leitor termina, o presidente faz uma exortação e convite para imitarmos esses belos exemplos. Em seguida, levantamos todos juntos e elevamos nossas preces. Depois de terminadas, como já dissemos, oferece-se pão, vinho e água, e o presidente, conforme suas forças, faz igualmente subir a Deus suas preces e ações de graças e todo o povo exclama, dizendo: “Amém”. Vem depois a distribuição e participação feita a cada um dos alimentos consagrados pela ação de graças e seu envio aos ausentes pelos diáconos. (...) Celebramos essa reunião geral no dia do sol, porque foi o primeiro dia em que Deus, transformando as trevas e a matéria, fez o mundo, e também o dia em que Jesus Cristo, nosso Salvador, ressuscitou dos mortos⁵¹.

Desse modo, ao descrever a celebração do culto cristão, São Justino revela que, nas assembleias litúrgicas dos primeiros séculos, os fiéis não atuavam como meros espectadores, mas como participantes ativos e conscientes. Conforme testemunha José Aldazábal, nessa célebre descrição da reunião dominical dos cristãos, “a participação da comunidade aparece bem clara: reúne-se, escuta as leituras e a homilia, reza as orações comuns, dá-se o beijo da paz (...), responde com seu ‘amém’ à oração presidencial e participa do pão e vinho eucarístico”⁵². Dessa forma, o relato de São Justino transcende a mera descrição de rituais e costumes das comunidades primitivas, oferecendo um retrato vívido da vitalidade e da participação dos fiéis nas assembleias litúrgicas.

Hipólito de Roma figura como um dos mais importantes pensadores do seu tempo, deixando um legado significativo para a reflexão teológico-litúrgica através de sua obra *Tradição Apostólica*. Esse manuscrito, venerado como uma das mais notáveis contribuições litúrgicas do século II, é uma compilação de normas canônicas que não apenas preserva a tradição eclesial, mas também delineia a maneira pela qual a Igreja primitiva expressava e celebrava sua fé. Segundo Johannes Quasten, após a *Didaqué*, a *Tradição Apostólica* “é a mais antiga e a mais importante das constituições eclesiásticas da antiguidade”⁵³.

⁵¹ JUSTINO, I Apologia, p. 59.

⁵² ALDAZÁBAL, J., A eucaristia, p. 143.

⁵³ QUASTEN, J., Patrologia, p. 437. (tradução nossa).

Um aspecto fundamental destacado na *Tradição Apostólica* é o valor inestimável da participação dos fiéis na vida da comunidade e em suas assembleias celebrativas. Para Hipólito de Roma, essa participação transcende a mera presença física, configurando-se como um engajamento ativo que permeia todos os aspectos da vida eclesial. Este engajamento inclui a escolha do novo bispo, as refeições comunitárias, a liturgia eucarística, os sacramentos de iniciação cristã, a comunhão dos fiéis e a oração coletiva. Sobre esse aspecto testemunha José Raimundo de Melo:

A participação na Igreja-assembleia carismática de forma concreta se faz notar, segundo a *Tradição Apostólica*, já na escolha do novo bispo (cap.2,4). Mas sua presença atuante não para aí, manifestando-se também na celebração do sacrifício eucarístico como oferta do povo elevada a Deus através da mão do bispo (cap. 3); nas refeições vespertinas da comunidade (cap. 25-30); na celebração dos sacramentos da iniciação cristã (cap. 21); na comunhão dos fiéis (cap. 22); na oração comunitária (cap. 35,41). Também o grupo dos cristãos desempenha um papel importante no recrutamento da comunidade (cap. 15) e na análise dos candidatos a serem admitidos no interior da mesma (cap. 20). Além disso, encontramos na *Tradição Apostólica* o testemunho de uma assembleia catecumenal distinta da assembleia dos fiéis⁵⁴.

Assim, ao examinar a *Tradição Apostólica* de Hipólito de Roma, torna-se evidente que a presença e o envolvimento dos fiéis são fundamentais para o desenvolvimento completo da vida eclesial. Esta ênfase não apenas exclui a ideia que a participação dos fiéis fosse um aspecto periférico, mas a reconhece como um elemento essencial que permeia toda a experiência cristã na comunidade primitiva. Assim sendo, Hipólito de Roma oferece uma visão em que a participação ativa dos fiéis não é uma mera formalidade, mas sim uma condição *sine qua non* para a autenticidade e a vitalidade da vida eclesial.

O manuscrito de Hipólito de Roma, portanto, apresenta-se não apenas como um conjunto de diretrizes litúrgicas e canônicas, mas também como um poderoso testemunho da vivacidade e do engajamento dos fiéis na construção e no florescimento da comunidade cristã. As normas e práticas descritas na *Tradição Apostólica* refletem uma Igreja em que cada membro desempenha um papel ativo. Esta visão integradora sublinha a importância de uma participação que envolve todos os fiéis, promovendo um sentido profundo de pertença e responsabilidade dentro da comunidade.

⁵⁴ MELO, J.R., A participação da assembleia dos fiéis na celebração eucarística ao longo da história, p. 195.

2.2.2

A era imperial

O alvorecer do século IV marca uma reviravolta significativa na posição dos cristãos em relação ao Império Romano. A nova fé gradualmente conquistou diversos estratos da sociedade romana, incluindo a classe dirigente. Dessa forma, a Igreja, outrora perseguida, viu-se transformada em religião oficial do Império. Esta mudança no *status* eclesial trouxe consigo tanto desafios quanto benefícios. Por um lado, surgiram inúmeros problemas, tais como a influência do paganismo no seio da comunidade cristã e as crescentes interferências políticas nos assuntos internos da Igreja⁵⁵.

Por outro lado, a nova liberdade para praticar a fé resultou em um aumento significativo no número de adeptos a fé cristã. Assim, oficialização da religião cristã permitiu a construção de igrejas, a organização de concílios e a disseminação mais ampla dos ensinamentos cristãos. A respeito desse florescimento eclesial, Eusébio de Cesareia escreve com entusiasmo, destacando a expansão da fé e o fortalecimento das comunidades cristãs.

Vimos os templos se erguerem novamente das ruínas a alturas indefinidas e receberem esplendor superior ao dos templos outrora destruídos (...) Foi-nos oferecido o espetáculo desejado e almejado por todos: festas de dedicações em cada cidade, consagrações de igrejas recém construídas, assembleias de bispos congregados para idêntica finalidade, concurso de fieis de longe e de toda a parte, sentimentos amigáveis de povo para povo, unidade dos membros do corpo de Cristo num sentimento harmônico⁵⁶.

No que tange à liturgia, este período assinala o pleno desenvolvimento das formas litúrgicas. Entre os fatores que contribuíram para esse avanço, destaca-se o surgimento das construções dedicadas ao culto cristão: as basílicas. Inicialmente realizadas em espaços domésticos conhecidos como *domus ecclesiae*, as reuniões litúrgicas da comunidade cristã nos primeiros séculos deram lugar a um novo cenário com o surgimento das imponentes basílicas constantinianas. Essas basílicas, grandiosas em sua arquitetura, foram capazes de acomodar a crescente assembleia da Igreja imperial, proporcionando um ambiente mais adequado e solene para as celebrações litúrgicas, tal como testemunha José Ariovaldo da Silva:

⁵⁵ BASURKO, X., A vida litúrgico-sacramental da Igreja em sua evolução histórica, p. 70.

⁵⁶ EUSÉBIO DE CESAREIA, História eclesiástica, p. 467-468.

Com a reviravolta constantiniana, a liturgia começa a sofrer profundas e duradouras mudanças e sua forma e compreensão. A celebração do mistério de Cristo assume novos e permanentes perfis. Em razão do número crescente de cristãos, as celebrações litúrgicas (sobretudo as presididas pelo bispo) passam das casas particulares aos amplos ambientes das basílicas. Com essa mudança a liturgia assume estilo cada vez mais régio, imponente e suntuoso⁵⁷.

A evolução no espaço celebrativo também resultou em uma transformação no sentido da própria celebração. Com a introdução das basílicas, a Eucaristia começou a perder a dimensão de uma congregação de irmãos reunidos ao redor da mesma mesa. Em vez disso, passou a assumir uma dinâmica mais hierárquica, na qual cada participante ocupava um lugar específico de acordo com sua posição na hierarquia eclesiástica. Essa mudança marcou o início de uma configuração que seria determinante para as assembleias cristãs subsequentes, estabelecendo uma divisão entre o clero e o povo. Assim sendo, a introdução de tais estruturas litúrgicas, embora proporcionasse um ambiente mais solene e adequado para as celebrações, também implicou em uma redefinição das relações dentro da comunidade litúrgica, evidenciando a hierarquia eclesiástica de forma mais acentuada.

Contudo, apesar das vastas mudanças eclesiais na era constantiniana e da crescente hierarquização das celebrações, que resultaram no progressivo declínio da participação dos fiéis nas assembleias litúrgicas, é importante ressaltar que a experiência litúrgica das comunidades antigas estavam imbuídas de um espírito sacerdotal e comunitário tão intenso que conseguiu prorrogar, por alguns séculos, a relevância da assembleia dos fiéis no culto cristão. Gustavo Correa Cola demonstra que, mesmo com as crescentes mudanças, as comunidades mantiveram um senso de participação e envolvimento que perdurou, preservando assim a essência comunitária da liturgia.

Percebe-se, até o século IX alguma continuidade no que se refere à consciência sobre a dimensão sacerdotal de todo o corpo eclesial. É bem verdade que, desde a oficialização imperial da Igreja, o declínio do protagonismo celebrativo da assembleia é constante e sempre mais evidente. Entretanto, a experiência litúrgica das comunidades antigas está eivada de um espírito sacerdotal e comunitário tão intenso, que se torna capaz de legar para mais alguns séculos, pelo menos a memória de um culto verdadeiramente comunitário e eclesial⁵⁸.

Portanto, embora revestida de solenidade, a celebração da liturgia manteve seu caráter comunitário. De acordo com José Aldazábal, mesmo nesse período, o

⁵⁷ SILVA, J.A., A celebração do mistério de Cristo ao longo da história, p. 470.

⁵⁸ COLA, G.C., O sacramento-assembleia, p. 67.

povo ouvia e compreendia as orações principais e as leituras, participam ativamente na oferta dos dons e comungam sob as duas espécies. Não obstante o rito de entrada tivesse sido solenizado, a liturgia da palavra ainda era conduzida com discrição e normalidade. As orações eram proclamadas pelo presidente de maneira simples, e todos as ouviam em silêncio⁵⁹. Robert Cabié também destaca a intensa participação do povo cristão nas assembleias do período constantiniano, observando que existem tantos exemplos dessa participação que se torna impossível apresentar um panorama completamente satisfatório.

A participação ativa do povo cristão nas assembleias marcou profundamente a vida da Igreja dos tempos constantinianos. Permaneceu sendo elemento importante nos séculos seguintes mesmo se algumas funções tendessem a ser tomadas por grupos de pessoas mais experimentadas, como as *scholae cantorum*. Suas manifestações são algumas vezes exageradas, a tal ponto que as homilias dos Padres, principalmente São João Crisóstomo, deverão apelar para a ordem e disciplina no decorrer das celebrações⁶⁰.

Outro testemunho notável sobre a participação dos fiéis nas assembleias litúrgicas desse período é encontrado no diário de viagem da peregrina Egéria. Documentando a vida litúrgica da comunidade de Jerusalém no final do século IV, Egéria oferece uma descrição vibrante e detalhada que revela o alto grau de envolvimento dos fiéis nas celebrações cultuais. Sua narrativa proporciona um vislumbre detalhado de como as práticas litúrgicas eram vivenciadas intensamente pela comunidade cristã. Ao se referir, por exemplo, aos ritos da Semana Santa, Egéria descreve uma assembleia em que todos os fiéis participam de forma diferenciada e qualificada:

Todos os dias, antes do canto do galo, todas as portas da Anastasis se abrem e todos os monges e virgens (monázontes e parthéne, como os chamamos aqui) descem, e não só eles, mas também os leigos, homens e mulheres, pelo menos aqueles que querem ficar acordados por mais tempo. Desta hora até o amanhecer, recitam-se hinos, respondem-se os salmos e antífonas e faz-se uma oração para cada hino. Dois ou três sacerdotes e também diáconos se revezam nos vários dias com os monges que recitam as orações de cada hino ou antífona. Quando começa a luz do dia, os hinos matinais começam a ser recitados. E aí vem o bispo com o clero, entra imediatamente na gruta e, de dentro dos portões, a primeira coisa que faz é uma oração para todos, ele mesmo lembra os nomes daqueles que quer homenagear e abençoa os catecúmenos. Depois ele faz uma oração e abençoa os fiéis. Depois, quando o bispo sai por dentro dos portões, todos se aproximam dele pela mão e, ao sair, ele os abençoa um por um e a despedida agora acontece pela manhã⁶¹.

⁵⁹ ALDAZÁBAL, J., A eucaristia, p. 178.

⁶⁰ CABIÉ, R., A eucaristia, p. 59.

⁶¹ EGÉRIA, Itinerarium. Apud. GIRARDI, L., Liyutgia e partecipazione, p. 25 (tradução nossa).

Dessa forma, os escritos de Egéria, repletos de entusiasmo contagiante, destacam a vivacidade da Igreja de Jerusalém, cuja comunidade não permanece alheia ou passiva diante do culto celebrado. A sua narrativa revela uma comunidade profundamente engajada, onde a participação ativa dos fiéis é evidente em todas as celebrações litúrgicas. Um aspecto notável é a preocupação em garantir que todos os presentes compreendam o que está sendo dito durante as celebrações, algo especialmente desafiador em um ambiente cosmopolita como Jerusalém.

Nesse sentido, Egéria expressa admiração pela maneira como a liturgia em Jerusalém se torna acolhedora e inclusiva. Ela destaca o serviço prestado por “irmãos e irmãs” que se dedicam a traduzir e explicar as partes da liturgia para garantir que a compreensão linguística seja acessível a todos os fiéis. Esse esforço para incluir todos os participantes reflete uma liturgia que busca evitar que alguém se sinta estranho ou excluído do que está sendo celebrado. A abordagem acolhedora e inclusiva da comunidade litúrgica de Jerusalém, conforme descrita por Egéria, sublinha a importância da participação ativa e consciente de todos os fiéis, promovendo uma experiência de culto verdadeiramente comunitária e acessível.

E como nesta província uma parte do povo conhece grego e siríaco, outra parte grego, outra parte apenas siríaco, então, dado que o bispo, mesmo que conheça siríaco, fala sempre em grego e nunca em siríaco, há sempre um padre que, enquanto o bispo fala em grego, traduz para o siríaco para que todos entendam o que está sendo explicado. Mesmo para todas as leituras que se fazem na igreja, já que têm que ser feitas em grego, há sempre alguém que traduz para o siríaco para o povo, para que possam sempre compreender. Para os latinos que estão aqui, ou seja, aqueles que não sabem nem siríaco nem grego, para que não se preocupem, a explicação é dada a eles também, porque há outros irmãos que falam grego-latino, que explicam para eles em latim⁶².

Portanto, todos esses exemplos não apenas documentam a prática litúrgica da época, mas também evidenciam a grande importância que os primeiros cristãos atribuíam às assembleias litúrgicas e como a participação ativa dos fiéis se manifestava nelas. As descrições de Egéria e outros relatos contemporâneos sublinham a vivacidade e o engajamento das comunidades cristãs nas celebrações, destacando a centralidade da participação dos fiéis nas assembleias litúrgicas. Esse envolvimento não era apenas uma formalidade, mas uma expressão essencial da vida e da fé comunitária.

⁶² EGÉRIA, *Itinerarium*. Apud. GIRARDI, L., *Liyutgia e partecipazione*, p. 28-29 (tradução nossa).

Todavia, à medida que a Igreja se expandia e se institucionalizava, algumas práticas litúrgicas se tornaram mais formais e menos participativas. José Aldazábal observa, por exemplo, que “os cantos foram sendo progressivamente assumidos pelo coral. Já não se fala da homilia nem da oração dos fiéis”⁶³. Desse modo, com o passar do tempo, começou-se a observar uma diminuição na participação dos fiéis em certos aspectos da liturgia. Elementos antes participativos começaram a ser delegados a grupos específicos, como o coral, os acólitos ou o clero, contribuindo para um constante e progressivo distanciamento entre os fiéis e a celebração litúrgica.

Por conseguinte, ainda que a centralização das funções litúrgicas pudesse assegurar uma maior uniformidade e qualidade técnica nas celebrações de uma Igreja imperial, ela também teve como efeito colateral o enfraquecimento da participação dos fiéis nas assembleias litúrgicas, resultando em um distanciamento entre os crentes e o culto. Nesse sentido, Matias Augé afirma que, embora culto cristão “nunca tenha deixado de ser um culto espiritual, não conseguiu se livrar das situações concretas do ambiente histórico, social e cultural no qual estava inserido”⁶⁴. A institucionalização e a formalização do culto, apesar de inevitáveis e muitas vezes necessárias, trouxeram consigo desafios significativos para a manutenção da vitalidade e da participação dos fiéis nas celebrações litúrgicas.

2.3

A decadência da participação da assembleia dos fiéis na Idade Média.

Conforme visto anteriormente, durante a época apostólica e na era dos Santos Padres, a participação dos fiéis nas assembleias celebrativas era considerada essencial para a constituição da comunidade cristã. Todavia, quando a “assembleia cristã vê-se obrigada a integrar em sua dinâmica litúrgica sensibilidades muito contraditórias, como o espírito passional e supersticioso dos povos indo-europeus e as formalidades cerimoniais da corte dos césores”⁶⁵, esse intenso envolvimento dos fiéis na ação litúrgica começou a sofrer um declínio significativo.

Essa “integração” enfraqueceu o sentido da liturgia como ação coletiva da comunidade cristã, conduzindo os fiéis a uma verdadeira alienação. Desse modo, a

⁶³ ALDAZÁBAL, J., A eucaristia, p. 179.

⁶⁴ AUGÉ, M., Liturgia, p. 44.

⁶⁵ COLA, G.C., O sacramento-assembleia, p. 69.

liturgia deixou de ser uma expressão participativa e compartilhada da fé para se tornar um ritual formalizado, frequentemente incompreensível para a maioria dos cristãos. A formalização excessiva e a ausência de participação comunitária resultaram em um enfraquecimento da vivência espiritual e em uma separação entre o clero e os fiéis leigos. Assim, a celebração litúrgica passou a ser percebida como uma prática reservada a poucos, diminuindo a sensação de pertencimento e participação dos fiéis.

Com o tempo, essa sensação de estranheza em relação ao culto gerou uma série de anomalias litúrgicas que distorceram ainda mais o verdadeiro espírito da celebração comunitária. Segundo atesta Keith F. Pecklers, chegou-se a um ponto em que, no final da Idade Média, alguns clérigos consideravam a presença da assembleia uma distração do *Opus Dei* confiado a eles pela Igreja⁶⁶. Essas aberrações foram exacerbadas pela crescente ignorância litúrgica dentro da própria Igreja – inclusive entre o clero – o que contribuiu ainda mais para o afastamento dos fiéis e a perda de compreensão da liturgia como uma expressão coletiva de fé. Assim, o que antes era uma vibrante participação comunitária transformou-se em um rito inacessível e distante, comprometendo a integridade e a vivacidade da vida litúrgica que caracterizava as primeiras comunidades cristãs.

No entanto, apesar desse declínio, Aimé Georges Martimort destaca que a noção de assembleia litúrgica permaneceu subjacente à formulação do preceito dominical⁶⁷. Ou seja, mesmo diante das mudanças e das perdas significativas na prática e na compreensão da liturgia, a concepção de uma reunião comunitária para a celebração dominical persistiu, mantendo – ainda que adormecida – a essência comunitária da liturgia. Essa persistência subjacente sugere que, apesar dos desafios e da alienação gradual dos fiéis, a raiz comunitária da liturgia nunca foi completamente esquecida. A ideia de reunir-se como comunidade para o culto dominical continuou a ser um aspecto fundamental da vida eclesial.

Ora, a derrocada na participação dos fiéis, observada no período medieval, encontra suas raízes no século IV, quando a celebração da liturgia se deslocou das pequenas e íntimas *domus ecclesiae* para as imponentes basílicas constantinianas. Enquanto nas *domus ecclesiae* os fiéis se reuniam ao redor do centro celebrativo, em um ambiente de proximidade e participação, nas majestosas basílicas imperiais

⁶⁶ PECKLERS, K.F., *Accogli tutti gli ospiti come Cristo*, p. 377.

⁶⁷ MARTIMORT, A.G., *Estrutura e leis da celebração litúrgica*, p. 97.

o altar foi elevado sobre degraus, tornando-o acessível somente aos ministros sagrados, sob um baldaquino ou detrás de outras estruturas decorativas que sugeriam o velamento dos mistérios celebrados⁶⁸. Como resultado dessa mudança, no Ocidente, os cancelos foram progressivamente incorporados à arquitetura religiosa. Sua função era cultivar uma atmosfera de reverência e respeito pelo espaço sagrado, ao mesmo tempo que dividiam o espaço litúrgico em diferentes áreas, demarcando o presbitério como lugar reservado aos clérigos e o restante da nave como local destinado aos fiéis.

No Oriente, visando enfatizar a dimensão mistérica da liturgia, a situação se agravou ainda mais, pois “em algumas igrejas do patriarcado de Antioquia, cortinas eram fechadas na hora da consagração eucarística para acentuar o sentido do mistério. Os fiéis não só não ouviam as orações, como também não viam os gestos da consagração”⁶⁹. Esta prática visava reforçar a sacralidade e o caráter transcendente do ritual, mas ao mesmo tempo, contribuiu para um crescente afastamento dos fiéis em relação à celebração litúrgica.

Mais tarde, nas igrejas orientais, surgiram as iconóstases, estruturas ricamente ornamentadas com ícones, cuja função era reforçar a aura de mistério e reverência em torno dos ritos sagrados. Essas estruturas, além de demarcarem a distinção entre o santuário – onde ocorrem os mistérios sacramentais – e a nave – onde os fiéis se reúnem –, bloqueavam também a visão do santuário, intensificando a percepção de inacessibilidade do culto cristão aos crentes. A iconóstase não apenas servia como um véu físico e simbólico que separava o clero do laicato, mas também consolidava a ideia de que os mistérios divinos eram reservados a um grupo restrito.

Portanto, a “topografia” da igreja imperial contribuiu significativamente para transformar o ato litúrgico em um evento observado à distância, em vez de uma experiência comunitária e participativa. Essas alterações arquitetônicas, incluindo a elevação do altar, a introdução de baldaquinos e cancelos no Ocidente, e o uso de cortinas e iconóstases no Oriente, reforçaram a separação entre clérigos e leigos, tal como testemunha José Raimundo de Melo:

A própria disposição arquitetônica das igrejas no período vai contribuir para esta situação, pois ajudará ainda mais a separar o povo do local onde se passa a cena litúrgica, ou seja, o presbitério, agora posto em um lugar elevado e distante. Aí será criado um amplo espaço em torno e diante do altar, ideal para a realização de uma

⁶⁸ COLA, G.C., O sacramento-assembleia, p. 73.

⁶⁹ CASEAU, B., A eucaristia no centro da vida religiosa das comunidades cristãs, p. 168.

liturgia solene, pomposa e incompreensível, a qual o povo assistirá lá de baixo e de longe como a um espetáculo. Isso reforçará a separação entre aqueles que realizam a liturgia, o clero, agora sacralizado, e o que assiste a liturgia, a massa do povo⁷⁰.

O surgimento da *schola cantorum*, durante o período constantiniano, desempenhou um papel fundamental na transformação da participação litúrgica. Situada entre o presbitério e o povo, essa elite qualificada de cantores servia como uma ponte entre os fiéis e os sacerdotes⁷¹, alterando significativamente a dinâmica celebrativa. A crescente sofisticação das cerimônias religiosas exigia o uso de melodias mais ricas e complexas, que demandava de intérpretes especializados para sua execução. Desse modo, a *schola cantorum* assumiu a responsabilidade de executar os textos litúrgicos que, anteriormente, eram entoados pelos fiéis.

Essa nova configuração litúrgica transformou a participação dos fiéis de uma forma ativa, em que a assembleia entoava cânticos e respondia diretamente às orações, para uma forma mais passiva e contemplativa. Ademais, a presença da *schola cantorum* criou uma distinção clara entre os que executavam a liturgia e os que a presenciavam, diminuindo a interação direta dos fiéis com o rito. Essa mudança elevou a qualidade musical e a pompa das celebrações, mas resultou em uma participação mais passiva dos fiéis, que passaram a ser espectadores de um ritual mais elaborado e distante, tal como é descrito por José Raimundo de Melo: “Em tal ambiente cresce a pompa cerimonial, mas decresce a participação dos fiéis, relegados agora a meros expectadores de um ritual espetacular e estranho”⁷².

Outro fator que contribuiu para o enfraquecimento da participação dos fiéis nas assembleias litúrgicas foi o encontro e integração entre a liturgia romana e a liturgia galicana a partir do século VIII. Originalmente, o rito romano “é caracterizado pela simplicidade, pela participação, por uma grande sobriedade e autodomínio, gravidade e dignidade”⁷³. Em contraste, a liturgia dos povos franco-germânicos destacava-se por um temor reverente diante da divindade, uma acentuada consciência do pecado, angústia perante a morte e o juízo iminente, além de um forte individualismo religioso, focado em devoções pessoais para a salvação

⁷⁰ MELO, J.R., A participação da assembleia dos fiéis na celebração eucarística ao longo da história, p. 202-203.

⁷¹ BASURKO, X., A vida litúrgico-sacramental da Igreja em sua evolução histórica, p. 86.

⁷² MELO, J.R., A participação da assembleia dos fiéis na celebração eucarística ao longo da história, p. 200.

⁷³ BISHOP, E., The genius of the roman rite. Apud FLORES, J.J., Introdução à teologia litúrgica, p. 40.

da alma⁷⁴. À medida que esses dois mundos litúrgicos se aproximaram, a liturgia romana começou a incorporar gradualmente os elementos mais dramáticos e ritualizados da liturgia galicana. O resultado foi uma liturgia mais complexa, que mesclava a dignidade da liturgia romana com a intensidade emocional e o detalhamento ritual dos franco-germânicos.

Essa fusão – alicerce da liturgia “romana” da Idade Média – transformou significativamente a experiência litúrgica, marcando uma transição de um rito simples e participativo para uma celebração mais ritualizada, teatral e individualista. As mudanças incluíram cerimônias mais elaboradas, um maior uso de símbolos visuais e auditivos, e uma ênfase crescente nas práticas devocionais individuais. Como consequência, a liturgia medieval tornou-se mais complexa e menos acessível, afetando diretamente o envolvimento dos fiéis na vida litúrgica da Igreja. Essa evolução litúrgica, ao privilegiar a solenidade e o espetáculo, reduziu a participação ativa dos fiéis, que passaram a ocupar uma posição mais contemplativa e observadora. Sobre esse aspecto testemunha José Ariovaldo da Silva:

São introduzidas na missa inúmeras orações nas quais o sacerdote confessa privadamente e em silêncio as próprias culpas e pede perdão (prática que aparecerá pouco a pouco no começo de quase todas as partes da missa). E como estamos diante de um Juiz terrível e um mistério tremendo, o sacerdote deve dizer as orações (sobretudo a oração eucarística) em voz baixa (secretamente). (...) A liturgia põe-se fora do alcance do povo, o qual deixa de participar ativamente da missa. O caráter comunitário da liturgia romana desaparece. Todas as funções, que na liturgia romana clássica eram distribuídas entre vários ministros, agora são assumidas exclusivamente pelo sacerdote celebrante que, em seu isolamento no altar, reza sua missa “para o povo”. Os fiéis, que na missa perdem contato com a Palavra e se ausenta cada vez mais da mesa da comunhão, são apenas espectadores mudos da liturgia clerical rezada à distância, em latim e de costas⁷⁵.

As degenerações litúrgicas se intensificaram ao longo desse período, resultando em um desvio significativo da atenção dos crentes para manifestações subjetivas, fortemente individualistas, pouco pascais e com escassa dimensão eclesial-comunitária. Assim, a missa deixou de ser um ato comunitário e se transformou em uma devoção privada, tanto para o sacerdote quanto para cada um dos fiéis presentes. Desse modo, o sentido pascal da celebração cristã foi perdido: a ênfase deslocou-se da ação salvadora de Deus para o esforço humano de natureza

⁷⁴ SILVA, J.A. A celebração do mistério de Cristo ao longo da história, p. 475.

⁷⁵ SILVA, J.A. A celebração do mistério de Cristo ao longo da história, p. 475.

devocional. Além disso, a meditação sobre a paixão de Cristo passou a ter mais importância do que a dimensão misteriosa da fé na ressurreição⁷⁶.

À medida que a liturgia se tornou mais elaborada e ritualística, os fiéis perderam o senso de participação em uma comunidade de fé. Nesse período, multiplicaram-se os sinais da cruz, as genuflexões e as missas privadas, realizadas sem a presença do povo, o que enfraqueceu o senso de comunidade. As homilias, antes baseadas nos temas litúrgicos de cada domingo ou festa do ano, deram lugar a sermões longos e ornamentados, que abordavam tópicos amplos e sistemáticos. Além disso, a gestualidade dos fiéis foi reduzida a posturas corporais específicas, como inclinar a cabeça, ajoelhar-se e sentar-se, motivadas mais por uma piedade interiorizada e subjetiva do que por uma participação comunitária⁷⁷. Essas transformações contribuíram para o enfraquecimento da dimensão comunitária da liturgia, promovendo uma prática religiosa centrada na devoção individual em detrimento da celebração coletiva da fé.

Durante esse período, observou-se uma queda considerável na frequência dos fiéis à comunhão eucarística. No entanto, conforme apontado por Béatrice Caseau, essa diminuição na comunhão não decorreu “de uma desestima relativamente à Eucaristia, mas de uma consciência aguda da necessidade de uma pureza interior difícil de conseguir”⁷⁸. De fato, proliferaram-se nesse período normas rigorosas destinadas a garantir uma preparação adequada para o sacramento, mas que acabaram por afastar muitos fiéis do altar, tornando a prática da comunhão menos frequente. E embora os pastores recomendassem a comunhão regular e relativamente frequente, muitos fiéis não se sentiam dignos de receber a Eucaristia, refletindo um tempo em que a ênfase na pureza espiritual criou barreiras significativas à participação plena na vida sacramental.

Com o progressivo distanciamento entre os fiéis e a recepção das espécies eucarísticas, uma nova atitude em relação à Eucaristia foi introduzida. Os fiéis deixaram de receber o alimento eucarístico e passaram a contentar-se em admirar, contemplar e adorar o sacramento à distância. Gradualmente, a imagem simbólica da Eucaristia foi substituída por uma visão instrumental, ou seja, a Eucaristia passou a ser vista como um objeto de adoração e não como uma ação a ser celebrada. Isso

⁷⁶ LLOPIS, J., *La liturgia através de los siglos*, p. 38.

⁷⁷ COLA, G.C., *O sacramento-assembleia*, p. 73-74.

⁷⁸ CASEAU, B., *A eucaristia no centro da vida religiosa das comunidades cristãs*, p. 165.

teve consequências evidentes para a assembleia litúrgica, ampliando o fosso entre a “comunidade dos pecadores” e os elementos sagrados do corpo e sangue de Cristo no altar⁷⁹. Dessa forma, esse período acentuou mais o culto à adoração da Eucaristia do que sua celebração e comunhão. A centralidade da missa passou a focar-se menos na participação ativa e mais na veneração passiva, substituindo para muitos crentes a participação na comunhão pela adoração da hóstia consagrada, como é evidenciado por José Ariovaldo da Silva:

A dimensão comunitária da celebração parece assunto de um passado distante. Em consequência, persiste a ausência de participação ativa do povo na liturgia. Sua “participação” é outra: enquanto o sacerdote, isolado, “reza” a missa no distante altar, o povo (deste lado) entretém-se com suas devoções particulares; e já nem sequer participa da comunhão, que é substituída pela adoração da hóstia. Ver a hóstia, de longe, adorando-a, transformou-se numa forma de comungar. Por isso, os padres adotaram o costume de levantar bem alto a hóstia consagrada e o cálice. O momento da elevação transformou-se num ponto alto, o mais importante da missa. E o desejo de ver a hóstia transformou-se numa verdadeira febre para os fiéis. Introduziu-se o costume de tocar campainhas na hora da elevação, justamente para chamar a atenção e enfatizar o momento. Bastava ver a hóstia para que o povo se desse por satisfeito⁸⁰.

Por conseguinte, as transformações que surgem a partir dessa época enfraquecem a saudável relação que existia entre o sacerdócio comum e o sacerdócio ministerial. Segundo Gustavo Correa Cola, até aproximadamente o século V, prevalecia um sentido vivo de “coro sacerdotal” que equilibrava os primeiros desenvolvimentos das teologias que privilegiam o sacerdócio ministerial⁸¹. No entanto, no período medieval, surgem práticas que começam a alterar essa dinâmica, fornecendo a base para uma liturgia clericalizada⁸². Essas práticas transformaram significativamente o papel da assembleia, reduzindo sua participação a uma passividade quase total. Como resultado, a assembleia litúrgica perdeu grande parte de seu caráter comunitário e participativo, assumindo o papel de espectadores passivo diante dos rituais sagrados realizados no altar. Ao mesmo tempo, a figura do sacerdote ganha um destaque crescente e superestimado.

⁷⁹ PECKLERS, K.F. “Accogli tutti gli ospiti come Cristo”, p. 377.

⁸⁰ SILVA, J.A., A celebração do mistério de Cristo ao longo da história, p. 480.

⁸¹ COLA, G.C., O sacramento-assembleia, p. 70.

⁸² Entre essas práticas, pode-se mencionar a posição do altar na abside, onde o celebrante se coloca de costas para a assembleia; a predominância do uso do latim, idioma que já não era compreendido por todos; o início da oração eucarística, realizada de forma secreta ou em voz baixa; a comunhão, na maioria das vezes, sendo distribuída sem o cálice para os fiéis; e a recepção do pão na boca, em vez das mãos, prática anteriormente comum.

As reformas promovidas pelos papas Gregório VII e Inocêncio III desempenharam um papel crucial no processo de clericalização da liturgia. Gregório VII, em particular, implementou uma reforma profunda no sacerdócio, impactando diretamente a liturgia ao enfatizar que esta “exige dignidade, santidade e coerência de vida de quem tem o dever de presidi-la”⁸³. No entanto, essa ênfase na conduta ilibada dos sacerdotes resultou em uma visão cada vez mais clericalizada da liturgia, onde os ritos sagrados passaram a ser um tema clerical. Desse modo, a liturgia, passou a ser vista como uma série de atos sagrados a serem executados exclusivamente pelos sacerdotes, contribuindo para uma maior marginalização dos fiéis no contexto litúrgico.

Consequentemente, o impulso reformista de Gregório VII, embora bem-intencionado, não conseguiu resgatar as raízes comunitárias da liturgia romana pura. Em vez de revitalizar a participação comunitária, a reforma consolidou uma liturgia centrada no clero, afastando ainda mais a assembleia dos aspectos mais ativos e participativos da celebração litúrgica. Assim, ao tentar elevar a santidade e a dignidade dos ofícios religiosos, as reformas acabaram por reforçar a separação entre o clero e os leigos, limitando a contribuição e a presença ativa dos fiéis nas celebrações, e criando uma liturgia predominantemente clerical.

As reformas promovidas pelo Papa Inocêncio III também seguiram a linha de centralização da liturgia no clero, consolidando ainda mais essa tendência. Inocêncio III dedicou-se à reforma dos livros litúrgicos, o que marcou uma transformação significativa no panorama litúrgico da Igreja, uma mudança que já começara a se delinear no final do primeiro milênio. Durante esse período, surgiram vários livros litúrgicos destinados aos sacerdotes, contendo os ritos a serem realizados por eles. Embora esses livros tenham sido motivados por razões funcionais, seu surgimento teve um impacto profundo na concepção da celebração litúrgica, reforçando a ideia de que a liturgia era uma função exclusiva do clero, tal como testemunha José Ariovaldo da Silva:

Na liturgia romana clássica, como já vimos, para cada ator da celebração havia um livro. Uma prática que expressava bem o caráter comunitário da celebração litúrgica daquela época. Com o tempo, porém, a participação ativa diminuiu de tal maneira que tudo acabou sendo confiado ao sacerdote, que monopolizou todas as ações. O sacerdote transformou-se no único ator, enquanto os fiéis assistiam passivamente. Assim, para serem mais práticos e evitar a incomodidade de vários livros litúrgicos

⁸³ SILVA, J.A., A celebração do mistério de Cristo ao longo da história, p. 478.

ao mesmo tempo (sacramentários, lecionários, antifonário, etc.) resolveram juntar todos esses livros em um só e o chamaram *Missal Pleno* (...). Um livro que não supõe nem prevê a presença de uma assembleia litúrgica e que se irá impondo como modelo obrigatório para todas as Igrejas⁸⁴.

Essas mudanças contribuíram para o desaparecimento gradual do sentido do sacerdócio batismal de cada cristão, em favor da ênfase exclusiva no valor do sacerdócio ordenado. A liturgia passou a ser vista como uma atividade reservada aos presbíteros, que deveriam seguir uma forma única de celebração e cultivar uma espiritualidade litúrgica própria, adequada ao seu estado clerical. Para os fiéis leigos, por outro lado, foram disponibilizadas devoções que ofereciam interpretações piedosas da liturgia. Esse enfoque resultou em uma liturgia clericalizada, afastando os fiéis do centro celebrativo e tornando suas experiências litúrgicas periféricas, baseadas em devoções pessoais que não capturavam a profundidade e a riqueza da liturgia comunitária.

A transformação da Eucaristia de uma expressão comunitária fundamental para um patrimônio exclusivo do sacerdote celebrante representa uma mudança teológica e eclesial radical. Com a centralização da liturgia nas mãos do clero, os fiéis passaram a ser incentivados a encomendar missas votivas por intenções específicas. A crença intensificada nos “frutos da missa” consolidou essa prática, dominando a pregação sobre o sacramento e enfatizando os benefícios espirituais obtidos tanto para os vivos quanto para os mortos. A Eucaristia, anteriormente vista como um momento de comunhão e participação comunitária, começou a ser considerada principalmente como um meio para obter favores divinos. Assim, o desejo de oferecer o sacrifício eucarístico por alguma intenção ou por alguém se tornou uma preocupação central na piedade dos fiéis.

Consequentemente, para atender a essa demanda, houve uma proliferação de altares e “altaristas”, um proletariado clerical que dependia quase exclusivamente dos salários obtidos através dessas celebrações. Esse “serviço especializado” criou a figura do presbítero desvinculado de uma assembleia específica, permitindo que ele vivesse no claustro, distante da evolução ordinária de uma comunidade de fiéis, e fosse requisitado apenas para o serviço sacramental conforme a ocasião. Sobre este fato, testemunha Béatrice Caseau:

⁸⁴ SILVA, J.A., A celebração do mistério de Cristo ao longo da história, p. 479.

Assistiu-se então uma privatização da eucaristia, que agora era celebrada muitas vezes por uma intenção particular e sem público. Walafriid Starbo relata que o papa Leão III (795-816) celebrava até nove missas por dia, segundo um ritual simplificado relativamente ao de uma missa solene. O importante nessas missas não era nem a proclamação da palavra, nem a homilia, já que se tratava de missas privadas, mas o sacrifício eucarístico, que era oferecido por uma ou várias intenções precisas. As missas votivas se multiplicaram, então, sem que se sentissem obrigados a participar delas aqueles que as tinham encomendado, o que traía o sentimento de uma completa delegação da eucaristia aos sacerdotes⁸⁵.

A utilização do latim como língua litúrgica, especialmente na Igreja Ocidental, teve implicações significativas no processo de clericalização da liturgia e na alienação dos fiéis. Inicialmente, a liturgia cristã utilizava a língua compreendida pela assembleia, permitindo uma participação mais ativa e consciente dos fiéis. Essa prática facilitava o envolvimento de todos na oração e na celebração dos ritos sagrados, promovendo uma experiência litúrgica inclusiva e comunitária. No entanto, à medida que o latim se firmou como a língua litúrgica no Ocidente, ocorreu um progressivo afastamento entre o povo e a ação litúrgica.

Como é evidenciado por Béatrice Caseau, “a diferença entre a língua litúrgica e a língua vernácula criou o problema da compreensão dos ritos e das palavras da anáfora. Muitos fiéis, sem conhecimento do latim, assistiam às cerimônias cujo sentido transparecia mais pelos gestos do que pelas palavras usadas”⁸⁶. O uso exclusivo do latim contribuiu para a clericalização da liturgia, pois os clérigos, passaram a ser os únicos a compreender plenamente os ritos, enquanto os fiéis, desconhecendo o latim, se tornaram espectadores passivos. Dessa forma, a incompreensão linguística estabeleceu barreiras na participação dos crentes nas assembleias litúrgicas.

Todas essas mudanças transformaram a experiência litúrgica – tão valorizada na era dos Padres da Igreja – em uma exibição de ritos solenes e muitas vezes incompreensíveis, substituindo a participação ativa dos fiéis por uma atitude passiva e alienante. Diante dessa grave situação litúrgica, surgiram durante a Idade Média duas tentativas distintas para manter vivo o sentido religioso e cultural cristão: a alegoria e o devocionismo.

A explicação alegórica da liturgia buscava atribuir significados simbólicos à celebração eucarística, com o objetivo de manter uma certa conexão entre a liturgia

⁸⁵ CASEAU, B., A eucaristia no centro da vida religiosa das comunidades cristãs, p. 167.

⁸⁶ CASEAU, B., A eucaristia no centro da vida religiosa das comunidades cristãs, p. 167.

e o povo, que já se encontrava distanciado dos rituais clericais. Nessa abordagem, a missa deixava de ser entendida como um memorial pascal e passava a ser interpretada alegoricamente, funcionando como uma encenação simbólica dos episódios da Paixão de Cristo realizada pelo sacerdote, tal como testemunha Josef Andreas Jungmann:

O conjunto dos três momentos de silêncio na liturgia eucarística – na *Secreta*, no cânon e após o *Pater noster* – significa os três dias do descanso no sepulcro. As cinco vezes que o sacerdote se volta para o povo aponta para a cinco aparições de Cristo depois de sua ressurreição. De modo semelhante, também o respectivo número dos sinais da cruz sobre as oferendas encontra preferencialmente uma interpretação na base da simbologia numérica. Os três sinais da cruz depois do *Te igitur* simbolizam as três zombarias contra o senhor: diante do sinédrio, de Herodes e de Pilatos; os cinco sinais da cruz no *Unde et memores* as cinco chagas, etc⁸⁷.

Por outro lado, o devocionismo surgiu como um verdadeiro substituto para uma liturgia que o povo já não compreendia e da qual estava, de fato, distanciado. Profundamente vinculado ao surgimento de fundações religiosas, o devocionismo manifestou-se como um movimento religioso leigo que, por hábito, dispensava a presença e a atuação do sacerdote. Focado nos mistérios de Cristo, na Virgem Maria e nos santos, tal como a liturgia, o devocionismo acabou se afastando dela, pois seu objetivo principal não era acolher a salvação de Deus em Cristo, mas sim oferecer a Deus gratidão, admiração e penitência como meios de obtenção da salvação. Nesse contexto, acreditava-se que quanto maior e mais intensa fosse a devoção, mais intensos e duradouros seriam os frutos espirituais que ela poderia proporcionar ao devoto⁸⁸.

Assim, tanto a explicação alegórica quanto o devocionismo representaram esforços significativos para manter vivo o sentido religioso e cultural em uma época de profunda transformação e distanciamento entre o clero e os leigos. Cada uma dessas abordagens, a seu modo, tentou preservar a conexão dos fiéis com a espiritualidade cristã. No entanto, esses movimentos, ao mesmo tempo em que preenchiam o vazio deixado pelo distanciamento da liturgia oficial, criavam uma nova forma de religiosidade que, embora ainda vinculada aos temas centrais do cristianismo, se afastava da estrutura e dos significados originais da liturgia eucarística.

⁸⁷ JUNGSMANN, J.A., *Missarum sollemnia*, p. 125.

⁸⁸ MELO, J.R., *A participação da assembleia dos fiéis na celebração eucarística ao longo da história*, p. 203-204.

Assim sendo, a relação dos fiéis com a Eucaristia mudou significativamente ao longo dos séculos, de modo que um cristão do século III ficaria espantado com a atitude de seus descendentes do século IX. A Eucaristia passou a ser vista como um assunto exclusivo dos sacerdotes, reduzindo drasticamente a participação dos leigos, que muitas vezes se limitava à oferta de donativos. Esse é o estado em que a era moderna encontrou as assembleias da cristandade: alheias, emudecidas, segmentadas e entretidas com devoções individuais. A transformação teológica e eclesial da Eucaristia resultou em uma comunidade cristã onde a participação ativa dos fiéis foi substituída por um distanciamento tanto físico quanto espiritual.

A centralização da liturgia nas mãos do clero e o crescimento do devocionismo leigo alteraram profundamente a dinâmica religiosa, criando uma desconexão entre a liturgia e a vivência cotidiana dos cristãos. A Eucaristia, que antes era um momento de comunhão e participação comunitária, transformou-se em uma prática onde os fiéis eram meros espectadores, enquanto os sacerdotes desempenhavam os ritos sagrados. Esse distanciamento não só enfraqueceu o sentido de comunidade dentro da Igreja, mas também promoveu uma espiritualidade individualista, afastada da rica tradição comunitária que havia caracterizado os primeiros séculos do cristianismo.

2.4.

A reforma tridentina e a extrema clericalização da liturgia.

Ao final do período medieval e início da Idade Moderna, a liturgia no Ocidente encontrava-se em uma profunda crise. Suas práticas apresentavam um estado avançado de degradação espiritual, conforme observado por J. Llopis, que a comparava a um “cadáver ricamente adornado e com sinais de decomposição”⁸⁹. Essa decadência, especialmente evidente durante as celebrações eucarísticas, era em grande parte decorrente de uma profunda ignorância teológica e bíblica entre os fiéis e até mesmo entre os próprios clérigos. Havia uma intensa busca por elementos milagrosos e prodigiosos durante a Missa, alimentada pela devoção popular e pela falta de instrução religiosa adequada. Nesse contexto, a liturgia não conseguia cumprir plenamente sua função de ser o *locus* privilegiado do mistério do Deus uno

⁸⁹ LLOPIS, J., La liturgia através de los siglos, p. 45. (tradução nossa).

e trino, tornando-se, ao invés disso, um terreno fértil para uma série de abusos e superstições.

Essa crise, que teve origem no final do primeiro milênio e se intensificou durante a Idade Média, proporcionou um terreno fértil para os reformadores, que denunciaram veementemente a decadência da liturgia e sua falta de autenticidade evangélica. A liturgia, ao invés de ser uma expressão genuína da fé cristã e uma celebração comunitária do mistério divino, havia se tornado um espetáculo ritualístico repleto de superstições e práticas questionáveis, tal como demonstra José Aldazabal:

A contestação dos reformadores – compartilhada por muitos católicos já antes deles – estava justificada no que se refere ao estado das celebrações do tempo: a pouquíssima participação dos fiéis na comunhão, a superstição, a avareza, o comércio descarado com a repetição de missas e seus estipêndios, a multiplicação de missas “devocionais” pelos vivos ou pelos defuntos, sobretudo por parte dos chamados “sacerdotes altaritas”, as “missas privadas” (também eram chamadas assim aquelas nas quais só o sacerdote comunga), as “missas secas” (várias celebrações da palavra com um único cânon), as explicações alegóricas, a excessiva ênfase no culto e o descuido da celebração, má pastoral⁹⁰...

Neste cenário conturbado, o Concílio de Trento buscou dar uma resposta às múltiplas deficiências na celebração litúrgica. No parecer de A. Nocent, a reforma tridentina foi concebida como uma tentativa de cicatrizar tanto as feridas provocadas pelas anomalias eclesásticas quanto as abertas pelas inexoráveis críticas dos reformadores⁹¹. Este movimento de reforma litúrgica tinha como objetivo primordial corrigir os desvios e abusos que haviam se proliferado, restaurando assim a dignidade e a autenticidade da liturgia católica.

No processo de reforma, o Concílio de Trento buscou resgatar as fontes autênticas da tradição litúrgica, expressando um desejo manifesto de retornar às antigas e genuínas raízes da liturgia, conforme a expressão latina “*ad pristinam sanctorum Patrum normam ac ritum*”⁹². Este desejo de retorno às origens visava recuperar a pureza e a simplicidade dos ritos primitivos, tentando alinhar a prática litúrgica com os ensinamentos dos Padres da Igreja e com a tradição apostólica. A

⁹⁰ ALDAZÁBAL, J., A eucaristia, p. 192.

⁹¹ NOCENT, A., La messa prima e dopo Pio V, p. 40-41.

⁹² Para tanto, julgamos dever confiar este trabalho a uma comissão de homens eruditos. Estes começaram por cotejar cuidadosamente todos os textos com os antigos de nossa Biblioteca Vaticana e com outros, quer corrigidos, quer sem alteração, que foram requisitados de toda parte. Depois, tendo consultado os escritos dos antigos e de autores aprovados, que nos deixaram documentos relativos à organização destes mesmos ritos, eles restituíram o Missal propriamente dito à norma e ao rito dos Santos Padres. (PIO V, Quo primum tempore, 4).

intenção era criar um culto mais fiel às suas origens. Contudo, devido às limitações de recursos disponíveis na época, a reforma pós-conciliar de Trento se concentrou principalmente na purificação e restauração do rito romano (e franco-germânico) medieval, seguindo de perto a forma estabelecida por Gregório VII.

Embora o concílio tenha almejado um retorno abrangente às tradições litúrgicas antigas, as condições históricas e materiais não permitiram uma reconstrução completa e fiel dos ritos primitivos. A reforma tridentina acabou por promover ajustes e correções dentro do quadro litúrgico existente, ao invés de uma transformação radical e total.

Portanto, apesar do Concílio de Trento ter dado um passo significativo em direção à revitalização da liturgia, extirpando abusos e formando assembleias – ou parte dela, o clero – mais esclarecidas, é importante reconhecer que a abrangência completa do retorno às antigas tradições litúrgicas foi comprometida pelas circunstâncias da época. Assim, o concílio conseguiu purificar e restaurar a liturgia medieval em muitos aspectos, mas as limitações do período impediram o almejado resgate integral da matriz cultural cristã antiga, tal como testemunha José Ariovaldo da Silva:

Percebe-se a intenção de voltar às fontes antigas e genuínas, mas, por desconhecer a história apenas se restaurou o rito romano com base nas formas herdadas do tempo de Gregório VII a Inocência III. Portanto, basicamente continuamos com a estrutura romano-franco-germânica⁹³.

No processo de restauração litúrgica, o Concílio de Trento demonstrou um profundo compromisso em avaliar e corrigir as práticas litúrgicas vigentes. Desde o início, em 20 de julho de 1547, uma comissão especial foi designada para investigar os abusos que ocorriam nas celebrações da missa. A situação revelada foi alarmante, pois a comissão identificou uma série de desvios que comprometiam a integridade das celebrações eucarísticas. Conforme relatado por Xabier Basurko, “se se buscar um denominador comum ao inventário feito pela comissão, todos os abusos poderiam ser classificados sob as rubricas de avareza, irreverência e superstição”⁹⁴.

A resposta do Concílio de Trento foi uma série de reformas destinadas a purificar a liturgia, restabelecendo a reverência devida e eliminando práticas que

⁹³ SILVA, J.A., A celebração do mistério de Cristo ao longo da história, p. 488.

⁹⁴ BASURKO, X., A vida litúrgico-sacramental da Igreja em sua evolução histórica, p. 116.

não estavam em conformidade com a doutrina e a tradição da Igreja. Desse modo, em 17 de setembro de 1562, foi promulgado um decreto, estabelecendo diretrizes rigorosas para a celebração da missa com o objetivo de eliminar muitos dos abusos. Nesse contexto, os bispos foram incumbidos da principal responsabilidade pela supervisão e implementação das normas litúrgicas.

Entretanto, é importante notar que o decreto não abordou a reforma do missal nem cedeu às demandas dos reformadores protestantes, mantendo a obrigatoriedade do uso do latim e a recitação da oração eucarística em segredo, não favorecendo desse modo a participação direta do povo na celebração litúrgica⁹⁵. Esta decisão refletiu a determinação do Concílio de proteger a integridade da tradição litúrgica católica contra as influências externas, especialmente aquelas advindas da reforma protestante.

O Concílio, cuja duração já se estendia consideravelmente, delegou ao Papa, durante a sua XXV sessão, a responsabilidade pela reforma tanto do missal quanto do breviário. Ao fazer isso, o Concílio transferiu para a autoridade papal as decisões futuras relacionadas à liturgia. Ora, conforme é evidenciado por J. Llopis, “isso constituiu uma solução de emergência ante a anarquia reinante, porém manteve a liturgia romana completamente petrificada durante quatro séculos”⁹⁶. Essa decisão visava resolver a crise litúrgica, mas também teve o efeito de congelar sua evolução por um longo período.

Em 14 de julho de 1570, o Papa São Pio V promulgou um novo Missal Romano. No entanto, conforme aponta I. Scicolone, as correções introduzidas no Missal tridentino tiveram principalmente uma natureza rubricial. O objetivo primordial foi simplificar a liturgia, eliminando certas “apologias” que haviam permeado a celebração durante a Idade Média e que, ao proliferarem de maneira exorbitante, obscureciam a harmonia da liturgia⁹⁷.

A mudança mais significativa veio com a disposição estabelecida na bula “*Quo primum tempore*”, apêndice da edição do *Missale Romanum*, que determinava que este missal deveria ser a única forma aceita em todas as igrejas. A partir desse momento, as fórmulas e ritos codificados nos livros litúrgicos tornaram-se obrigatórios para toda a Igreja Latina, com exceção das dioceses e ordens religiosas

⁹⁵ SILVA, J.A., A celebração do mistério de Cristo ao longo da história, p. 487.

⁹⁶ LLOPIS, J., La liturgia através de los siglos, p.47. (tradução nossa).

⁹⁷ SCICOLONE, I., L'utilizzazione delle fonti nella riforma liturgica del Vaticano II, p.104.

que mantinham tradições próprias com mais de dois séculos. Além disso, foi expressamente proibida a introdução de quaisquer modificações nos ritos litúrgicos estabelecidos⁹⁸. Essa medida garantiu uma uniformidade litúrgica sem precedentes, consolidando a identidade litúrgica da Igreja Católica, ao mesmo tempo que limitou sua evolução. Sobre este aspecto escreve Josef Andreas Jungmann:

Depois de um milênio e meio de desenvolvimento ininterrupto do rito da missa romana, depois das correntes e afluentes de todas as alturas e baixadas, o missal de Pio V significava uma enorme barragem a partir da qual as massas das águas reunidas podiam continuar seu caminho tão somente em dutos fixos e canais bem construídos. Com um golpe só, todos os caminhos laterais e paralelos tinham sido cortados, todas as enchentes e sedimentações combatidas, e uma continuação regular e frutífera garantida. No entanto, aceitava-se com isso também a consequência de que o vale florido do rio ficava agora deserto, e que as forças próprias do futuro desenvolvimento podiam se reunir e chegar a novas formas de expressão muitas vezes somente nos pobres fiozinhos de águas das devoções, longe da grande corrente⁹⁹.

As regras estabelecidas tinham como objetivo imediato evitar os abusos que haviam se infiltrado nas celebrações da missa, fornecendo diretrizes precisas e inflexíveis para o desenvolvimento da liturgia ocidental. A meticulosidade das rubricas passou a prever cada detalhe da liturgia, garantindo uma uniformidade rigorosa nas celebrações. Contudo, em meio a tantas leis e normas, observa-se uma ausência de qualquer menção à assembleia litúrgica neste Missal, nenhuma rubrica destinada aos fiéis e nem mesmo uma simples palavra sobre a necessidade da participação do povo¹⁰⁰. Segundo Keith F. Pecklers, “nas rubricas do Missal de Pio V de 1570, foram eliminadas as referências à assembleia litúrgica porque, sendo uma ação exclusivamente clerical, tais instruções teriam sido inúteis”¹⁰¹.

⁹⁸ E a fim de que todos, e em todos os lugares, adotem e observem as tradições da Santa Igreja Romana, Mãe e Mestra de todas as Igrejas, decretamos e ordenamos que a Missa, no futuro e para sempre, não seja cantada nem rezada de modo diferente do que esta, conforme o Missal publicado por Nós, em todas as Igrejas: nas Igrejas Patriarcais, Catedrais, Colegiais, Paroquiais, quer seculares quer regulares, de qualquer Ordem ou Mosteiro que seja, de homens ou de mulheres, inclusive os das Ordens Militares, igualmente nas Igrejas ou Capelas sem encargo de almas nas quais a Missa conventual deve, segundo o direito ou por costume, ser celebrada em voz alta com coro, ou em voz baixa, segundo o rito da Igreja Romana, ainda quando estas mesmas Igrejas, de qualquer modo isentas, estejam munidas de um indulto da Sé Apostólica, de costume, de um privilégio, até de um juramento, de uma confirmação apostólica ou de quaisquer outras espécies de faculdades. A não ser que, ou por uma instituição aprovada desde a origem pela Sé Apostólica, ou então em virtude de um costume, a celebração destas Missas nessas mesmas Igrejas tenha um uso ininterrupto superior a 200 anos. (PIO V, Quo primum tempore, 6).

⁹⁹ JUNGMAN, J.A., *Missarum sollemnia*, p. 155-156.

¹⁰⁰ MELO, J.R., *A participação da assembleia dos fiéis na celebração eucarística ao longo da história*, p. 209.

¹⁰¹ PECKLERS, K.F., “Accogli tutti gli ospiti come Cristo”, p. 378.

As rubricas presentes nas novas edições litúrgicas direcionam principalmente o sacerdote em detalhes minuciosos sobre como conduzir a celebração, com pouca consideração pela participação da assembleia dos fiéis, exceto em circunstâncias limitadas e de maneira superficial. Esses novos livros litúrgicos tornam-se essencialmente manuais clericais, repletos de instruções técnicas e especificações detalhadas sobre o papel do celebrante. Isso resultou na transferência quase total da responsabilidade da liturgia para o clero, que deveria operar o complexo mecanismo da celebração com precisão, sob o risco de violar a legislação canônica. Dessa forma, a liturgia pós-tridentina emerge como rubricista e extremamente clericalista, consolidando um modelo onde a centralidade do clero é enfatizada em detrimento da participação ativa dos fiéis. Sobre esse aspecto, testemunha B. Neunhaeuser:

Estas rubricas, muito numerosas, precisas e minuciosas, outra coisa não olha que o padre celebrante. É ele e só ele quem deve ser ajudado por elas, a fim de poder celebrar dignamente, corretamente, retamente e de forma uniforme, rubricas estas que serão observadas em toda parte e por todos. Não se fala dos fiéis, a não ser na medida em que sua presença determina a ação do padre. Só por acaso é que se tratará aí dos fiéis. Sua presença não é necessária. Ela, contudo, por vezes é pressuposta, embora permaneça sempre uma presença passiva¹⁰².

Para garantir a manutenção de uma liturgia uniforme, fixa e inalterável, o Papa Sixto V instituiu a Congregação dos Ritos por meio da constituição “*Immensa Aeterni Dei*”, em 22 de janeiro de 1588. Esta congregação tinha a responsabilidade de zelar, em toda a Igreja latina, pelo cumprimento estrito das formas prescritas para a celebração da missa e demais aspectos da liturgia. Sua função principal não era promover uma nova reforma, mas sim assegurar o estrito cumprimento de todas as normas estabelecidas. Nesse sentido, a congregação não foi concebida como um órgão para promover uma evolução contínua na liturgia. Em vez disso, funcionava como um regulador encarregado de garantir que o estado estabelecido no missal de Pio V nunca fosse alterado ou ameaçado¹⁰³.

As medidas adotadas pela reforma tridentina foram eficazes na eliminação dos verdadeiros abusos na liturgia, resultando em uma significativa purificação da liturgia ocidental. Contudo, é possível reconhecer que essa obra teve suas limitações. Ao estabelecer uma liturgia para superar a situação caótica da época, a reforma também a distanciou da vida cotidiana dos fiéis, congelando-a em uma

¹⁰² NEUNHAUSER, B., La relation entre le prêtre et les fidèles dans la liturgie de Pie V et celle de Paul VI, p. 243-244. (tradução nossa).

¹⁰³ JUNGSMANN, J.A., Missarum sollemnia, p. 154.

forma rígida. Esta rigidez obrigou a piedade dos fiéis a se alimentar predominantemente das formas de piedade popular ou devocional.

Na prática da celebração litúrgica, o protagonismo continuou centrado no ministro ordenado, enquanto os fiéis observavam a ação sagrada de uma posição distante. Este distanciamento obrigou os fiéis a nutrirem sua fé através de inúmeras devoções paralitúrgicas, relegando-os a uma participação passiva na liturgia oficial. A consequência foi uma liturgia que, embora purificada de abusos, permaneceu desconectada da vida real dos fiéis, que encontraram na piedade popular uma via para vivenciar sua espiritualidade de maneira mais próxima e acessível. Sobre este aspecto testemunha Xabier Basurko:

A liturgia romana, em seus livros perfeitamente codificados, mantém-se diante do povo como uma urna lacrada, mais um assunto submetido a alta legislação eclesiástica, a que se obedece com fidelidade, mas que já deixou de ser um princípio ativo da comunidade crista. A partir da criação da congregação de ritos, a liturgia romana se purifica, mas em contrapartida entra num período de hibernação ou de petrificação; com isso, a iniciativa do povo cristão, afastada forçosamente de sua fonte primária e fundamental, desvia-se para caminhos secundários, para devoções particulares que compensam o vazio e a inadequação do culto em sua expressão oficial¹⁰⁴.

Após a superação da crise provocada pela Reforma Protestante, por meio das resoluções do Concílio de Trento, a Igreja Católica emergiu com um renovado senso de estabilidade e segurança. Este período marcou o início da era Barroca, caracterizada por uma cultura festiva intrínseca, na qual as celebrações litúrgicas foram conduzidas com um aumento notável de pompa e esplendor. Pela segunda vez na história da liturgia, o cerimonial da corte foi incorporado à ação litúrgica, intensificando a grandiosidade das cerimônias religiosas¹⁰⁵. Gustavo Correa Cola observa que, nesse período, “o culto litúrgico é tido como festa para os sentidos, com sua música de altíssima erudição e seu aparato ritual rebuscado. A arquitetura e a decoração do espaço sagrado são pomposas e dramáticas, avessas à linha reta e ao vazio, cheia de contrate de luz”¹⁰⁶.

Do ponto de vista musical, a missa passou a ser encarada como uma obra de arte autônoma, inspirando uma proliferação de criações artísticas. Consequentemente, o culto litúrgico ocasionalmente transformava-se em uma

¹⁰⁴ BASURKO, X., A vida litúrgico-sacramental da Igreja em sua evolução histórica, p. 119-120.

¹⁰⁵ BASURKO, X., A vida litúrgico-sacramental da Igreja em sua evolução histórica, p. 119.

¹⁰⁶ COLA, G.C., O sacramento-assembleia, p. 77.

plataforma para que coros polifônicos e órgãos demonstrassem suas habilidades artísticas e musicais. Esse enfoque artístico enriqueceu a liturgia, criando um ambiente festivo e encantador dentro das igrejas. No entanto, ao focar na grandiosidade e na estética, acabou afastando os fiéis da celebração litúrgica. A ênfase na música elevada e na decoração elaborada transformou a presença dos fiéis em uma experiência mais passiva, centrada na apreciação sensorial, em vez de uma participação ativa no rito sagrado.

Paralelamente, o interior das igrejas barrocas foi transformado em um espaço repleto de vida e encanto para os sentidos. Os altares laterais, que se multiplicavam, tornaram-se centros de devoção, frequentemente adornados com imagens de santos em vez de Cristo, refletindo uma ênfase na intercessão dos santos. Os ornamentos litúrgicos, originalmente concebidos como vestes sagradas, evoluíram para se tornar exposições decorativas, repletas de imagens e alegorias que enriqueciam o ambiente festivo e ornamentado das igrejas¹⁰⁷. No entanto, apesar desse apelo estético que encantava os fiéis, a participação ativa da assembleia era mínima, com a liturgia centrada quase exclusivamente no sacramento e no sacerdócio ordenado. Essa abordagem, embora visual e auditivamente rica, destacava a hierarquia e a sacralidade do clero, relegando os fiéis a um papel mais passivo na celebração litúrgica, tal como testemunha Xabier Basurko:

A liturgia passa a ser, quase toda, um espetáculo, a que se assiste ou se ouve, mas do qual apenas se participa; a pregação se desliga da missa e se torna autônoma; a comunhão do povo, ao mesmo tempo, se independentiza do âmbito da celebração litúrgica, reduzindo-se a uma nova devoção privada, de teor moralizante e ascético; a manutenção do latim, língua estranha ao povo, contribui sobremaneira para que o culto já não seja, sobretudo, participação ativa da comunidade no mistério de Cristo, mas no máximo, sua representação quase teatral, que anima a oração pessoal e subjetiva do fiel¹⁰⁸.

Após a era barroca, surgiu o Iluminismo, também conhecido como a Era das Luzes, foi um movimento intelectual e cultural que floresceu na Europa durante os séculos XVII e XVIII. Este período destacou-se pela ênfase na razão, na ciência e no progresso, promovendo a ideia de que o conhecimento e a compreensão racional poderiam libertar a humanidade da ignorância, da superstição e da tirania. Influenciando profundamente áreas como política, ciência, filosofia e religião, o

¹⁰⁷ BASURKO, X., A vida litúrgico-sacramental da Igreja em sua evolução histórica, p. 119.

¹⁰⁸ BASURKO, X., A vida litúrgico-sacramental da Igreja em sua evolução histórica, p. 119.

Iluminismo contribuiu significativamente para o desenvolvimento dos valores e das instituições que moldaram o mundo moderno.

No âmbito religioso, o Iluminismo Católico foi um movimento que denunciou a piedade popular por se alimentar de superstição e fanatismo, enquanto buscava promover uma prática religiosa iluminada pela inteligência e pela cultura. Além disso, este movimento criticou vigorosamente os vícios introduzidos no culto litúrgico¹⁰⁹. Em contraste com a complexidade e o exagero característicos do barroco, o Iluminismo Católico aspirava a uma liturgia marcada pela simplicidade e racionalidade, tornando as práticas religiosas mais acessíveis e relevantes para o povo. Assim, o movimento desempenhou um papel crucial na tentativa de uma reforma da liturgia e de uma promoção de uma fé mais autêntica e esclarecida. Sobre este aspecto, escreve Xabier Basurko:

No século XVIII, o século da ilustração, começa a manifestar-se em diversos lugares um descontentamento geral com a situação real da liturgia. Vão surgindo também tentativas de renovação litúrgica, cujas orientação de fundo são o desejo de uma maior participação comunitária, a exigência de uma maior simplicidade, que implica evitar no culto todo elemento supérfluo, e o uso da inteligência para compreender o que acontece na liturgia com vistas a uma maior edificação dos fiéis¹¹⁰.

Sob a influência da cultura iluminista, a liturgia começou a ser vista a partir do prisma da utilidade pastoral, destacando seu caráter comunitário. O movimento iluminista, em contraste com a valorização exagerada do *opus operatum* (a ideia de que o rito realizado é eficaz por si só), buscou esclarecer o verdadeiro valor do *opus operantis* de Cristo e da Igreja, enfatizando a importância da ação consciente e participativa dos fiéis na liturgia¹¹¹. Nesse sentido, Juan Javier Flores destaca que “pela primeira vez pôs o acento no aspecto da pastoral litúrgica”¹¹². A liturgia passou a ser compreendida não apenas como um conjunto de ritos a serem seguidos, mas como uma fonte viva da vida da Igreja, uma prática destinada a nutrir e fortalecer a comunidade de fé. Em suma, “a liturgia deveria ser a fonte de vida da Igreja”¹¹³.

¹⁰⁹ FLORES, J.J., Introdução à teologia litúrgica, p. 69.

¹¹⁰ BASURKO, X., A vida litúrgico-sacramental da Igreja em sua evolução histórica, p. 120.

¹¹¹ AUGÉ, M., Liturgia, p. 66.

¹¹² FLORES, J.J., Introdução à teologia litúrgica, p. 68.

¹¹³ FLORES, J.J., Introdução à teologia litúrgica, p. 68.

O Iluminismo Católico trouxe uma renovação significativa na forma como a liturgia era compreendida e vivenciada. A racionalidade e a simplicidade promovidas pelo movimento conferiram uma nova clareza e propósito à liturgia, promovendo uma prática que fosse ao mesmo tempo profundamente espiritual e pragmática. Essa mudança visava tornar a liturgia mais acessível aos fiéis, encorajando uma participação ativa e consciente que refletisse uma fé genuína e bem fundamentada. Um dos eventos mais marcantes desse movimento foi o célebre Sínodo de Pistóia, realizado em 1786. Este sínodo apresentou um programa de reforma que propunha direcionar a vida litúrgica da Igreja com base em princípios mais racionais e razoáveis.

Entre as propostas destacadas pelo Sínodo de Pistóia estavam várias reformas significativas, como a participação ativa dos fiéis no sacrifício eucarístico e a comunhão com a hóstia consagrada na própria missa, em vez de reservar a comunhão para outro momento. O sínodo também propôs a diminuição da valorização da missa privada em favor da celebração comunitária, a centralização de um único altar na igreja e a limitação da exposição de relíquias sobre o altar. Além disso, destacava a importância da oração litúrgica, a necessidade de uma reforma do breviário, a veracidade e historicidade das leituras, a leitura anual de toda a Escritura nas celebrações litúrgicas e a introdução da língua nacional ao lado do latim nos livros litúrgicos. Essas propostas refletiam um desejo de tornar a liturgia mais participativa, compreensível e ligada à vida cotidiana dos fiéis.

No entanto, essas tentativas de reforma litúrgica não foram bem-sucedidas. Os esforços de renovação, como os promovidos pelo Sínodo de Pistóia, enfrentaram forte resistência e acabaram se limitando a condenações doutrinárias¹¹⁴. Apesar das boas intenções, faltava um amadurecimento maior sobre o verdadeiro significado da liturgia cristã, como atesta Xabier Basurko:

Pela primeira vez, o século XVIII acentuou explicitamente a importância da pastoral litúrgica; ele viu no culto a fonte primordial da vida cristã. Mas não captou o centro

¹¹⁴ Em 1794, o Papa Pio VI emitiu a bula *Auctorem fidei*, na qual condenou formalmente as resoluções do Sínodo de Pistóia. Neste documento, o pontífice criticava de forma contundente as ideias do sínodo, declarando como heréticos os primeiros quinze decretos, que propunham mudanças na estrutura e na hierarquia da Igreja. A bula enfatizava que tais propostas representavam uma ameaça à autoridade e à tradição da Igreja Católica, pois comprometiam o respeito à doutrina e ao papel central da hierarquia eclesial, pilares fundamentais para a unidade e identidade da fé católica.

medular do mistério litúrgico, mantendo-se restrito às suas dimensões intelectuais, éticas e puramente pedagógicas. Para a época do iluminismo, a liturgia se reduz a um meio de educação destinada à humanização do indivíduo; mas já não é entendida como “adoração de Deus em espírito e em verdade”¹¹⁵.

Portanto, o Iluminismo Católico, apesar de não ter alcançado seus objetivos imediatos, foi fundamental para iniciar um processo de reflexão e mudança que, eventualmente, levaria a uma renovação significativa na prática litúrgica da Igreja. Em meio aos descontentamentos gerados pelo rubricismo e formalismo litúrgico, bem como pelo esquecimento quase total do povo fiel e de sua participação nas celebrações, o Iluminismo Católico desempenhou um papel crucial, contribuindo para o desenvolvimento gradual de uma consciência litúrgica que promovesse uma compreensão mais profunda e uma participação ativa dos fiéis. As ideias introduzidas durante esse período começaram a germinar e, com o passar do tempo, encontraram expressão no Movimento Litúrgico do século XX. Assim, o Iluminismo Católico, apesar de suas dificuldades e limitações, foi essencial para a evolução da prática litúrgica na Igreja, na era contemporânea.

2.5.

O Movimento Litúrgico do século XX e a retomada da categoria *actuosa participatio*

O século XX foi um período de transformações profundas e renovação dentro da Igreja Católica, com a redescoberta da centralidade da liturgia emergindo como um dos elementos mais significativos. Nesse processo, o Movimento Litúrgico surgiu como uma resposta essencial aos anseios e às necessidades espirituais e pastorais da época, buscando revigorar a forma como os mistérios da fé eram celebrados e vividos pela comunidade cristã.

De acordo com Joseph Ratzinger, o Movimento Litúrgico pode ser descrito como um “providencial desígnio (*dispositio*) de Deus e como um acontecimento pneumático, uma nova passagem do Espírito Santo na sua Igreja”¹¹⁶. Portanto, para o teólogo, isso implicava que o movimento transcendia uma mera série propostas de teorias teológicas e de reformas práticas, representando uma intervenção divina que revitalizava a espiritualidade da Igreja e promovia uma renovação profunda no

¹¹⁵ BASURKO, X., A vida litúrgico-sacramental da Igreja em sua evolução histórica, p. 121.

¹¹⁶ RATZINGER, J., Os 40 anos da constituição sobre a Sagrada Liturgia, p. 685.

modo de participar da liturgia. Essa “nova passagem” do Espírito Santo visava infundir vitalidade e profundidade espiritual na celebração dos mistérios cristãos.

Nessa perspectiva, o Movimento Litúrgico emergiu como uma corrente significativa de renovação no âmbito litúrgico, caracterizando-se pela busca de uma participação mais ativa e consciente dos fiéis nas celebrações. Segundo Gustavo Correa Cola, o objetivo do Movimento Litúrgico “era superar a compreensão da liturgia como aparato exterior e cerimonial da fé, configurando esta nova ‘ciência do culto’ a um cristianismo simultaneamente consciente, prático e celebrativo”¹¹⁷. Assim, o Movimento Litúrgico procurava promover uma liturgia que não fosse apenas um conjunto de cerimônias, mas uma expressão viva e dinâmica da fé, onde cada membro da comunidade pudesse participar de maneira plena, ativa e consciente.

Embora o Movimento Litúrgico seja caracteristicamente um fenômeno do século XX, suas raízes remontam ao final do século XIX. Entre os pioneiros desse movimento estava Dom Próspero Guéranger, abade beneditino de São Pedro de Solesmes. Guéranger iniciou, ainda que de forma incipiente, um processo de reforma na liturgia com o objetivo de reavivar a fé da comunidade cristã, que se encontrava fortemente abalada pelos ideais propagados na Revolução Francesa. No entender do abade de Solesmes, os pilares da sociedade cristã só poderiam ser resgatados através de uma eclesiologia que colocasse a liturgia no centro, enquanto culto público¹¹⁸.

No processo de restauração da liturgia, Dom Guéranger procurou conciliar o movimento restauracionista francês do século XIX, que reafirmava “o princípio da revelação, do dogma e da tradição, assim como o respeito devido à constituição hierárquica da Igreja”¹¹⁹, com certas ideias iluministas que contribuíram significativamente para a renovação litúrgica. Entre essas contribuições iluministas estavam a promoção de uma maior simplicidade e sobriedade, em detrimento do exagero e dos elementos supérfluos na liturgia, a valorização da índole comunitária das celebrações em oposição ao individualismo predominante, a crítica ao fausto e

¹¹⁷ COLA, G.C., O sacramento-assembleia, p. 79.

¹¹⁸ LEÃO, F.S.A., formação litúrgica no Brasil a partir da Sacrosanctum Concilium, p.19.

¹¹⁹ LEÃO, F.S.A., formação litúrgica no Brasil a partir da Sacrosanctum Concilium, p.18.

à exuberância da arte barroca e a possibilidade de uma abordagem mais pastoral da liturgia¹²⁰.

Com Dom Prosper Guéranger, “tem início o retorno à liturgia romana, promovido pela descoberta das riquezas espirituais e teológicas desta”¹²¹. Ele defendia um retorno à pura tradição romana nos textos, cerimônias, rubricas e, especialmente, na música sacra¹²². Assim, Guéranger e seus colaboradores empenharam-se em recuperar a pureza do canto gregoriano, visto como o ápice musical da verdadeira tradição romana e o modelo mais perfeito da música sacra. Entretanto, como afirma J. Llopis, embora o trabalho de Guéranger seja meritório, ele “não patrocina ainda com suficiente convicção a participação do povo na celebração litúrgica”¹²³. Para Guéranger, o culto cristão era visto como uma realidade intocável e misteriosa, uma obra perfeitíssima inspirada diretamente pelo Espírito Santo que deveria permanecer inalterável, à margem de toda evolução histórica. Embora essa visão preservasse a pureza e a integridade das práticas litúrgicas, também limitava o envolvimento dos fiéis nas celebrações, mantendo a liturgia como uma esfera reservada principalmente ao clero.

Apesar dessas limitações na perspectiva de Guéranger, o movimento por ele iniciado teve o mérito de despertar um interesse renovado pela investigação histórica e teológica das fontes litúrgicas. Esse esforço de pesquisa e redescoberta das tradições litúrgicas antigas estabeleceu as bases para o nascimento e o vigoroso desenvolvimento do Movimento Litúrgico no século XX. Ao promover um retorno às origens e uma compreensão mais profunda das práticas litúrgicas, o movimento preparou o terreno para futuras reformas que visavam integrar a participação ativa dos fiéis. A contribuição do abade de Solesmes é tão significativa para o Movimento Litúrgico pode-se afirmar “que nada há nesse movimento cuja origem não esteja em Guéranger”¹²⁴.

¹²⁰ LEÃO, F.S.A., Formação litúrgica no Brasil a partir da Sacrosanctum Concilium, p.18.

¹²¹ GOENAGA, J.A., A vida litúrgico-sacramental da Igreja em sua evolução histórica, p. 127.

¹²² Com Dom Próspero Gueranger, surgem as primeiras manifestações do que mais tarde seria conhecido como movimento litúrgico, marcando o início do retorno à liturgia romana. Este retorno foi promovido pela redescoberta das riquezas espirituais e teológicas presentes na liturgia romana. No entanto, devido à sua falta de crítica histórica e ao seu papel como grande compilador, Gueranger acabou confundindo a liturgia romana com suas formas medievais e com o missal de Pio V. Esse equívoco levou a uma tendência de unificação em torno dessa liturgia, refletindo a predileção romântica do século XIX pelo medievo e o forte sentido romano do restauracionismo.

¹²³ LLOPIS, J., La liturgia a través de los siglos, p. 53. (tradução nossa).

¹²⁴ GOENAGA, J.A., A vida litúrgico-sacramental da Igreja em sua evolução histórica, p. 126.

Outro personagem importante nesse período, que antecede o surgimento do Movimento Litúrgico do século XX, foi o Papa Pio X. Eleito Sumo Pontífice em 4 de agosto de 1903, um de seus primeiros atos foi a publicação do motu próprio *Tra le sollecitudini* em 22 de novembro do mesmo ano. O motu próprio representou um marco significativo no desenvolvimento da reflexão litúrgica, ao sublinhar que a liturgia é o fundamento da vida espiritual da Igreja e enfatizar a necessidade da participação ativa e consciente dos fiéis nos atos litúrgicos.

Sendo de fato nosso vivíssimo desejo que o espírito cristão refloresça em tudo e se mantenha em todos os fiéis, é necessário prover antes de mais nada a santidade e dignidade do templo, onde os fiéis se reúnem precisamente para haurirem esse espírito da sua primária e indispensável fonte: a participação ativa nos sacrossantos mistérios e na oração pública e solene da Igreja¹²⁵.

Ao reconhecer a função primordial e indispensável da liturgia na vida dos crentes, bem como a necessidade da participação ativa dos fiéis nos atos de culto da Igreja, o Papa Pio X impulsionou decisivamente o movimento de renovação litúrgica, proporcionando as condições necessárias para o desenvolvimento de discussões teológicas sobre o papel da liturgia na vida espiritual dos cristãos. Desse modo, o Sumo Pontífice colocou os fundamentos para “o início da verdadeira fase pastoral do movimento litúrgico, que buscava fortalecer a comunidade dos fiéis no marco da vida paroquial, por meio da participação consciente e ativa na missa de domingo e participação frequente nos sacramentos”¹²⁶.

Consequentemente, o pontificado de Pio X desempenhou um papel crucial ao transformar a renovação litúrgica de um esforço fragmentado em um movimento abrangente de toda a Igreja. Suas ações e ensinamentos forneceram o impulso necessário para que a renovação litúrgica deixasse de ser uma série de iniciativas isoladas e se tornasse um acontecimento eclesial amplo e integrado. Impulsionados pelas palavras e diretrizes de Pio X, os esforços de reforma litúrgica ganharam força e coesão, permitindo que o Movimento Litúrgico emergisse, anos mais tarde, de sua forma embrionária.

O eco dos ideais propostos por Pio X foi sentido apenas seis anos após a publicação do documento pontifício, no Congresso Nacional das Obras Católicas de 1909, em Malinas, que assumiu com entusiasmo os ideais do Papa. Foi um feliz momento criativo, graças ao qual foi possível dar início ao movimento litúrgico que deixou de

¹²⁵ PIO X, *Tra le sollecitudini*, p. 14.

¹²⁶ RUSSO, R., Dom Lambert Beauduin, p. 377-378.

ser corrente e tornou-se visível e reconhecível aos olhos de todos. Tudo o que se seguiu nada mais foi do que o consequente desenvolvimento daquele início feliz¹²⁷.

O Movimento Litúrgico foi oficialmente inaugurado em 1909, marcado pelo influente discurso de Dom Lambert Beauduin, monge beneditino, durante o Congresso Internacional das Obras Católicas de Malines¹²⁸. Em sua apresentação, Dom Beauduin enfatizou enfaticamente que a liturgia é a fonte primordial da espiritualidade dos fiéis e a forma mais eficaz de catequese da doutrina cristã¹²⁹. Essa perspectiva transformadora do Movimento Litúrgico nascente trouxe uma nova compreensão sobre a celebração litúrgica.

Dom Beauduin deu continuidade à obra iniciada por Dom Guéranger, ao mesmo tempo em que a desenvolveu. Embora mantivesse as características essenciais do movimento original, Beauduin introduziu um novo direcionamento, focado na pastoral litúrgica nas paróquias. Esse enfoque trouxe um alcance e um ritmo de ação inovadores, destacando a necessidade de inspirar a piedade e a vida cristã por meio do culto da igreja. Para alcançar esse objetivo, ele enfatizou a importância da participação ativa dos batizados na liturgia, que não deveria ser vista apenas como a execução de ritos e cerimônias, mas reconhecida como “a mais alta das expressões da Igreja”¹³⁰. Isso implicava que a liturgia deveria ocupar um lugar central na vida dos cristãos, servindo como um meio vital para a vivência e a expressão da fé.

A partir do pontificado de Pio X e das ideias do monge beneditino Dom Lambert Beauduin, a pastoral litúrgica passou a enfatizar a necessidade de uma liturgia mais acessível e participativa. Durante séculos, a ausência dessa participação evidenciou uma visão reduzida e jurídicista do culto, regida por inúmeras rubricas e dominada pelo clero. Essa abordagem restritiva transformou a liturgia em um conjunto de rituais complexos e afastou os fiéis, fazendo com que ela deixasse de ser a principal fonte de vida espiritual dos batizados. Além disso, a liturgia perdeu seu valor como expressão significativa da comunhão da Igreja, contribuindo para um distanciamento entre os membros da comunidade e a vivência plena da fé.

¹²⁷ RUSSO, R., Dom Lambert Beauduin, p. 378.

¹²⁸ Embora existam opiniões divergentes acerca do início do Movimento Litúrgico, esta pesquisa optou pela versão mais clássica, colocando o início do Movimento Litúrgico no Congresso Internacional das Obras Católicas de Malines em 1909, com a figura de Dom Lambert Beauduin.

¹²⁹ AUGÉ, M., Liturgia, p. 57.

¹³⁰ CARDITA, A., O coração do Movimento Litúrgico, p. 243.

Com o objetivo de restaurar a liturgia como a principal fonte de vida espiritual, a pastoral litúrgica buscou incentivar a participação ativa dos batizados e resgatar o papel da liturgia como expressão da comunhão e identidade da Igreja. A renovação litúrgica visava tornar os ritos mais compreensíveis e envolventes, permitindo que os fiéis se sentissem parte integrante da celebração. Essa transformação pretendia não apenas simplificar os rituais, mas também promover uma espiritualidade mais profunda e comunitária, onde a liturgia pudesse ser vivenciada como uma verdadeira celebração da fé. Sobre esse aspecto testemunha Gustavo Correa Cola:

Seu intento [do Movimento Litúrgico] era superar a compreensão da liturgia como aparato exterior e cerimonial da fé, configurando esta nova “ciência do culto” a um cristianismo simultaneamente consciente, prático e celebrativo. Seus pioneiros entendiam ser necessário favorecer o encontro das assembleias com as constantes fundamentais da liturgia da Igreja, de tal maneira que, impregnado de seu espírito, o povo de Deus intuísse seu valor e experimentasse sua força significativa¹³¹.

O surgimento do Movimento Litúrgico trouxe à Igreja um novo fervor e um interesse renovado pelos estudos litúrgicos, preparando o terreno para uma série de reformas destinadas a promover uma vivência mais intensa e fervorosa da liturgia como fonte primária da espiritualidade cristã. O movimento tinha como objetivo revalorizar a liturgia, buscando uma compreensão mais profunda por parte dos fiéis, superando a visão limitada da liturgia como mero aparato exterior e cerimonial da fé. Em vez disso, o Movimento Litúrgico incentivava uma prática cristã que fosse consciente, prática e celebrativa, proporcionando aos fiéis uma experiência de fé mais autêntica e transformadora.

Isto posto, os pioneiros do Movimento Litúrgico dedicaram-se a criar um ambiente onde a liturgia fosse vivida e compartilhada, não apenas como um conjunto de rituais, mas como uma experiência capaz de fortalecer a fé e a espiritualidade da comunidade. Eles acreditavam que, através de uma maior participação e envolvimento nas celebrações, o povo de Deus poderia reconhecer a liturgia como uma fonte vital de vida espiritual e uma expressão de sua identidade coletiva. Nesse sentido, visando promover essa participação dos fiéis, durante o Congresso de Malines, por exemplo, foram formuladas diversas tarefas:

¹³¹ COLA, G.C., O sacramento-assembleia, p. 79.

A difusão do missal traduzido como o livro cristão; o aumento do caráter litúrgico da piedade por meio da participação na missa paroquial – ensinando a não desvincular a preparação e a ação de graças da comunhão das orações da missa – nas vésperas e, no lar, por intermédio da recuperação de antigas tradições litúrgicas (as completas, bênção da mesa, preces e ritos próprios das épocas fortes); a promoção do canto gregoriano segundo as orientações de Pio X; a organização de retiros anuais para os responsáveis pela pastoral litúrgica¹³².

Assim, o Movimento Litúrgico teve como objetivo central promover uma participação mais consciente, ativa e plena dos fiéis na liturgia. Segundo testemunha Angelo Cardita, “todos os autores do Movimento Litúrgico, sem exceção, se concentram na participação ativa”¹³³. Para atingir esse objetivo, o movimento revisou os ritos litúrgicos, incorporou línguas vernáculas nas celebrações e incentivou uma maior participação dos fiéis. Essas mudanças visavam tornar a liturgia mais acessível e significativa, resgatando seu papel fundamental como fonte de espiritualidade e comunhão dentro da Igreja.

Essa redescoberta da centralidade da liturgia na vida da comunidade cristã e o incentivo a participação ativa dos fiéis nas celebrações litúrgicas, promovida pelos estudos da teologia litúrgica, foi tão impactante para a teologia da época, que rapidamente o Movimento Litúrgico ganhou novos simpatizantes, espalhando-se por diversos lugares no mundo, como demonstra Julián López Martín:

Na Bélgica, destacou-se a atividade de L. Beaudiun (+1960). Na Alemanha, o Movimento se tornou mais teológico com O. Casel (+1948) e R. Guardini (+1968). Na Áustria, P. Parsch (+1954) voltou aos ideais de Beaudiun. Na Itália, destacou-se o cardeal I. Schuster (+1957). Na França, fundou-se o Centro Litúrgico de Paris, em 1943. Na Espanha, houve um forte despertar orientado pelos mosteiros de Silos e de Montserrat, sobretudo com raiz no Congresso de 1915.¹³⁴

Através do Movimento Litúrgico, a liturgia foi reafirmada como uma expressão viva e dinâmica da fé, onde Cristo é o sujeito principal, em união com seu corpo integral, a Igreja. Segundo B. Botte, “a revalorização da liturgia não era questão de tática pastoral, mas de verdade teológica”¹³⁵. Não se tratava de tornar o culto mais atraente, moderno, transparente ou inovador. O Movimento Litúrgico visava, essencialmente, resgatar a liturgia de seu exílio caracterizado por um excesso de regras, um enfoque excessivo na estética, e um domínio clericalista e elitista. É importante ressaltar que o movimento não buscava uma “forma pura” de

¹³² GOENAGA, J.A., A vida litúrgico-sacramental da Igreja em sua evolução histórica, p. 128.

¹³³ CARDITA, A., O coração do Movimento Litúrgico, p. 238.

¹³⁴ MARTÍN, J.L., A liturgia da Igreja, p. 113.

¹³⁵ BOTTE, B., O movimento litúrgico, p. 36.

culto, supostamente escondida em algum momento do passado. Ao contrário, o objetivo era restaurar o verdadeiro papel da liturgia na vida cristã, conforme compreendido e vivido pelas tradições do Novo Testamento e dos Padres da Igreja.¹³⁶ O foco estava em reconhecer a liturgia como uma expressão central e viva da fé, integrada na vida cotidiana dos fiéis e refletindo a autêntica espiritualidade cristã, tal como foi articulada e praticada pelas primeiras comunidades cristãs.

Dessa maneira, o Movimento Litúrgico não apenas trouxe mudanças práticas à forma como a liturgia é celebrada, mas também impactou profundamente a reflexão teológica-litúrgica. Ao promover a participação ativa dos fiéis, o movimento restaurou a liturgia ao seu lugar central na vida eclesial, transformando-a em uma celebração comunitária vibrante e significativa.

Assim sendo, o Movimento Litúrgico desempenhou um papel crucial na preparação e implementação das reformas que seriam promovidas pelo Concílio Vaticano II. Segundo Angelo Cardita, “a liturgia está, pois no coração do Concílio, mas só porque o próprio Concílio está no coração do Movimento Litúrgico”¹³⁷. As ideias e práticas promovidas pelo movimento influenciaram diretamente os documentos conciliares, especialmente a Constituição *Sacrosanctum Concilium*, que estabeleceu as diretrizes para a renovação litúrgica. A ênfase na acessibilidade, no uso das línguas vernáculas e no envolvimento da comunidade nas celebrações litúrgicas ajudou a transformar a liturgia de uma prática redutiva e jurídicista para uma expressão mais viva e comunitária da fé.

2.6.

A centralidade da *actuosa participatio* no desenvolvimento da teologia conciliar

Conforme apresentado anteriormente, ao longo de um extenso período histórico, a liturgia na Igreja Católica foi predominantemente uma responsabilidade do clero, que conduzia as celebrações litúrgicas não como *locus* privilegiado da experiência do *mysterio* do Deus uno e Trino, mas sim como uma ritualidade pobre, na qual a preocupação fundamental orbitava em torno “sobre o ‘como’ se celebra, sem interrogar o ‘que coisa’ se celebra nem o ‘porquê’ se celebra”¹³⁸. Esse modelo

¹³⁶ COLA, G.C., O sacramento-assembleia, p. 80.

¹³⁷ CARDITA, A., O coração do Movimento Litúrgico, p. 241.

¹³⁸ COSTA, B., O Movimento litúrgico e a redescoberta da qualidade teológica da liturgia, p. 136.

clericalista resultava em uma passividade dos fiéis nas celebrações litúrgicas, frequentemente relegando-os ao papel de meros espectadores.

Entretanto, buscando superar essa mentalidade legalista na compreensão da liturgia cristã, entre meados do século XIX e o início do século XX, emergiu uma série de eventos que retomaram a questão litúrgica a partir da sua qualidade teológica. Contudo, apesar das significativas reformas iniciadas pelo Movimento Litúrgico no início do século XX, que incentivavam a participação ativa dos fiéis, “até provocando pronunciamentos do magistério pontifício e inspirando reformas parciais, às vésperas do Concílio Vaticano II ainda predominava o ‘clericalismo abusivo’ diante de um povo que, em assembleia, comportava-se como ‘espectador mudo’”¹³⁹.

Em suma, embora o conceito de *actuosa participatio* tenha sido amplamente debatido e desenvolvido pelos teóricos do movimento litúrgico ao longo do século XX, foi durante o Concílio Vaticano II que ele alcançou pleno reconhecimento e aprofundamento teológico. Realizado entre 1962 e 1965, o Concílio foi um marco na história da Igreja, cuja intenção principal era “promover o desenvolvimento da fé católica, renovar a vida cristã dos fiéis e adaptar a disciplina eclesiástica ao nosso tempo”¹⁴⁰. No âmbito da reforma litúrgica, a promulgação da Constituição sobre a Sagrada Liturgia, *Sacrosanctum Concilium*¹⁴¹, em 4 de dezembro de 1963, foi um marco crucial para essa renovação.

A *Sacrosanctum Concilium* foi o primeiro documento a ser votado e aprovado no Concílio Vaticano II, não apenas devido à maturidade de seu esquema inicial, mas também porque os padres conciliares perceberam que a reforma litúrgica era crucial para atingir os objetivos do Concílio¹⁴². Ao comentar sobre esse fato, Joseph Ratzinger destacou uma razão ainda mais profunda para essa escolha: a primazia do tema. Dessa forma, ao começar com a liturgia, os desígnios divinos guiaram os padres a enfatizar a centralidade do culto na vida da Igreja.

¹³⁹ COLA, G.C., O sacramento-assembleia, p. 90.

¹⁴⁰ FLORES, J.J., Introdução à teologia litúrgica, p. 289.

¹⁴¹ Esta pesquisa se limita à análise da *Sacrosanctum Concilium*, pois as contribuições litúrgicas dos outros documentos conciliares não alteram seus fundamentos essenciais. Contudo, a *Sacrosanctum Concilium* adquire novas ressonâncias e profundidade quando considerada à luz de outros textos conciliares, que ampliam e enriquecem sua aplicação prática e teológica. Esses documentos complementares ajudam a contextualizar e expandir a compreensão dos princípios litúrgicos, promovendo uma visão mais integrada e abrangente da liturgia na vida da Igreja.

¹⁴² MELO, J.R., A participação da assembleia dos fiéis na celebração eucarística ao longo da história, p. 503.

O concílio Vaticano II iniciou o seu trabalho com a discussão do “Esquema sobre a Sagrada Liturgia (...)”. Vista de fora, a razão pela qual o tema da liturgia foi colocado no começo do trabalho conciliar, do qual a Constituição se tornou o primeiro resultado, parecia fruto do acaso. (...) Entre todos os projetos, o texto sobre a sagrada liturgia parecia ser o menos controverso. Assim o tema parecia mais adequado, servindo quase como uma espécie de exercício com o qual os padres poderiam aprender os métodos do trabalho conciliar. Aquilo que, visto de fora, pode parecer um acaso, releva-se, olhando para a hierarquia dos temas e tarefas da Igreja, como intrinsecamente mais justo. Começando pelo tema da liturgia, foi colocada inequivocamente no centro a primazia de Deus, a prioridade absoluta do tema “Deus”. Antes de tudo Deus: e se diz isso, iniciando-se com a liturgia¹⁴³.

Fruto de aprofundados estudos doutrinários, esforços pastorais diligentes e deliberações de autoridades eclesiásticas, a *Sacrosanctum Concilium* emerge como uma resposta a série de questionamentos que surgiram ao longo do século XX. Para tal, a reforma conciliar buscou resgatar o verdadeiro sentido teológico da liturgia conforme a tradição antiga, valorizando a escuta da Palavra de Deus nas celebrações. Além disso, enfatizou a participação ativa, consciente e frutuosa dos fiéis no culto, sublinhando a dimensão comunitária da liturgia e a necessidade de adaptar as práticas litúrgicas às diversas culturas¹⁴⁴.

Superando a visão predominantemente estética e ritualista que dominou a liturgia por séculos, a *Sacrosanctum Concilium* reposiciona a liturgia em uma perspectiva teológica e pastoral. Em vez de focar apenas na beleza dos ritos e na formalidade das cerimônias, o documento destaca a importância do conteúdo de fé que esses ritos devem transmitir. Este enfoque inovador, introduzido pelo Concílio Vaticano II, enquadra a liturgia dentro de um contexto teológico, libertando-a de um ritualismo limitado e superficial. Sobre esse aspecto, escreve José Antonio Goenaga:

A estrutura interna da constituição é formada por princípios doutrinários e normas práticas. O entrelaçamento de princípios e práticas corresponde ao binômio teologia-celebração, isto é, a essência da teologia litúrgica. Se, na celebração a teologia é marginalizada, cai-se no rubricismo ou na invenção arbitrária. E se, na teologia sobre o culto, se marginaliza a celebração, o pensamento é esterilizado, perdendo-se em si mesmo¹⁴⁵.

Portanto, verifica-se que a *Sacrosanctum Concilium* estabelece uma conexão profunda entre teoria e prática, visando a renovação da teologia e da celebração

¹⁴³ RATZINGER, J., Prefácio ao primeiro volume dos meus escritos, p. 13.

¹⁴⁴ MELO, J.R., A participação da assembleia dos fiéis na celebração eucarística ao longo da história, p. 515.

¹⁴⁵ GOENAGA, J.A., A vida litúrgico-sacramental da Igreja em sua evolução histórica, p. 137.

litúrgica na Igreja. Seu objetivo é incentivar uma participação mais ativa e consciente dos fiéis, promovendo uma vivência litúrgica mais autêntica e engajada. Isso implica adaptar as celebrações para serem mais acessíveis e compreensíveis, transformando a relação até então existente entre os fiéis e os ritos sagrados.

Para alcançar esses objetivos, tornou-se crucial purificar o rito romano das adições acumuladas ao longo dos séculos, que prejudicavam a verdadeira vivência do mistério pascal. Assim sendo, José Antonio Goenaga afirma, que o princípio “revisão-participação é constante no documento conciliar, que coloca em primeiro lugar a pastoral litúrgica”¹⁴⁶. Ora, com o intuito de promover uma revisão que culminasse na participação ativa dos fiéis, o Concílio Vaticano II concretizou o que o Concílio de Trento havia tentado e não concretizado plenamente: retornar às antigas e genuínas raízes da liturgia, conforme a expressão latina “*ad pristinam sanctorum Patrum normam ac ritum*”. Ao realizar essa renovação, o Concílio enriqueceu a experiência litúrgica, tornando-a mais espiritualmente significativa e permitindo uma participação mais consciente e ativa dos fiéis na celebração dos mistérios da fé.

Nesse processo de reforma, os padres conciliares deixaram de lado a visão estático-jurídica que antes prevalecia no discurso litúrgico e adotaram princípios teológicos e pastorais claramente definidos. De acordo com o perito do Concílio, Boaventura Kloppenburg, oito desses princípios foram destacados: a natureza da liturgia, a participação dos fiéis, a fácil compreensão, a descentralização, o uso da língua vernácula, a adaptação da liturgia, sua natureza didática e sua natureza comunitária¹⁴⁷. Esses princípios foram fundamentais para moldar uma liturgia que fosse ao mesmo tempo acessível e profunda, permitindo uma vivência mais autêntica e envolvente dos ritos sagrados.

A “novidade” apresentada pela Constituição *Sacrosanctum Concilium* é situar a liturgia no contexto da revelação como “história da salvação”. Isso significa que a liturgia é vista como um elemento fundamental no desdobramento da obra salvífica de Deus, que é continuada pela Igreja através dos séculos. A liturgia, então, não é apenas uma série de rituais ou cerimônias, mas um momento em que a ação salvadora de Deus se torna presente e ativa na vida dos fiéis. A obra salvífica de Deus, realizada através de Cristo, é continuada na liturgia pela Igreja.

¹⁴⁶ GOENAGA, J.A., A vida litúrgico-sacramental da Igreja em sua evolução histórica, p. 137.

¹⁴⁷ KLOPPENBURG, B., Princípios de renovação litúrgica do Vaticano II, p. 3.

Como foi enviado pelo Pai, também Cristo enviou os apóstolos no Espírito Santo, para pregar o Evangelho a toda criatura, anunciando que o Filho de Deus, por sua morte e ressurreição, nos libertou do poder de satanás e da morte, fazendo-nos entrar no reino do Pai. Ao mesmo tempo que anunciavam, realizavam a obra da salvação pelo sacrifício e pelos sacramentos, através da liturgia. (...) Desde então, a Igreja nunca deixou de se reunir para celebrar o mistério pascal, lendo o “que dele se fala em todas as escrituras (Lc 24,27), celebrando a eucaristia, “em que se representa seu triunfo e sua vitória sobre a morte”, dando igualmente graças a “Deus pelo dom inefável” (2 Cor 9,15) em Cristo Jesus, para louvor de sua glória (Ef 1,12), na força do Espírito Santo¹⁴⁸.

Dessa forma, a liturgia se torna um canal pelo qual a graça de Deus é mediada e a comunhão com Deus é aprofundada, inserindo os fiéis na dinâmica da história da salvação. Na *Sacrosanctum Concilium*, a liturgia é vista essencialmente como a ação de Cristo em seu corpo, a Igreja¹⁴⁹. Esta compreensão estabelece uma relação intrínseca e dinâmica entre a liturgia e a Igreja, transcendendo a visão tradicional que a vinculava predominantemente à Igreja Hierárquica¹⁵⁰. Desse modo, a teologia conciliar enfatiza que a liturgia não é exclusiva da hierarquia eclesial, mas envolve toda a Igreja como povo de Deus, realçando assim a dimensão comunitária e participativa da liturgia, onde cada membro do corpo de Cristo desempenha um papel fundamental. Sobre este aspecto, escreve José Ariovaldo da Silva:

O concílio resgata igualmente a dimensão comunitária da liturgia como celebração da comunidade presidida por seus pastores. Por ser ação da comunidade, são resgatados também os diferentes ministérios nas ações litúrgicas, e o povo volta a ter contato direto e abundante com a palavra de Deus proclamada e com o sacramento celebrado. Se a liturgia é ação da comunidade, busca-se resgatar a todo custo a participação plena, ativa e fecunda dos fiéis nas celebrações. O próprio concílio enfatiza que a participação ativa na liturgia é um direito e um dever do povo¹⁵¹.

Isto posto, compreende-se que, com a teologia conciliar, a assembleia dos fiéis voltou a ocupar uma posição central na celebração litúrgica, recuperando um papel que, de acordo com a tradição eclesial mais antiga, sempre lhe pertenceu. A

¹⁴⁸ SC 6.

¹⁴⁹ “Para realizar tal obra, Cristo está sempre presente à sua Igreja, especialmente nas ações litúrgicas. (...) Cristo age sempre e tão intimamente unido à Igreja, sua esposa amada, que esta glorifica perfeitamente a Deus e santifica os homens, ao invocar seu Senhor e, por seu intermédio, presta culto ao eterno Pai. Com razão se considera a liturgia o exercício do sacerdócio de Cristo, em que se manifesta por sinais e se realiza a seu modo a santificação dos seres humanos, ao mesmo tempo que o corpo místico de Cristo presta culto público perfeito à sua cabeça. Toda celebração litúrgica, pois, como obra de Cristo sacerdote e de seu corpo, a Igreja, é ação sagrada num sentido único, não igualado em eficácia nem grau por nenhuma outra ação da Igreja”. SC 7.

¹⁵⁰ AUGÉ, M., Liturgia, p 78.

¹⁵¹ SILVA, J.A., A celebração do mistério de Cristo ao longo da história, p. 506-507.

Igreja, vista como “povo reunido na unidade do Pai, do Filho e do Espírito Santo”¹⁵², é, juntamente com Cristo, a protagonista da ação litúrgica. Assim sendo, celebração é uma manifestação do exercício sacerdotal de Cristo, que atua através de seu corpo total, a Igreja. Esta perspectiva coloca a assembleia dos fiéis no coração da liturgia, reafirmando que as ações litúrgicas não são obras de um grupo privilegiado, mas sim de toda a Igreja.

As ações litúrgicas não são ações privadas, mas celebrações da Igreja, sacramento da unidade, povo santo reunido ordenadamente em torno do bispo. São, pois, ações de todo o corpo da Igreja, que lhe dizem respeito e o manifestam, interessando a cada um dos membros de maneira diversa, segundo a variedade das ordens, das funções e da participação efetiva¹⁵³.

O avanço na reflexão litúrgica alcançado pelo Concílio Vaticano II foi possibilitado pela retomada da teologia do sacerdócio comum dos fiéis. Essa teologia enfatiza que “o selo batismal capacita e compromete os cristãos a servirem a Deus em uma participação viva na sagrada liturgia da Igreja e a exercerem seu sacerdócio batismal pelo testemunho de uma vida santa e de uma caridade eficaz”¹⁵⁴. Portanto, a retomada desta teologia promove uma visão mais participativa e comunitária da vida eclesial, incentivando os fiéis a se envolverem mais profundamente nas celebrações litúrgicas, reconhecendo que sua participação é uma expressão essencial de sua identidade cristã e de sua vocação batismal. A participação dos fiéis nas celebrações vai além da mera presença física, ela exige dos batizados uma postura consciente e ativa no culto litúrgico.

Nessa perspectiva, o sacerdócio hierárquico é colocado a serviço da Igreja, entendida como a totalidade do povo de Deus. Esta função de serviço sublinha que na assembleia celebrativa “o presbítero é o *proestós*, aquele que está diante da assembleia, porque a preside e a guia, mas, ao mesmo tempo faz totalmente parte da assembleia: não está nem acima nem abaixo dela, mas em seu interior”¹⁵⁵. Assim sendo, o sacerdote também se torna um ícone de Cristo ao posicionar-se diante da comunidade, na medida em que, com a comunidade e dentro dela, exprime o estar ‘debaixo de Cristo’¹⁵⁶.

¹⁵² LG 4.

¹⁵³ SC 26.

¹⁵⁴ CEC 1273.

¹⁵⁵ BOSELI, G., O sentido espiritual da liturgia, p. 117-118.

¹⁵⁶ AUGÉ, M., Liturgia, p 87.

A complementaridade entre o sacerdócio ministerial e o sacerdócio comum dos fiéis, ambas manifestações de uma Igreja constituída por um povo sacerdotal, é essencial para a plena realização do culto. Essa interação dinâmica garante que a liturgia seja uma expressão viva da fé comunitária e que a missão da Igreja seja efetivamente realizada. Sobre esse aspecto testemunha Matias Augé:

Em síntese, o sujeito integral da ação litúrgica é sempre a Igreja, sem distinção, isto é, enquanto composta da cabeça e dos membros. Por outro lado, se há diferença de relações entre os indivíduos e a liturgia, tal diferença não é provocada pelo “sacerdócio” de alguns e pelo “não sacerdócio” dos outros, mas pela posição diferente (“estado”) que podem ter no próprio sacerdócio (...). Mas o sujeito último e transcendente é Cristo, que fez da Igreja o seu corpo sacerdotal, estruturando-a como organismo composto de povo e de pastores, de comunidade e de hierarquia, de assembleia e de presidência¹⁵⁷.

Em suma, a teologia litúrgica expressa pelo Concílio Vaticano II representou um avanço significativo na doutrina da Igreja ao enfatizar que a participação ativa dos fiéis na liturgia é um direito e um dever, enraizado no batismo e na essência da Igreja como um povo sacerdotal. Essa participação ocorre conforme a vocação de cada um no sacerdócio de Cristo, formando um corpo com diversas funções, mas unificado pelo Espírito Santo. Desse modo, em vez de serem meros espectadores, os fiéis são verdadeiros participantes da mesma fé. Essa dinâmica assegura que a liturgia seja uma expressão viva e comunitária, onde cada pessoa contribui de acordo com sua vocação e dons, refletindo tanto a unidade quanto a diversidade do corpo de Cristo.

Para que a participação ativa dos fiéis nas celebrações litúrgicas seja efetiva, é essencial que a liturgia possua uma pedagogia específica capaz de conduzir os fiéis a uma compreensão profunda do mistério celebrado. Reconhecendo essa necessidade, os padres conciliares dedicaram-se a promover uma reforma litúrgica que assegurasse que os textos e ritos litúrgicos expressassem com clareza as realidades sagradas que representam. Essa clareza é fundamental para que o povo cristão possa compreender mais facilmente o significado dos ritos e, assim, participar plena e ativamente da celebração comunitária. Assim sendo, na *Sacrosanctum Concilium* é expresso o desejo de promover uma reforma litúrgica que facilite a participação ativa dos fiéis.

¹⁵⁷ AUGÉ, M., Liturgia, p 88.

A Igreja deseja fazer quantos antes uma reforma litúrgica geral, para que o povo cristão aproveite melhor as riquezas de graça contidas na liturgia. Há, na liturgia, uma parte imutável, de instituição divina, e outras sujeitas a modificações, que podem e devem variar no decurso do tempo, desde que apresentem aspectos menos apropriados à natureza íntima da própria liturgia ou que se tenham tornado obsoletos. Nesta reforma, os textos e os ritos devem vir a exprimir com clareza as realidades santas que significam, para que o povo cristão as percebe com maior facilidade, na medida do possível, e possa participar plena e ativamente da celebração comunitária¹⁵⁸.

No entanto, para que a reforma litúrgica seja realmente eficaz, os padres conciliares não se concentram apenas na renovação dos textos e cerimônias, mas também enfatizam a necessidade de promover uma educação litúrgica de todos os fiéis, para que possam se envolver de maneira mais profunda e consciente na liturgia, tornando-se verdadeiros protagonistas na celebração dos mistérios divinos. Assim, a liturgia se transforma em uma experiência verdadeiramente transformadora e edificante. Essa abordagem assegura que a celebração litúrgica não seja apenas um ritual, mas uma vivência comunitária que fortalece a fé e a coesão da comunidade eclesial, tal como testemunha Matias Augé:

A liturgia possui uma pedagogia específica própria para conduzir os participantes a penetrar no mistério celebrado, que passa pelos ritos e pelas orações. Essa pedagogia, porém, é ineficaz se não se está preparado para absorvê-la e assimilá-la a ponto de deixar-se dominar pela celebração e transformar-se, dessa forma, em participantes envolvidos e em protagonistas. É preciso, pois, penetrar no sentido dos ritos e dos textos¹⁵⁹.

A *actuosa participatio* se concretiza à medida que os fiéis se apropriam do conteúdo celebrativo, permitindo-se ser graciosamente transformados por ele e colhendo os frutos oferecidos na ação litúrgica¹⁶⁰. Assim sendo, a participação ativa, conforme a tradição bíblica e patrística recuperada pelos padres conciliares, não se limita a realizar muitas tarefas ou compreender todos os detalhes. E embora envolva ministérios específicos e uma compreensão celebrativa, a essência dessa participação reside em adotar uma postura diferente diante do mistério pascal celebrado, valorizando um profundo envolvimento espiritual e uma receptividade à graça divina. Ora, essa compreensão de participação não se reduz a uma atividade restrita ao momento ritual ou a uma visão pragmática e utilitarista, marcada por um ativismo superficial.

¹⁵⁸ SC 21.

¹⁵⁹ AUGÉ, M., Liturgia, p. 94-95.

¹⁶⁰ COLA, G.C., O sacramento-assembleia, p. 93.

Portanto, a renovação litúrgica marca o ponto culminante de uma evolução qualitativa iniciada no início do século XX com o movimento litúrgico, que se consolidou e desenvolveu plenamente com o Concílio Vaticano II. Este processo trouxe uma compreensão renovada da liturgia, apresentando-a como uma expressão vibrante e ativa da fé comunitária, adaptada às exigências contemporâneas sem perder sua conexão com as raízes históricas da Igreja. Assim, a *Sacrosanctum Concilium* conseguiu realizar o que deveria ter sido feito no final da Idade Média, mas que o Concílio de Trento não pôde devido às circunstâncias da época.

Reconhecendo o valor da assembleia como uma expressão viva da Igreja e um sujeito ativo na liturgia, tornou-se essencial promover uma participação não apenas ativa, mas também consciente, piedosa e interior. A teologia litúrgica desenvolvida pelos padres conciliares e exposta na *Sacrosanctum Concilium* sublinha que os fiéis não devem ser meros espectadores, mas membros ativos e conscientes. Esse envolvimento profundo transforma a liturgia em uma experiência comunitária, onde cada fiel desempenha um papel ativo na celebração dos mistérios divinos.

A compreensão de Joseph Ratzinger acerca da categoria *actuosa participatio*.

A categoria *actuosa participatio* surge como um dos pilares centrais da renovação litúrgica promovida pelo Concílio Vaticano II, exercendo uma influência profunda tanto na prática quanto na teologia litúrgica da Igreja. Esse conceito, que visa integrar os fiéis de maneira ativa e consciente na celebração dos mistérios sagrados, tornou-se um princípio fundamental para a reforma litúrgica conciliar, transformando significativamente a relação entre a comunidade cristã e a celebração da liturgia.

Entre os teólogos que se debruçaram sobre o tema, contribuindo para o desenvolvimento e aprofundamento do conceito, encontra-se Joseph Ratzinger. Embora não fosse propriamente liturgista, mas “um teólogo fundamental que se pergunta pela fé e, a partir dela, pela relação entre Deus e o homem”¹⁶¹, considerava a liturgia como a realidade central de sua vida¹⁶², por isso dedicou-se a “denunciar o que lhe pareceu alguns desvios”¹⁶³.

Assim sendo, como teólogo e homem apaixonado pela liturgia da Igreja, Ratzinger dedicou grande parte de sua vida a promover uma compreensão mais profunda e uma celebração mais digna da sagrada liturgia. Ao longo de sua trajetória teológica, contribuiu com o desenvolvimento de uma teologia litúrgica produzindo um vasto corpo de obras nas quais abordou, de forma detalhada e profunda, diversos aspectos da liturgia cristã, buscando oferecer auxílio para a compreensão da fé e para a execução correta da forma essencial de expressão dentro da liturgia¹⁶⁴.

Entre as múltiplas contribuições de Joseph Ratzinger a teologia litúrgica, encontra-se sua compreensão acerca da categoria *actuosa participatio*. Ora, sua reflexão sobre esse conceito oferece uma visão profunda da participação litúrgica dos fiéis, sublinhando que essa participação deve ir além de um mero gesto externo.

¹⁶¹ PADRÓS, J.G., La liturgia desde dentro, p. 62.

¹⁶² RATZINGER, J., Prefácio ao primeiro volume dos meus escritos, p. 14.

¹⁶³ SARTO, P. B., La teologia de Joseph Ratzinger, p. 66.

¹⁶⁴ RATZINGER, J. O espírito da liturgia, p. 30.

Para Ratzinger, a verdadeira *actuosa participatio* implica uma inserção ativa e consciente no mistério de Cristo presente na celebração litúrgica. Assim sendo, o teólogo alemão critica severamente as interpretações equivocadas da reforma litúrgica, baseada em uma dimensão exterior e funcional, ao mesmo tempo em que faz um forte apelo por uma renovação da consciência litúrgica, reafirmando a liturgia como a fonte e o ápice da vida cristã.

Este capítulo tem como objetivo investigar cronologicamente o desenvolvimento do conceito de *actuosa participatio* nas obras de Ratzinger, explorando como ele abordou e refinou a ideia ao longo de sua carreira como teólogo. O que se pode dizer, é que suas reflexões sobre a *actuosa participatio* abrem caminhos significativos para a compreensão e a prática litúrgica, reafirmando a necessidade de uma renovação espiritual e autêntica na vida litúrgica da Igreja em conformidade com o desejo expresso pelo Concílio Vaticano II. Ao revisitar suas obras, percebe-se o impacto duradouro de suas reflexões, consolidando o papel de Ratzinger no desenvolvimento da teologia litúrgica e na prática litúrgica da Igreja.

3.1

A relação de Joseph Ratzinger com a reforma litúrgica do século XX.

A redescoberta da centralidade da ação litúrgica na vida da Igreja, impulsionada pelo Movimento Litúrgico e desenvolvida por inúmeros teólogos e liturgistas ao longo do século XX, culminou na significativa reforma da liturgia promovida pelo Concílio Vaticano II, através da promulgação da constituição *Sacrosanctum Concilium* em 4 de dezembro de 1963. Esse documento seminal promoveu mudanças significativas na compreensão e na execução litúrgica da Igreja, refletindo o desejo dos padres conciliares de restaurar e estimular essas práticas à realidade contemporânea¹⁶⁵. Conforme observa Dag Tessoré, dentre todas as mudanças realizadas, a renovação litúrgica foi “sem dúvida, um dos aspectos que mais transformaram a fisionomia visível da Igreja Católica após o Concílio Vaticano II”¹⁶⁶.

¹⁶⁵ SC 1.

¹⁶⁶ TESSORÉ, D. Bento XVI, p. 84.

Superando a mentalidade tipicamente legalista¹⁶⁷ na compreensão da liturgia, a Igreja passou a concebê-la como “o cume para o qual tende toda a ação da Igreja e, ao mesmo tempo, a fonte de que promana sua força”¹⁶⁸. Desse modo, a liturgia, que outrora era vista somente como “uma fonte esquecida e até substituída por outros métodos espirituais”¹⁶⁹, recuperou seu *status* de *locus* privilegiado da experiência do *mysterion* do Deus uno e trino. Essa transformação foi extremamente enriquecedora para a vida da Igreja, tal como testemunha Joseph Ratzinger:

Por uma certa teologia manualística, o que interessava nos sacramentos e na Eucaristia era, essencialmente, a validade e, conseqüentemente, o momento da consagração. A teologia eucarística foi reduzida a um problema ontológico e jurídico. Todo restante era considerado como um conjunto de cerimônias belas, interessantes, interpretadas ou não em um sentido alegórico, mas não como uma realidade na qual a Eucaristia se realiza. Teve, portanto, a necessidade de redescobrir que a liturgia não é somente um conjunto de cerimônias que visam dar um certo comprimento e solenidade à consagração, mas que ela é o mundo do Sacramento, enquanto tal. (...) Podemos perceber a grandeza do Movimento litúrgico somente no contexto histórico de uma interpretação muito insuficiente da liturgia. Por exemplo, no tempo de Leão XIII, no mês de outubro, recitava-se o rosário durante a Missa – e esse era ainda o costume quando eu era jovem. A missa era então na verdade, como escrevi no prefácio do meu livro, como uma pintura escondida. Redescobrir que a liturgia por si mesma é viva e é uma realidade vivida pela Igreja como tal era então um enriquecimento importantíssimo para a Igreja. Assim, foram superados muitos mal-entendidos, ideias e visões insuficientes da liturgia e da teologia¹⁷⁰.

Portanto, a liturgia, que no passado foi muitas vezes reduzida a meros rituais estéticos e interessantes, retomou seu verdadeiro sentido comunitário e reafirmou-se como fonte e ápice da vida eclesial e pessoal¹⁷¹. Ora, essa renovação, promovida pelo Movimento Litúrgico e consolidada pelo Concílio Vaticano II, transformou definitivamente a maneira como os fiéis se relacionam com a liturgia, passando-os de meros espectadores a participantes conscientes, piedosos e ativos¹⁷².

¹⁶⁷ Conforme apresentado no primeiro capítulo dessa pesquisa, durante um longo período na história do cristianismo, a liturgia deixou de ser compreendida como a fonte primária da espiritualidade cristã, sendo vista somente como um conjunto de ações rituais cuja preocupação orbitava em torno da validade e liceidade do rito celebrado. Neste contexto de preocupação com a validade do culto, destacou-se, no ensino da liturgia, a rubricística, que era uma disciplina teológica, que ensinava, com métodos científico, as rubricas contidas nos livros litúrgicos.

¹⁶⁸ SC 10.

¹⁶⁹ CARDITA, A., O coração do Movimento Litúrgico, p. 249.

¹⁷⁰ RATZINGER, J., Balanço e perspectivas, p. 607-608.

¹⁷¹ FRANCISCO, Mensagem XVII congresso litúrgico internacional, 2019.

¹⁷² SC 48.

Fieis às diretrizes conciliares, após o encerramento do Concílio Vaticano II em 1965, iniciou-se na Igreja um período de implementação das reformas litúrgicas estabelecidas na Constituição *Sacrosanctum Concilium*. Esse período foi caracterizado por um esforço vigoroso para traduzir as orientações conciliares em práticas litúrgicas concretas. Quanto a reforma, embora uma minoria tenha se mostrado inicialmente contrária às transições¹⁷³, “a maior parte dos sacerdotes e fiéis receberam com expectativa a liturgia do Vaticano II. No pós-concílio, a maioria silenciosa da Igreja melhorou consideravelmente as celebrações”¹⁷⁴. Assim sendo, as reformas, resultado de um longo amadurecimento teológico-litúrgico, foram inicialmente recebidas com um grande entusiasmo. Essenciais para revitalizar a experiência litúrgica, elas “permitiriam verdadeiramente que todos os fiéis se aproximassem da obra de redenção que acontece, misteriosamente, na liturgia e nela participassem com fé e compromisso pessoal, bem como com um profundo sentido de comunidade”¹⁷⁵.

Contudo, à medida que as reformas litúrgicas eram implementadas ao redor do mundo, surgiram desafios e críticas. Apesar das mudanças significativas e necessárias na teologia litúrgica, é inegável “que a aplicação da reforma litúrgica esbarrou com dificuldades devidas, sobretudo, a um ambiente pouco favorável”¹⁷⁶, de tal maneira que se desenvolveram, às margens da renovação litúrgica, alguns desvios mais ou menos graves que impediram e ainda hoje impedem o florescimento de uma autêntica espiritualidade litúrgica. Por conseguinte, “a reforma da Liturgia desejada pelo Concílio Vaticano II pode ser considerada como já realizada”¹⁷⁷, entretanto, é conveniente e necessário que se realize na Igreja uma renovada e intensa educação, tendo em vista descobrir todas as riquezas que encerra a nova liturgia¹⁷⁸.

¹⁷³ Entre as figuras mais importantes que se opuseram às reformas propostas pelo Concílio Vaticano II, destaca-se Dom Marcel Lefebvre, arcebispo francês. Profundamente conservador, ele resistiu às mudanças conciliares, que via como influências do modernismo. Acerca da renovação litúrgica, escreve Lefebvre: “Quando se tem uma fé verdadeira, têm-se gestos que dela resultam no culto divino. É exatamente o que reprovamos em toda a reforma litúrgica: impõem atitudes que já não são atitudes de fé, impõem um culto naturalista e humanista. Temem fazer genuflexões, não querem manifestar a adoração que é devida a Deus, reduzem o sagrado ao profano. Os que tem contato com a nova liturgia sentem: dá a impressão de achatamento, que não eleva, que nela já não se encontram os mistérios”. LEFEBVRE, M., *Do liberalismo à apostasia*, p. 144-145.

¹⁷⁴ GOENAGA, J. A., *O pós-concílio*, p. 154.

¹⁷⁵ BERRÍOS, F., *La liturgia en el Concilio Vaticano II*, p. 533 (tradução nossa).

¹⁷⁶ JOÃO PAULO II, *Vicesimus quintus annus*, 11.

¹⁷⁷ JOÃO PAULO II, *Vicesimus quintus annus*, 10.

¹⁷⁸ JOÃO PAULO II, *Dominicae cenae*, 9.

Profundamente influenciado pelos ideais do Movimento Litúrgico¹⁷⁹ e fortemente entusiasmado com a promulgação da constituição sobre a sagrada liturgia *Sacrosanctum Concilium*, Joseph Ratzinger se proclama como um firme partidário da renovação litúrgica desejada pelo Vaticano II¹⁸⁰. Todavia, as experiências que se seguiram no pós-concílio, fizeram com que a teologia de Ratzinger se tornasse um diálogo crítico com tudo o que havia acontecido nos anos que vão desde o encerramento do concílio até nossos dias¹⁸¹.

Dado o posicionamento crítico do teólogo bávaro ante certos aspectos da reforma litúrgica, Ratzinger rapidamente foi rotulado como um teólogo ultraconservador e até mesmo inimigo do concílio¹⁸², de tal modo que sua reflexão teológica foi entendida como uma teologia que não se adequava à teologia conciliar e um retrocesso à teologia anterior¹⁸³. Entretanto, em defesa de sua posição teológica Joseph Ratzinger afirma que “quem é do parecer de que nem tudo nessa reforma foi bem-sucedido e de que algumas coisas podem ser modificadas ou tenham necessidade de uma revisão não se torna, por isso, um ‘inimigo do Concílio’”¹⁸⁴.

Para compreender a posição de Joseph Ratzinger acerca da liturgia, é fundamental reconhecer o lugar central que ela ocupou ao longo de sua vida e de seu pensamento teológico. Desde a infância, Ratzinger foi profundamente fascinado pela liturgia, considerando-a como a realidade central de sua vida¹⁸⁵. Esse interesse moldou significativamente sua trajetória, levando-o a se tornar um reconhecido defensor de uma correta vivência da celebração litúrgica. Ora, a dedicação de Ratzinger à liturgia não surge de um ritualismo vazio, mas foi fruto de uma vida inteira de imersão nos ritos e práticas da Igreja. Desde seu nascimento, um evento que ele próprio considerava extremamente expressivo e significativo, seu fascínio pela liturgia foi reconhecido e cultivado, influenciando decisivamente seu compromisso com a dignidade e a profundidade das celebrações litúrgicas.

Nasci em um Sábado de Aleluia, dia 16 de abril de 1927, em Marktl, às margens do rio Inn. O fato de o meu nascimento ter sido no último dia da Semana Santa e da

¹⁷⁹ RATZINGER, J., Lembranças da minha vida, p.64-65.

¹⁸⁰ SARTO, P.B., La teologia de Joseph Ratzinger, p. 61.

¹⁸¹ CARDEDAL, O. G., Introducción a la edición española, p. 20 (tradução nossa).

¹⁸² MENOZZI, D., L'opposition au Concile, p. 432.

¹⁸³ COMBLIN, J., O povo de Deus, p. 8.

¹⁸⁴ RATZINGER, J., Os 40 anos da constituição sobre a sagrada liturgia, p. 687.

¹⁸⁵ RATZINGER, J., Prefácio ao primeiro volume dos meus escritos, p. 14.

Vigília Pascal sempre foi motivo de comentários na nossa família, porque em consequência disso fui batizado com a água que acabara de ser consagrada na “Noite Pascal”, que naquele tempo era celebrada na manhã de sábado: ser o primeiro a ser batizado com a nova água batismal era considerado um significativo presságio. Pessoalmente, é-me grato saber que o começo de minha vida foi impregnado pelo mistério pascal, pois isso só podia ser um sinal de benção¹⁸⁶.

Durante sua infância, enquanto o jovem Joseph Ratzinger tomava consciência dos horrores provocados pela ascensão dos ideais do partido nazista¹⁸⁷, ele também descobria, com um sentimento de alegria e gratidão, a beleza da sagrada liturgia. Nesse processo de enamoramento pelo culto da Igreja, Ratzinger reconheceu o papel fundamental de seus pais, que o introduziram, juntamente com seus irmãos, ao sagrado e fascinante mundo da liturgia.

Tive desde o início – creio que com meu irmão e a minha irmã se passou o mesmo – muito interesse pela liturgia. Meus pais já tinham comprado o meu primeiro missal na segunda série. Era interessantíssimo entrar nesse mundo misterioso da liturgia latina e descobrir o que, afinal, acontecia ali, o que significava, o que se dizia ali, E assim fomos avançando, passo a passo, de um missal para crianças para um missal mais elaborado e depois para o missal completo; foi uma espécie de viagem de descoberta¹⁸⁸.

Anos mais tarde, já sendo seminarista e iniciando seus estudos de teologia na Faculdade Teológica de Munique, Joseph Ratzinger teve a oportunidade de aprofundar seu amor e seu conhecimento pela liturgia. Como destaca o próprio teólogo alemão, nesse período, ele foi influenciado por destacados teólogos da época, como Michael Schmaus, Gottlieb Söhngen, Johannes Pascher e Romano Guardini¹⁸⁹.

Cada um desses mestres contribuiu de maneira significativa para a formação de Joseph Ratzinger, moldando suas ideias e convicções sobre a liturgia e a teologia. Ora, sobre a importância desses mestres, o teólogo alemão relembra que Johannes

¹⁸⁶ RATZINGER, J., Lembranças de minha vida, p. 6.

¹⁸⁷ Em sua autobiografia, Joseph Ratzinger, ao recordar sua infância, relembra como que o nacional-socialismo (nazismo) transformou a vida da sociedade alemã. “Em janeiro de 1933, Hindenburgo entregou a Hitler a função de chanceler do Reich, o que na linguagem do partido logo foi chamado de “tomada do poder” – o que de fato foi. (...) A “Hitlerjugend” [Juventude hitleriana] e a “Bund deutscher Mädchen” [Liga de meninas alemãs] foram introduzidas e ligadas à escola. De sorte que também minha irmã e meu irmão tiveram de participar de suas atividades. Meu pai sofria muito por estar a serviço, agora, de um poder estatal cujos detentores ele considerava criminosos, embora o serviço na aldeia, graças a Deus, naquele momento ainda não estivesse sendo muito afetado. (...) Aliás, foi só aos poucos que o nacional-socialismo (nazismo) conseguiu transformar a vida na pequena aldeia. (...) A luta conta a escola estava começando; o laço ainda existente entre a escola e a Igreja tinha de ser dissolvido, e a base espiritual da escola não devia mais ser a fé cristã, mas a ideologia do Führer”. RATZINGER, J. Lembranças de minha vida, p. 14-15.

¹⁸⁸ RATZINGER, J., O Sal da Terra, p. 41.

¹⁸⁹ RATZINGER, J., Prefácio ao primeiro volume dos meus escritos, p. 14.

Pascher teve um impacto particularmente decisivo em sua formação litúrgica. Como uma figura central do Movimento Litúrgico, Pascher foi responsável por introduzir Ratzinger aos princípios e objetivos desse movimento, ajudando-o a aprofundar a importância da liturgia. Assim, sob a orientação de Pascher, Joseph Ratzinger tornou-se um firme partidário do Movimento Litúrgico. Sobre este fato testemunha o teólogo bávaro:

Até então, minha atitude diante do movimento litúrgico tinha sido tanto quanto reservada. (...) Pelas palestras de Pascher e pela maneira respeitosa como ele nos ensinava a celebrar a liturgia, partindo do que é sua essência, tornei-me um adepto do movimento. Assim como aprendi a entender o Novo Testamento como a alma da teologia, entendi a liturgia como sua terra de plantio, sem a qual ela só pode murchar. Por isso considerei, no início do Concílio, o projeto para a constituição sobre a liturgia um grandioso ponto de partida para a Assembleia eclesial e aconselhei o cardeal Frings nesse sentido¹⁹⁰.

Como simpatizante do Movimento Litúrgico, Joseph Ratzinger ficou profundamente entusiasmado com a promulgação da constituição sobre a sagrada liturgia, *Sacrosanctum Concilium*, em 4 de dezembro de 1963. Para ele, esse documento representava o cume de uma longa trajetória de desenvolvimento e amadurecimento do Movimento Litúrgico. Dessa forma, com a publicação da *Sacrosanctum Concilium* os Padres conciliares tinham a certeza de ter “colocado em prática uma longa história precedente e de ter difundido junto às várias tendências, conhecimentos e experiências amadurecidas no Movimento litúrgico em uma visão global destinada a abrir um novo capítulo na história da liturgia”¹⁹¹. Sendo o primeiro fruto tangível do Concílio Vaticano II, o teólogo bávaro a entende como um sinal claro da “primazia de Deus”. Ao iniciar com a liturgia, o Concílio colocou inequivocamente no centro a primazia de Deus, enfatizando a prioridade absoluta do tema “Deus”, tal como descreve Joseph Ratzinger:

A razão pela qual o tema da liturgia foi colocado no começo do trabalho conciliar, do qual a Constituição se tornou o primeiro resultado, vista exteriormente, parecia fruto do acaso. (...) Entre todos os projetos, o texto sobre a sagrada liturgia parecia ser o menos controverso. Assim, o tema parecia mais adequado, servindo quase como uma espécie de exercício com o qual os Padres poderiam aprender os métodos do trabalho conciliar. Aquilo que, visto de fora, pode parecer um acaso, revela-se, olhando para a hierarquia dos temas e tarefas da Igreja, como intrinsecamente mais justo. Ao se começar pelo tema da liturgia, foi colocada inequivocamente no centro

¹⁹⁰ RATZINGER, J., Lembranças da minha vida, p.64-65.

¹⁹¹ RATZINGER, J., Os 40 anos da constituição sobre a Sagrada Liturgia, p. 637.

a primazia de Deus, a prioridade absoluta do tema “Deus”. Antes de tudo Deus: e se diz isso, iniciando-se com a liturgia¹⁹².

Portanto, para Ratzinger, a liturgia ocupou um lugar central e prioritário no Concílio Vaticano II. Sendo o coração e o centro dos trabalhos conciliares, e sua promoção foi considerada no documento conciliar como uma clara manifestação da providência divina: “O interesse pela valorização e pela restauração da liturgia é sinal de disposições providenciais de Deus. É uma passagem do Espírito pela sua Igreja”¹⁹³. Este fato – escreve Pablo Blanco Sarto – suscitou “o entusiasmo do jovem teólogo, que na época escrever em favor das novas propostas litúrgias: a dimensão comunitária da celebração, a importância do anúncio da Palavra, a participação ativa dos leigos, o uso das línguas vernáculas, a riqueza dos ritos litúrgicos”¹⁹⁴.

Todavia, o teólogo alemão observou que, nos anos pós-conciliares, a renovação litúrgica, tão desejada e inicialmente recebida com grande satisfação, acabou sendo vista por muitos como um verdadeiro sinal de contradição¹⁹⁵. As errôneas interpretações do Concílio Vaticano II levaram a uma compreensão distorcida da liturgia, substituindo gradualmente a percepção da liturgia como uma realidade dada por Deus e desenvolvida ao longo dos séculos pela fé da Igreja, pela ideia de que ela seria uma invenção de uma autoridade específica ou fruto da criatividade da comunidade. Contudo, segundo Ratzinger qualquer tentativa de mudar, criar ou melhorar a liturgia é incompatível com a natureza da ação litúrgica e está fora do alcance de qualquer pessoa: “a liturgia cristã não é jamais, o evento de um determinado grupo, de um determinado círculo de pessoas, ou ainda, de uma determinada Igreja local”¹⁹⁶.

Um exemplo claro dessa problemática foi a publicação do Missal de Paulo VI e a subsequente proibição quase total do uso do missal anterior. Segundo Joseph Ratzinger, essa proibição representou não apenas uma ruptura com a tradição litúrgica pré-Vaticano II, mas também uma imposição que negligenciava a riqueza espiritual e teológica do rito antigo. Destarte, o teólogo argumenta que a forma como o novo missal foi apresentado levou à fragmentação dentro da Igreja, em vez

¹⁹² RATZINGER, J., Prefácio ao primeiro volume dos meus escritos, p. 13.

¹⁹³ SC 43.

¹⁹⁴ SARTO, P. B., Bento XVI, p. 262.

¹⁹⁵ RATZINGER, J., O novo povo de Deus, p. 355.

¹⁹⁶ RATZINGER, J., O Espírito da liturgia, p. 59.

de promover a unidade e a continuidade desejadas pelo Concílio Vaticano II. Para Ratzinger uma autêntica renovação litúrgica deveria respeitar e integrar o patrimônio litúrgico da Igreja, reconhecendo a liturgia como uma herança viva que evolui de maneira orgânica, em vez de ser radicalmente reinventada. Sobre esse fato, escreve Joseph Ratzinger:

O segundo grande acontecimento no início dos meus anos em Ratisbona foi a publicação do missal de Paulo VI, com a proibição quase total do missal anterior, depois de uma fase de transição de apenas meio ano. (...) É verdade que em grande parte [o missal de Paulo VI] foi feito com o material do anterior e usando-se, também, os projetos antigos. E não há dúvida: este novo missal trouxe, sob muitos aspectos, um verdadeiro melhoramento e enriquecimento. Mas o fato de ter sido apresentado como construção nova, em oposição ao crescimento histórico, e de o missal antigo ter sido proibido de sorte que a liturgia não apareceu mais como resultado de um crescimento vivo, e sim como produto de um trabalho de erudito e de competência jurídica, isso nos prejudicou sobremaneira. Pois agora se devia ter a impressão de que a liturgia é algo que “se faz”; não algo preexistente, mas algo que depende das nossas decisões. E aí seria lógico, também, que não somente os eruditos nem somente a autoridade central fossem reconhecidos como portadores de decisão, mas que, afinal, toda “comunidade” quisesse adotar sua própria liturgia¹⁹⁷.

Assim sendo, com a má interpretação da reforma litúrgica, a liturgia passou a ser vista por muitos não mais como uma realidade sagrada e preexistente, mas como algo que pode ser “confeccionado” de acordo com as escolhas e necessidades da comunidade. Essa mudança de percepção fez com que o sentido profundo da liturgia se distanciasse de sua verdadeira natureza, que é proporcionar o encontro com o mistério divino, algo que transcende a ação humana e se apresenta como dom, não como produto humano. Ora, quando a liturgia se adapta excessivamente às preferências da comunidade, ela corre o risco de perder seu núcleo teocêntrico, transformando-se em uma celebração voltada para os próprios membros, ao invés de ser um momento de elevação espiritual e comunhão com Deus. Nesse processo, a liturgia torna-se uma celebração da comunidade para consigo mesmo, perdendo seu caráter transcendente, tal como testemunha Joseph Ratzinger:

A esse propósito, gostaria de dizer somente isto: todos nós devemos novamente nos dar conta de que a Eucaristia não foi deixada ao arbítrio do sacerdote e nem sequer de cada comunidade, mas ela é dom de Jesus Cristo à Igreja inteira e permanece na sua grandeza somente se a aceitamos em sua não facultividade. Todos os aparentes sucessos iniciais que foram alcançados, quando em vez disso deixamos proliferar as nossas iniciativas litúrgicas, permanecem uma vazia ilusão, porque escondem o fato de que na verdadeira Eucaristia da Igreja acontece mais do que nós com nossa criatividade poderemos jamais produzir. Não falamos mais, portanto, de abusos, que

¹⁹⁷ RATZINGER, J., Lembranças da minha vida, p. 128-30.

são questões de indivíduos, e que devemos buscar superar na forma comum. Falamos dos ataques que são apresentados contra a forma oficial da reforma litúrgica.¹⁹⁸

Na visão de Joseph Ratzinger, a decadência litúrgica que emergiu da má compreensão e implementação da reforma litúrgica pós-concílio Vaticano II é um dos principais fatores por trás da crise que a Igreja enfrenta nos dias de hoje¹⁹⁹. Segundo o teólogo, a ação litúrgica não pode brotar do imaginário humano “sem permanecer como um grito no escuro ou se transformar em uma autoafirmação. Ela pressupõe diante de nós o Destinatário concreto, que se mostra a nós e com isso orienta a nossa existência na direção correta”²⁰⁰.

Diante disso, Joseph Ratzinger argumenta que a situação atual exige uma reflexão teológica profunda, capaz de “escutar o Concílio e, possivelmente, aprender a compreender melhor algumas das indicações essenciais contidas no texto”²⁰¹. Segundo o teólogo, recuperar o verdadeiro legado do Concílio Vaticano II e promover uma renovação da consciência litúrgica significa redescobrir a liturgia em toda a sua profundidade espiritual e teológica, mantendo-a fiel às suas raízes e ao desenvolvimento orgânico dentro da tradição da Igreja. Nesse processo de renovação deve-se sempre reconhecer a continuidade histórica da liturgia, respeitando sua evolução ao longo dos séculos.

Destarte, para o teólogo alemão o Concílio Vaticano II não pode ser visto como uma ruptura com o passado, mas como uma etapa natural no desenvolvimento orgânico da tradição litúrgica da Igreja. Ao invés de abandonar ou reinventar a liturgia, é necessário redescobrir sua essência, corrigindo os desvios que ocorreram em interpretações equivocadas da reforma. Ao fazer isso, a liturgia recuperaria seu caráter sagrado e transcendente, reafirmando sua centralidade na vida da Igreja e seu poder de transformar espiritualmente os fiéis. Nesse sentido, Joseph Ratzinger apela para uma “renovação da consciência litúrgica, uma reconciliação litúrgica que reconheça novamente a unidade da história da liturgia e que entenda o Vaticano II não como ruptura, mas como degrau na evolução”²⁰².

Convencido da necessidade de redescobrir o sentido das autênticas declarações conciliares, o teólogo alemão desenvolveu, ao longo de sua vida, uma

¹⁹⁸ RATZINGER, J., Eucaristia, p. 316.

¹⁹⁹ RATZINGER, J., Lembranças da minha vida, p. 130.

²⁰⁰ RATZINGER, J., O espírito da liturgia, p. 38.

²⁰¹ RATZINGER, J., Os 40 anos da constituição sobre a sagrada liturgia, p. 639.

²⁰² RATZINGER, J., Lembranças da minha vida, p. 130.

vasta produção teológico-litúrgica, com o objetivo de “assegurar que a liturgia seja entendida de maneira cada vez mais profunda e dignamente celebrada”²⁰³. Dessa maneira, o teólogo alemão contribuiu significativamente para o desenvolvimento de uma abordagem mais cautelosa, porém sempre fiel às intenções do Concílio Vaticano II. Ratzinger defendia que a liturgia, assim como um organismo vivo, deveria crescer e adaptar-se às realidades contemporâneas, sem perder sua identidade essencial. Sobre esse aspecto argumenta Joseph Ratzinger:

A questão acerca da correta celebração da liturgia tornou-se, nas últimas décadas, cada vez mais o ponto central da controvérsia sobre o Vaticano II, sobre sua avaliação e sua acolhida na vida da Igreja. (...) Entre os dois grupos, dos reformadores radicais e dos seus radicais opositores, se perdem as vozes daqueles que mantêm a liturgia como algo vivo, que, portanto, mediante a acolhida e a recusa cresce e se renova. Mas eles, com a mesma lógica, insistem sobre o fato de que não se pode ter crescimento sem conservar a própria identidade e sublinham, além disso, que um correto desenvolvimento é possível somente no atento respeito às leis estruturantes desse “organismo”: como um jardineiro, que acompanha aquilo que é vivo em seu desenvolvimento, põe atenção às suas forças vitais e as suas leis intrínsecas, assim também a Igreja deveria, respeitosamente, acompanhar o caminho da liturgia através dos tempos, distinguindo bem aquilo que ajuda a mantê-la saudável daquilo que a violenta e destrói²⁰⁴.

Por conseguinte, Joseph Ratzinger, ao longo de suas obras, destacou a importância de harmonizar tradição e renovação na liturgia, preservando sua autenticidade e profundidade como expressão da fé católica. Ele insistia que a verdadeira renovação litúrgica só seria alcançada através de um profundo respeito pela herança histórica da Igreja, assegurando que a liturgia continuasse a ser um encontro real com o mistério divino, fonte e ápice da vida cristã. Nesse sentido, Ratzinger produziu um vasto corpo de obras nas quais abordou, de forma detalhada, diversos aspectos da liturgia cristã, buscando oferecer uma ajuda para a compreensão da fé e para uma execução correta da essencial forma de expressão dentro da liturgia. Dentre suas contribuições, destaca-se sua interpretação acerca da categoria *actuosa participatio*, uma noção fundamental para o entendimento da liturgia no contexto pós-conciliar, cuja análise será de grande importância ao longo deste capítulo.

3.2

A reflexão de Joseph Ratzinger acerca da *actuosa participatio*.

²⁰³ RATZINGER, J., Prefácio ao primeiro volume dos meus escritos, p. 16.

²⁰⁴ RATZINGER, J., O desenvolvimento orgânico da liturgia, p. 652.

No contexto da reforma litúrgica promovida pelo Concílio Vaticano II, a categoria *actuosa participatio* emergiu como um dos pilares mais significativos, assumindo um papel central tanto na renovação da teologia quanto na prática litúrgica. Esse conceito, como aponta Guilherme Baraúna, não foi apenas relevante, mas constituiu o “princípio inspirador e diretivo de toda a obra de renovação e reforma litúrgica visada pelo Vaticano II”²⁰⁵. Assim, a *actuosa participatio* se apresentou como uma ideia estruturante, guiando as transformações litúrgicas propostas pelo Concílio ao integrar de forma profunda a participação ativa dos fiéis na celebração dos mistérios sagrados. Sob essa ótica, a liturgia, que anteriormente era compreendida apenas como “uma organização externa dos ritos religiosos cristão; organização que enquanto salvaguardava na mentalidade da época a ‘validade’ das ações cultuais – que a Igreja reconhecia como própria –, tinha também um objetivo estético-edificatório”²⁰⁶, recuperou seu status como ápice e fonte de toda a vida cultural e cristã²⁰⁷.

Guiado pela categoria de *actuosa participatio*, o Concílio Vaticano II buscou promover “a participação e a inserção ativa do Povo de Deus na celebração litúrgica. (...) Inserção e participação não somente externa, mas que vão à raiz, ao mistério celebrado, a Cristo mesmo presente”²⁰⁸. Ora, a importância do conceito é tão evidente que Joseph Ratzinger, ao abordar o tema da reforma litúrgica, afirma que “a palavra central é, sem dúvida, ‘participação’”²⁰⁹. De fato, a categoria *actuosa participatio* é tão pujante na reflexão teológica conciliar, que aparece como uma das expressões centrais dentro da constituição sobre a sagrada liturgia *Sacrosanctum Concilium*²¹⁰. Destarte, a partir desse conceito, o concílio, não só se reformulou a liturgia, mas também reconfigurou profundamente a relação entre os fiéis e a celebração litúrgica, onde a dimensão comunitária e sacramental se entrelaçam de maneira indissociável.

²⁰⁵ BARAÚNA, G., A participação ativa, princípio inspirador e diretivo da constituição litúrgica, p. 282.

²⁰⁶ MARSILI, S., Liturgia: Experiência espiritual cristã primária, p. 207.

²⁰⁷ CIC 897.

²⁰⁸ GONZÁLEZ, J.C.A., El espíritu de la reforma litúrgica, p. 103. (tradução nossa).

²⁰⁹ RATZINGER, J., Os 40 anos da constituição sobre a sagrada liturgia, p.645.

²¹⁰ O conceito “*actuosa participatio*” é tão importante na confecção da teologia conciliar, que o termo “participar” ou seus derivados, perpassa todo o texto conciliar, aparecendo pelo menos em 23 números. As designações da “participação” na SC são as seguintes: 11, 12, 14, 17, 19, 21, 26, 27, 30, 33, 41, 48, 50, 53, 55, 56, 79, 90, 106, 113, 114, 121, 124.

Elevada, desde então, entre os grandes temas da teologia litúrgica, a *actuosa participatio* tem sido objeto de estudo de inúmeros pesquisadores, que se debruçam sobre o tema, com o intuito de contribuir com o desenvolvimento da pesquisa teológica e, conseqüentemente, com a promoção de uma melhor compreensão do conceito na vida e na missão da Igreja. Ora, na fileira dos grandes personagens que se dedicaram a elucidar a categoria *actuosa participatio*, encontra-se certamente o teólogo alemão Joseph Ratzinger. Deveras, esse conceito é tão significativo em sua trajetória pessoal, intelectual e pastoral que aparece frequentemente em sua produção teológica. Ao oferecer contribuições profundas e originais sobre o tema, Ratzinger desempenhou um papel fundamental no avanço da pesquisa teológica – especialmente no campo da teologia litúrgica – contribuindo assim para a renovação da teologia.

Dessa forma, através de uma análise cuidadosa dos textos de Joseph Ratzinger em que o tema da *actuosa participatio* é abordado, será possível identificar como o teólogo desenvolveu e aprimorou esse conceito ao longo de sua carreira teológica, evidenciando nuances e transformações em seu pensamento. Além disso, essa abordagem permitirá explorar como Ratzinger procurou equilibrar a tradição litúrgica herdada pela Igreja com a necessidade de uma reforma autêntica e espiritual, reafirmando a centralidade da liturgia como o núcleo da vida e da missão da Igreja.

3.2.1. O fundamento teológico da música sacra.

A obra intitulada *O fundamento teológico da música sacra*²¹¹, de Joseph Ratzinger, então professor de dogmática, foi originalmente apresentado como uma contribuição teológica à publicação comemorativa do centenário da Escola de Música Sacra de Regensburg, “*Gloria Deo – Pax hominibus*”, realizado em 22 de novembro de 1974. Posteriormente, o texto foi reimpresso em várias revistas e, em 1981, incluído na coletânea *Das Fest des Glaubens*²¹². A importância desse texto reside, sobretudo, no fato de que ele marca, em termos cronológicos, a primeira vez em que Ratzinger aborda de forma direta o conceito de *actuosa participatio* em seus escritos sobre liturgia. Embora o tema principal da reflexão seja a música sacra e

²¹¹ RATZINGER, J., Zur theologischen Grundlegung der Kirchenmusik, p. 39-62.

²¹² RATZINGER, J., Das Fest des Glaubens, p. 86-110.

seu papel dentro da celebração litúrgica, a menção ao princípio da *actuosa participatio* na parte final do ensaio revela como o teólogo alemão compreendia a participação ativa dos fiéis nas celebrações litúrgicas. Esse texto é, portanto, fundamental para entender o desenvolvimento do pensamento teológico de Ratzinger em relação à categoria *actuosa participatio*, especialmente no que diz respeito às suas primeiras preocupações sobre como esse conceito deveria ser aplicado e interpretado no contexto pós-conciliar.

Joseph Ratzinger, no texto mencionado, oferece uma análise crítica da tensão entre a arte autêntica, como a música sacra, e a simplicidade exigida pela liturgia, especialmente no contexto das reformas litúrgicas do Concílio Vaticano II. Se por um lado, a teologia pós conciliar não trata a música como um simples ornamento ou adereço, mas a reconhece como uma parte essencial da ação litúrgica, da qual todos são chamados a participar ativamente²¹³. Por outro lado, Rahner e Vorgrimler observam que a música sacra, “por causa de sua natureza esotérica, no bom sentido da palavra, seria, dificilmente, conciliável com a natureza da liturgia e com o princípio supremo da reforma litúrgica”²¹⁴, sugerindo uma possível tensão entre a música sacra tradicional e as exigências de acessibilidade e simplicidade postuladas pela reforma litúrgica.

Além disso, Joseph Ratzinger observa que essa tensão está presente no próprio texto conciliar, evidenciando a complexidade inerente ao tema da música litúrgica. De um lado, o documento recomenda com clareza a preservação e o cultivo do tesouro da música sacra, como o canto gregoriano e a polifonia, reconhecidos pela tradição da Igreja²¹⁵. De outro, há um desejo marcante de fomentar a participação ativa de toda a assembleia na liturgia, o que poderia dificultar a utilização de formas musicais mais elaboradas²¹⁶. Segundo Ratzinger,

²¹³ SC 112-121.

²¹⁴ RAHNER, K.; VORGRIMLER, H., *Kleines Konzilskompedium*. Apud. RATZINGER, J., *O fundamento teológico da música sacra*, p. 467.

²¹⁵ Eventualmente, criem-se também institutos superiores de música sacra (SC 115). A Igreja reconhece o canto gregoriano como próprio da liturgia romana. Por isso, na ação litúrgica, tem indiscutivelmente prioridade sobre todos os outros. Não se excluem, porém, de modo algum, as outras formas de música sacra, especialmente a polifonia, desde que correspondam ao espírito da ação litúrgica, segundo as normas do art. 30 (SC 116).

²¹⁶ A ação litúrgica ganha em nobreza quando o serviço divino se celebra com solenidade e é cantado tanto pelos ministros quanto pelo povo, que dele participa ativamente (SC 113). Os cânticos religiosos populares devem ser cultivados, de modo que nas manifestações de piedade, e mesmo nas ações litúrgicas, de acordo com as normas e exigências rituais, possa-se ouvir a voz do povo (SC 118). Componham melodias que tragam de fato as características da música sacra e possam ser

esse delicado equilíbrio foi interpretado, no período pós-conciliar, como uma inclinação pela “música utilitária” na liturgia, o que relegou a música sacra genuína a outros contextos fora do ambiente litúrgico, contribuindo para um empobrecimento espiritual e estético da liturgia pós-conciliar.

Assim sendo, Joseph Ratzinger critica a ideia de que a simplicidade litúrgica deve ser atingida por meio do empobrecimento artístico e do funcionalismo, o que resulta em uma liturgia desprovida de profundidade e beleza. Segundo o teólogo, ao invés de promover uma verdadeira abertura, a ênfase excessiva na utilidade e na acessibilidade que visava a participação dos fiéis, acabou por diminuir a riqueza espiritual da liturgia, enfraquecendo sua capacidade de maravilhar e unir os fiéis por meio da experiência comunitária da beleza. Sobre este aspecto escreve o teólogo bávaro:

Nos anos transcorridos desde então, tornou-se cada vez mais claramente perceptível o espantoso empobrecimento que se verifica na Igreja lá onde se fecha a porta à beleza sem finalidade e tudo se submete, ao contrário, exclusivamente ao “uso”. Mas os calafrios que a liturgia pós-conciliar privada de esplendor incute ou simplesmente o tédio que provoca com o seu gosto pela banalidade e com a sua falta de exigência artística não esclarecem o problema. (...) O recuo na utilidade não tornou a liturgia mais aberta, mas apenas mais pobre. A necessária simplicidade não é realizada por meio do empobrecimento²¹⁷.

Isto posto, o teólogo alemão destaca como Santo Tomás de Aquino aborda a questão do canto e da música na liturgia, refletindo uma longa tradição cristã que remonta aos primórdios do cristianismo: “Ora, a Igreja canta desde os tempos de Jesus e dos apóstolos que participaram do canto na sinagoga e o levaram consigo para a Igreja”²¹⁸. Em contrapartida, Joseph Ratzinger aponta que Santo Tomás se deparou com críticas significativas à música sacra, vindas de figuras proeminentes da tradição cristã. Entre elas, destaca-se São Jerônimo, que via a música com desconfiança e, baseado na exegese da Carta aos Efésios, argumentava que o canto deveria ser mais espiritual do que vocal, evitando qualquer semelhança com as apresentações teatrais²¹⁹. Outro crítico importante foi o Papa Gregório Magno, que

cantadas não só pelos grandes coros, mas também pelos modestos e que se adaptem à participação de todos os fiéis (SC 121).

²¹⁷ RATZINGER, J., O fundamento teológico da música sacra, p. 469-470.

²¹⁸ RATZINGER, J., O fundamento teológico da música sacra, p. 471-472.

²¹⁹ Escutem isto os jovens, aos quais é confiada na Igreja a tarefa de salmodiar: a Deus se deve cantar não com a voz, mas com o coração; não se devem ungir a garganta e as faringes com medicamentos, como fazem os atores, de modo que na igreja ressoem melodias e cantos teatralmente, refinados. JERÔNIMO. Comm. in. ep. ad. Eph. Apud. RATZINGER, J., O fundamento teológico da música sacra, p. 467.

restringiu o papel dos clérigos no canto para preservar sua missão principal de anunciar a Palavra.

Além disso, o teólogo alemão aborda uma questão central dentro da tradição litúrgica: a exclusão da música instrumental, que, segundo Santo Tomás, estava associada ao judaísmo e à antiga Lei: “A Igreja não reconhece o uso de instrumentos musicais para o louvor a Deus(...) para não suscitar nem a aparência de uma recaída no Judaísmo”²²⁰. Tanto para Tomás quanto para os Padres da Igreja, a música instrumental representava uma prática que precisava ser superada na nova dispensação do Evangelho, sendo interpretada espiritualmente. Ratzinger destaca que, para o Aquinate, a espiritualização do culto cristão envolvia o abandono dos elementos materiais e sensoriais, como a música instrumental, em favor de uma expressão mais pura e espiritual do louvor a Deus. Sobre este aspecto testemunha o teólogo alemão:

Em Tomás (ou melhor, na tradição que por ele retomada) esta decisão pragmática adquire, no entanto, um significado fundamental: a música instrumental está vinculada com a Lei, que não pode valer segundo a letra, mas somente ser transportada à esfera espiritual. Desse modo, a problemática da música sacra está estreitamente vinculada com a problemática entre a Lei e o Evangelho, cuja contraposição apresenta o lugar teológico a partir do qual a questão é examinada. O confinamento da música instrumental, no contexto da “Lei”, recebe o seu significado concreto pelo fato de que, na interpretação que os Padres desenvolveram segundo a interpretação platônica, a contraposição entre Lei e Evangelho torna-se em grande parte idêntica à contraposição filosófica entre sensível e espiritual; então a música (especialmente a instrumental) entra no âmbito do sensível e a espiritualização do Evangelho deve ser, então, concebida mais ou menos como um abandono da realidade sensível, dos sons, em favor da realidade puramente espiritual, da pura Palavra²²¹.

Isto posto, Joseph Ratzinger, examina os motivos teológicos por trás das críticas à música sacra ao longo da história da Igreja. Ratzinger identifica dois fatores principais: (1) a espiritualização unilateral do Antigo Testamento, que levou à exclusão de elementos sensíveis, como a música instrumental, do culto cristão; (2) a concepção filosófica de Deus como absolutamente imutável, influenciada pela filosofia grega.

A primeira crítica, decorrente de uma leitura patrística do Antigo Testamento influenciada pelo platonismo, via a música instrumental como parte da “Lei” e da carnalidade do culto judaico, contrastando com a pureza espiritual da nova aliança

²²⁰ TOMÁS DE AQUINO, *Suma Teológica II-IIae* q 91.

²²¹ RATZINGER, J., *O fundamento teológico da música sacra*, p. 474.

em Cristo. No entanto, Ratzinger questiona essa visão, ressaltando que o cristianismo é uma religião da Encarnação, que une o espiritual ao material. O segundo motivo que dificultou uma avaliação positiva da música sacra é o conceito filosófico de Deus como imutável, herdado da tradição aristotélica. Santo Tomás, influenciado por essa visão, afirma que o louvor vocal e a oração são desnecessários para Deus, mas úteis para os fiéis: “O louvor oral é necessário não para Deus, mas para a própria pessoa que louva”²²². Assim, o louvor externo, como o canto e a música, é visto como secundário, sendo justificada somente por sua função pedagógica e utilitária.

Ora, Joseph Ratzinger, em sua reflexão sobre a música sacra, propõe que é necessário transcender os esquemas meramente espirituais e filosóficos que frequentemente limitam sua compreensão, para resgatar a verdadeira função da música na liturgia. Enraizada na experiência viva da liturgia e na teologia dos Salmos, a música sacra é uma forma intrínseca de glorificação de Deus e uma expressão da alegria que brota do louvor litúrgico. Desta forma, a música reflete a comunhão entre o céu e a terra, elevando os fiéis a uma participação mais profunda no mistério divino. Sobre tal aspecto escreve Joseph Ratzinger:

Assim, por exemplo, quando Tomás diz: “Mediante o louvor de Deus, o homem se eleva até Deus”. Louvar é, em si mesmo, um movimento, um caminho; é mais que compreender, saber, agir: é “elevar-se”, tocar aquele que habita no louvor dos Anjos. Tomás acrescenta um aspecto ulterior quando escreve que tal elevação arranca o homem do que está contra Deus. Sabe-o bem quem experimentou a força transformadora de uma grande liturgia, de uma grande arte, de uma grande música. O louvor que ressoa melodicamente induz todos nós a uma profunda reverência, observa além disso Tomás. E também: ele desperta o homem interior²²³.

Sinteticamente, Joseph Ratzinger argumenta que a música sacra ocupa um papel central na liturgia, não meramente por seu aspecto prático ou utilitário, mas como uma profunda expressão da glória de Deus. Ela tem o poder de unir a comunidade, elevar o espírito humano e refletir a beleza da criação.

Na conclusão de suas reflexões, Joseph Ratzinger propõe alguns princípios gerais que buscam aplicar as lições da história da música sacra e da liturgia aos problemas contemporâneos. Esses princípios visam encontrar um equilíbrio entre a simplicidade da liturgia e a preservação de sua profundidade espiritual e artística.

²²² TOMÁS DE AQUINO, Suma Teológica II-IIae q 91.

²²³ RATZINGER, J., O fundamento teológico da música sacra, p. 482.

Primeiramente, o teólogo alemão afirma que a liturgia deve ser “comunicável a todos os fiéis sem distinção de lugar, procedência, de formação”²²⁴, o que exige simplicidade. No entanto, ele faz uma distinção crucial entre uma simplicidade autêntica, que é fruto de maturidade espiritual e purificação, e uma simplicidade banal, que carece de profundidade. Para Ratzinger, a verdadeira simplicidade, resulta de um esforço espiritual elevado, sendo um reflexo de pureza e maturidade que pode ser acessível a todos, mas que jamais deve cair na banalidade²²⁵.

Joseph Ratzinger sublinha, em segundo lugar, que a catolicidade da liturgia não significa uniformidade. Embora a liturgia deva ser, de fato, universal, isso não implica que todas as formas litúrgicas sejam iguais. Assim sendo, o teólogo critica o fato de que, após o Concílio Vaticano II, “o pluralismo pós-conciliar se revelou, ao menos em um ponto: não quer mais permitir certa elevação de expressão”²²⁶. No entanto, Ratzinger defende que, dentro da unidade da liturgia católica, deve haver espaço para a diversidade de expressões e níveis de solenidade. Cada contexto litúrgico não precisa abarcar toda a riqueza da tradição, mas juntos, na diversidade, formam a totalidade do culto católico.

O terceiro ponto — e central para esta pesquisa — é a reflexão de Joseph Ratzinger sobre o conceito de *participatio actiosa*, uma das ideias centrais promovidas pela reforma litúrgica do Concílio Vaticano II. Ratzinger observa que, após o Concílio, esse conceito passou a ser interpretado de forma restritiva e equivocada, limitando a participação ativa àquelas ações visíveis: “Surge a impressão de que a participação ativa se daria, somente, lá, onde, houvesse uma atividade exterior detectável: discursos, canto, pregações, assistência litúrgica”²²⁷. No entanto, segundo o teólogo, essa visão ignora outras dimensões igualmente fundamentais da experiência litúrgica, como a escuta e o acolhimento espiritual. Para Ratzinger, ouvir e acolher com o coração e o espírito também são formas ativas de participação, que não devem ser desconsideradas. Assim sendo, escreve o teólogo:

Em relação a isso, será preciso perguntar-se: como é possível que seja qualificado como atividade somente o falar e não também o escutar, o acolher com os sentidos e com o espírito, o compartilhar espiritualmente? Não é algo ativo, talvez, também

²²⁴ RATZINGER, J., O fundamento teológico da música sacra, p. 487.

²²⁵ RATZINGER, J., O fundamento teológico da música sacra, p. 487.

²²⁶ RATZINGER, J., O fundamento teológico da música sacra, p. 488.

²²⁷ RATZINGER, J., O fundamento teológico da música sacra, p. 488.

o perceber, o acolher, o comover-se? Não se trata aqui, sobretudo, de uma restrição do homem, que é reduzido ao que ele exprime verbalmente, ainda que hoje saibamos que aquilo que emerge na superfície de modo racionalmente consciente é somente a ponta do iceberg comparado com a totalidade do homem²²⁸?

Dessa forma, Ratzinger afirma que a participação litúrgica não pode ser limitada apenas ao que é verbal ou exteriormente expresso; a verdadeira participação ativa inclui também dimensões interiores. Ora, o teólogo exemplifica essa ideia ao apontar que muitas pessoas são capazes de “cantar com o coração”, mesmo que não possam cantar com a boca²²⁹. Para esses indivíduos, a simples escuta do canto pode tornar-se uma forma de louvor interior, unindo-se à voz dos cantores. Dessa forma, Ratzinger critica a imposição de uma uniformidade que obriga todos a participar exteriormente, e embora o canto comunitário tenha um papel essencial na liturgia, Ratzinger defende que a exclusividade de manifestações externas, sem levar em conta as diferentes formas de participação espiritual, não pode ser justificada nem pela tradição nem pela essência da liturgia.

Joseph Ratzinger alerta ainda para o perigo de uma Igreja que se limita à “música utilitária”, que serve apenas ao pragmatismo da comunidade, pois tal prática não só empobrece a experiência litúrgica como também leva a Igreja a se tornar irrelevante. Ratzinger destaca que a Igreja tem o dever de não apenas satisfazer o que é útil, mas também de ser um veículo para a beleza que glorifica o Criador, tornando o cosmos habitável, esplêndido e belo.²³⁰

Por fim, Ratzinger comenta sobre a necessidade de respeitar e cultivar as tradições musicais de diversas culturas, especialmente nas regiões de missão, como indicado pela Constituição sobre a Sagrada Liturgia. Todavia, o teólogo bávaro ressalta que a grande tradição musical que se desenvolveu a partir do coração da fé cristã, na Europa, não deve ser descartada ou reduzida à mera história, mas deve continuar a ser cuidada, preservada e, sobretudo, vivida no culto litúrgico, onde ela nasceu e cumpre seu papel de glorificação a Deus.

Em suma, a reflexão ratzingeriana acerca da categoria *actuosa participatio* presente no texto mencionado, revela uma compreensão profunda e abrangente do conceito, distanciando-se das errôneas interpretações pós-conciliares que o limitaram a atividades exteriores visíveis, como o canto comunitário e/ou a ação

²²⁸ RATZINGER, J., O fundamento teológico da música sacra, p. 488.

²²⁹ RATZINGER, J., O fundamento teológico da música sacra, p. 488.

²³⁰ RATZINGER, J., O fundamento teológico da música sacra, p. 489.

verbal. Para o teólogo bávaro, a participação ativa dos fiéis na liturgia não se restringe ao ato físico ou vocal, mas incluem dimensões interiores, como a escuta atenta, o acolhimento espiritual e a transformação do coração. Assim, Ratzinger busca resgatar a profundidade e a riqueza da liturgia, alertando contra a simplificação utilitária e funcionalista que empobrece a experiência litúrgica. Redescobrir a música sacra como uma forma de glorificação a Deus, e não apenas como algo utilitário, pode ser o caminho para uma verdadeira *actuosa participatio*, que abrange tanto a ação exterior quanto a interior.

3.2.2. Liturgia – Mutável ou imutável?

Um outro texto no qual emerge a reflexão de Joseph Ratzinger sobre a categoria *actuosa participatio* é a entrevista intitulada *Liturgia – Mutável ou Imutável*, concedida à revista internacional de Teologia e Cultura *Communio* em 1977²³¹. Posteriormente, este material foi incorporado à sua obra *Das Fest des Glaubens*²³². Nessa entrevista, o teólogo alemão examina os desdobramentos da reforma litúrgica promovida pelo Concílio Vaticano II, abordando questões centrais relativas à renovação litúrgica e suas implicações para a vida da Igreja. Entre os temas abordados – na terceira questão –, Ratzinger é indagado sobre a categoria *actuosa participatio*, já mencionada na encíclica *Mediator Dei*, mas efetivamente concretizada pela Constituição *Sacrosanctum Concilium*.

Partindo do princípio de que um dos principais objetivos da reforma litúrgica impulsionada pelo Concílio Vaticano II foi a exigência que “os fiéis participem da liturgia de maneira ativa e frutuosa, sabendo o que estão fazendo”²³³, Joseph Ratzinger é questionado sobre o real significado de “participação ativa”. A dúvida levantada vai além da dimensão meramente externa, pois uma participação entendida apenas como envolvimento físico pode se tornar superficial e desprovida de sentido: “Posso cantar cinco estrofes de “*Großer Gott wir loben Dich*” [Deus eterno, a vós louvor] ou cantar o terceiro Credo e, simultaneamente, repassar pela memória todas as posições da minha última declaração de renda”²³⁴. Frente a essa questão, a indagação central é: de que maneira é possível evitar que a liturgia, sendo

²³¹ RATZINGER, J. Liturgie – wandelbar oder unwandelbar?, p. 417-427.

²³² RATZINGER, J., *Das Fest des Glaubens*, p. 71-85.

²³³ SC 11.

²³⁴ RATZINGER, J. Liturgia, p. 574.

um evento repetitivo por natureza, caia na monotonia e perca seu significado, garantindo ao mesmo tempo a genuína participação ativa dos fiéis?

Joseph Ratzinger aborda essa questão partindo da premissa de que a liturgia cristã, tanto em sua essência quanto em sua forma, é fundamentalmente um ato comunitário. Essa natureza comunitária se manifesta nas diversas expressões litúrgicas, como as orações recitadas de forma alternada entre o sacerdote e a assembleia, nas aclamações, nas proclamações e nas orações realizadas em coro. Assim sendo, escreve o teólogo alemão:

O “nós”, “vós” e “tu” são as formas aplicadas aos homens; somente nas orações, relativamente, novas e esporádicas aparecem o “eu”. Se, porém, os textos litúrgicos são caracterizados por “nós”, “vós” e por “tu” e tudo isso, faça parte de uma *actio* “drama” em que, estando no “livro de textos”, todos são coatores” então é claro que uma celebração litúrgica, conforme seu sentido, simplesmente com base na sua estrutura das palavras e das ações, exige que fale e haja, alternadamente, em relação do “nós”, “vós” e “tu”; caso contrário surge uma intrínseca contradição entre o texto e a sua realização²³⁵.

Portanto, para o teólogo, a estrutura dialógica da liturgia expressa um elemento central da fé cristã: a relação entre Deus e o ser humano, vivenciada de maneira comunitária e participativa durante a celebração litúrgica. Ora, quando essa dinâmica não é devidamente respeitada, surge uma contradição intrínseca entre o conteúdo dos textos litúrgicos e a maneira como eles são executados, que resulta numa ruptura entre a forma do rito e a participação ativa dos fiéis, que é essencial para o pleno significado da liturgia.

A redescoberta da dimensão comunitária e dialogal da liturgia, promovida pelo Movimento Litúrgico e consolidada pelo Concílio Vaticano II, não teve como objetivo apenas tornar a liturgia mais acessível ou compreensível, mas visou restaurar sua verdadeira essência, centrada na comunhão e na interação entre Deus e a comunidade. Nesse contexto, a *actuosa participatio* passou a ser entendida não apenas como um estímulo à compreensão intelectual dos ritos, mas como um chamado à vivência espiritual profunda, que reflete a natureza intrínseca da liturgia como um ato de fé comunitário e dialogal.

No entanto, Ratzinger adverte contra uma interpretação simplista e equivocada que surgiu no período pós-conciliar, em que alguns pragmáticos da reforma litúrgica reduziram a *actuosa participatio* a uma mera questão de

²³⁵ RATZINGER, J. Liturgia, p. 574.

exterioridade. Segundo o teólogo alemão, esses intérpretes acreditavam que todas as ações litúrgicas deveriam ser realizadas de forma comunitária e em voz alta, acreditando que isso asseguraria uma liturgia mais envolvente e eficaz²³⁶. Todavia, essa visão simplificada negligencia o verdadeiro significado da participação ativa, a qual deve estar profundamente enraizada na interioridade e na vida espiritual dos fiéis, e não se restringir apenas a manifestações externas.

Eles [os pragmáticos da Reforma litúrgica] tinham esquecido que a *actio* não consiste somente e primariamente em alternar ficar em pé, sentar-se ou ajoelhar-se, mas sim, um processo interior que constitui a verdadeira dramaticidade do conjunto. “Oremos” – esse é um convite a um processo que nos penetra em profundidade. “Corações ao alto” – a palavra e ficar de pé são aqui, por assim dizer, somente “a ponta de um *icerberg*”. O essencial acontece na profundidade de quem levanta as mãos para o alto”.²³⁷

Assim sendo, em consonância com os ensinamentos dos padres conciliares, que afirmam que a plena eficácia da liturgia requer que os fiéis a ela se aproximem com as melhores disposições interiores, de modo que o coração acompanhe a voz e cooperem com a graça divina para não recebê-la em vão²³⁸, Joseph Ratzinger vai insistir que a atividade exterior não tem valor em si mesma se não estiver acompanhada por uma elevação interior, uma disposição profunda de se abrir ao mistério divino que se revela na liturgia. Além disso, Ratzinger adverte que “onde essa dimensão interior foi negligenciada, dava-se a impressão de que a liturgia era sempre ‘enfadonha’ e ‘incompreensível’”²³⁹.

Joseph Ratzinger, em contraposição à mentalidade ativista e meramente externa que se enraizou nas assembleias litúrgicas do período pós-conciliar, propõe a redescoberta da dimensão interior da liturgia. Para ele, o ativismo e a verborragia que permeiam muitas celebrações litúrgicas comprometem sua essência, desviando o foco do verdadeiro mistério divino. Em resposta a esse cenário, Ratzinger sugere redescobrir “a participação silenciosa que era muito mais realista e dramática: era sentir-se protagonista da ação essencial e de manifestar da comunhão da fé que partia do mais profundo e se estendia além do silêncio”²⁴⁰.

²³⁶ RATZINGER, J. Liturgia, p. 575.

²³⁷ RATZINGER, J. Liturgia, p. 575.

²³⁸ SC 11

²³⁹ RATZINGER, J. Liturgia, p. 575.

²⁴⁰ RATZINGER, J. Liturgia, p. 575.

Em resposta às possíveis críticas de que sua proposta representaria um retrocesso em relação às ideias do Concílio, Joseph Ratzinger defende que a participação silenciosa, longe de ser uma forma de passividade, é, na verdade, uma expressão de profunda *actio* interior. Segundo o teólogo, essa participação interior permite uma comunhão de fé mais intensa e autêntica, onde o mistério divino é vivenciado de maneira mais profunda. Assim sendo, o teólogo enfatiza que essa forma de envolvimento “não contrasta com a participação ativa no sentido acima ilustrado, mas somente com a sua exteriorização”²⁴¹.

Por fim, Joseph Ratzinger enfatiza que não existe um método infalível ou uma técnica que possa garantir a verdadeira *actio* na liturgia. A participação autêntica dos fiéis não pode ser alcançada apenas por meio de fórmulas pré-estabelecidas ou práticas externas, mas deve brotar de uma compreensão profunda do mistério litúrgico. Assim sendo, em consonância com os ensinamentos conciliares²⁴², o grande desafio que o teólogo propõe à Igreja é educar os fiéis para que compreendam a liturgia em toda a sua riqueza espiritual, evitando que palavras e gestos se tornem meras formalidades desprovidas de sentido. Segundo Ratzinger, a *actio* interior deve sempre ocupar o centro da celebração litúrgica, funcionando como o núcleo que dá vida e profundidade à participação exterior.

3.2.3. A transposição artística da fé

O texto *A Transposição Artística da Fé*, de Joseph Ratzinger, teve sua origem em uma palestra que ele proferiu enquanto teólogo e professor convidado no Departamento de Música Sacra da Academia Estadual de Música de Stuttgart. Inicialmente publicado de forma independente em 1978, o texto foi posteriormente republicado em 1980 na revista internacional de teologia e cultura *Communio*²⁴³.

²⁴¹ RATZINGER, J. Liturgia, p. 575.

²⁴² Procure-se, por todos os meios, restabelecer e favorecer a participação plena e ativa de todo o povo na liturgia. Ela é fonte primeira e indispensável do espírito cristão. Os pastores de alma devem, pois, orientar para ela toda sua ação pastoral. Para que isso aconteça, é indispensável que os próprios pastores estejam profundamente imbuídos do espírito e da força da liturgia, tornando-se capazes de ensiná-la aos outros. Deve-se, pois, antes de tudo, dar uma boa formação litúrgica aos clérigos (SC 14). Também os fiéis devem participar da liturgia, interior e exteriormente de acordo com sua idade, condição, gênero de vida e grau de cultura religiosa. Os pastores atuem pacientemente nesse sentido, sabendo que um dos principais deveres de quem é chamado a dispensar fielmente os mistérios de Deus. Nesse particular, conduzam o seu rebanho não só com palavras, mas também com o exemplo (SC 19).

²⁴³ RATZINGER, J., Die künstlerische Transposition des Glaubens, p. 148-157.

No referido ensaio, Joseph Ratzinger aborda com profundidade as interseções entre arte, fé e liturgia, oferecendo uma reflexão crítica sobre a crise da música sacra no contexto pós-Concílio Vaticano II, e destacando a importância da música como expressão da fé e veículo de elevação espiritual na tradição cristã. Embora este texto não explore detalhadamente a categoria de *actuosa participatio*, como em outros escritos litúrgicos de Joseph Ratzinger, ele oferece uma breve, mas relevante, menção ao tema. Essa referência reforça a visão ratzingeriana de que a *actuosa participatio* não deve ser compreendida apenas de maneira externa, mas, sobretudo, como uma participação interior e espiritual.

No início de seu texto, ao tratar dos problemas teológicos da música sacra, Joseph Ratzinger menciona o tema da *actuosa participatio* como um aspecto importante na crise que envolveu a música sacra no período pós-conciliar. Assim sendo, o teólogo destaca o impacto negativo de duas abordagens teológicas opostas que, embora divergentes em seus princípios, contribuíram conjuntamente para o enfraquecimento da música sacra.

De um lado, ele critica o funcionalismo puritano, que reduz a liturgia a um simples banquete comunitário, eliminando seu caráter cultural e valorizando apenas a participação ativa visível dos fiéis. Segundo o teólogo, essa visão “suscitou a ideia de que o escopo ideal da renovação litúrgica era equiparação da atividade de todos os presentes na liturgia”²⁴⁴. Ora, nesse sentido, a música sacra foi limitada ao canto comunitário, julgada não por seu valor artístico, mas por sua funcionalidade, tal como testemunha o teólogo alemão:

Segundo tal visão, a música sacra pode existir agora somente na forma de canto da comunidade que, por sua vez, não deve ser julgado com base no seu valor artístico, mas unicamente com base na sua funcionalidade, isto é, com base na sua capacidade de criar e ativar uma comunidade. Até onde possa chegar o desinteresse pelas exigências musicais, pode-se deduzir do fato de que um eminente especialista alemão de liturgia, depois do Concílio, declarava que nada no patrimônio da música sacra que nos foi transmitido poderia satisfazer às prescrições atuais; tudo devia ser recriado. É óbvio que nessa visão a música litúrgica não era concebida como arte, mas como puro objeto de uso²⁴⁵.

Por outro lado, Ratzinger aponta o funcionalismo da adaptação, que busca eliminar a música sacra tradicional e substituí-la por novas formas, julgando a

²⁴⁴ RATZINGER, J., A transposição artística da fé, p. 529.

²⁴⁵ RATZINGER, J., A transposição artística da fé, p. 529-530.

cultura musical ocidental como ultrapassada e inadequada para a liturgia contemporânea.

Poder-se-ia reconhecer uma convicção de fundo segundo a qual toda a música sacra, aliás, a cultura desenvolvida até então no mundo ocidental, não era mais considerada como pertencente à época presente e, portanto, não podia ser um evento atual como quer e deve sê-lo a liturgia. (...). Tal atitude coincide com a precedente no seu pensamento exclusivamente funcional, que, porém, já não é eficaz como teoria litúrgica, mas se revela claramente no seu alcance fundamental: o mundo atual é de tal modo concebido sob o aspecto da funcionalidade que o vínculo com a história se interrompe e mesmo a história só pode conservar um valor como função, isto é, como objeto de museu; com isso é totalmente deslocada para trás no passado e perde toda força capaz de moldar a vida²⁴⁶.

Para Joseph Ratzinger, essas duas abordagens compartilham uma visão utilitarista da música litúrgica, tratando a história e a tradição como elementos restritos ao passado, sem relevância para a vida atual. Nesse sentido, o teólogo alemão argumenta que essa crise profunda não pode ser resolvida por meio de discussões superficiais, mas exige uma reflexão cuidadosa: “É necessária uma reflexão sobre as raízes dessas atitudes, para poder superá-las a partir de dentro”²⁴⁷.

A superação desse impasse deve vir de uma redescoberta do valor intrínseco da arte e da música na liturgia, reconhecendo sua ligação essencial com a tradição viva da Igreja. Nesse contexto, a compreensão de Ratzinger sobre a *actuosa participatio* como uma participação interior e espiritual pode desempenhar um papel fundamental. Ao integrar a música sacra na vida litúrgica como um caminho para a inserção profunda dos fiéis no mistério celebrado, ele sugere que é possível restaurar o papel autêntico da música, não como mero adorno funcional, mas como um veículo para a verdadeira participação ativa na liturgia.

3.2.4. A questão acerca da estrutura da celebração eucarística

O texto de Joseph Ratzinger, intitulado *Questões acerca da estrutura da celebração eucarística*, publicado inicialmente na Revista Internacional de Teologia e Cultura *Communio*²⁴⁸ em 1978, e posteriormente incluído na obra *Das Fest des Glaubens*²⁴⁹ em 1981, aborda questões fundamentais sobre a compreensão e a forma da liturgia eucarística na Igreja. Ratzinger, com seu profundo

²⁴⁶ RATZINGER, J., A transposição artística da fé, p. 530.

²⁴⁷ RATZINGER, J., A transposição artística da fé, p. 530.

²⁴⁸ RATZINGER, J., Zur Frage nach der Struktur der liturgischen Feier, p.488-497.

²⁴⁹ RATZINGER, J., Das Fest des Glaubens, p.55-67.

conhecimento teológico e sua preocupação com a preservação da integridade da liturgia, reflete sobre a tensão entre tradição e inovação que marcou as reformas litúrgicas do século XX, após o Concílio Vaticano II.

Na primeira parte do texto Joseph Ratzinger debruça sobre a natureza da celebração litúrgica enfatizando a importância de uma liturgia que não seja inventada, mas recebida e desenvolvida organicamente ao longo do tempo. Para Ratzinger, a liturgia tem um caráter festivo por natureza²⁵⁰, mas com características muito mais profundas do que uma simples experiência de comunhão espontânea e liberdade criativa. A festa litúrgica, na sua visão, não é um evento criado a partir da criatividade humana, mas uma celebração fundamentada em uma realidade objetiva e transcendente. Sobre esse aspecto escreve o teólogo bávaro:

Onde o celebrar se equipara com interação comunitária, e liberdade se confunde com “criatividade” de encontrar artefatos, o específico humano é reduzido ao mínimo e, por quanto belas possam parecer as palavras, o essencial acabe por ser deixado de lado. Não é preciso ser profetas para predizer a semelhantes experimentos uma breve duração; eles podem, contudo, ter o efeito de destruir em grande parte a liturgia²⁵¹.

Segundo Ratzinger a celebração da Eucaristia é, em sua essência, a festa da Ressurreição de Cristo – o *Mysterium Paschae* – que traz consigo o mistério da Cruz. Assim, o teólogo critica a visão que reduz a Eucaristia a uma simples refeição comunitária, argumentando que tal perspectiva desvaloriza o significado profundo do sacrifício de Cristo: “É simplesmente uma desvalorização, qualificar a Eucaristia somente como refeição da comunidade. Ela custou a morte de Cristo e a alegria que ela promete pressupõe o ingresso nesse mistério de morte”²⁵². Assim, a verdadeira liberdade cristã não está na invenção de novos textos ou ritos, mas na libertação da morte e do pecado, oferecida pela participação no sacrifício de Cristo.

Como consequência, Joseph Ratzinger destaca em primeiro lugar o caráter latrêutico da liturgia. Portanto, a adoração é o centro da liturgia cristã, especialmente na Eucaristia, onde a morte é superada e o amor se torna possível. A celebração da Ressurreição, então, é essencialmente um ato de adoração, que revela a verdade e a profundidade do mistério cristão. Em segundo lugar, Ratzinger aponta o caráter cosmológico e universal da liturgia. Isso significa que a liturgia, enquanto

²⁵⁰ RATZINGER, J., A questão acerca da estrutura da celebração eucarística, p. 363.

²⁵¹ RATZINGER, J., A questão acerca da estrutura da celebração eucarística, p. 364-365.

²⁵² RATZINGER, J., A questão acerca da estrutura da celebração eucarística, p. 365.

realidade dada por Deus, é algo que transcende o momento presente e se uni com a história da salvação.

A comunidade se torna comunidade não mediante a interação, mas pelo fato de que ela recebe a si mesma do Todo e se restituiu ao Todo. A partir dessa constatação, poder-se-ia demonstrar, detalhadamente, porque a liturgia não é “feita”, mas acolhida e, como realidade preestabelecida, sempre novamente revitalizada. (...). Nesse sentido, para cada comunidade e para cada liturgo, prevalecia sempre a não facultatividade da liturgia. Ela é garantia e expressão do fato de que aqui acontece algo de mais e de maior, além do que uma comunidade e os homens em geral seriam por si mesmos capazes de fazer; é, desse modo, expressão da objetiva autorização para a alegria, para a participação no drama cósmico da Ressurreição de Cristo, participação em cuja base a dignidade da liturgia permanece ou cai²⁵³.

Embora Ratzinger reconheça que há espaço para a criatividade na liturgia, ele adverte sobre os perigos de uma criatividade que se afaste da tradição, visto que a verdadeira criatividade litúrgica deve sempre estar subordinada à beleza e à profundidade do mistério celebrado. Assim, essa criatividade pode se manifestar na arte sacra, na música, na homilia e em outras formas de expressão litúrgica, mas sempre dentro dos limites estabelecidos pela tradição. Segundo o teólogo alemão, liturgias “autofabricadas” que no fundo visam uma maior participação dos fieis no culto celebrado, tendem a empobrecer a experiência litúrgica.

Na segunda parte do texto, Joseph Ratzinger aborda a relação entre o indivíduo e a comunidade na liturgia, utilizando o conceito de *participatio actiosa* e destacando sua relevância antropológica. O teólogo alemão argumenta que o “conceito de ‘participação’ como aquele de ‘ser ativo’ deve ser ilustrado sob os aspectos do ‘indivíduo’ e da ‘comunidade’, da ‘interioridade’ e da ‘externalização’”²⁵⁴. Desse modo, segundo Ratzinger, para que a liturgia seja verdadeiramente uma experiência de comunhão, é imprescindível uma expressão comunitária visível. Contudo, adverte o teólogo que essa expressão não deve se restringir à exterioridade, pois necessita de uma interiorização comunitária que aprofunde a vivência espiritual dos participantes. Tal interiorização é essencial para que a liturgia se torne um caminho de elevação conjunta, unido os fiéis entre si e, simultaneamente, unindo-os a Deus. Dessa forma, Joseph Ratzinger propõe uma participação litúrgica integral, que harmonize a ação externa com a interioridade da fé. Ora, essa característica do pensamento ratzingeriano é sublinhada por Rudy

²⁵³ RATZINGER, J., A questão acerca da estrutura da celebração eucarística, p. 366-367.

²⁵⁴ RATZINGER, J., A questão acerca da estrutura da celebração eucarística, p. 368.

Albino de Assunção e Mariana Lane Freitas dos Santos ao afirmar que “enquanto a dinâmica da SC está na atividade/passividade, ou na participação/assistência. Ratzinger lida com o binômio interioridade-exterioridade”²⁵⁵.

Para o teólogo alemão, a liturgia cristã possui o potencial de oferecer uma resposta significativa às situações de isolamento e solidão características dos tempos contemporâneos. No entanto, enfatiza que, para que essa resposta seja verdadeiramente eficaz, a celebração litúrgica não pode se restringir a meras atividades externas. É necessário que a liturgia seja uma experiência que transcenda o ativismo exterior, promovendo uma interiorização profunda que conduza à verdadeira comunhão entre os fiéis e a Deus. Sobre este aspecto testemunha Joseph Ratzinger:

A possibilidade singular e específica, que lhe é própria, consiste nisto: mediante a interiorização da palavra litúrgica e da realidade litúrgica – a presença do Senhor – ela pode reabrir os “eus” / indivíduos separados e, a partir de dentro, fazê-los se comunicar no Senhor que, mediante a sua autodoação na cruz, comunicou-se a todos nós. Onde a interiorização comunitária em tal direção acontece sob a guia das orações comuns da Igreja e sob a guia da experiência do corpo de Cristo nelas contida, aí se torna possível e verdadeira uma expressão comunitária; aí os homens não mais se colocam juntos apenas para a execução de funções, mas se tocam mutuamente no ser, somente assim se cria “comunidade”.²⁵⁶

Isto posto, Joseph Ratzinger critica a expressão “livro das funções” litúrgicas, considerando-a inadequada para descrever a verdadeira natureza da oração litúrgica. Embora os livros litúrgicos possam ser superficialmente vistos como ferramentas para a execução de funções, sua “verdadeira ‘função’ a desenvolve somente se na oração despoja o homem das suas funções, o põe pessoalmente desvelado diante do seu Deus, abrindo desse modo nele aquele espaço em que somente podemos comunicar verdadeiramente”²⁵⁷.

Nesse sentido, segundo Ratzinger, a oração comunitária na liturgia deve transcender um mero diálogo entre os fiéis, constituindo-se essencialmente em um diálogo com Deus. Somente ao falar verdadeiramente com Deus, a comunidade alcança a forma mais profunda e significativa de comunicação entre si. Nesse sentido, a liturgia se torna um espaço privilegiado, onde a comunicação interpessoal

²⁵⁵ ASSUNÇÃO, R. A.; SANTOS, M. L. F., *A actuosa participatio* na liturgia de acordo com Joseph Ratzinger-Bento XVI, p.361.

²⁵⁶ RATZINGER, J., A questão acerca da estrutura da celebração eucarística, p. 369.

²⁵⁷ RATZINGER, J., A questão acerca da estrutura da celebração eucarística, p. 369.

não se esgota nas palavras trocadas entre os participantes, mas é enriquecida e aperfeiçoada pelo diálogo com o divino, o que eleva a interação humana a um nível mais profundo e espiritual. Nesse sentido, a participação litúrgica “deveria ser *participatio Dei* – participação de Deus (e, desse modo, da vida, da liberdade) – a interiorização tem a prioridade”²⁵⁸.

Ora, para que a participação na liturgia seja autêntica e plena, não deve se restringir apenas ao momento da ação litúrgica em si, mas requer uma formação contínua e profunda. Para Joseph Ratzinger, tal formação litúrgica não se alcança por meio de constantes reformulações ou inovações estruturais, mas por uma educação que leve da forma ao conteúdo, promovendo a capacidade interior de vivenciar e assimilar o mistério litúrgico da Igreja²⁵⁹. É essa interiorização que permite uma participação verdadeira e consciente, tornando desnecessárias as incessantes explicações sobre o que é a liturgia, que muitas vezes acabam por não revelar seu sentido essencial.

Isto posto, Joseph Ratzinger aborda a questão das formas expressivas da liturgia, ressaltando a conexão profunda entre a teologia da criação e a teologia da Ressurreição, as quais demandam, de maneira indispensável, a encarnação da oração. Isso implica o engajamento de todas as dimensões corporais na prática litúrgica. Para Ratzinger, “a espiritualização do corpo e a corporificação do espírito exigem-se mutuamente”²⁶⁰, ou seja, são processos interdependentes, demonstrando a necessidade de uma liturgia que integre plenamente o aspecto físico da oração. A partir dessa compreensão, ele critica o predomínio unilateral da palavra na liturgia. Tal crítica leva a uma reflexão sobre a importância de um equilíbrio adequado entre os elementos verbais e não verbais, visando uma expressão mais completa e coerente com suas bases teológicas. Portanto, enfatizando a importância de integrar todas essas dimensões no culto, o teólogo alemão afirma que “à liturgia pertencem o falar e o silenciar; o canto, o louvor por meio de instrumentos musicais e imagens; os símbolos e os gestos que correspondem à palavra”²⁶¹.

Nesse sentido, Joseph Ratzinger destaca o silêncio como um caminho comunitário de interiorização, um processo de assimilação da palavra e dos sinais

²⁵⁸ RATZINGER, J., A questão acerca da estrutura da celebração eucarística, p. 369.

²⁵⁹ RATZINGER, J., A questão acerca da estrutura da celebração eucarística, 370.

²⁶⁰ RATZINGER, J., A questão acerca da estrutura da celebração eucarística, 370.

²⁶¹ RATZINGER, J., A questão acerca da estrutura da celebração eucarística, 370-371.

litúrgicos que permite uma verdadeira *actuosa participatio*. Para o teólogo bávaro, o silêncio não é apenas uma pausa entre as ações litúrgicas, mas um espaço necessário para que a comunidade se volte ao essencial, transcendendo as funções externas que, por vezes, obscurecem o significado profundo da liturgia.

O silêncio, como caminho comunitário para dentro, como interiorização da palavra e do sinal, como um sair das funções que escondem o essencial, é – segundo quando considerado há pouco – indispensável para uma verdadeira *actuosa participatio*. Ele cria um período de tempo, a procrastinação na qual o homem percebe aquilo que perdura²⁶².

Para Joseph Ratzinger, a educação litúrgica desempenha um papel crucial no processo de assimilação da realidade litúrgica. Assim o teólogo bávaro, contrariando a prática predominante, sugere que não é necessário recitar sempre todo o Cânon em voz alta. De acordo com Ratzinger, em uma comunidade que tenha recebido uma sólida educação litúrgica, onde os fiéis compreendem plenamente os elementos fundamentais da oração eucarística da Igreja, essa proposta não apenas seria adequada, mas também permitiria uma participação mais profunda e consciente dos fiéis, muitas vezes mais eficaz do que a recitação contínua em voz alta. Assim sendo, testemunha o teólogo alemão:

Onde em uma comunidade aconteceu a acima mencionada educação litúrgica, que é objetivamente necessária, os fiéis sabem de quais elementos fundamentais é constituída a oração eucarística da Igreja. Então, é suficiente proclamar em alta voz – quase como ponto de partida –, por exemplo, as primeiras palavras de cada uma das partes da oração; a participação dos fiéis e, portanto, também o sucesso do anúncio, serão desse modo, muitas vezes bem superiores em relação à ininterrupta proclamação em alta voz que sufoca a exigência intrínseca das palavras²⁶³.

Corroborando sua ideia sobre a urgência de uma educação voltada para a interiorização e o retorno ao núcleo essencial da liturgia, Ratzinger expressa preocupação com a multiplicação das orações eucarísticas. Para o teólogo, essa proliferação é consequência da prática contínua de recitar o Cânon em alta voz, o que gera uma necessidade constante de “variação”, uma demanda que nunca poderá ser plenamente satisfeita, independentemente do número de orações eucarísticas disponíveis²⁶⁴. Somente com a coragem de redescobrir a escuta da palavra no silêncio é possível evitar o excesso de verbalizações que banalizam o sagrado.

²⁶² RATZINGER, J., A questão acerca da estrutura da celebração eucarística, 371.

²⁶³ RATZINGER, J., A questão acerca da estrutura da celebração eucarística, 371.

²⁶⁴ RATZINGER, J., A questão acerca da estrutura da celebração eucarística, 372.

Portanto, o pensamento de Joseph Ratzinger acerca da categoria *actuosa participatio* reflete uma visão profundamente integrada da liturgia, que une o aspecto externo da celebração com uma profunda interioridade espiritual. Para Ratzinger, a verdadeira participação litúrgica deve harmonizar a expressão comunitária com a vivência interior. Desse modo, o teólogo alemão defende que a verdadeira *actuosa participatio* requer uma integração do corpo e do espírito, onde o silêncio, a palavra e os gestos são complementares e necessários para uma experiência litúrgica plena. Ora, nesse processo, o silêncio desempenha um papel central ao permitir a assimilação da palavra e dos sinais litúrgicos, possibilitando uma comunhão mais profunda e autêntica com o mistério de Deus e não apenas exterior.

Joseph Ratzinger também critica a tendência de enfatizar excessivamente a verbalização durante a liturgia, destacando a necessidade de se promover uma educação litúrgica, voltada para a assimilação interior do mistério celebrado, em vez de se focar em mudanças superficiais ou em inovações litúrgicas que podem empobrecer a experiência espiritual.

3.2.5. A vida cultural nas comunidades 15 anos depois do concílio

O texto intitulado *A vida cultural nas comunidades quinze anos após o Concílio* é um discurso proferido por Joseph Ratzinger em 27 de setembro de 1979, durante a Conferência Episcopal Alemã em Fulda, e posteriormente incluído no livro *Das Fest des Glaubens*²⁶⁵. Nesse discurso, Ratzinger explora o conceito de *actuosa participatio* em um momento que, embora ainda próximo aos eventos conciliares, já se distancia dos primeiros anos de euforia pós-reforma. Isso permite uma análise mais crítica e ponderada. Assim sendo, o discurso oferece uma oportunidade para examinar o desenvolvimento das reflexões ratzingerianas sobre a participação ativa dos fiéis, num período em que a Igreja começava a lidar com os desafios práticos da implementação das reformas conciliares.

Partindo da pergunta “Como está, hoje em dia, nossa vida cultural?”²⁶⁶, Joseph Ratzinger expressa um sentimento de contraste em relação à liturgia pós-conciliar. Por um lado, há um sentimento de alegria e satisfação com o despertar de uma nova consciência sobre a responsabilidade compartilhada entre os fiéis, resultante de uma

²⁶⁵ RATZINGER, J., *Das Fest des Glaubens*, p.127-132.

²⁶⁶ RATZINGER, J., *A vida cultural nas comunidades 15 anos depois do concílio*, p. 580.

renovada vivência comunitária. Assim, Joseph Ratzinger destaca que com a reforma promovida pelo concílio Vaticano II “a liturgia da Igreja, libertada do véu da história, nos foi apresentada, novamente, na sua simplicidade e grandeza”²⁶⁷. Esse processo de redescoberta litúrgica trouxe uma compreensão mais clara e autêntica do significado do culto, permitindo uma vivência mais profunda da comunhão eclesial. A participação no mistério eucarístico, dentro desse contexto, tornou-se mais intensa e significativa, levando os fiéis a uma participação mais consciente e ativa no ato litúrgico. Assim sendo, a reforma litúrgica é considerada pelo teólogo alemão como essencial e positiva, por promover nos fiéis um maior senso de pertencimento e compromisso com a celebração litúrgica, fortalecendo tanto a dimensão comunitária da fé quanto o papel ativo de cada membro na vivência da Eucaristia.

Por outro lado, Ratzinger adverte sobre as consequências negativas da reforma litúrgica, destacando que a má interpretação da proposta conciliar gerou controvérsias e divisões. O teólogo observa que, em meio a essa renovação, surgiram elementos preocupantes, como “a suave sensação de emoções por causa de muitas palavras, da falta de silêncio, da carência de beleza, temos a recordação de uma certa arbitrariedade que minimizou a dignidade daquilo que nosso Senhor instituiu na penosa mesquinhez do ‘self-service’”²⁶⁸. Assim sendo, apesar dos inúmeros benefícios trazidos pela reforma litúrgica, as disputas em torno da liturgia – tanto em sua forma quanto em seu conteúdo – geraram dissensos dentro das comunidades, revelando a complexidade do processo de adaptação das novas diretrizes conciliares e a dificuldade em encontrar um equilíbrio entre tradição e inovação. Isto posto, escreve o teólogo bávaro: “Temos, então motivos para agradecer, mas também motivo para um exame de consciência”²⁶⁹.

Ora, diante desse contexto, Joseph Ratzinger oferece três elementos com o objeto de fomentar a reflexão teológica. Em primeiro lugar, a relação entre a comunidade eclesial e a liturgia, destacando a Eucaristia como um elemento central da vida comunitária e enfatizando a redescoberta do conceito de “comunidade” promovida pelo Concílio Vaticano II. Em segundo lugar, e de maior interesse para esta pesquisa, Ratzinger aborda a liturgia como *actio*, uma ação da Igreja que requer

²⁶⁷ RATZINGER, J., A vida cultural nas comunidades 15 anos depois do concílio, p. 580.

²⁶⁸ RATZINGER, J., A vida cultural nas comunidades 15 anos depois do concílio, p. 580.

²⁶⁹ RATZINGER, J., A vida cultural nas comunidades 15 anos depois do concílio, p. 580.

a participação ativa dos fiéis, alertando contra a superficialidade de reduzi-la a mero entretenimento. Por fim, ele reflete sobre a profundidade e o valor da Eucaristia, ressaltando que sua grandeza não se limita à comunhão sacramental, mas está presente mesmo para aqueles que não comungam, evitando assim que o ato se torne um hábito desprovido de significado espiritual.

Ao abordar a relação entre a comunidade eclesial e a liturgia, o teólogo alemão, destaca que a Eucaristia, chamada de “*synaxis*” ou “assembleia” na Igreja primitiva, desempenha um papel essencial em reunir e unir os fiéis em uma verdadeira comunhão. Contudo, essa reunião vai além do simples encontro físico dos membros da comunidade local; trata-se de uma convocação espiritual destinada a unir todos os filhos dispersos de Deus, conforme Jo 11,52. Nesse sentido, a assembleia desejada por Jesus consiste na reunião de todos os filhos de Deus. Ora, o Senhor não convoca a comunidade para que ela se enclausure em si mesma, mas para que se expanda e se abra. Aqueles que se permitem ser congregados por Cristo são inseridos em um dinamismo que continuamente ultrapassa os limites do que é exclusivamente particular ou privado, tal como testemunha o teólogo bávaro:

O Senhor reúne a comunidade não para fechá-la em si mesma, mas para abri-la. Quem se deixa congregado pelo Senhor entra em uma corrente que abre sempre de novo os limites daquilo que é somente privado. Só pode estar com o Senhor quem deseja estar com aquele que procura todos os filhos de Deus. A Igreja se encontra na comunidade – como afirma um moto muito importante para nosso tempo – porque “onde dois ou três estiverem reunidos em meu nome, ali eu estarei no meio deles” disse o Senhor (Mt 18,20). Mas, inversamente também devemos dizer: a comunidade está junto ao seu Senhor se estiver reunida em seu nome e ela esteja, totalmente, na Igreja, toda unida à totalidade da Igreja²⁷⁰.

Dessa forma, para Ratzinger a liturgia não deve ser entendida como um adorno externo. Pelo contrário, ela tem sua origem no próprio Senhor, que deseja reunir todas as pessoas e conduzi-las ao encontro com os outros em comunhão. Não sendo uma criação da comunidade local, a liturgia é recebida como um dom do Senhor ao sua Igreja. Sobre esse aspecto testemunha o teólogo bávaro:

A liturgia não é “fabricada” pela comunidade, mas simplesmente a comunidade a recebe da totalidade, e recebe a si mesma como comunidade do todo. Ela permanece sendo uma comunidade somente se ela se doa novamente ao todo. Duas coisas são importantes sobre um perfil muito prático: 1. A forma [litúrgica] de toda Igreja, como estrutura comum obrigatória, não significa que a vida da comunidade seja restringida, mas é expressão da autenticidade da liturgia e de sua grandeza. 2. A

²⁷⁰ RATZINGER, J., A vida cultural nas comunidades 15 anos depois do concílio, p. 581.

eucaristia não deve, nunca, ser uma autoafirmação e auto separação da comunidade. A sua autenticidade e exatidão se sentem, exatamente, onde toda “comunidade” já existente não tenha mais seu sacerdote e sua própria celebração²⁷¹.

Esse ponto levantado por Joseph Ratzinger é crucial, pois, embora não aborde diretamente o tema da participação ativa dos fiéis, ele expõe uma tendência equivocada surgida no pós-Concílio Vaticano II. Na tentativa de atrair um número maior de fiéis para as atividades litúrgicas, algumas comunidades começaram a introduzir “novas formas litúrgicas”, baseadas na criatividade humana. No entanto, para Ratzinger, a verdadeira liturgia não pode ser fruto de invenções ou da fantasia da comunidade, pois ela não é um produto humano, mas uma dádiva de Deus à humanidade. A liturgia tem sua fonte e origem no próprio Deus, e sua finalidade é reconduzir o ser humano ao mistério divino, integrando-o na comunhão com o Senhor²⁷². Assim, qualquer esforço para ajustar ou modificar a liturgia com o objetivo de atender a gostos pessoais ou particularidades locais corre o risco de comprometer sua verdadeira natureza. A verdadeira participação litúrgica, portanto, não reside em invenções humanas, mas em acolher e viver plenamente o dom da liturgia como expressão da graça divina.

Na segunda reflexão – que constitui o tema central deste estudo – Joseph Ratzinger aponta a liturgia como *actio*, uma ação da Igreja, e a verdadeira natureza da participação ativa dos fiéis. O Concílio Vaticano II sublinhou que a liturgia é uma ação (*actio*), e que se espera dos fiéis uma participação ativa (*participatio actiosa*)²⁷³. No entanto, Ratzinger critica uma interpretação equivocada que surgiu a partir dessa noção, onde se passou a entender que a liturgia deveria ser moldada pela própria comunidade para se tornar uma “obra sua”, muitas vezes com o objetivo de atribuir-lhe um caráter mais atrativo ou de entretenimento. Segundo o teólogo tal abordagem desvirtua o verdadeiro significado da liturgia, que não é uma criação humana ou algo ajustado às preferências locais, mas uma ação sagrada, uma verdadeira dádiva de Deus a sua Igreja:

Quando a liturgia é algo feito por nós mesmos, então ela deixa de nos oferecer o que deveria ser sua verdadeira dádiva: o encontro com o mistério, que não é produto nosso, mas nossa origem e fonte de nossa vida. (...) Estou convencido de que a crise na Igreja, pela qual passamos hoje, é causada em grande parte pela decadência litúrgica, que as vezes até é concebida de uma maneira *etsi Deus non daretur*, isto é,

²⁷¹ RATZINGER, J., A vida cultural nas comunidades 15 anos depois do concílio, p. 581.

²⁷² SC 6-7.

²⁷³ SC 10-11.

que nela não importa mais se Deus existe e se ele nos fala e nos escuta. Quando, porém, na liturgia não aparece mais a comunhão da fé, a unidade mundial da Igreja, o mistério do Cristo vivo, onde, então, ainda aparece Igreja, em sua essência espiritual? Aí a comunidade ainda celebra somente a si mesma, mas isso não vale a pena²⁷⁴.

Qualquer tentativa de tornar a liturgia mais atraente ou interessante com o intuito de captar a atenção dos fiéis corre o risco de comprometer seu valor essencial. Ora, esse valor não reside nas ações ou na criatividade da comunidade, pois na liturgia “opera uma autoridade que ninguém pode dar a si mesmo, aqui acontece, verdadeiramente, uma coisa totalmente diferente, um Totalmente Outro, esse Totalmente Outro entra no nosso meio”²⁷⁵. Assim sendo, a liturgia deve ser entendida como uma ação que ultrapassa as capacidades humanas, pois é uma obra sagrada realizada por Deus, cuja autoridade nos é concedida por meio da ressurreição de Cristo, de tal maneira que o culto litúrgico não pode ser reduzido a um espetáculo criado para envolver ou entreter, mas deve permanecer fiel à sua natureza transcendente e divina.

Destarte, a liturgia não pode ser reduzida a uma simples celebração comunitária nem moldada para atender expectativas humanas, como se sua finalidade fosse agradar o público através de variações externas. O verdadeiro propósito da liturgia está em proporcionar uma experiência profunda e duradoura do mistério divino, convidando os fiéis a uma participação que vai além do exterior e do superficial. Quando a preocupação se concentra em formas externas ou inovações, corre-se o risco de esvaziar o sentido espiritual da celebração, tal como testemunha Joseph Ratzinger:

A Eucaristia significa que a Ressurreição do Senhor nos doa a autorização que nenhum outro pode nos dar. Por isso é muito pouco definir a Eucaristia como festa da comunidade. Isso custou a morte do Senhor, e somente por isso pode ser dom de Ressurreição. Por tal motivo, na Eucaristia não conta a variação concedida por nós. Todas as variações encontram o seu fim e toda diversão no fim torna-se enfadonha – como hoje estamos ciente. Importante é que a realidade durável, o essencial, nos fará presente e que andemos ao seu encontro. Todas as participações e configurações exteriores não servem se não se traduzem uma participação nessa realidade mais profunda, a vida do Senhor – uma participação à realidade de Deus. Nesse caminho, a liturgia quer nos introduzir²⁷⁶.

²⁷⁴ RATZINGER, J., *Lembranças da minha vida*, p. 130.

²⁷⁵ RATZINGER, J., *A vida cultural nas comunidades 15 anos depois do concílio*, p. 582.

²⁷⁶ RATZINGER, J., *A vida cultural nas comunidades 15 anos depois do concílio*, p. 582-583.

De acordo com a compreensão de Joseph Ratzinger sobre a *actuosa participatio*, duas implicações práticas se destacam. Em primeiro lugar, a liturgia não deve ser sujeita a variações ou adaptações que visem atender a expectativas superficiais da comunidade. Seu valor reside na experiência profunda e progressiva do mistério divino, o qual permanece imutável e autêntico ao longo do tempo. A liturgia, dessa forma, oferece uma resposta perene e definitiva à busca espiritual da humanidade. Em segundo lugar, a participação na liturgia transcende uma mera compreensão intelectual ou imediata, alcançando as profundezas da existência humana. Certas verdades espirituais só podem ser verdadeiramente assimiladas de forma gradual, primeiro pelo coração e, com o tempo, pela razão, à medida que o indivíduo se abre à iluminação interior que a liturgia proporciona.

Um terceiro aspecto importante para uma reta celebração da Eucaristia, segundo Joseph Ratzinger, é a consciência do valor intrínseco da Eucaristia, independentemente da comunhão sacramental. Após o Concílio Vaticano II, houve um aumento significativo na participação dos fiéis, com mais pessoas comungando o Corpo de Cristo e, assim, unindo-se de maneira mais visível à Igreja. No entanto, Ratzinger alerta que, para alguns, a comunhão pode se tornar um ato puramente ritual, sem a devida reverência ou consciência do profundo mistério que ela envolve.

Ao comungar indiscriminadamente, não nos elevamos à sublimidade daquilo que é a comunhão, mas desvalorizamos o dom do Senhor a um hábito daquilo que é a nossa livre disposição, daquilo que estamos acostumados dia a dia²⁷⁷.

Além disso, Ratzinger enfatiza que a celebração eucarística continua sendo de valor pleno mesmo para aqueles que não comungam. A Eucaristia não é apenas um rito mecânico ou um convite automático à comunhão, mas sim uma oração comunitária em que o Senhor está presente, convidando todos a se unirem a Ele, mesmo que não participem diretamente da comunhão sacramental. A verdadeira essência da celebração está na abertura do coração e na disposição de adentrar o mistério de Cristo, que vai muito além do ato físico de receber a hóstia. Esse aspecto ressalta que a profundidade da Eucaristia é vivida na interioridade e no reconhecimento da presença de Cristo, mesmo sem a comunhão sacramental direta.

²⁷⁷ RATZINGER, J., A vida cultural nas comunidades 15 anos depois do concílio, p. 583.

Isto posto, nesse discurso, é possível perceber como Joseph Ratzinger entendia e interpretava o princípio *actuosa participatio* em um momento ainda relativamente próximo ao Concílio Vaticano II. Sua reflexão revela uma análise crítica e cuidadosa das mudanças litúrgicas, evidenciando sua preocupação com a correta aplicação do conceito. Para Ratzinger, a verdadeira participação ativa dos fiéis na liturgia vai muito além de uma compreensão meramente externa ou intelectual. Ele sublinha que a *actuosa participatio* não se limita a ações visíveis ou formas de envolvimento que busquem apenas agradar ou entreter os participantes. Ao contrário, a participação ativa envolve uma abertura profunda ao mistério divino, que só pode ser plenamente vivenciada por meio de uma compreensão gradual, onde o coração e a razão, iluminados pela fé, se abrem à grandeza da liturgia. Assim, a liturgia, enquanto ação da Igreja, deve manter-se fiel à sua essência, recebida como um dom de Deus, e não como um produto moldado pelas preferências humanas ou particularidades locais.

3.2.6. O Espírito da Liturgia: uma introdução

A obra *O Espírito da Liturgia: uma introdução*²⁷⁸, publicada em 2000, é considerada por Joseph Ratzinger como um dos textos centrais de sua reflexão sobre a liturgia²⁷⁹. Segundo o próprio autor, a intenção fundamental do livro foi situar a liturgia em um contexto mais amplo, “além das questões frequentemente estreitas sobre essa ou aquela forma”²⁸⁰. Para alcançar esse objetivo, Ratzinger organiza sua obra em quatro partes, a saber: (1) A natureza da liturgia; (2) Tempo e espaço na liturgia; (3) Arte e liturgia; (4) A forma litúrgica.

A quarta parte da reflexão de Joseph Ratzinger, que trata dos elementos constitutivos da liturgia, é especialmente relevante para esta pesquisa, pois aborda diretamente a questão da *actuosa participatio*. Ratzinger observa que esse conceito foi frequentemente mal compreendido, sendo muitas vezes reduzido a uma dimensão puramente externa e visível, limitada à execução de gestos ou atividades por um grande número de participantes durante a celebração. O teólogo critica essa interpretação superficial, sublinhando que a verdadeira participação ativa não se

²⁷⁸ RATZINGER, J., *Des Geist Liturgie: Eine Einführung*, 2000.

²⁷⁹ RATZINGER, J., Prefácio ao primeiro volume dos meus escritos, p.14.

²⁸⁰ RATZINGER, J., Prefácio ao primeiro volume dos meus escritos, p.15.

resume a ações externas, mas envolve, sobretudo, uma inserção interior e espiritual na ação litúrgica. Sobre esse fato, testemunha o teólogo alemão:

Mas em que consiste essa participação ativa? O que se deve fazer? Infelizmente, a expressão bem cedo foi mal-entendida em um sentido exterior e foi reduzida à necessidade de um agir comum, quase como se tratasse de fazer entrar em ação o maior número possível de pessoas, o mais rápido possível, de um modo visível a todos. Mas a palavra “participação” refere-se a uma ação principal na qual todos devem tomar parte²⁸¹.

Portanto, para Ratzinger, a verdadeira participação ativa não se limita a atividades externas, mas consiste, sobretudo, em participar da *actio* central da liturgia, que o teólogo identifica como o Cânon Eucarístico: “A verdadeira ação litúrgica, o verdadeiro ato litúrgico, é a *oratio*, a grande oração que constitui o coração da celebração eucarística”²⁸². Ora, a *oratio*, sendo o centro da liturgia, reflete o caráter espiritual da religião cristã, em que o sacrifício da palavra substitui os antigos sacrifícios de animais. Nesse contexto, a participação ativa envolve um engajamento interior na oração e no sacrifício espiritual, em que “a palavra se funde com a Palavra em sentido absoluto, com o Logos de Deus que nos atrai para dentro da verdadeira adoração”²⁸³.

Assim, para o teólogo bávaro, a *actuosa participatio* envolve todos os fiéis na verdadeira adoração, na qual o centro é a oração que, unida ao sacrifício de Cristo, expressa o culto espiritual da Igreja. Dessa forma, Ratzinger reorienta o conceito de participação, enfatizando sua dimensão interior e espiritual, sem reduzi-la a uma mera ação externa. Sobre este aspecto escreve o teólogo alemão:

Essa *oratio*, a solene oração eucarística, o “Cânon”, é verdadeiramente mais do que um discurso, é *actio* no sentido mais alto da palavra. Nela, de fato, acontece que a *actio* humana (assim como até aquele momento tinha sido exercida por sacerdotes nas diferentes religiões) passa em segunda linha e deixa espaço à *actio* divina, ao agir de Deus. Nessa *oratio* o sacerdote fala juntamente com o Eu do Senhor: “isto é o meu corpo”, “isto é o meu sangue”, na consciência de que não fala mais em nome próprio, mas, em virtude do Sacramento recebido, se torna voz do Outro que por meio dele fala e age. (...) A verdadeira “ação” na liturgia, da qual todos devemos fazer parte, é o agir do próprio Deus. Essa é a novidade e a particularidade da liturgia cristã, isto é, que Deus mesmo age, que é Ele a cumprir o essencial: faz surgir a nova criação, se torna acessível, a fim de que nós, através das coisas da terra, através dos nossos dons, possamos nos comunicar com Ele de modo totalmente pessoal²⁸⁴.

²⁸¹ RATZINGER, J., O Espírito da liturgia, p. 137.

²⁸² RATZINGER, J., O Espírito da liturgia, p. 137.

²⁸³ RATZINGER, J., O Espírito da liturgia, p. 138.

²⁸⁴ RATZINGER, J., O Espírito da liturgia, p. 138-139.

Para Ratzinger, a singularidade da liturgia cristã reside no fato de que Deus é o agente principal e que os fiéis são chamados a participar dessa ação divina. Sendo a liturgia o espaço onde Deus nos atrai para si e nos transforma em corpo de Cristo, nessa participação, não há diferença essencial entre sacerdote e leigos, pois ambos são chamados a tomar parte na única ação de Cristo. E embora o sacerdote, em virtude do sacramento da Ordem, tenha a responsabilidade de pronunciar a *oratio* em nome da Igreja, a participação interior nessa ação é comum a todos os fiéis²⁸⁵.

Portanto, para Joseph Ratzinger, a verdadeira participação ativa na liturgia não se restringe a gestos exteriores, como ler, cantar ou levar as ofertas, mas requer uma inserção interior na *actio* de Deus. Destarte, o teólogo bávaro alerta contra a ênfase desproporcional nas ações exteriores, advertindo sobre o risco de reduzir o culto a uma mera “paródia” se as atividades visíveis substituírem a centralidade da ação divina. Nesse sentido, Ratzinger argumenta que a autêntica formação litúrgica deve priorizar a preparação dos fiéis para uma participação interior profunda, orientada para a comunhão com a ação salvífica de Deus, em vez de focar apenas no treinamento para atividades externas.

É preciso, pois, distinguir a participação na liturgia da Palavra (ler, cantar) da participação na celebração propriamente sacramental. O fato de que as ações exteriores sejam totalmente secundárias deveria ser ressaltado claramente. O agir deve cessar totalmente quando chega a coisa essencial: a *oratio*. E deve ser evidente que somente a *oratio* constitui o elemento essencial e que, além disso, a *oratio* é importante propriamente porque dá espaço para a *actio* de Deus²⁸⁶.

Por fim, Joseph Ratzinger argumenta que a liturgia, centrada no Verbo encarnado, não reduz a participação ao espírito, mas envolve também o corpo. Todavia, o envolvimento corporal, para Ratzinger, não se limita a gestos exteriores, como “o simples vestir alfaías e carregar objetos ou coisas semelhantes. Vem exigido o seu empenho total da cotidianidade da vida”²⁸⁷. Portanto, para o teólogo a verdadeira ação litúrgica é a ação de Deus, que não apenas se manifesta no culto, mas deve estender-se à vida diária, transformando o fiel para cooperar com Deus no cumprimento de Sua vontade.

Em conclusão, para Joseph Ratzinger a verdadeira *actuosa participatio* não se limita a gestos e atividades exteriores, mas é, antes de tudo, uma participação

²⁸⁵ RATZINGER, J., O Espírito da liturgia, p. 139.

²⁸⁶ RATZINGER, J., O Espírito da Liturgia. Uma introdução, p. 139-140.

²⁸⁷ RATZINGER, J., O Espírito da Liturgia. Uma introdução, p. 140.

espiritual e interior na *actio* divina. O teólogo alerta contra uma ênfase excessiva em ações visíveis, que podem desviar a atenção da essência da liturgia, que é a ação de Deus e não a mera atividade humana. Para ele, a liturgia envolve não apenas o espírito, mas também o corpo, exigindo um compromisso integral que se estende além do rito litúrgico para transformar a vida cotidiana dos fiéis. Ratzinger reorienta, assim, o conceito de participação ativa, reafirmando a primazia da dimensão espiritual e interior, enquanto também reconhece o papel da corporeidade no culto ao Verbo encarnado.

3.2.7. Os 40 anos da constituição sobre a sagrada liturgia

No dia 4 de dezembro de 2003, por ocasião do quadragésimo aniversário da promulgação da Constituição *Sacrosanctum Concilium*, o então Cardeal Joseph Ratzinger visitou o Instituto Litúrgico Alemão em Trier, onde proferiu uma importante conferência intitulada *Os Quarenta Anos da Constituição sobre a Sagrada Liturgia: Retrospectivas e Perspectivas*²⁸⁸. Esse discurso, posteriormente publicado na revista *Liturgische Jahrbuch*, reflete sobre os desafios e avanços na aplicação das reformas litúrgicas propostas pelo Concílio Vaticano II, especialmente no âmbito da Constituição que buscou renovar a liturgia católica em diálogo com a modernidade. A conferência foi incluída na coletânea organizada por Walter Euler, *40 Jahre danach: Das Zweite Vatikanische Konzil und seine Folgen* (Trier, 2005).

O discurso de Joseph Ratzinger, pode ser estruturado em três pontos centrais. Inicialmente, Ratzinger realiza uma retrospectiva sobre o Concílio Vaticano II, destacando a relevância histórica da Constituição sobre a Sagrada Liturgia e suas implicações para a renovação litúrgica “que posteriormente, mudaram o rosto da Igreja de modo não irrelevante”²⁸⁹. Nesse processo de renovação, o teólogo alemão sublinha o Concílio Vaticano II não introduziu algo completamente novo, mas, antes, deu forma e legitimidade a uma longa história de amadurecimento litúrgico, profundamente influenciada pelo Movimento Litúrgico dos séculos XIX e XX. Assim como os concílios anteriores, que consolidaram aspectos da teologia e eclesiologia a partir de uma reflexão já presente no *sensus fidei* da comunidade

²⁸⁸ RATZINGER, J., 40 Jahre Konstitution über die heilige Liturgie, p. 209-221.

²⁸⁹ RATZINGER, J., Os 40 anos da constituição sobre a sagrada liturgia, p. 637.

cristã, o Vaticano II sintetizou e organizou as diversas tendências litúrgicas em um novo caminho de unidade e de renovação eclesial²⁹⁰.

Entretanto, Joseph Ratzinger reconhece que, embora o Concílio tenha buscado equilibrar as diferentes correntes litúrgicas, a implementação prática das reformas nem sempre preservou esse equilíbrio. Por isso, o teólogo alemão afirma que “é sempre necessário redescobrir as autênticas declarações conciliares”²⁹¹. Para Ratzinger, uma leitura cuidadosa dos textos conciliares, levando em conta o contexto histórico e as circunstâncias atuais, é essencial para garantir uma correta compreensão e aplicação das diretrizes fundamentais da renovação litúrgica.

No segundo momento de sua reflexão, Joseph Ratzinger apresenta a definição da natureza da liturgia com base na *Sacrosanctum Concilium*. O teólogo alemão destaca que os padres conciliares tratam da questão litúrgica a partir da *Historia Salutis*, cuja culminância está no Mistério Pascal. Para Ratzinger, essa referência ao Mistério Pascal é essencial para a compreensão da teologia litúrgica desenvolvida no Concílio, pois é nele que se encontra o centro da celebração litúrgica. O Mistério Pascal, que envolve a paixão, morte, ressurreição e ascensão de Cristo, não é apenas um evento histórico, mas um mistério que se atualiza na liturgia e comunica aos fiéis a dinâmica da salvação. De fato, para Joseph Ratzinger, o conceito de Mistério Pascal abarca os inúmeros conceitos relativos a essência da liturgia presente ao longo do texto conciliar. Assim sendo escreve o teólogo alemão:

Uma ideia de fundo do Concílio é, de fato, a referência ao Mistério Pascal: a páscoa sintetiza toda história da salvação, torna presente de forma concreta toda “obra da redenção”. Pode-se bem dizer que a “Páscoa” constitui a categoria central da teologia litúrgica do Concílio. Todos os outros aspectos são condensados nela: a Páscoa é instituição e cumprimento da Aliança; a Páscoa é núpcias; a Páscoa é “transitus” – é a dinâmica do “passar além” por excelência, da vida para a morte e da morte para a vida; do mundo para Deus, do visível ao invisível, das estações do tempo rumo a Cidade Nova, a Jerusalém definitiva²⁹².

Ora, segundo o teólogo bávaro, o conceito de Mistério Pascal é tão importante para a correta compreensão da reforma proposta pelo concílio Vaticano II, que a seu ver “a maior parte dos problemas ligados à aplicação concreta da reforma litúrgica tem a ver com o fato de que não se tem presente que o ponto de partida do

²⁹⁰ RATZINGER, J., Os 40 anos da constituição sobre a sagrada liturgia, p. 638.

²⁹¹ RATZINGER, J., Os 40 anos da constituição sobre a sagrada liturgia, p. 638.

²⁹² RATZINGER, J., Os 40 anos da constituição sobre a sagrada liturgia, p. 641.

Concílio é a Páscoa”²⁹³. Assim sendo, para Ratzinger, a retomada desse conceito é essencial para que a prática litúrgica atinja sua verdadeira dimensão, permitindo que a reforma litúrgica proposta pela constituição conciliar não seja apenas uma mudança externa, mas uma renovação autêntica da vida litúrgica da Igreja.

Partindo do princípio de que uma verdadeira renovação litúrgica deve ser fundamentada no Mistério Pascal, Joseph Ratzinger, na terceira parte de sua reflexão, reconhece que essa renovação também precisa ser traduzida de maneira prática, aplicando-se aos diversos ritos da Igreja. Com essa visão, ele propõe três categorias fundamentais que devem nortear a implementação da reforma litúrgica: inteligibilidade, participação e simplicidade

Segundo Joseph Ratzinger, o critério da inteligibilidade é uma categoria fundamental para a promoção da reforma litúrgica proposta pelo Concílio Vaticano II. Como destaca a *Sacrosanctum Concilium*, “o rito deve se caracterizar por uma nobre simplicidade, ser claro e breve, evitar as repetições, estar ao alcance dos fiéis e não necessitar de muitas explicações”²⁹⁴. Diferente do que ocorrera nos séculos anteriores, marcados por uma visão clericalizada da liturgia, estranha à maioria das pessoas, onde os fiéis eram considerados meros espectadores do ato litúrgico realizado pelo sacerdote, o Concílio Vaticano II sublinhou a importância de uma liturgia inteligível. Esse conceito de inteligibilidade, segundo Ratzinger, está relacionado à capacidade dos fiéis de vivenciarem a celebração como um *locus* privilegiado para a experiência do mistério de Deus.

Ratzinger argumenta que a inteligibilidade e a transparência da liturgia encontram seu fundamento na fé bíblica, que exige racionalidade e comunicabilidade. Como ensina o apóstolo Paulo: “Na Igreja é preferível falar cinco palavras com sentido para instruir os demais, que dez mil palavras em línguas” (1Cor 14,19). No entanto, ele adverte que a inteligibilidade da liturgia não se limita ao uso da língua vernácula. “Entender” a liturgia vai além de ouvir o rito em um idioma familiar; envolve uma correta interpretação e vivência da liturgia, sempre em consonância com o Magistério da Igreja. O erro, alerta Ratzinger, está em tentar alcançar a inteligibilidade por meio de explicações extensivas, que acabam transformando a liturgia em um excesso de palavras. Nesse contexto, o cardeal G. Müller argumenta que, no processo da reforma litúrgica, a

²⁹³ RATZINGER, J., Os 40 anos da constituição sobre a sagrada liturgia, p. 642.

²⁹⁴ SC 34.

predominância do verbal sobre o canto e o silêncio foi um aspecto negativo, desviando a liturgia de seu caráter mais contemplativo e simbólico.

Outra coisa que também foi percebida como algo negativo – apesar de toda a alegria que surgiu de poder entender a língua materna – foi a preponderância do verbal versus o canto e o silêncio. Especialmente as constantes explicações e indicações por parte do próprio sacerdote. Ele assumiu o papel de comentarista e supostamente assim mais um impedimento do que uma ajuda para que os fiéis pudessem se concentrar na realização simbólica do mistério, ouvir e gostar da palavra de Deus e dedicar-se a Ele com devoção²⁹⁵.

Outro erro cometido no processo de busca pela inteligibilidade da liturgia é a banalização das grandes afirmações litúrgicas, como quando se omitem certas passagens da Sagrada Escritura ou se rebaixam as palavras da liturgia com o intuito de torná-las mais acessíveis aos fiéis. Para Joseph Ratzinger, a verdadeira inteligibilidade da liturgia não pode ser alcançada por meio da simplificação excessiva ou da diluição do conteúdo sagrado. Pelo contrário, ela só é possível quando os fiéis são elevados ao nível espiritual e teológico adequado, o que exige uma formação litúrgica e espiritual mais profunda. Somente assim, a liturgia pode ser compreendida em toda a sua riqueza e mistério, sem sacrificar sua profundidade em nome de uma compreensão superficial.

A acessibilidade da liturgia não se confunde com a inteligibilidade imediata daquilo que é banal. E não a podemos nem mesmo produzir simplesmente mediante traduções melhores e gestos mais compreensíveis. Ela é adquirida somente mediante um caminho interior – ela requer “eruditio”, abertura da alma, graças à qual a dimensão superior da razão se abre e se realiza em um processo no qual se aprende a ver e a escutar de modo novo. (...) A liturgia mesma não pode ser transformada em uma aula de religião e não se pode salvá-la por meio da banalização. É necessária uma formação litúrgica, ou melhor, uma formação espiritual geral. O principal papel das Comissões litúrgicas e das Conferências episcopais deveria ser justamente buscar o caminho e as formas para isso. Grande parte dos cristãos de hoje se encontra de fato no estado catecumenal e isto, conseqüentemente, deve ser levado a sério por nossa práxi²⁹⁶.

A segunda categoria destacada pelo teólogo, que é de grande relevância para esta pesquisa, é o conceito de participação. Joseph Ratzinger sublinha a centralidade da participação ativa dos fiéis, um elemento essencial para a renovação litúrgica promovida pelo Concílio Vaticano II. Conforme as orientações da constituição *Sacrosanctum Concilium*, Ratzinger enfatiza, em primeiro lugar, a necessidade de

²⁹⁵ MULLER, G., Un culto conforme al logos divino. 2013.

²⁹⁶ RATZINGER, J., Os 40 anos da constituição sobre a sagrada liturgia, p. 648.

que os fiéis participem da liturgia com a devida intenção e uma disposição interior adequada. Isso implica que os pastores não devem limitar-se à simples observância das normas que garantem a validade e a licitude das celebrações, ou seja, aos aspectos formais e externos da participação, mas devem promover uma participação integral e consciente, que alcance o coração e a mente dos fiéis. É imprescindível que os fiéis participem da liturgia de forma “consciente, ativa e frutuosa”²⁹⁷. Desse modo, Ratzinger argumenta que a participação litúrgica possui diversas dimensões e não deve ser reduzida a gestos exteriores, mas precisa alcançar o íntimo da pessoa, promovendo uma verdadeira transformação espiritual: “Aqui, acena-se, claramente, as várias dimensões da participação, que não deve reduzir a ações exteriores, mas alcançar o íntimo do homem”²⁹⁸.

Ratzinger também reforça essa necessidade, destacando a importância de uma formação litúrgica sólida, que guie os fiéis para uma participação tanto interior quanto exterior. Para o teólogo alemão, essa formação é fundamental para que a liturgia não seja apenas um conjunto de rituais, mas uma vivência integral que envolva o coração e a mente dos participantes.

Tudo isso se deve ter bem presente, quando se leem, então, as regras práticas para a participação, particularmente no SC, n. 30: “Para promover a participação ativa dos fiéis, incentivem as aclamações do povo, as respostas, a salmodia, as antífonas e cânticos, também sejam orientados os movimentos, gestos e postura corporal. Além disso, deve-se ajudar a assembleia a observar momentos oportunos de silêncio”. É isso que o meu mestre em ciências litúrgicas, Joseph Pascher, exprimia dizendo que não basta ater-se às rubricas – às prescrições cerimoniais exteriores; muito mais importante é o que as rubricas requerem: as exigências intrínsecas do que é impresso em preto, ou seja, do próprio texto litúrgico que, como tal, inclui a relação recíproca na escuta e na resposta, na oração, na aclamação, no canto²⁹⁹.

Isto posto, Ratzinger reconhece que houve avanços significativos na compreensão e vivência da liturgia, fruto da reforma litúrgica proposta pelo concílio Vaticano II. No entanto, também aponta para uma tendência preocupante em direção à exteriorização da participação litúrgica, onde a ênfase recai sobre a necessidade de cada pessoa ter uma função ativa visível.

Quando escuto meus amigos párocos dizerem que muitos dos seus fiéis pensam que, nos dias em que não lhes é confiada alguma função, não teriam nem mesmo a necessidade de ir à Igreja, então torna-se evidente uma exteriorização que me

²⁹⁷ SC 11

²⁹⁸ RATZINGER, J., Os 40 anos da constituição sobre a sagrada liturgia, p. 648.

²⁹⁹ RATZINGER, J., Os 40 anos da constituição sobre a sagrada liturgia, p. 649.

assusta. Da dinâmica do “passar além” do visível ao invisível, do exterior ao interior, daqui de baixo para o alto, do presente àquilo que deve vir, em tais casos não se fala mais de nada³⁰⁰.

Ora, esse tipo de visão revela uma compreensão limitada da liturgia, concentrando-se apenas nos aspectos visíveis e externos, o que desvia da verdadeira essência litúrgica. Para Ratzinger, a liturgia deveria ser um caminho que leva do exterior ao interior, do físico ao espiritual, conduzindo o fiel a uma experiência mais profunda de encontro com o mistério divino. Por isso, o teólogo considera preocupante essa ênfase exagerada nas atividades externas, pois isso priva os fiéis de uma participação genuína, que deveria transcender o mero fazer e permitir uma conexão mais íntima com o sagrado e com a dimensão transcendente da liturgia. Assim sendo, para Ratzinger, “onde reina o ativismo, os olhos do coração não podem abrir-se. (...). Todo falar, cantar e agir deveriam, em última análise, servir para inserir no movimento do “passar além”, no qual o silêncio pode transmitir a sua mensagem”³⁰¹.

O terceiro aspecto destacado por Joseph Ratzinger diz respeito à “nobre simplicidade” dos ritos, conforme proposto pela *Sacrosanctum Concilium*. Ratzinger afirma que essa simplicidade não é um elemento externo à liturgia, mas uma exigência fundamental da própria essência da liturgia cristã. Ela remonta à sobriedade do Cenáculo de Jerusalém, onde Cristo, reunido com seus apóstolos, antecipou o Mistério Pascal por meio de gestos simples. No entanto, o teólogo alerta que não se deve confundir simplicidade com simplificação excessiva ou vulgaridade, pois “a simplicidade do Cenáculo é de uma perturbadora profundidade e amplitude. Ela sintetiza, naquele único gesto, a inteira história do culto e da fé da humanidade”³⁰².

Segundo Ratzinger, a simplicidade pedida pelo Concílio não pode ser alcançada por meio de uma dessacralização da liturgia, como foi erroneamente interpretado em muitos lugares, onde prevaleceu um enfoque meramente pragmático. Tampouco pode ser obtida simplesmente pela imitação externa da Última Ceia. Essa simplicidade deve ser expressa por uma estrutura litúrgica que revele um ato verdadeiramente sagrado, refletindo a mesma simplicidade que corresponde à infinita simplicidade de Deus.

³⁰⁰ RATZINGER, J., Os 40 anos da constituição sobre a sagrada liturgia, p. 649

³⁰¹ RATZINGER, J., Os 40 anos da constituição sobre a sagrada liturgia, p. 649.

³⁰² RATZINGER, J., Os 40 anos da constituição sobre a sagrada liturgia, p. 650.

A liturgia pode ser celebrada com grande simplicidade em uma pequena igreja do interior, nas angústias das perseguições. Pode ser celebrada, com grande solenidade, na beleza de uma catedral. O essencial é que a grandiosidade e a pompa não se tornem autônomas, mas sirvam, humildemente, para sublinhar a verdadeira festa: o sofrido “sim” de Deus ao mundo e a cada um de nós. Porque justamente isso faz da vida uma festa, da qual se pode dizer: “Minha vida atual na carne, eu a vivo na fé, crendo no Filho de Deus, que me amou e se entregou por mim.” (Gl 2,20). Na liturgia, esta confissão se faz presente para mim e para cada um que, crendo, participe dela³⁰³.

Em suma, no discurso *Os Quarenta Anos da Constituição sobre a Sagrada Liturgia*, Joseph Ratzinger reflete sobre os desafios e avanços na implementação das reformas litúrgicas propostas pelo Concílio Vaticano II. Ratzinger sublinha que a participação ativa dos fiéis, um dos pilares da reforma litúrgica, muitas vezes foi mal compreendida. Assim sendo, o teólogo critica a tendência de reduzir a *actuosa participatio* à execução de gestos externos e visíveis, enfatizando que a verdadeira participação ativa na liturgia vai muito além de uma ação física, devendo ser uma inserção profunda no Mistério Pascal de Cristo. A participação ativa, portanto, não deve ser confundida com mero ativismo, mas deve refletir uma verdadeira comunhão interior com o mistério litúrgico.

Além disso, Ratzinger alerta para os perigos de uma liturgia excessivamente simplificada ou adaptada para agradar as expectativas imediatas dos fiéis, observando que a busca pela inteligibilidade da liturgia não deve comprometer sua profundidade espiritual. Para o teólogo a categoria *actuosa participatio* requer formação litúrgica e espiritual, permitindo que os fiéis compreendam e vivam a liturgia de forma consciente e interiorizada, sem depender apenas de gestos externos. Nesse sentido, a verdadeira participação ativa é um processo de crescimento espiritual, que se realiza na medida em que os fiéis são guiados ao mistério divino, vivenciando a liturgia como uma experiência que transforma o interior do ser humano, e não apenas como uma série de ações visíveis.

3.3 Considerações finais

A redescoberta da categoria *actuosa participatio* realizada pelo Movimento Litúrgico e sua confirmação no Concílio Vaticano II, especialmente através da *Sacrosanctum Concilium*, reintroduziu a questão entre os grandes temas debatidos

³⁰³ RATZINGER, J., Os 40 anos da constituição sobre a sagrada liturgia, p. 650-651.

pela teologia católica. Ora, esse processo de renovação trouxe à luz profundas reflexões sobre o papel dos fiéis na celebração litúrgica, incentivando numerosos estudiosos a se debruçarem sobre o tema com o objetivo de contribuir para o avanço da pesquisa teológica e, conseqüentemente, para uma compreensão mais aprofundada da liturgia na espiritualidade cristã e na prática pastoral.

Entre os grandes teólogos que se dedicaram a esse tema, destaca-se Joseph Ratzinger, cuja trajetória teológica foi marcada por um profundo apreço pela liturgia. Desde a sua infância, a experiência litúrgica esteve presente de forma significativa em sua vida, influenciando tanto sua espiritualidade pessoal quanto suas reflexões acadêmicas. Assim sendo, a centralidade da liturgia no pensamento de Ratzinger reflete sua convicção de que “o discurso litúrgico não é de modo algum marginal”³⁰⁴. Ora, dada a importância do tema litúrgico na trajetória teológica de Joseph Ratzinger, ao longo deste capítulo, ficou evidente a constante preocupação do teólogo alemão com a correta aplicação do conceito *actuosa participatio*.

Para o teólogo bávaro, interpretar a *actuosa participatio* apenas como uma série de atividades externas ou ações visíveis durante a liturgia reduz o conceito a uma dimensão superficial. Essa interpretação se desvia do verdadeiro sentido proposto pelo Concílio Vaticano II, que exige uma participação mais profunda e interior no mistério litúrgico: “Para que seja plena a eficácia da liturgia, é preciso que os fiéis se aproximem dela com as melhores disposições interiores, que seu coração acompanhe sua voz, que cooperem com a graça do alto e não a receba, em vão”³⁰⁵.

Isto posto, ao longo de sua carreira teológica, Ratzinger dedicou-se a esclarecer o sentido autêntico da *actuosa participatio*, insistindo que ela não se refere apenas à atividade externa, mas envolve uma inserção espiritual no mistério de Cristo. Assim, o teólogo também procurou corrigir as leituras redutivas que surgiram ao longo do tempo e os desvios litúrgicos resultantes dessas interpretações equivocadas. Com isso, sua contribuição teológica visou restaurar a centralidade da dimensão interior e espiritual da participação ativa na liturgia, reafirmando o caráter transcendente e divino da celebração litúrgica. Sobre este aspecto testemunha Pablo Blanco Sarto:

³⁰⁴ RATZINGER. J., *Rapporto sulla fede*, p.66.

³⁰⁵ SC 11.

O professor Ratzinger decide então continuar com outras iniciativas para promover a fidelidade ao Concílio e, assim, poder aplicá-lo em sua forma mais autêntica. Diante daqueles que afirmavam que o Vaticano II se tornara obsoleto, Ratzinger sempre sustentou que a letra e o espírito do Vaticano II deviam ser devolvidos ao verdadeiro acontecimento do Concílio. (...) Antes de atribuir um pensamento ou uma doutrina ao seu espírito, era preciso ler e estudar bem seus textos³⁰⁶.

Para Joseph Ratzinger, a verdadeira renovação litúrgica não deveria limitar-se a ajustes estilísticos ou superficiais nos ritos, mas sim promover uma transformação profunda, enraizada em uma teologia litúrgica sólida e fiel à tradição da Igreja. O teólogo bávaro defendia que essa renovação deveria ser acompanhada de uma formação contínua dos fiéis, permitindo-lhes compreender o mistério litúrgico de forma mais integral e espiritual. Através dessa formação, os fiéis seriam capacitados a participar da liturgia não apenas em seus aspectos externos, mas também de maneira mais profunda, inserindo-se plenamente no mistério de Cristo que se manifesta na celebração. Ora, essa perspectiva constitui a base da teologia litúrgica de Ratzinger, que evoluiu ao longo de sua carreira teológica e se manteve presente inclusive em seu pontificado.

³⁰⁶ SARTO, P.B., Bento XVI, p. 372.

A categoria *actuosa participatio* à luz do magistério de Bento XVI

Conforme visto anteriormente, o conceito de *actuosa participatio*, ocupa um lugar central na reflexão litúrgica promovida pelo Concílio Vaticano II, especialmente através da Constituição *Sacrosanctum Concilium*. Sob essa perspectiva, a liturgia deixou de ser entendida sob a ótica manualística, ou seja, como um mero rito a ser executado, e passou a ser reconhecida como uma ação que envolve plenamente todos os fiéis, permitindo-lhes participar de forma consciente e ativa do mistério pascal de Cristo. Essa visão renovada buscou superar a postura passiva que, em épocas anteriores, marcou a experiência litúrgica de muitos, convidando a Igreja a redescobrir a riqueza de sua dimensão comunitária e espiritual na celebração.

Bento XVI, como teólogo e pastor, retomou com profundidade esse princípio em seu magistério, especialmente na Exortação Apostólica *Sacramentum Caritatis*. Neste documento, o Pontífice não apenas reafirmou a centralidade da participação ativa na liturgia, mas também aprofundou sua compreensão relacionando-a com temas atuais. Assim sendo, ao longo de seu pontificado, Bento XVI mostrou-se atento tanto às riquezas quanto aos desafios contemporâneos enfrentados pela liturgia. Sua visão litúrgica reflete uma fidelidade inabalável à tradição da Igreja e, ao mesmo tempo, uma abertura pastoral às exigências do mundo contemporâneo, buscando sempre a vivência autêntica do mistério celebrado.

Neste capítulo, será analisada a trajetória de Bento XVI, desde sua transição de teólogo a Papa, com especial atenção à centralidade da liturgia em seu pontificado e à maneira como a categoria *actuosa participatio* emerge em seu magistério. Através de documentos como a *Sacramentum Caritatis*, Bento XVI reafirma a liturgia como o coração da vida da Igreja, destacando-a não apenas como um rito formal, mas como um encontro vivo e transformador com o mistério pascal de Cristo. A ênfase na participação plena, consciente e frutuosa, conforme proposto pelo Concílio Vaticano II, reflete uma visão abrangente e profundamente teológica da liturgia, compreendida por Bento XVI como um instrumento essencial para a renovação espiritual e pastoral da Igreja. Ora, essa perspectiva ilumina a

importância fundamental da liturgia em seu magistério, revelando-a como um caminho privilegiado para a renovação espiritual e pastoral da Igreja, especialmente diante dos desafios contemporâneos.

4.1

De Ratzinger a Bento XVI: A jornada de um teólogo ao papado

A trajetória do teólogo alemão Joseph Ratzinger, que culminou em sua eleição como Papa Bento XVI, foi caracterizada por etapas fundamentais em sua vida e ministério, com um ponto de inflexão significativo em 1977, quando foi chamado a assumir o ministério episcopal, marco que delineou uma nova fase em seu serviço à Igreja. Até então, Joseph Ratzinger havia dedicado sua vida ao ensino e à pesquisa teológica, mantendo uma rotina estável, mergulhado no universo acadêmico e nas reflexões sobre questões fundamentais da fé cristã. Sua vocação parecia firmemente ancorada no campo da pesquisa teológica, um espaço no qual se sentia à vontade e para o qual acreditava estar melhor preparado. O próprio Ratzinger atesta essa inclinação ao afirmar: “Eu sempre me senti mais inclinado ao trabalho docente”³⁰⁷. Portanto, reconhecido por sua profunda capacidade reflexiva, Joseph Ratzinger parecia naturalmente destinado a uma carreira predominantemente intelectual.

Entretanto, no início de 1977, a rotina acadêmica de Joseph Ratzinger, marcada pela serenidade e dedicação à pesquisa teológica, foi inesperadamente interrompida pela visita de Guido Del Mestri, enviado papal, que lhe entregou uma carta oficializando sua nomeação como arcebispo de Munique e Frisinga. A notícia o surpreendeu profundamente, pois, conforme ele próprio admitiu, o ministério episcopal, com suas complexas exigências pastorais e administrativas, não correspondia às suas aspirações pessoais. Contudo, apesar das dúvidas e do sentimento de inadequação diante da nova função, Ratzinger entendeu o chamado como uma missão que não poderia recusar, aceitando-o com espírito de obediência e compromisso com a Igreja. Sobre este fato, testemunha Joseph Ratzinger:

Eu ainda não receava nada quando o núncio Del Mestri, sob algum pretexto, me visitou em Ratisbona, conversou comigo sobre assuntos insignificantes e, finalmente, entregou-me uma carta que eu deveria ler e ponderar em casa. Continha

³⁰⁷ RATZINGER, J., O sal da terra, p. 88.

a minha nomeação para arcebispo de Munique e Frisinga. Isso se tornou, para mim, uma decisão imensamente difícil. Era-me permitido consultar meu confessor. Abri-me, pois, com o professor Auer, que tinha um conhecimento muito realista de meus limites tanto teológicos como humanos. Eu esperava que ele me desaconselhasse. Para minha surpresa, porém, ele disse, sem refletir muito: “Você deve aceitar”. Então depois de manifestar ao núncio, mais uma vez, os meus receios, escrevi, hesitante ainda e à vista dele, no papel de cartas do hotel onde estava hospedado, a declaração do meu consentimento³⁰⁸.

Com o lema episcopal “Cooperador da Verdade”, Joseph Ratzinger foi ordenado bispo na *Frauenkirche*, catedral de Munique, na véspera de Pentecostes, em 28 de maio de 1977. Esse evento foi tão marcante em sua trajetória, a ponto do próprio teólogo alemão reconhecê-lo como um divisor de águas em sua vida. Ao refletir sobre esse momento em sua autobiografia parcial, publicada em 1997, Ratzinger enfatiza a profundidade transformadora dessa experiência e admite que ainda vivia sob seu impacto: “Com a consagração episcopal teve início o tempo presente no caminho de minha vida. Pois o presente não é uma determinada data; ele é o ‘agora’ de uma vida. (...) Para mim, aquilo que começou com a imposição das mãos para a consagração episcopal na catedral de Munique ainda é o ‘agora’ da minha vida”³⁰⁹.

Apenas três meses após assumir as funções episcopais, o arcebispo Joseph Ratzinger foi nomeado cardeal pelo Papa Paulo VI, ainda com 50 anos recém-completados. Como tal, em 1978, Ratzinger participou de dois conclaves em poucas semanas: o primeiro, que elegeu João Paulo I, cujo pontificado foi tragicamente interrompido após apenas 33 dias devido a um ataque cardíaco; e o segundo, que resultou na eleição de João Paulo II, com quem desenvolveria uma profunda amizade e uma estreita colaboração.

Conforme relata Pablo Branco Satro, no início do pontificado de João Paulo II, Joseph Ratzinger foi convidado a assumir o cargo de prefeito da Congregação para a Educação Católica. No entanto, o cardeal recusou o convite, justificando que havia assumido recentemente sua missão como arcebispo de Munique³¹⁰. Em novembro de 1980, João Paulo II realizou uma viagem à Alemanha, incluindo Munique em seu itinerário, onde foi calorosamente recebido pelo cardeal Ratzinger.

³⁰⁸ RATZINGER, J., Lembranças de minha vida, p. 135.

³⁰⁹ RATZINGER, J., Lembranças de minha vida, p. 135.

³¹⁰ SARTO, P.B., Bento XVI, p. 417.

Sobre esse evento, Georg Ratzinger, irmão do futuro Papa Bento XVI, testemunhou, destacando a relevância do acontecimento na vida da Igreja alemã:

Naquela época, eu encontrei pela primeira vez esse grande polonês, de quem meu irmão tanto falara – e fiquei profundamente impressionado. (...) Essa primeira visita de um papa à Alemanha depois de séculos foi uma situação inteiramente nova para nós e para todos aqueles que eram ligados à Igreja. Antigamente, o papa era uma instituição que parecia muito distante de nosso mundo cotidiano. Tê-lo por perto, encontrá-lo em nossa vida diária, no nosso país natal, foi uma experiência extraordinária³¹¹.

Dessa viagem surgiu, mais uma vez, um convite do Papa João Paulo II para que o cardeal Joseph Ratzinger assumisse o cargo de Prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé. Diante da insistência do pontífice e especialmente após o atentado sofrido por João Paulo II em 1981, Ratzinger compreendeu que não poderia recusar esse chamado. O próprio Ratzinger relembra esse fato:

O papa me disse uma vez que pretendia me chamar para Roma e eu expliquei meus inconvenientes. “Então – disse-me – teremos que pensar um pouco mais”. Mas depois de seu atentado [em maio de 1981] voltamos a nos ver, e naquele momento ele me avisou que ainda estava pensando a mesma coisa. Mais uma vez eu coloquei obstáculos no caminho, porque me sentia mais atraído pela teologia e acreditava que tinha certo direito de continuar com as minhas publicações (...), então o papa me respondeu: ‘não, isso não é problema; podemos resolver isso’. Isso foi tudo: nunca houve uma conversa pragmática ou algo parecido³¹².

Chamado a colaborar diretamente com o pontífice e movido por um profundo senso de serviço à Igreja, o cardeal Joseph Ratzinger aceitou o convite de João Paulo II. Ao fazê-lo, despediu-se de sua amada terra natal e mudou-se para Roma, iniciando uma nova e significativa etapa de sua missão eclesial. Esse momento de transição, contudo, foi marcado por uma certa resistência pessoal, conforme testemunhado por seu irmão, Georg Ratzinger:

Tenho a impressão de que ele nunca quis realmente ir para Roma. Ele queria convencer o papa a deixá-lo em Munique e vivia encontrando novos argumentos para convencê-lo. No entanto, João Paulo II respondeu apenas que Munique era importante, mas Roma era ainda mais – e com isso o assunto foi encerrado³¹³.

Ora, esse relato evidencia o desejo pessoal de Ratzinger de permanecer em sua terra natal, mas ressalta, acima de tudo, seu compromisso inabalável em responder ao chamado do papa, aceitando a missão com espírito de obediência e

³¹¹ RATZINGER, G., *Meu irmão, o papa*, p. 209.

³¹² RATZINGER, J., *O sal da terra*, p. 93.

³¹³ RATZINGER, G., *Meu irmão, o papa*, p. 211.

dedicação à Igreja universal. A mudança para Roma marcou, assim, o início de uma nova fase em sua trajetória, que seria caracterizada por um intenso trabalho doutrinário e pastoral ao lado do papa João Paulo II. Sobre a escolha do Cardeal Ratzinger, Georg Weigel, biógrafo de João Paulo II, destaca:

Ao designar Prefeito da Congregação um homem da sua estatura intelectual, e não um veterano da Cúria, o Papa manifestava o seu desejo de conseguir uma verdadeira renovação da teologia segundo as ideias do Concílio. A nomeação de Ratzinger constituía um sinal de que o Papa queria que a Congregação mantivesse uma relação direta e atual com a comunidade teológica internacional³¹⁴.

Desse modo, em 25 de novembro de 1981, o Cardeal Joseph Ratzinger foi nomeado por João Paulo II como Prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé, cargo que assumiu oficialmente em 1º de março de 1982, ao se apresentar em Roma para iniciar sua missão. Naquele momento, refletiu consigo mesmo que, por cinco anos, seria um romano, talvez até mesmo por dez. Contudo, não imaginava, de forma alguma, que sua permanência poderia se estender por mais tempo do que isso³¹⁵.

Como Prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé, o Cardeal Joseph Ratzinger tinha a responsabilidade fundamental de preservar a integridade dos ensinamentos da Igreja, garantindo que não fossem diluídos ou distorcidos – missão essa que desempenhou com dedicação e notável eficiência. Contudo, apesar da relevância e das grandes responsabilidades associadas ao cargo que ocupava, Michael Hesemann observa que Joseph Ratzinger se destacava por sua serenidade e sua abertura ao diálogo. Dotado de um caráter gentil, costumava se expressar com um tom de voz baixo e suave, revelando-se um homem desprovido de preconceitos e, em princípio, sempre disposto a dialogar com todos³¹⁶.

Ora, apesar de sua postura passiva e dialogante, Ratzinger, devido à função que exercia e à seriedade e dedicação com que desempenhava seu trabalho, foi frequentemente uma figura incompreendida, tal como ressalta seu irmão, Georg Ratzinger: “O bode expiatório era sempre Ratzinger, a quem a imprensa batizou de ‘cão de guarda de Deus’, ‘cardeal blindado’ e ‘grande Inquisidor’”³¹⁷. Contudo, apesar de todos os ataques e rótulos que recaíram sobre ele, o Cardeal Ratzinger dedicou-se com profundo afincamento à sua missão como Prefeito da Congregação para

³¹⁴ WEIGEL, G., Testigo de esperanza, p. 597. (tradução nossa).

³¹⁵ SWEELD, P., Bento XVI, p. 896.

³¹⁶ RATZINGER, G., Meu irmão, o papa, p. 216.

³¹⁷ RATZINGER, G., Meu irmão, o papa, p. 215-216.

a Doutrina da Fé, desempenhando esse papel por 23 anos. Durante esse período, abordou temas de grande importância e controvérsia, como sua posição a respeito da teologia da libertação³¹⁸, a elaboração do novo Catecismo da Igreja Católica³¹⁹, entre outros. É verdade que, ao longo de sua extensa permanência no cargo, Ratzinger chegou a apresentar sua renúncia ao Papa João Paulo II. Contudo, em obediência ao pontífice e com um profundo senso de responsabilidade, aceitou permanecer, compreendendo que sua continuidade naquele cargo não era apenas uma decisão pessoal, mas uma resposta ao chamado do serviço eclesial, como ele próprio testemunhou em sua entrevista a Peter Seewald:

Depois do primeiro quinquênio, em 1986, o papa soube que já havia terminado o meu mandato. Mas havia me dito que não era possível me liberar. Depois, em 1991, pedi com insistência. Como eu disse, havia tido uma hemorragia cerebral e estava muito mal. Eu disse para ele: “Agora não posso mais”. Mas a resposta foi um “não”. Antes de eu conseguir pedir [uma terceira vez], ele já me disse: “O senhor não precisa

³¹⁸ Em 1983, dez anos após a publicação de Teologia da Libertação de Gustavo Gutiérrez, a Congregação para a Doutrina da Fé iniciou uma investigação sobre as concepções teológicas do autor. No mesmo ano, o Cardeal Joseph Ratzinger encontrou-se com Gutiérrez em Roma, sinalizando a crescente preocupação da Santa Sé com o movimento. Já em 1984, Ratzinger advertiu que a teologia da libertação poderia colocar o povo de Deus em oposição à hierarquia eclesiástica, o que, em suas palavras, poderia inflamar a “luta de classes” no interior da própria Igreja. Em 6 de agosto do mesmo ano, enquanto prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé, assinou a *Instrução sobre Alguns Aspectos da Teologia da Libertação*, cujo objetivo era “chamar a atenção dos pastores, dos teólogos e de todos os fiéis, para os desvios e perigos de desvio, prejudiciais à fé e à vida cristã, inerentes a certas formas da teologia da libertação que usam, de maneira insuficientemente crítica, conceitos assumidos de diversas correntes do pensamento marxista”. (CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ, Instrução sobre alguns aspectos da “teologia da libertação”, Introdução). Apesar dos fortes protestos que se seguiram à publicação do documento, Ratzinger reiterou que a instrução representava uma crítica à politização dos enunciados da fé e à apresentação de Jesus Cristo como um mero rebelde político: “O que é teologicamente inaceitável e socialmente perigoso é esta mistura entre Bíblia, cristologia, política, sociologia e economia. Não é possível abusar das Escrituras e da teologia para conferir valor absoluto e sagrado a uma teoria de ordem sociopolítica. (...) É dolorosamente decepcionante que sacerdotes e teólogos assumam esta ilusão nada cristã de criar um novo homem e um novo mundo, não apelando à conversão pessoal, mas apenas implementando estruturas sociais e econômicas”. (RATZINGER, J. Informe sobre la fé, p. 211).

³¹⁹ Diante da preocupação com a catequese e o ensino da doutrina, Joseph Ratzinger ressaltou a importância do pedido dos padres sinodais de 1985 por um catecismo universal que fosse “bíblico e litúrgico e que levasse em conta as situações vitais do homem contemporâneo”. (RATZINGER, J. Ser cristão na era neopagã, p. 133). Apesar de reconhecer a necessidade desse projeto, Ratzinger inicialmente expressou dúvidas quanto à sua viabilidade, afirmando: “Eu expressei minha opinião de que ainda não havia chegado o momento de abordar tal projeto, e ainda acho que essa avaliação da situação era a correta”. (RATZINGER, J.; SCHÖNBORN, C., Introdução ao Catecismo da Igreja Católica, 12). No entanto, com o objetivo claro de transmitir a fé eclesial, Ratzinger assumiu um papel central na elaboração do Catecismo da Igreja Católica. Atuando como um habilidoso maestro, coordenou os trabalhos e garantiu que a obra fosse fiel à tradição da Igreja, respondendo ao desafio de apresentar a doutrina de maneira compreensível e relevante para o mundo contemporâneo. Após cinco anos de trabalho, em 1991 a obra pode ser apresentada e a respeito dela Ratzinger testemunhou dizendo “Claro que é um livro humano, que sempre pode ser melhorado, mas é um bom livro”. (RATZINGER, G. Meu irmão, o papa, p. 215).

me escrever, não precisa me dizer que quer ser liberado, pois seus pedidos não serão ouvidos. O senhor precisa ficar enquanto eu estiver aqui”³²⁰.

Na véspera da festa da Divina Misericórdia, no sábado, 2 de abril de 2005, às 21h37, faleceu o Papa João Paulo II, 263º sucessor do apóstolo Pedro, após um pontificado de 26 anos e meio à frente da Igreja Católica. Como decano do Colégio dos Cardeais, coube a Joseph Ratzinger a tarefa de presidir não apenas as cerimônias fúnebres de João Paulo II, mas também de organizar os procedimentos para a eleição de seu sucessor. Tratava-se, possivelmente, de seu último grande serviço antes da esperada aposentadoria. Segundo relata Peter Seewald, “após o conclave, retirar-se-ia para exercícios espirituais no mosteiro Scheyern; em seguida, com o irmão Georg, passaria alguns dias de férias no convento Mellersdorf. O voo Roma-Munique estava reservado para o dia 4 de maio”³²¹.

Dessa forma, apesar do prestígio e da influência que gozava frente ao Colégio Cardinalício, Joseph Ratzinger não considerava seriamente a possibilidade de ser escolhido como sucessor de Pedro. Sua tranquilidade em relação ao conclave baseava-se em sua idade avançada, conforme ele próprio afirmou: “já estava com 78 anos, o que era obviamente tranquilizador. Se os bispos se aposentavam com 75 anos, não se poderia colocar na *Cathedra Petri* alguém com 78”³²². E mesmo diante das especulações sobre a possibilidade de sua eleição, Ratzinger não dava credibilidade à ideia. Nas suas palavras: “Claro que fui abordado muitas vezes antes do conclave. Mas não consegui levar aquilo a sério. Pensei que não havia chance, que não era razoável”³²³.

No dia 16 de abril de 2005, Joseph Ratzinger comemorou seu 78º aniversário, sem prever que, poucos dias depois, vivenciaria um dos momentos mais marcantes de sua trajetória eclesial. Em 18 de abril, teve início o conclave para a eleição do novo Papa, no qual seu nome rapidamente ganhou destaque, figurando entre os mais votados desde as primeiras deliberações e consolidando-se como favorito à medida que o processo avançava. Posteriormente, em 25 de abril de 2005, já como Papa Bento XVI, dirigindo-se à delegação e aos peregrinos de língua alemã presentes em Roma, Ratzinger confidenciou seu sentimento:

³²⁰ BENTO XVI, O último testamento, p. 209.

³²¹ SEEWALD, P., Bento XVI, p. 1038.

³²² BENTO XVI, O último testamento, p. 217.

³²³ BENTO XVI, O último testamento, p. 218.

Quando, lentamente, o andamento das votações me fez compreender que, por assim dizer, a guilhotina teria caído sobre mim, comecei a ter vertigens. Estava convencido de que tinha desempenhado a obra de toda uma vida e de poder transcorrer os meus últimos dias em tranquilidade. Com profunda convicção disse ao Senhor: não me faças isto! Dispões de pessoas mais jovens e melhores, que podem enfrentar esta grande tarefa com outro impulso e vigor³²⁴.

No número 86 da Constituição Apostólica *Universi Dominici Gregis*, o Papa João Paulo II deixou uma orientação clara ao futuro eleito ao papado: “Peço, depois, àquele que for eleito que não se subtraia ao cargo, a que é chamado, pelo temor do seu peso, mas que se submeta, humildemente, ao desígnio da vontade divina. Com efeito, Deus, quando lhe impõe o ónus, também o ampara com a sua mão, para que não se sinta impotente para o carregar³²⁵”. Guiado por essas palavras, no dia 19 de abril de 2005, às 16h, o cardeal Joseph Ratzinger participou da quarta votação do conclave. Às 17h30, durante a contagem dos votos, alcançou o quórum de dois terços exigido, tornando-se o 265º Papa da Igreja Católica. Com um desfecho em apenas 26 horas, o conclave para a escolha do primeiro pontífice do novo milênio destacou-se como um dos mais breves da história³²⁶. Foi um conclave marcado pela resolução e pela unidade entre os cardeais, refletindo um consenso notável na escolha daquele que sucederia João Paulo II.

Em meio aos aplausos dos cardeais, que se levantavam um a um para expressar seu apoio, Ratzinger descreveu o momento com profunda emoção: “Tenho a impressão de sentir a sua mão forte [de João Paulo II] que estreita a minha; parece que vejo os seus olhos sorridentes e que ouço as suas palavras, dirigidas neste momento particularmente a mim: ‘Não tenhas medo!’”³²⁷. Às 18h43 do dia 19 de abril de 2005, o cardeal diácono mais antigo, Jorge Arturo Medina Estévez, do Chile, anunciou ao mundo as aguardadas palavras: *Habemus Papam*. Em seguida, proclamou: *Eminentissimum ac Reverendissimum Dominum Joseph, Sanctae Romanae Ecclesiae Cardinalem Ratzinger, qui sibi nomen imposuit Benedictum XVI*. Conforme observado por Peter Seewald, “na metamorfose do conclave, Joseph Ratzinger transformou-se em Bento XVI”³²⁸. Portanto, com o anúncio oficial, a Igreja Católica apresentava ao mundo seu novo pontífice,

³²⁴ BENTO XVI, Discurso às delegações e peregrinos de língua alemã que vieram a Roma por ocasião da eleição.

³²⁵ JOÃO PAULO II, *Universi Dominici Gregis*, 86.

³²⁶ SEEWALD, P., Bento XVI, p. 1069.

³²⁷ BENTO XVI, *Pontificatus exordia*, p. 694.

³²⁸ SEEWALD, P., Bento XVI, p. 1075.

consolidando a transformação do estimado teólogo alemão em pastor supremo da Igreja. Assim, iniciava-se o ministério petrino do Papa Bento XVI, marcando o começo de uma nova etapa na sua vida e na história da Igreja.

Ora, apesar de ser amplamente reconhecido como um dos maiores teólogos do século XXI, de ter ocupado o cargo de prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé por mais de duas décadas e de possuir uma autoridade quase natural como líder sereno e tranquilo³²⁹, as primeiras palavras do Papa Bento XVI, são revelaram sua profunda humildade e plena confiança na graça divina para conduzir a Igreja.

Depois do grande Papa João Paulo II, os Senhores Cardeais elegeram-me, simples e humilde trabalhador na vinha do Senhor. Consola-me saber que o Senhor sabe trabalhar e agir também com instrumentos insuficientes. E, sobretudo, recomendo-me às vossas orações. Na alegria do Senhor Ressuscitado, confiantes na sua ajuda permanente, vamos em frente. O Senhor ajudar-nos-á. Maria, sua Mãe Santíssima, está conosco³³⁰.

A decisão do nome Bento XVI por Joseph Ratzinger indicava, desde o início, a intenção de estabelecer um estilo de liderança distinto de seu antecessor. Enquanto o pontificado de João Paulo II foi marcado por um dinamismo extraordinário — expresso no número elevado de audiências, viagens, documentos, celebrações litúrgicas e canonizações —, Ratzinger optou por uma abordagem mais discreta e reservada. Questionado sobre por que não escolheu o nome João Paulo III, respondeu com humildade e realismo: “Senti como inadequado, pois seria um parâmetro ao qual eu não poderia corresponder. Não poderia ser João Paulo III. Eu era outra figura, outro caráter, tinha outra espécie de carisma ou falta de carisma”³³¹. Essa resposta reflete não apenas sua consciência das diferenças pessoais em relação a João Paulo II, mas também sua disposição em abraçar um ministério que respeitasse sua própria identidade e capacidades, sem tentar replicar o perfil de seu predecessor.

A escolha do nome Bento XVI por Joseph Ratzinger evoca uma dupla inspiração profundamente simbólica. Por um lado, remete a São Bento, patrono da Europa e pai do monaquismo ocidental, cuja herança espiritual moldou profundamente a cultura cristã no continente. Por outro lado, evoca a imagem do pontífice Bento XV, o Papa que guiou a Igreja em tempos de adversidade durante

³²⁹ MARUJO, A., Bento XVI, um perfil biográfico, p. 20.

³³⁰ BENTO XVI, *Promulgatio*, p. 693.

³³¹ BENTO XVI, *Luz do mundo*, p. 219.

a Primeira Guerra Mundial, conhecido por seu incansável trabalho em prol da paz e reconciliação. Ora, essa dupla referência na escolha de seu nome foi explicada pelo próprio Papa na primeira audiência geral de seu pontificado, realizada em 27 de abril de 2005:

Quis chamar-me Bento XVI para me relacionar idealmente com o venerado Pontífice Bento XV, que guiou a Igreja num período atormentado devido ao primeiro conflito mundial. Ele foi um profeta corajoso e autêntico de paz e comprometeu-se com coragem infatigável primeiro para evitar o drama da guerra e depois para limitar as consequências nefastas. Nas suas pegadas desejo colocar o meu ministério ao serviço da reconciliação e da harmonia entre os homens e os povos, profundamente convencido de que o grande bem da paz é antes de tudo dom de Deus, dom frágil e precioso que deve ser invocado, tutelado e construído dia após dia com o contributo de todos. Além disso, o nome Bento recorda também a extraordinária figura do grande "Patriarca do monaquismo ocidental", São Bento de Núrsia, co-padroeiro da Europa juntamente com os santos Cirilo e Metódio e as mulheres santas, Brígida da Suécia, Catarina de Sena e Edith Stein. A expansão progressiva da Ordem beneditina por ele fundada exerceu uma influência enorme na difusão do cristianismo em todo o Continente. Por isso, São Bento é muito venerado também na Alemanha e, em particular, na Baviera, a minha terra de origem; constitui um ponto de referência fundamental para a unidade da Europa e uma forte chamada às irrenunciáveis raízes cristãs da sua cultura e da sua civilização³³².

Por fim, vale destacar o simbolismo contido no escudo papal de Bento XVI, que preserva elementos já presentes em seu brasão como Arcebispo de Munique e Frisinga e posteriormente como Cardeal. Entre os componentes notáveis está a figura de um urso carregando um fardo, inspirado em uma antiga tradição relacionada a São Corbiniano, o primeiro bispo de Frisinga. Conforme a narrativa, durante uma peregrinação a Roma, São Corbiniano foi atacado por um urso que devorou seu cavalo. No entanto, o santo não apenas conseguiu aplacar o urso, mas também o transformou em seu aliado, fazendo com que o animal carregasse sua bagagem durante o restante da jornada até Roma. Por essa razão, o urso é retratado no escudo com um fardo sobre o dorso. Para Georg Ratzinger, irmão do Papa Bento XVI, essa figura tornou-se uma representação profunda da trajetória de Joseph Ratzinger:

Esta é uma história bonita e igualmente uma metáfora da vida de meu irmão, que, como arcebispo de Munique e Freising, não foi apenas o sucessor de São Corbiniano, mas também o primeiro de seus sucessores que foi definitivamente convocado a Roma, lá permaneceu e foi eleito papa. O urso recuperou sua liberdade; todavia, ele tem de carregar até o fim o fardo que lhe foi imposto pelo bom Deus. Mas é um fardo santificado³³³.

³³² BENTO XVI, Audiência geral, 27 de abril de 2005.

³³³ RATZINGER, G., *Meu irmão, o papa*, p. 220.

Em sua visita à Baviera, sua terra natal, em setembro de 2006, o Papa Bento XVI retomou a simbologia do urso de São Corbiniano, reinterpretando-a à luz das palavras de Santo Agostinho. Essa imagem tornou-se uma poderosa metáfora de sua própria jornada, marcada por profundas mudanças: de professor e teólogo a pastor universal da Igreja.

O urso de São Corbiniano encoraja-me sempre de novo a cumprir o meu serviço com alegria e confiança há trinta anos e como agora também no meu novo encargo ao dizer dia após dia o meu “sim” a Deus: Por ti tornei-me um animal de carga, mas precisamente desse modo “estou sempre contigo”. O urso de São Corbiniano, em Roma, foi libertado. No meu caso, o Senhor decidiu de outra forma³³⁴.

Portanto, a trajetória de Joseph Ratzinger, que culminou em seu ministério petrino como Papa Bento XVI, reflete uma dinâmica contínua entre suas inclinações intelectuais e as exigências da missão eclesial. Desde sua nomeação como arcebispo de Munique e Frisinga em 1977 até sua eleição ao papado em 2005, passando por seu longo serviço como Prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé, Ratzinger demonstrou uma fidelidade incondicional ao chamado da Igreja, mesmo quando isso implicou renúncias pessoais e desafios significativos. Ora, a figura simbólica do urso de São Corbiniano, que carrega o fardo imposto em obediência, ilustra com precisão a espiritualidade de Ratzinger: uma entrega humilde e confiante à vontade de Deus. Como Papa, Bento XVI conduziu seu ministério com serenidade e discernimento, marcado por um equilíbrio entre teologia e pastoral. Consolidou sua posição como um dos mais notáveis teólogos do século XXI e como um pastor dedicado à verdade, à unidade e à renovação da vida eclesial em tempos de profundas transformações.

4.2

A questão litúrgica no pontificado de Bento XVI

A liturgia, elemento central na trajetória teológica de Joseph Ratzinger, destacou-se de forma marcante também durante seu pontificado como Bento XVI, configurando-se como um pilar de seu magistério. O Pontífice, profundamente enraizado na tradição litúrgica da Igreja, enfatizou a liturgia não apenas como expressão máxima da vida da Igreja, mas como fundamento indispensável para a

³³⁴ BENTO XVI, Saudação do Santo Padre diante da “Mariensäule”, 9 de setembro 2006.

identidade e a missão da comunidade cristã³³⁵. Assim, seu pontificado foi marcado pelo compromisso de valorizar a liturgia como um espaço privilegiado de encontro com Deus e de renovação espiritual para toda a Igreja³³⁶.

O início de seu pontificado, ocorrido durante o “Ano da Eucaristia” proclamado por seu antecessor, João Paulo II, foi compreendido por Bento XVI como uma orientação providencial para o exercício de sua missão. Em sua primeira mensagem aos cardeais eleitores, pronunciada ao término da concelebração eucarística na Capela Sistina, em 20 de abril de 2005, o Pontífice sublinhou que a Eucaristia é o coração pulsante da vida cristã e a fonte da missão evangelizadora da Igreja, reiterando sua convicção de que ela deveria ser o eixo principal da renovação espiritual e pastoral do seu pontificado.

De maneira mais do que nunca significativa, o meu Pontificado começa no momento em que a Igreja está a viver o especial Ano dedicado à Eucaristia. Como não tirar desta providencial coincidência um elemento que deve caracterizar o ministério para o qual fui chamado? A Eucaristia, coração da vida cristã e fonte da missão evangelizadora da Igreja, não pode deixar de constituir o centro permanente e a fonte do serviço petrino que me foi oferecido³³⁷.

Desse modo, a liturgia desempenhou um papel central no pontificado de Bento XVI, refletindo sua convicção de que ela constitui o coração da vida eclesial. Em entrevista, seu irmão, Georg Ratzinger, destacou que Bento XVI considerava essencial que as celebrações litúrgicas fossem conduzidas com solenidade e fidelidade às normas da Igreja. Para o Papa, a liturgia não se reduz a uma expressão da criatividade humana, mas é, acima de tudo, um dom divino confiado à Igreja, que deve ser acolhido com reverência e profundo respeito. Essa perspectiva evidenciava sua preocupação em assegurar a integridade da liturgia, reconhecendo-a como um instrumento fundamental para a renovação espiritual e a comunhão entre os fiéis, além de um testemunho vivo da tradição da fé cristã.

Ele (Bento XVI) se empenha muito em assegurar que a liturgia seja celebrada de forma digna e correta. Só isso já é um problema real. (...) Muitos padres acreditam que deveriam acrescentar uma coisa aqui, mudar outra ali. Meu irmão deseja,

³³⁵ CUNHA, J.T., A Eucaristia e a missão da Igreja, p.311.

³³⁶ Ainda como cardeal, ao escrever sua autobiografia, Joseph Ratzinger já destacava a importância da celebração litúrgica como uma fonte privilegiada de encontro com Deus e como um caminho para a superação da crise contemporânea: “Estou convencido de que a crise na Igreja, pela qual passamos hoje, é causada em grande parte pela decadência da liturgia, que às vezes até é concebida de uma maneira *etsi Deus non daretur*, isto é, que nela não importa mais se Deus existe e se ele nos fala e nos escuta”. (RATZINGER, J., Lembranças da minha vida, p. 130.)

³³⁷ BENTO XVI, Promulgatio, p. 693.

portanto, uma liturgia adequada, realizada conforme as regras, a fim de atingir a alma das pessoas a ser compreendida como um chamado de Deus³³⁸.

No entendimento do Papa Bento XVI, a liturgia é uma realidade que transcende o âmbito humano, configurando-se como uma manifestação de algo incriado e preestabelecido, recebido como um dom, e não como fruto da criatividade humana: “Não somos nós que fazemos algo, não mostramos nossa criatividade, portanto, tudo o que saberíamos fazer. Porque a liturgia não é um show, não é um teatro, não é um espetáculo, mas haure sua vida de Outro”³³⁹. Com essa perspectiva, Bento XVI enfatiza que a liturgia não deve ser manipulada ou arbitrariamente adaptada, mas conduzida com reverência, de modo a evidenciar sua origem divina. Embora possa ser reformada em aspectos específicos, não pode ser moldada segundo os desejos ou preferências da comunidade cristã. Nesse sentido, a forma litúrgica preestabelecida pela Igreja assume, no magistério de Bento XVI, uma importância central, tal como testemunha Nicola Bux: “Bento XVI permaneceu convencido de que era urgente corrigir os abusos no culto católico; assim, com a clareza e profundidade de seu pensamento, iniciou a restauração do que estava gravemente danificado”³⁴⁰.

Ora, o próprio Pontífice ofereceu, acima de tudo, o exemplo de um ministro fiel e humilde da liturgia³⁴¹, ressaltando que ela deve ser celebrada com reverência e em estrita conformidade com as normas litúrgicas, as quais garantem sua autenticidade e preservam seu caráter sagrado, evitando que se transforme em um mero espetáculo. Ora, durante sua visita apostólica ao Brasil, em 2007, o Pontífice reforçou o papel dos bispos como moderadores da vida litúrgica da Igreja, destacando sua responsabilidade em zelar pela correta celebração do culto litúrgico³⁴². O fundamento desse zelo foi elucidado por Bento XVI em uma audiência geral, em 14 de maio de 2008:

³³⁸ RATZINGER, G., *Meu irmão, o papa*, p. 237.

³³⁹ BENTO XVI, *Luz do mundo*, p. 188.

³⁴⁰ BUX, N., *La reforma litúrgica del Concilio Vaticano II e la sua applicazione secondo Joseph Ratzinger/Benedetto XVI*, p. 19. (tradução nossa).

³⁴¹ CABAN, P., *Scientif approach to the specific liturgical features in the pontificate of Pope Benedict XVI*, p. 32.

³⁴² No dia 11 de maio de 2007, na Catedral da Sé na cidade de São Paulo, o Papa Bento XVI em um discurso aos Bispos afirmou o seguinte: “A vivência sacramental, especialmente atrás da confissão e da eucaristia, adquire, aqui, uma importância de primeira grandeza. A vós, pastores, cabe a principal tarefa de assegurar a participação de todos os fiéis na vida eucarística e no sacramento da reconciliação. (...) Exatamente porque fé, vida e celebração da sagrada liturgia como fonte de fé e de vida, são inseparáveis, é necessária uma mais correta aplicação dos princípios indicados pelo Concílio Vaticano II no que diz respeito à Liturgia da Igreja, incluindo as disposições contidas no

A liturgia não é algo de construído por nós, algo inventado para fazer uma experiência religiosa durante um certo período de tempo; ela é cantar com o coro das criaturas e entrar na própria realidade cósmica. E precisamente assim a liturgia, na aparência apenas eclesial, torna-se ampla e grande, torna-se nossa união com a linguagem de todas as criaturas³⁴³.

Para Bento XVI, a liturgia é o lugar privilegiado onde a Igreja se manifesta como comunidade que vive e experimenta a presença real e viva de Deus. Na celebração da Eucaristia, o mistério central da fé se realiza, proporcionando aos fiéis um encontro profundo e transformador. Como ressalta o Pontífice: “O encontro com Cristo na Eucaristia suscita o compromisso da evangelização e o impulso à solidariedade; desperta no cristão o forte desejo de anunciar o Evangelho e testemunhá-lo na sociedade para que seja mais justa e humana”³⁴⁴.

Mais do que um rito externo, a liturgia exige uma vivência interior autêntica, pois é nesse âmbito que Deus se revela, ilumina e fortalece espiritualmente os participantes. Nesse sentido, a liturgia não pode ser reduzida a um ato meramente formal, mas deve ser compreendida como uma convocação à verdadeira comunhão com Deus, capaz de renovar e educar os fiéis na fé, conduzindo-os à plenitude do mistério cristão. Todavia, a primazia da liturgia não implica passividade por parte dos fiéis, mas exige uma resposta ativa e profunda, tal como testemunha o Pontífice:

Justamente esta imposição nos desafia a deixar-nos arrastar para fora de nós, da simples situação do momento; abandonar-nos à plenitude da fé, a compreendê-la, a participar intimamente dela, conferindo também à celebração eucarística aquela forma decorosa pela qual se torna bela, torna-se uma alegria³⁴⁵.

Como Papa, Bento XVI realizou importantes atos no campo litúrgico que refletem sua profunda preocupação com a continuidade e a beleza da tradição da Igreja. Entre esses, destaca-se o Motu Próprio *Summorum Pontificum*³⁴⁶, promulgado em 2007, que reafirmou o valor do *usus antiquior*, a forma mais antiga

Diretório para os Bispos, com o propósito de devolver à Liturgia o seu caráter sagrado. É com esta finalidade que o meu Venerável predecessor na Cátedra de Pedro, João Paulo II, quis renovar “um veemente apelo para que as normas litúrgicas sejam observadas, com grande fidelidade, na celebração eucarística” (...) “A liturgia jamais é propriedade privada de alguém, nem do celebrante, nem da comunidade onde são celebrados os santos mistérios”. Redescobrir e valorizar a obediência às normas litúrgicas por parte dos Bispos, como “moderadores da vida litúrgica da Igreja”, significa testemunhar a própria Igreja, una e universal que preside na caridade. (BENTO XVI, Palavras do papa Bento XVI no Brasil, p. 50-53.)

³⁴³ BENTO XVI, Audiência geral, 14 de maio 2008.

³⁴⁴ BENTO XVI, Palavras do papa Bento XVI no Brasil, p. 116.

³⁴⁵ BENTO XVI, Luz do mundo, p. 189.

³⁴⁶ BENTO XVI, De usu extraordinario antiquae formae Ritus Romani, p.777.

do rito romano. Para o Pontífice a celebração mais ampla do rito de 1962 poderia contribuir de forma significativa para a Igreja, promovendo um enriquecimento mútuo entre as formas litúrgicas e ajudando a celebrar os novos ritos segundo a hermenêutica da continuidade. Nesse sentido, o Papa escreve:

Na história da Liturgia, há crescimento e progresso, mas nenhuma ruptura. Aquilo que para as gerações anteriores era sagrado, permanece sagrado e grande também para nós, e não pode ser de improviso totalmente proibido ou mesmo prejudicial. Faz-nos bem a todos conservar as riquezas que foram crescendo na fé e na oração da Igreja, dando-lhes o justo lugar³⁴⁷.

O *Summorum Pontificum* não impõe o uso do rito antigo, mas oferece essa possibilidade àqueles que o desejam, reafirmando a igualdade de dignidade entre a forma ordinária e a forma extraordinária do rito romano. Bento XVI não sugere uma hierarquia entre essas formas, mas propõe uma coexistência harmoniosa que fortaleça a unidade litúrgica da Igreja e aprofunde sua vivência espiritual e teológica: “Não é apropriado falar destas duas versões do Missal Romano como se fossem ‘dois ritos’. Trata-se, antes, de um duplo uso do único e mesmo Rito”³⁴⁸. Ora, essa perspectiva reforça sua visão de que a liturgia, em suas diversas expressões, deve ser um espaço de continuidade e comunhão, respeitando as riquezas acumuladas ao longo da tradição e colocando-as a serviço da Igreja contemporânea. Acerca da importância do Motu Próprio escreve Dom Alcuin Reid:

Se o *Summorum Pontificum* serviu apenas para dissipar a ilusão generalizada das últimas décadas de que a verdadeira liturgia é encontrada apenas na Igreja primitiva e após o Concílio Vaticano II, já teria servido bem à Igreja. Mas, como sabemos, ele fez muito mais, especialmente no que diz respeito à “reconciliação interior no coração da Igreja” e também por meio de um enriquecimento ‘mútuo’ não oficial (ainda que predominantemente unilateral) entre os ritos antigo e novo³⁴⁹.

Outro ato litúrgico relevante do pontificado de Bento XVI foi a promulgação da Constituição Apostólica *Anglicanorum Cœtibus*, em 2009. Através desse documento, o Pontífice habilitou os membros vindos do anglicanismo a “a manter vivas no interior da Igreja Católica as tradições espirituais, litúrgicas e pastorais da

³⁴⁷ BENTO XVI, Ad Episcopos Catholicae Ecclesiae Ritus Romani, p. 798.

³⁴⁸ BENTO XVI, Ad Episcopos Catholicae Ecclesiae Ritus Romani, p. 795.

³⁴⁹ REID, A., The new Liturgical Movement after the Pontificate of Benedict XVI, p.11. (tradução nossa).

Comunhão Anglicana, como dom precioso para alimentar a fé dos seus membros e riqueza a partilhar”³⁵⁰.

Com a Constituição Apostólica *Anglicanorum Cœtibus*, Bento XVI, como escreve Dom Alcuin Reid, sublinhou a legítima diversidade possível dentro da liturgia católica ocidental, preservando, contudo, sua unidade substancial. Neste caso, o Papa acolheu “tesouros desenvolvidos fora (embora derivados) da tradição litúrgica ocidental mais ampla”³⁵¹, reconhecendo a riqueza espiritual e cultural dessas expressões litúrgicas e integrando-as de forma coerente e frutuosa à tradição viva da Igreja.

Além dos dois atos já mencionados, o magistério litúrgico de Bento XVI inclui também a Exortação Apostólica *Sacramentum Caritatis*, na qual o Papa oferece uma reflexão profunda sobre a Eucaristia, destacando-a como a fonte e o ápice da vida e da missão da Igreja: “Aquilo de que o mundo tem necessidade é do amor de Deus, é de encontrar Cristo e acreditar nele. Por isso, a Eucaristia é fonte e ápice não só da vida da Igreja, mas também de sua missão”³⁵². Ademais, o Pontífice desenvolve nessa exortação de forma consistente sua visão sobre a *actuosa participatio*, na ação litúrgica, um conceito central em seu magistério e particularmente relevante para os objetivos desta pesquisa.

4.3

A categoria *actuosa participatio* à luz Exortação Apostólica *Sacramentum Caritatis* de Bento XVI

A exortação apostólica pós-sinodal *Sacramentum Caritatis*, promulgada pelo Papa Bento XVI em 22 de fevereiro de 2007, representa um marco significativo no magistério litúrgico de seu pontificado. Fruto da XI Assembleia Geral Ordinária do Sínodo dos Bispos, realizada em outubro de 2005, a exortação reflete o esforço da Igreja em aprofundar a compreensão do mistério eucarístico sob três dimensões fundamentais: como mistério a ser acreditado, celebrado e vivenciado.

O documento destaca-se como um elo essencial entre a continuidade da tradição litúrgica da Igreja e a renovação promovida pelo Concílio Vaticano II, reafirmando a Eucaristia como fonte e ápice da vida cristã. Ao mesmo tempo,

³⁵⁰ BENTO XVI, *Anglicanorum coetibus*, p. 987.

³⁵¹ REID, A., *The new Liturgical Movement after the Pontificate of Benedict XVI*, p.11. (tradução nossa).

³⁵² BENTO XVI, *Sacramentum caritatis*, 84.

apresenta-se como um documento do magistério do terceiro milênio, abordando questões contemporâneas e oferecendo diretrizes claras para que a liturgia seja vivida com profundo enraizamento na fé, mas em diálogo com as realidades e desafios do mundo atual³⁵³. Dessa forma, a exortação busca uma integração harmoniosa entre tradição e atualidade, capaz de oferecer uma visão integrada da Eucaristia, abrangendo aspectos doutrinários, litúrgicos e existenciais, com o objetivo de aprofundar a compreensão e a vivência deste sacramento central da fé cristã, conforme destacado por Ramiro Pellitero:

A exortação *Sacramentum Caritatis*, sobre a Eucaristia como fonte e cume da vida e da missão da Igreja (22/02/2007), se situa, como tantos documentos da Igreja, não em uma perspectiva puramente doutrinal nem tampouco puramente “prática”. Consciente “do vasto patrimônio doutrinal e disciplinas acumulado através dos séculos sobre este Sacramento” (n. 5), o texto adota um enfoque teológico-pastoral, para afrontar a relação entre a fé na Eucaristia, a celebração eucarística e o “culto espiritual”, como dimensão essencial da vida cristã e do serviço (a caridade) que os cristãos prestam no mundo³⁵⁴.

Combinando rigor teológico e clareza pastoral, a exortação *Sacramentum Caritatis* é uma expressão clara do magistério de Bento XVI, caracterizado por sua habilidade de articular com maestria, clareza, profundidade e sensibilidade espiritual³⁵⁵. Assim sendo, observa Russell Hardiman e Angela Bendotti, o documento pós-sinodal seguindo “o estilo natural de simplicidade com profundidade do Papa Bento XVI torna seu material muito profundo, bem versado em fatores históricos e culturais, mas capaz de ser comunicado às pessoas comuns”³⁵⁶.

Estruturalmente, a exortação *Sacramentum Caritatis* é composta por três partes principais, cada uma refletindo um aspecto essencial do mistério eucarístico: doutrinal, celebrativo e prático. Segundo José María Cantó, essa divisão, “sem ser

³⁵³ A XI Assembleia Geral Ordinária do Sínodo dos Bispos, que decorreu de 2 a 23 de Outubro de 2005 no Vaticano, elevou um profundo agradecimento a Deus por esta história, reconhecendo nela a guia activa do Espírito Santo. De modo particular, os padres sinodais reconheceram e reafirmaram o benéfico influxo que teve, na vida da Igreja, a reforma litúrgica atuada a partir do Concílio Ecuménico Vaticano II.(5) O Sínodo dos Bispos pôde avaliar o acolhimento que a mesma teve depois da assembleia conciliar; inúmeros foram os elogios; como lá se disse, as dificuldades e alguns abusos assinalados não podem ofuscar a excelência e a validade da referida renovação litúrgica, que contém riquezas ainda não plenamente exploradas. Trata-se, em concreto, de ler as mudanças queridas pelo Concílio dentro da unidade que caracteriza o desenvolvimento histórico do próprio rito, sem introduzir artificiosas rupturas. (BENTO XVI, *Sacramentum caritatis*, 3).

³⁵⁴ PELLITERO, R., *La eficacia transformadora de la eucaristia*, p.108. (tradução nossa).

³⁵⁵ CATELAN, A.L., *O legado teológico de J. Ratzinger / Bento XVI*.

³⁵⁶ RUSSEL, H; BENDOTTI, A., *The post-synodal apostolic exhortation*, p. 15. (tradução nossa).

original, resulta ao mesmo tempo precisa e completa, pois cada uma de suas três partes aprofunda um dos aspectos do sacramento eucarístico: a doutrina, a celebração litúrgica e a prática cristã, evitando justaposições e divisões infecundas”³⁵⁷. Isto posto, após uma introdução breve, mas rica, que traça uma visão histórica dos ritos eucarísticos no Ocidente e no Oriente, enfatizando sua diversidade e profundidade, o documento organiza seu conteúdo de maneira coesa e didática, refletindo o equilíbrio característico do magistério de Bento XVI.

A primeira parte, intitulada “Eucaristia, mistério acreditado”, apresenta, em 28 parágrafos, uma síntese da teologia sistemática da Eucaristia, enfatizando sua dimensão doutrinal. Nesta seção, o Papa Bento XVI reflete sobre a fé eucarística da Igreja, destacando a centralidade da Eucaristia como mistério de fé e manifestação do amor trinitário. Ele explora o papel da Santíssima Trindade na Eucaristia, vinculando o sacramento ao sacrifício de Cristo e à sua oferta salvífica, e ressalta a transformação espiritual promovida pela ação do Espírito Santo. Além disso, aborda a relação entre a Eucaristia e a Igreja, evidenciando como o sacramento edifica a comunhão eclesial. Por fim, discute aspectos litúrgicos e pastorais, incluindo sua dimensão escatológica e a figura de Maria como modelo perfeito de acolhimento ao mistério eucarístico.

Já a segunda parte, “Eucaristia, mistério celebrado”, composta por 36 parágrafos, aprofunda a relação entre fé e celebração, destacando o primado da ação litúrgica e a beleza intrínseca da liturgia como expressão da glória divina. Aqui, o Papa sublinha a importância da *ars celebrandi*, enfatizando a fidelidade às normas litúrgicas como condição indispensável para uma participação ativa e consciente dos fiéis na celebração da liturgia. Além disso, reflete sobre a reverência à Eucaristia, a prática da adoração eucarística e a correta localização do sacrário nas igrejas, ressaltando o respeito devido ao Santíssimo Sacramento.

Por fim, a terceira parte, intitulada “Eucaristia, mistério vivido”, com 31 parágrafos, relaciona o mistério eucarístico à prática cristã cotidiana, destacando a caridade como o testemunho mais concreto da vida eucarística. A Eucaristia é apresentada como fonte de renovação moral, inspiração para o testemunho missionário e critério de coerência cristã, influenciando desde a defesa da criação até a promoção da justiça e caridade. O documento se conclui com uma síntese

³⁵⁷ CANTÓ, J.M., La eucaristia, sacramento del amor, p. 110. (tradução nossa).

breve e objetiva em quatro parágrafos, reafirmando a Eucaristia como fonte e ápice da vida e missão da Igreja, convocando todos os fiéis a viverem de forma mais plena o mistério que celebram.

A segunda parte da Exortação Apostólica *Sacramentum Caritatis* é de particular relevância para esta pesquisa, sobretudo pela ênfase que o Papa Bento XVI confere ao conceito de *ars celebrandi*. Este conceito é apresentado como uma dimensão essencial para a vivência plena da liturgia, destacando-se na discussão promovida pelo Sínodo dos Bispos. Nesse contexto, o documento sublinha que não deve haver oposição entre a *ars celebrandi* e o princípio, amplamente promovido desde o Concílio Vaticano II, da participação consciente, piedosa e ativa de todos os fiéis³⁵⁸. Pelo contrário, Bento XVI afirma que a excelência na arte de celebrar é fundamental para fomentar tal participação, integrando estética, espiritualidade e rito de forma harmônica. Assim sendo prescreve o documento:

Durante os trabalhos sinodais, foi várias vezes recomendada a necessidade de superar toda e qualquer separação entre a arte da celebração (*ars celebrandi*, isto é, a arte de celebrar retamente) e a participação plena, ativa e frutuosa de todos os fiéis: com efeito, o primeiro modo de favorecer a participação do povo de Deus no rito sagrado é a condigna celebração do mesmo; a arte da celebração é a melhor condição para a participação ativa (*actuosa participatio*). Aquela resulta da fiel obediência às normas litúrgicas na sua integridade, pois é precisamente esse modo de celebrar que, há dois mil anos, garante a vida de fé de todos os crentes, chamados a viver a celebração enquanto povo de Deus, sacerdócio real, nação santa³⁵⁹.

Ora, essa abordagem evidencia que a *ars celebrandi* transcende uma mera preocupação técnica ou estética, constituindo-se como uma via essencial para reafirmar a centralidade da Eucaristia na vida da Igreja. Nesse sentido, a *ars celebrandi* protege a liturgia de subjetivismos ou arbitrariedades, garantindo que ela permaneça um ato de culto dirigido a Deus e não uma expressão pessoal ou comunitária desvinculada do sentido teológico e eclesial: “A simplicidade dos gestos e a sobriedade dos sinais, situados na ordem e nos momentos previstos comunicam mais do que o artificialismo de adições inoportunas”³⁶⁰.

Ao destacar a importância da *ars celebrandi*, o Pontífice estabelece um vínculo intrínseco entre a qualidade da celebração e a possibilidade de uma participação autêntica dos fiéis. Esse entendimento sublinha que a *actuosa participatio* implica uma interiorização profunda do mistério celebrado, promovida

³⁵⁸ SC 48.

³⁵⁹ BENTO XVI, *Sacramentum caritatis*, 38.

³⁶⁰ BENTO XVI, *Sacramentum caritatis*, 40.

por uma liturgia conduzida com reverência e fidelidade aos ritos e normas³⁶¹. Dando seguimento a essa reflexão, a exortação dedica quatorze parágrafos à análise detalhada das várias dimensões dessa realidade litúrgica, abordando desafios e possibilidades na prática contemporânea.

4.3.1. Autêntica participação

Ao abordar a questão da *actuosa participatio*, o Papa Bento XVI sublinha a centralidade desse conceito no processo de renovação litúrgica proposto pelo Concílio Vaticano II e concretizado na Constituição *Sacrosanctum Concilium*. Segundo atesta o Pontífice, a principal finalidade da reforma “não era principalmente mudar os ritos e os textos, mas sim renovar a mentalidade e colocar no centro da vida cristã e da pastoral a celebração do Mistério pascal de Cristo”³⁶². Portanto, ao enfatizar a necessidade de uma participação ativa, plena e frutuosa de todo o povo de Deus nas celebrações litúrgicas, o documento conciliar buscou forjar no coração e na mente dos fiéis a concepção da liturgia como ação comunitária que envolve não apenas o clero, mas também todos os fiéis como sujeitos do ato celebrativo. Esse princípio representou uma ruptura com práticas anteriores, que frequentemente reduziam os fiéis a uma postura passiva, convidando-os a um engajamento integral, a fim de vivenciar a liturgia como fonte de comunhão e renovação espiritual. No entanto, alerta Bento XVI apesar do entusiasmo pela renovação litúrgica, “não podemos ignorar que houve, às vezes, qualquer incompreensão precisamente acerca do sentido dessa participação”³⁶³.

No esforço de promover um maior envolvimento dos fiéis na liturgia, frequentemente se observou uma ênfase crescente na criação de atividades exteriores durante as celebrações, como respostas, cantos e gestos. Embora essas práticas possuam valor significativo, Bento XVI destaca que a participação ativa, conforme desejada pelo Concílio Vaticano II, não se restringe a tais manifestações

³⁶¹ Igualmente importante para uma correta arte da celebração é a atenção a todas as formas de linguagem previstas pela liturgia: palavra e canto, gestos e silêncios, movimento do corpo, cores litúrgicas dos paramentos. Com efeito, a liturgia, por sua natureza, possui uma tal variedade de níveis de comunicação que lhe permitem cativar o ser humano na sua totalidade. (...) A atenção e a obediência à estrutura própria do rito, ao mesmo tempo que exprimem a consciência do caráter de dom da Eucaristia, manifestam a vontade que o ministro tem de acolher, com dócil gratidão, esse dom inefável. (BENTO XVI, *Sacramentum caritatis*, 40).

³⁶² BENTO XVI, *Quinquagesima recurrenne anniversaria memoria a condito Pontificio Instituto Liturgico “Sancti Anselmi”*, p. 342.

³⁶³ BENTO XVI, *Sacramentum caritatis*, 52.

externas. Antes, ela remete a uma dimensão mais profunda que exige um engajamento interior, enraizado em uma compreensão mais ampla e profunda do mistério eucarístico e de sua íntima relação com a vida cotidiana³⁶⁴. Dessa forma, o magistério de Bento XVI, em consonância com os ensinamentos dos Padres conciliares, busca realçar que a *actuosa participatio* não se restringe à execução de gestos litúrgicos, mas requer uma integração profunda entre liturgia e vida. Nesse contexto, a celebração torna-se não apenas um momento pragmático e ritualístico, mas uma fonte de renovação interior, de união com Deus e com os irmãos. Assim sendo, escreve o Pontífice:

Permanece plenamente válida ainda a recomendação da Constituição conciliar *Sacrosanctum Concilium* feita aos fiéis quando os exorta a não assistirem à liturgia eucarística “como estranhos ou espectadores mudos”, mas a participarem “na ação sagrada, consciente, ativa e piedosamente”. E o Concílio, desenvolvendo seu pensamento, prossegue: os fiéis “sejam instruídos pela palavra de Deus; alimentem-se à mesa do corpo do Senhor; dêem graças a Deus; aprendam a oferecer-se a si mesmos, ao oferecer juntamente com o sacerdote, e não só pelas mãos dele, a hóstia imaculada; que, dia após dia, por Cristo Mediador, progridam na unidade com Deus e entre si”³⁶⁵.

4.3.2. Participação e ministério sacerdotal

O Papa Bento XVI destaca, em sua reflexão sobre a categoria *actuosa participatio*, a importância da relação harmoniosa entre a participação dos fiéis e as funções hierárquicas que compõem a celebração litúrgica. Segundo o Pontífice, “a beleza e a harmonia da ação litúrgica encontram significativa expressão na ordem com que cada um é chamado a participar ativamente nela”³⁶⁶, ou seja, a plenitude da ação litúrgica se manifesta quando os diversos ministérios e funções são exercidos de maneira clara, ordenada e respeitosa, refletindo a comunhão e a unidade da Igreja.

Nesse sentido, o Pontífice enfatiza que a verdadeira participação ativa dos fiéis não exige que todos desempenhem um ministério específico ou visível, mas sim que cada um compreenda, com plena consciência, o papel que lhe cabe dentro do corpo eclesial. Ora, essa distinção de funções não diminui a participação dos fiéis, mas, ao contrário, valoriza a diversidade de carismas e ministérios presentes na Igreja, garantindo que a liturgia permaneça fiel à sua identidade e significado

³⁶⁴ BENTO XVI, *Sacramentum caritatis*, 52.

³⁶⁵ BENTO XVI, *Sacramentum caritatis*, 52.

³⁶⁶ BENTO XVI, *Sacramentum caritatis*, 53.

profundo. Portanto, evitar confusões sobre as funções litúrgicas é essencial para preservar a integridade da celebração e do verdadeiro significado da participação ativa.

Pode ser útil lembrar que a participação ativa na mesma não coincide, de per si, com o desempenho dum ministério particular; sobretudo, não favorece a causa da participação ativa dos fiéis uma confusão gerada pela incapacidade de distinguir, na comunhão eclesial, as diversas funções que cabem a cada um³⁶⁷.

Nesse sentido, o Papa Bento XVI destaca que, na celebração da Eucaristia, cada ministério possui um lugar e uma função específica, começando pela presidência imprescindível do sacerdote. Em conformidade com os ensinamentos do Magistério sobre o sacerdócio ministerial como algo insubstituível³⁶⁸, e que “por essa razão, nenhuma comunidade tem o poder de conferi-lo a si própria ou de estabelecê-lo por meio de uma delegação”³⁶⁹, o Papa Bento XVI relembra que, pelo sacramento da Ordem, o sacerdote age *in persona Christi capitis*, representando Cristo como cabeça da Igreja e, ao mesmo tempo, na forma que lhe é própria, também a Igreja³⁷⁰. Deste modo, o presbítero assume a responsabilidade de conduzir a celebração em sua totalidade, desde a saudação inicial até a bênção final, ressaltando sua posição central no mistério eucarístico, conforme destacado na Introdução Geral do Missal Romano:

O presbítero, que na Igreja tem o poder sagrado da Ordem para oferecer o sacrifício em nome de Cristo, também está à frente do fiel reunido, preside a sua oração, anuncia-lhe a mensagem da salvação, associa a si o povo no oferecimento do sacrifício a Deus Pai, por Cristo, no Espírito Santo, dá aos seus irmãos o pão da vida eterna e participa com eles do mesmo alimento. Portanto, quando celebrar a Eucaristia, ele deve servir a Deus e ao povo com dignidade e humildade e, pelo seu modo de agir e proferir as palavras divinas, sugerir aos fiéis uma presença viva de Cristo³⁷¹.

O Papa também acena para o papel fundamental do bispo, que, como sucessor dos apóstolos, é o responsável supremo por cada celebração eucarística na sua diocese, seja presidindo-a pessoalmente ou delegando-a aos presbíteros seus

³⁶⁷ BENTO XVI, *Sacramentum caritatis*, 53.

³⁶⁸ CONGREGAÇÃO PARA O CLERO E OUTROS DICASTÉRIOS DA CÚRIA ROMANA, *De quibusdam quaestionibus circa fidelium laicorum cooperationem sacerdotum ministerium spectantem*, p. 860.

³⁶⁹ CONGREGAÇÃO PARA O CLERO E OUTROS DICASTÉRIOS DA CÚRIA ROMANA, *De quibusdam quaestionibus circa fidelium laicorum cooperationem sacerdotum ministerium spectantem*, p. 859.

³⁷⁰ BENTO XVI, *Sacramentum caritatis*, 53.

³⁷¹ IGMR, 93.

colaboradores. No discurso aos bispos do Brasil, proferido na Catedral da Sé, em 11 de Maio de 2007, por ocasião da V Conferência Geral do Episcopado da América Latina e do Caribe, o Papa já ressaltava a importância de “redescobrir e valorizar a obediência às normas litúrgicas por parte dos bispos, enquanto ‘moderadores da vida litúrgica da Igreja’”³⁷².

Além disso, o diácono, como ministro ordenado, desempenha funções específicas dentro da liturgia, como a proclamação do Evangelho, a assistência ao altar e ao sacerdote, e, em determinadas circunstâncias, a proclamação da homilia, propor aos fiéis a Oração Universal e a distribuição da Eucaristia³⁷³. Manuel Gonzalez Lopes-Corps, ao tratar do papel do diácono na celebração litúrgica à luz da *Sacramentum Caritatis*, enfatiza que “pede-se aos diáconos que compreendam cada vez melhor o significado autêntico dos ritos e dos textos litúrgicos, e assim sejam orientados para uma celebração ativa e fecunda da Eucaristia”³⁷⁴.

Complementando os ministérios oriundos do sacramento da Ordem, Bento XVI reconhece com louvor o papel de outros ministérios litúrgicos desempenhados por religiosos e leigos devidamente preparados. Esses serviços, embora distintos dos ministérios ordenados, são expressão da riqueza da diversidade eclesial e da contribuição de todos os membros da Igreja para a ação litúrgica.

Portanto, essa estruturação hierárquica e funcional, longe de ser um obstáculo à participação ativa, é vista por Bento XVI como um meio de preservar a harmonia e o sentido profundo da liturgia. Ela reafirma a unidade e a complementaridade entre os diversos membros do Corpo de Cristo, garantindo que cada celebração litúrgica reflita a comunhão eclesial e o mistério central da fé cristã. Assim, Bento XVI reforça a importância de uma liturgia bem ordenada, onde cada função é respeitada e valorizada, contribuindo para a vivência plena do mistério celebrado.

4.3.3. Celebração eucarística e inculturação

Ao refletir sobre a celebração eucarística e a inculturação, o Papa Bento XVI, fundamentado nas afirmações do Concílio Vaticano II, reafirma a centralidade da participação ativa dos fiéis como um princípio essencial da vida cristã. Contudo, dada a diversidade cultural que a fé cristã abrange, torna-se imprescindível uma

³⁷² BENTO XVI, Palavras do papa Bento XVI no Brasil, p. 50.

³⁷³ IGM, 94.

³⁷⁴ CORPS, M. G. L., El diácono y su participación en la misa, p. 167. (tradução nossa).

sensibilidade pastoral que considere as especificidades culturais e os contextos locais onde a Igreja vive e celebra o mistério de Cristo. Nesse sentido, adaptações litúrgicas adequadas, quando bem fundamentadas e cuidadosamente aplicadas, podem contribuir significativamente para uma maior eficácia na participação dos fiéis, conforme já era prescrito no documento sobre a liturgia romana e a inculturação de 24 março de 1994:

Assim, a liturgia da Igreja não deve ser estranho para qualquer país, povo ou indivíduo, e ao mesmo tempo que deve transcender a particularidade da raça e da nação. Ela deve ser capaz de expressar-se em todas as culturas humanas, ao mesmo tempo mantendo a sua identidade através da fidelidade à tradição que vem a ele da parte do Senhor³⁷⁵.

Toda a vida da liturgia gravita em primeiro lugar em torno do sacrifício eucarístico e dos outros sacramentos dados por Cristo à sua Igreja. A Igreja tem o dever de transmiti-los cuidadosamente e fielmente a cada geração. Em virtude de sua autoridade pastoral, a Igreja pode fazer disposições para assegurar o bem dos fiéis, segundo as circunstâncias, tempos e lugares³⁷⁶.

Embora a inculturação possa enriquecer significativamente a *actuosa participatio*, Bento XVI reconhece que, durante esse processo, práticas inadequadas e abusos litúrgicos podem ter ocorrido. Contudo, o Pontífice enfatiza que esses desvios não comprometem a validade nem a importância do princípio da inculturação: “O fato de ter havido alguns abusos não turba a clareza desse princípio, que deve ser mantido segundo as necessidades reais da Igreja, a qual vive e celebra o mesmo mistério de Cristo em situações culturais diferentes”³⁷⁷.

Inspirado no mistério da Encarnação, onde Cristo se inseriu plenamente na realidade humana e histórica, o Papa recorda que Deus deseja alcançar cada pessoa em seu contexto vital. Assim, a liturgia, expressão do mistério de Cristo, também deve dialogar com as culturas, respeitando suas legítimas particularidades sem perder a unidade essencial da fé e da celebração. Nesse processo, cabe às Conferências Episcopais empenharem-se em promover um legítimo caminho de inculturação litúrgica, garantindo um equilíbrio harmonioso entre as normas estabelecidas e as adaptações necessárias, sempre em diálogo contínuo com a Sé Apostólica³⁷⁸.

³⁷⁵ CONGREGAÇÃO PARA O CULTO DIVINO E DISCIPLINA DO SACRAMENTO, De liturgia romana et inculturatione, p. 295.

³⁷⁶ CONGREGAÇÃO PARA O CULTO DIVINO E DISCIPLINA DO SACRAMENTO, De liturgia romana et inculturatione, p. 298.

³⁷⁷ BENTO XVI, Sacramentum caritatis, 54.

³⁷⁸ BENTO XVI, Sacramentum caritatis, 54.

Ora, essa atenção à inculturação não é apenas uma estratégia pastoral, mas uma expressão da missão universal da Igreja, que, à semelhança de Cristo, é chamada a se inserir nas realidades humanas para levar o mistério da salvação a todas as culturas e povos, respeitando suas peculiaridades sem comprometer a integridade da fé. Assim, Bento XVI reforça que a Eucaristia, celebrada em harmonia com os contextos culturais, continua a ser a fonte e ápice da vida cristã, promovendo comunhão e renovação espiritual em toda a Igreja.

4.3.4. Condições pessoais para uma participação ativa

A *actuosa participatio*, conforme destaca Bento XVI, vai além da realização de atos exteriores ou da simples presença física na liturgia; ela exige uma preparação interior fundamentada em disposições pessoais específicas. Entre essas, o Papa ressalta a importância de um espírito de constante conversão, que deve ser uma característica essencial na vida de todo cristão. Por isso, não se pode considerar a possibilidade de uma participação na Eucaristia verdadeiramente frutuosa quando o fiel se aproxima dela de forma superficial, sem uma reflexão profunda sobre sua existência e sua disposição espiritual: “Não podemos esperar uma participação ativa na liturgia eucarística, se nos abeirmos dela superficialmente e sem antes nos interrogarmos sobre a própria vida”³⁷⁹. Ora, essa perspectiva reflete a premissa defendida pelo Movimento Litúrgico e reafirmada pelos padres conciliares: a liturgia não se limita a um rito a ser cumprido, mas é um encontro transformador que exige do participante uma atitude interior de abertura e busca por renovação espiritual. Sobre esse aspecto escreve Luis Fernando Álvarez González:

Aqui encontramos o cerne do argumento: a oposição irreduzível entre a participação ativa na liturgia e a mera participação superficial nela. Eles nunca podem ocorrer juntos: um nega o outro. É interessante também como se descreve a participação superficial na celebração: “sem primeiro examinar a própria vida”. Certamente há um antes, um durante e um depois na participação ativa. A Liturgia é celebrada em determinados momentos, mas deve ser vivida continuamente³⁸⁰.

Com o objetivo de promover uma preparação adequada para a liturgia, o Papa destaca a importância de práticas que favoreçam essa interioridade, como

³⁷⁹ BENTO XVI, *Sacramentum caritatis*, 55.

³⁸⁰ GONZÁLEZ, L.F.A., *Condiciónes personales para la participación activa em la liturgia*, p. 127. (tradução nossa).

momentos de recolhimento e silêncio antes do início da liturgia, o jejum e, quando necessário, a confissão sacramental³⁸¹. Essas práticas, quando bem vividas, auxiliam na reconciliação do coração com Deus, criando as condições necessárias para uma participação autêntica e profunda. Além disso, o Papa alerta que a participação na liturgia eucarística não pode ser dissociada de uma vida eclesial ativa, que inclua um compromisso missionário de levar o amor de Cristo ao mundo. Sendo a fé cristã a fé no Deus encarnado, a participação na Eucaristia está intrinsecamente ligada à vivência concreta da fé no cotidiano.

Outro aspecto destacado por Bento XVI é a relação entre a participação plena na liturgia e a recepção da comunhão sacramental. O pontífice reforça que, embora seja altamente desejável que os fiéis se aproximem do altar para receber o Corpo de Cristo, isso deve ser feito com a devida preparação espiritual, evitando qualquer atitude de automatismo ou de obrigação meramente ritual. Estar presente na liturgia eucarística não confere automaticamente o direito de comungar, pois a comunhão exige uma disposição interior adequada.

Bento XVI aborda também a situação daqueles que, por diferentes motivos, estão impedidos de receber a comunhão sacramental, ressaltando que, mesmo para esses fiéis, a participação na Santa Missa mantém-se válida, significativa e espiritualmente frutuosa. Ele sublinha que a presença na celebração eucarística pode ser enriquecida pelo cultivo do desejo de plena união com Cristo, especialmente por meio da prática da comunhão espiritual. Essa forma de participação, recomendada por numerosos santos ao longo da história da Igreja, é apresentada como uma forma rica e eficaz de aprofundar a relação com Cristo quando a recepção sacramental não for possível.

4.3.5. Participação dos cristãos não católicos

Seguindo a perspectiva ecumênica proposta pelo Concílio Vaticano II³⁸², Bento XVI reflete sobre o tema da participação na Eucaristia no contexto dos cristãos pertencentes a Igrejas ou Comunidades eclesiais que ainda não estão em plena comunhão com a Igreja Católica. O Papa ressalta que a relação intrínseca entre a Eucaristia e a unidade da Igreja, “nos faz desejar ardentemente o dia em que poderemos celebrar, juntamente com todos os que creem em Cristo, a divina

³⁸¹ BENTO XVI, *Sacramentum caritatis*, 55.

³⁸² UR, 1-24.

Eucaristia e exprimir assim visivelmente aquela plena unidade que Cristo quis para seus discípulos (cf. Jo 17,21)”³⁸³. No entanto, Bento XVI sublinha que essa legítima aspiração ecumênica deve ser vivida com reverência e respeito pelo sacramento do Corpo e do Sangue de Cristo, evitando comprometer sua integridade.

Segundo o Pontífice, a Eucaristia não é apenas um sinal de comunhão pessoal com Jesus Cristo, mas também uma expressão de comunhão plena com a Igreja. Por essa razão, ele destaca que a comunhão eucarística e a comunhão eclesial estão intimamente ligadas, a ponto de, na maioria dos casos, ser impossível dissociar uma da outra. Assim, sendo escreve o papa:

Com dor mas não sem esperança, pedimos aos cristãos não católicos que compreendam e respeitem a nossa convicção, que se assenta na Bíblia e na Tradição: pensamos que a comunhão eucarística e a comunhão eclesial se interpenetrem tão intimamente que se torna geralmente impossível aos cristãos não católicos terem acesso a uma sem gozar da outra³⁸⁴.

Embora o Papa reconheça os limites para a participação de cristãos não católicos na Eucaristia, ele também reconhece que, em casos excepcionais e com condições bem definidas, é possível admitir cristãos de outras denominações a determinados sacramentos, como a Eucaristia, a Penitência e a Unção dos Enfermos. Esses casos, no entanto, devem ser associados a circunstâncias específicas e sempre com respeito às condições claramente estabelecidas no Catecismo da Igreja Católica³⁸⁵

³⁸³ BENTO XVI, *Sacramentum caritatis*, 56.

³⁸⁴ BENTO XVI, *Sacramentum caritatis*, 56.

³⁸⁵ A respeito desse tema, prescreve o catecismo: A Eucaristia e a unidade dos cristãos. Perante a grandeza deste mistério, Santo Agostinho exclama: «O sacramentum pietatis! O signum unitatis! O vinculum caritatis! – Ó sacramento da piedade, ó sinal da unidade, ó vínculo da caridade!» Quanto mais dolorosas se fazem sentir as divisões da Igreja que rompem a comum participação na mesa do Senhor, tanto mais prementes são as orações que fazemos ao Senhor para que voltem os dias da unidade completa de todos os que crêem n’Ele.

As Igrejas orientais que não estão em comunhão plena com a Igreja Católica celebram a Eucaristia com um grande amor. “Essas Igrejas, embora separadas, têm verdadeiros sacramentos; e principalmente, em virtude da sucessão apostólica, o sacerdócio e a Eucaristia, por meio dos quais continuam unidos a nós por vínculos estreitíssimos”. Portanto, “uma certa comunhão in sacris é não só possível, mas até aconselhável em circunstâncias oportunas e com aprovação da autoridade eclesiástica”.

As comunidades eclesiais saídas da Reforma, separadas da Igreja Católica, “não [conservaram] a genuína e íntegra substância do mistério eucarístico, sobretudo por causa da falta do sacramento da Ordem”. É por esse motivo que a intercomunhão eucarística com estas comunidades não é possível para a Igreja Católica. No entanto, estas comunidades eclesiais, “quando na santa ceia fazem memória da morte e ressurreição do Senhor, professam que a vida é significada na comunhão com Cristo e esperam a sua vinda gloriosa”.

Se urgir uma grave necessidade, segundo o juízo do Ordinário os ministros católicos podem ministrar os sacramentos (Eucaristia, Penitência, Unção dos Enfermos) aos outros cristãos que não

e em seu Compêndio³⁸⁶. Por fim, o Papa enfatiza que é responsabilidade de todos, tanto os ministros quanto os fiéis, respeitar essas normas com fidelidade e seriedade, garantindo que a prática sacramental permaneça coerente com a fé e a unidade da Igreja.

Nesse sentido, Bento XVI reforça a centralidade da Eucaristia como expressão da unidade e da comunhão eclesial, mas sem reduzir sua profundidade a um instrumento meramente pragmático para alcançar a unidade. O Papa convida à reflexão teológica e ao diálogo ecumênico, sempre com respeito às convicções eclesiais e à dignidade do sacramento, reafirmando porém, a esperança de que, no futuro, seja possível alcançar a plena unidade entre todos os cristãos.

4.3.6. Participação através dos meios de comunicação

Atento às transformações trazidas pelas mudanças dos tempos, o Papa Bento XVI reflete sobre o impacto significativo dos avanços nos meios de comunicação na vida litúrgica. Assim sendo, observa que a palavra “participação”, central para a experiência litúrgica, adquiriu um significado mais amplo nos dias atuais, à medida que as novas tecnologias permitem formas inovadoras de conexão com a celebração da Eucaristia. Ora, reconhecendo os benefícios que estes instrumentos podem trazer, o Papa demonstra satisfação ao certificar que esses recursos possibilitam alcançar fiéis que, por razões de saúde ou idade, não podem estar fisicamente presentes na assembleia litúrgica, permitindo-lhes, ainda assim, uma participação espiritual no mistério celebrado. No entanto, o Pontífice sublinha a importância de utilizar esses recursos com responsabilidade pastoral, sempre em conformidade com as normas litúrgicas e com um profundo respeito pelo caráter sagrado da celebração.

Isso [a celebração da eucaristia através dos meios de comunicação] requer dos agentes pastorais do setor uma preparação específica e um vivo sentimento de responsabilidade; com efeito, a Santa Missa transmitida na televisão ganha inevitavelmente um certo caráter de exemplaridade; daí o dever de prestar particular

estão em plena comunhão com a Igreja Católica, mas que os pedem por sua livre vontade: requer-se, nesse caso, que manifestem a fé católica em relação a estes sacramentos e que se encontrem nas devidas disposições catecismo. (CEC, 1398-1401).

³⁸⁶ Os ministros católicos administram licitamente a sagrada comunhão aos membros das Igrejas orientais que não têm plena comunhão com a Igreja católica, sempre que estes espontaneamente a peçam e com as devidas disposições. No que se refere aos membros doutras Comunidades eclesiais, os ministros católicos administram licitamente a sagrada comunhão aos fiéis, que, por motivos graves, a peçam espontaneamente, tenham as devidas disposições e manifestem a fé católica acerca do sacramento. (COMPÊNDIO, 293).

atenção a que a celebração, além de se realizar em lugares dignos e bem preparados, respeite as normas litúrgicas³⁸⁷.

Apesar do valor dessas transmissões, Bento XVI alerta que elas não substituem a participação presencial na Eucaristia, especialmente em condições normais. Portanto, embora os meios de comunicação possam representar a realidade litúrgica por meio da linguagem da imagem, eles não a reproduzem de maneira integral. Nesse sentido, o Papa ressalta que a essência da celebração eucarística reside na assembleia da Igreja viva, na qual os fiéis se reúnem fisicamente para partilhar o mistério de Cristo em comunhão com o corpo eclesial.

Isto posto, Bento XVI distingue a situação de pessoas idosas ou doentes, para as quais a participação por meio das transmissões televisivas é altamente louvável, de outras situações em que os fiéis, sem justificativa válida, tentam substituir a presença física na missa dominical pela assistência remota. Para ele, essa prática não atende ao preceito dominical, pois a Eucaristia requer o encontro pessoal com Cristo e com a comunidade reunida ao seu redor. Assim, o Pontífice reafirma a importância da participação presencial na celebração eucarística como expressão de comunhão plena com a Igreja e o mistério celebrado.

4.3.7. Participação ativa dos doentes

Na mensagem dirigida aos pobres, doentes e sofredores, por ocasião da conclusão do Concílio Vaticano II, em 8 de dezembro de 1965, o Papa Paulo VI destacou a proximidade da Igreja com os enfermos, afirmando: “Sabeis que não estais sós, nem separados, nem abandonados, nem sois inúteis: vós sois chamados por Cristo, a sua imagem viva e transparente”³⁸⁸. Essa sensibilidade pastoral também se reflete no magistério do Papa Bento XVI, especialmente na exortação *Sacramentum Caritatis*, onde o Pontífice ressalta a importância de incluir na vida comunitária eucarística aqueles que, devido a limitações como saúde fragilizada, idade avançada ou deficiência, não conseguem participar presencialmente das celebrações. Sendo a Eucaristia um verdadeiro conforto para aqueles que enfrentam o sofrimento e as angústias causadas pela enfermidade, o Papa destaca a importância da participação dos enfermos nesse sacramento, reafirmando-o como

³⁸⁷ BENTO XVI, *Sacramentum caritatis*, 57.

³⁸⁸ PAULO VI, Mensagem aos pobres, aos doentes, a todos que sofre, 8 de dezembro de 1965.

fonte de consolação espiritual e fortalecimento na comunhão com Cristo e com a Igreja. Nesse sentido, escreve o Pontífice:

É precisamente da Eucaristia, que a pastoral da saúde pode haurir continuamente a força para socorrer o homem de maneira eficaz e promovê-lo segundo a dignidade que lhe é própria. Nos hospitais e nas casas de cura, a capela representa o coração palpitante em que Jesus se oferece de forma incessante ao Pai celestial pela vida da humanidade. Distribuída aos doentes decorosamente e com espírito de oração, a Eucaristia é a linfa vital que os conforta e infunde na sua alma a luz interior, para que vivam com fé e esperança a condição de enfermidade. Portanto, confio-vos também este recente documento: fazei-o vosso, aplicai-o ao campo da pastoral da saúde, haurindo daí indicações espirituais e pastorais apropriadas³⁸⁹.

Esse contato com o Corpo de Cristo não apenas fortalece a relação pessoal do enfermo com o Senhor, mas também os integra plenamente na vida e na missão da Igreja. Como recorda Bento XVI: “[Pela comunhão sacramental] a estes irmãos e irmãs é oferecida a possibilidade de revigorar a relação com Cristo crucificado e ressuscitado, participando com a sua vida oferecida por amor a Cristo, na missão da própria Igreja”³⁹⁰. Assim, ao unir seus sofrimentos ao sacrifício de Cristo, esses fiéis encontram sentido e propósito em suas dores, transformando-as em uma valiosa contribuição espiritual para toda a comunidade eclesial.

Além disso, a inclusão das pessoas com deficiência na vida litúrgica da Igreja é outro aspecto destacado com sensibilidade pastoral pelo Papa Bento XVI. Reconhecendo que a importância da presença física no local de culto, como uma expressão concreta de pertença à família de Deus, o Pontífice exorta as comunidades cristãs a promoverem iniciativas que assegurem a todos o acesso pleno à vida comunitária e sacramental: “procure-se remover, nos edifícios sagrados, eventuais obstáculos arquitetônicos que impeçam o acesso aos deficientes”³⁹¹.

Com particular atenção, Bento XVI aborda a realidade dos deficientes mentais, afirmando que esses fiéis, batizados e crismados, têm pleno direito à participação na Eucaristia, conforme suas capacidades. Ele ressalta que a comunhão eucarística desses irmãos se fundamenta na fé vivida e nutrida pelo ambiente familiar ou comunitário que os acompanha. Assim, o Papa reforça o chamado da

³⁸⁹ BENTO XVI, Ad Plenariam Sessionem Pontificii Consilii pro Pastoralis Valetudinis cura, p. 291.

³⁹⁰ BENTO XVI, Mensagem para o XX dia mundial do doente, 11 de fevereiro de 2012.

³⁹¹ BENTO XVI, Sacramentum caritatis, 58.

Igreja para ser uma comunidade inclusiva, onde todos, independentemente de suas limitações, possam vivenciar a riqueza da fé e da comunhão eclesial.

Por meio dessas orientações, Bento XVI reafirma a missão inclusiva da Igreja, que é chamada a ser uma comunidade acolhedora, capaz de superar limites e dificuldades para integrar plenamente todos os seus membros na celebração do mistério de Cristo. Sendo a Eucaristia, a fonte e ápice da vida cristã, ela deve estar acessível a todos, especialmente àqueles que, pela fragilidade de suas condições, mais necessitam de seu alimento espiritual e da comunhão com a Igreja.

4.3.8. A solicitude pelos presos

Bento XVI, na exortação *Sacramentum Caritatis*, resgata a rica tradição espiritual da Igreja que, inspirada nas palavras de Cristo em Mateus 25,36 – “Estive preso, e vieste me visitar” –, reconhece na visita aos encarcerados uma das obras de misericórdia corporais. O Papa destaca que esse gesto vai além de um simples ato de caridade, sendo, na verdade, uma expressão concreta da solidariedade da comunidade eclesial com aqueles que se encontram privados de liberdade. Segundo o Pontífice, essa prática reflete a presença transformadora de Cristo no meio do sofrimento humano, renovando e fortalecendo interiormente os fiéis e motivando-os a viver de acordo com o amor de Deus, promovendo a dignidade e cultivando a esperança de uma vida nova. Nesse sentido, escreve o Papa:

Aqueles que se encontram nessa situação tem particular necessidade de ser visitados pelo próprio Senhor no sacramento da Eucaristia; experimentar a solidariedade da comunhão eclesial, participar na Eucaristia e receber a sagrada comunhão num período da vida tão difícil e doloroso que pode seguramente contribuir para a qualidade do seu caminho de fé e favorecer a plena recuperação social da pessoa³⁹².

Em suas condições de vulnerabilidades e sofrimentos, os presos, têm uma necessidade singular de experimentar a proximidade do Senhor, que se manifesta de modo especial na Eucaristia. Por isso, para Bento XVI, a participação na celebração eucarística, o recebimento da comunhão e o sentimento de pertença à comunidade cristã são elementos fundamentais para oferecer a essas pessoas um suporte espiritual capaz de contribuir para a recuperação e para a plena reintegração social. Esse tema também foi abordado durante a homilia na celebração eucarística realizada na capela do presídio de Casal Del Marmo, em Roma, onde o Pontífice

³⁹² BENTO XVI, *Sacramentum caritatis*, 59.

destacou que a Eucaristia não se limita a ser um consolo espiritual, mas constitui também uma fonte de força renovadora para os cativos.

Vim visitar-vos de bom grado, e o momento mais importante do nosso encontro é a Santa Missa, em que se renova o dom do amor de Deus: amor que nos consola e dá paz, especialmente nos momentos difíceis da vida. (...) Na Celebração Eucarística, é o próprio Cristo que se faz presente no meio de nós; aliás, mais ainda: Ele vem para nos iluminar com o seu ensinamento na Liturgia da Palavra e para nos alimentar com o seu Corpo e o seu Sangue na Liturgia Eucarística e na Comunhão. Assim, Ele vem para nos ensinar e amar, vem para nos tornar capazes de amar e, assim, capazes de viver³⁹³.

Reconhecendo a importância de prestar assistência aos encarcerados, o Papa Bento XVI faz um apelo às dioceses para que direcionem esforços significativos à pastoral penitenciária, garantindo o cuidado com as necessidades espirituais daqueles que se encontram privados de liberdade. O Pontífice destaca que esse campo pastoral exige um compromisso específico e sensível, incluindo a celebração da Eucaristia nos presídios, pois reconhece que a participação nesse sacramento é uma oportunidade para oferecer aos presos um encontro autêntico com Cristo, cuja presença é capaz de transformar corações e renovar vidas.

Em suma, por meio dessa exortação, Bento XVI reafirma o caráter universal e inclusivo da missão da Igreja, que deve alcançar também aqueles que vivem à margem da sociedade. Sendo a Eucaristia a fonte de reconciliação e comunhão com Deus e com a comunidade, a participação nesse sacramento oferece aos encarcerados uma oportunidade única de experimentar o amor redentor de Cristo, capaz de renovar sua esperança e fortalecê-los em seu caminho de reconciliação consigo mesmos, com a sociedade e com Deus.

4.3.9 Os migrantes e a participação na Eucaristia

Bento XVI, ao tratar da situação das pessoas obrigadas a migrar por diversos motivos, aborda com sensibilidade os desafios enfrentados por essas populações, destacando o papel essencial da Igreja em acolhê-las e cuidar delas em sua diversidade cultural, social e espiritual. Assim sendo, o Pontífice ressalta que a missão da Igreja é ser sinal de unidade e solidariedade, promovendo o respeito pela dignidade de cada ser humano e proporcionando um espaço de integração e cuidado. Nesse contexto, o Papa recorda que o Sínodo dos Bispos “manifestou

³⁹³ BENTO XVI, *Ad Institutum Poenale pro Minoribus in Casal del Marmo*, p. 213.

particular gratidão a quantos vivem empenhados no cuidado pastoral dos migrantes”³⁹⁴, reconhecendo o esforço daqueles que se dedicam a levar consolo, apoio e esperança a pessoas em condições de vulnerabilidade, muitas vezes marcadas pela dor da separação e pela busca de uma nova vida

Reconhecendo os desafios únicos enfrentados pelos migrantes ao deixarem suas terras de origem, especialmente no que tange à vivência de sua fé e tradição litúrgica, Bento XVI destaca a necessidade de uma atenção pastoral específica aos membros das Igrejas Católicas Orientais. Esses fiéis, além do sofrimento causado pela separação de sua terra natal, frequentemente enfrentam a dificuldade de não poder participar plenamente da liturgia eucarística conforme o rito ao qual pertencem. Por isso, o Papa encoraja os bispos a assegurar, sempre que possível, a presença de sacerdotes desses ritos, permitindo que os migrantes mantenham viva sua espiritualidade e tradição no contexto do acolhimento pastoral. Nesse sentido, Bento XVI reafirma o compromisso da Igreja em proporcionar aos migrantes um espaço de integração que respeite sua identidade religiosa e litúrgica, garantindo-lhes não apenas acolhimento, mas também plena comunhão com sua tradição eclesial. Ora, essa sensibilidade é reiterada na exortação pós-sinodal *Ecclesia in Medio Oriente*, onde o Santo Padre faz um apelo claro:

Entretanto exorto os pastores das circunscrições eclesiásticas que acolhem os católicos orientais: a recebê-los caridosamente como irmãos, a favorecer os laços de comunhão entre os emigrantes e as suas Igrejas de proveniência, a possibilitar que celebrem segundo as tradições próprias e realizem, onde for possível, atividades pastorais e paroquiais³⁹⁵.

Ao mesmo tempo, Bento XVI sublinha que o encontro entre fiéis de diferentes ritos dentro da Igreja Católica não apenas fortalece a comunhão eclesial, mas também oferece uma oportunidade única de enriquecimento espiritual e cultural mútuo. Segundo o Pontífice essa convivência é uma expressão concreta da riqueza da unidade na diversidade que caracteriza a Igreja, especialmente quando cultivada com respeito e abertura. Para o clero, o Papa aponta que o conhecimento das diversas tradições litúrgicas e espirituais é particularmente frutífero, pois aprofunda o apreço pela universalidade da Igreja e pela pluralidade de suas expressões: “O encontro entre fiéis de ritos diversos pode tornar-se também ocasião

³⁹⁴ BENTO XVI, *Sacramentum caritatis*, 60.

³⁹⁵ BENTO XVI, *Ecclesia in Medio Oriente*, 32.

de mútuo enriquecimento; penso de modo particular no benefício que pode resultar, sobretudo para o clero, do conhecimento das diversas tradições”³⁹⁶. Assim, a convivência entre ritos distintos não só consolida a unidade eclesial, mas também testemunha ao mundo a capacidade da Igreja de integrar e valorizar suas múltiplas expressões culturais e litúrgicas.

Portanto, ao apelar para que os bispos e toda a comunidade cristã acolham os migrantes na caridade de Cristo, Bento XVI destaca a importância de oferecer-lhes uma verdadeira experiência de pertencimento e apoio espiritual. Com sensibilidade pastoral, o Papa reflete o compromisso da Igreja em ser uma casa para todos, especialmente para os que enfrentam situações de vulnerabilidade e deslocamento, e que a participação na Eucaristia constitui uma fonte de força e esperança para aqueles que enfrentam os desafios de suas jornadas.

4.3.10. As grandes celebrações

Bento XVI, ao abordar as grandes celebrações litúrgicas realizadas em circunstâncias especiais, destaca tanto os desafios quanto as riquezas que essas ocasiões trazem para a vida da Igreja. Ele reconhece seu profundo valor espiritual e pastoral, especialmente quando o bispo, cercado por seu presbitério e pelos diáconos, preside a celebração, manifestando de forma visível a unidade da Igreja local em comunhão com o seu pastor. Essas celebrações, frequentemente enriquecidas pela participação de um grande número de fiéis e sacerdotes concelebrantes, tornam-se momentos privilegiados para expressar e fortalecer a comunhão eclesial.

No entanto, Bento XVI adverte que as grandes celebrações litúrgicas, embora sejam ricas em significado, podem apresentar desafios práticos que comprometem a qualidade da participação e a ordem litúrgica. Ele chama a atenção para questões específicas, como “à expressão sensível da unidade do presbitério, especialmente na oração eucarística, e quanto à distribuição da sagrada comunhão”³⁹⁷. Esses aspectos, se não forem cuidadosamente planejados e conduzidos, podem gerar dispersão e prejudicar a plena vivência dos mistérios celebrados. Assim, o Papa reforça a necessidade de uma preparação diligente e de uma condução litúrgica

³⁹⁶ BENTO XVI, *Sacramentum caritatis*, 60.

³⁹⁷ BENTO XVI, *Sacramentum caritatis*, 61.

atenta para que essas celebrações sejam verdadeiramente ocasiões de comunhão e aprofundamento espiritual para todos os participantes.

Para enfrentar os desafios das grandes celebrações litúrgicas, Bento XVI propõe medidas práticas que garantam uma experiência autêntica de fé e comunhão. Entre elas, ele destaca a importância da utilização de instrumentos adequados de coordenação e da organização criteriosa dos espaços de culto, de modo a favorecer a participação ativa e consciente de todos os presentes³⁹⁸. Desse modo, o Papa sublinha que, mesmo na grandiosidade dessas celebrações, é essencial manter o foco na centralidade do mistério eucarístico, evitando dispersões que possam comprometer a vivência plena do mistério de Cristo. Assim, a liturgia, ainda que em grandes dimensões, deve ser conduzida de forma a promover a edificação da comunhão eclesial, refletindo a unidade e a harmonia do Corpo de Cristo.

Por fim, Bento XVI também enfatiza o caráter excepcional dessas grandes celebrações, recomendando que sejam reservadas para situações extraordinárias, evitando que se tornem um modelo habitual. Nesse sentido, o Papa aponta que a frequência excessiva de celebrações em larga escala pode diluir o sentido de proximidade e de comunhão entre os fiéis. Ora, quando bem organizadas e realizadas com cuidado, essas celebrações podem, de fato, fortalecer a fé e a unidade do povo de Deus, mas não devem substituir a riqueza das celebrações litúrgicas cotidianas, marcadas pela simplicidade e pelo vínculo mais próximo com a comunidade local.

4.3.11. A língua latina

Na exortação *Sacramentum Caritatis*, o Papa Bento XVI enfatiza o valor do uso do latim nas grandes celebrações litúrgicas, contextualizando-o como um instrumento de unidade e comunhão entre os fiéis de diversas culturas e tradições. Em um mundo cada vez mais globalizado, as celebrações litúrgicas que reúnem pessoas de diferentes nações, especialmente em eventos de grande magnitude, tornam-se momentos privilegiados para expressar a universalidade da Igreja. Nessas ocasiões, o latim, como língua litúrgica comum, desempenharia um papel importante ao permitir que todos os participantes se unam em torno do mistério de Cristo, superando as barreiras linguísticas e culturais.

³⁹⁸ BENTO XVI, *Sacramentum caritatis*, 61.

Em conformidade com as orientações do Concílio Vaticano II, que já recomendava o uso do latim na liturgia, como disposto na *Sacrosanctum Concilium*³⁹⁹, o Sínodo dos Bispos reafirma a relevância dessa prática, especialmente nas celebrações internacionais. A proposta é clara: “excetuando as leituras, a homilia e a oração dos fiéis, é bom que tais celebrações sejam em língua latina; sejam igualmente recitadas as orações mais conhecidas da tradição da Igreja e, eventualmente, entoadas algumas partes em canto gregoriano”⁴⁰⁰. Nessa perspectiva, o latim, como língua litúrgica comum, permite que todos os participantes se unam em torno do mistério de Cristo, superando barreiras linguísticas e culturais.

Bento XVI destaca a necessidade de uma formação litúrgica sólida como elemento essencial para preservar e vivenciar autenticamente a riqueza da tradição litúrgica da Igreja. O Pontífice enfatiza que, desde o período do seminário, os futuros sacerdotes devem ser adequadamente preparados para compreender e celebrar a Santa Missa em latim, familiarizando-se com os textos tradicionais e com o canto gregoriano⁴⁰¹. Além disso, o Papa encoraja a introdução dos fiéis a essa dimensão universal da liturgia, incentivando-os a aprender orações comuns em latim e a participar do canto gregoriano, de modo a enriquecer sua participação no culto litúrgico.

Portanto, com essas orientações, Bento XVI reafirma sua visão de uma liturgia que harmoniza o respeito à tradição com a sensibilidade às exigências do mundo contemporâneo. Ao destacar o valor do latim e do canto gregoriano, o Papa os apresenta como instrumentos vivos para expressar a universalidade, a beleza e a unidade da Igreja, especialmente em grandes celebrações. Nesse sentido, ele promove uma renovação litúrgica que não rompe com o passado, mas o integra de maneira fecunda à modernidade, oferecendo aos fiéis uma experiência de fé profundamente enraizada na tradição e, ao mesmo tempo, aberta à dimensão universal do culto cristão.

³⁹⁹ Conserve-se o latim nos ritos latinos, salvo exceção de direito. SC 36. As línguas vernáculas podem ser usadas nas missas celebradas com o povo, especialmente nas leituras e na oração comum. Também nas partes que dizem respeito ao povo, de acordo com as circunstâncias locais, conforme o artigo 36 desta constituição. Não abandone, porém, completamente a recitação ou o canto em latim, das partes do ordinário da missa que competem aos fiéis. SC 54.

⁴⁰⁰ BENTO XVI, *Sacramentum caritatis*, 62.

⁴⁰¹ BENTO XVI, *Sacramentum caritatis*, 62.

4.3.12. Celebrações eucarísticas em pequenos grupos

Bento XVI, ao tratar das celebrações litúrgicas em pequenos grupos, reconhece seu valor formativo e pastoral, especialmente por favorecer uma participação mais consciente e frutuosa dos fiéis. No entanto, ele ressalta que essas iniciativas “devem harmonizar com o conjunto da proposta pastoral da diocese; com efeito, tais experiências perderiam o seu caráter pedagógico, se fossem vistas em antagonismo ou paralelo com a vida da Igreja particular”⁴⁰². Assim, embora destaque a riqueza pedagógica dessas celebrações, que podem fortalecer a unidade e a comunhão na vivência comunitária, o Papa alerta para o risco de tais práticas se isolarem da vida da Igreja particular. Nesse caso, poderiam gerar divisões e fragmentações que comprometeriam a verdadeira essência da comunhão cristã, que deve sempre estar enraizada na unidade do Corpo de Cristo.

Isto posto, o papa Bento XVI reforça que as celebrações em pequenos grupos precisam ser cuidadosamente organizadas, de modo a contribuir para a comunhão eclesial e evitar qualquer tipo de divisão. Desse modo, argumenta o Pontífice que “os pequenos grupos devem servir para unificar a comunidade, e não para dividir (...) devem favorecer a participação frutuosa da assembleia inteira e preservar, na medida do possível, a unidade da vida litúrgica de cada uma das famílias”⁴⁰³. Assim, o Papa sublinha que essas iniciativas, quando alinhadas aos critérios estabelecidos pela Igreja, não apenas enriquecem a vida espiritual dos fiéis, mas também fortalecem a unidade do Corpo de Cristo, refletindo a essência da liturgia como expressão viva da comunhão eclesial.

4.3.13 A catequese mistagógica

A reflexão de Bento XVI sobre a participação interior na liturgia e a necessidade de uma catequese mistagógica expressa sua preocupação com a autenticidade e profundidade da vivência litúrgica no contexto eclesial contemporâneo. O Pontífice enfatiza que a celebração eucarística, para ser verdadeiramente frutuosa, exige uma resposta pessoal e consciente ao mistério

⁴⁰² BENTO XVI, *Sacramentum caritatis*, 63.

⁴⁰³ BENTO XVI, *Sacramentum caritatis*, 63.

celebrado, o que implica a oferta da própria vida em união com o sacrifício de Cristo. Nesse sentido, o Papa reforça que a participação na liturgia não pode ser reduzida a uma mera formalidade ou a um ritualismo vazio, mas deve ser marcada pela harmonia entre as disposições interiores e os gestos e palavras rituais. Sobre esse aspecto escreve o Papa:

A grande tradição litúrgica da Igreja ensina-nos que é necessário, para uma frutuosa participação, esforçar-se por corresponder pessoalmente ao mistério que é celebrado, através do oferecimento a Deus da própria vida em união com o sacrifício de Cristo pela salvação do mundo inteiro. Por este motivo, o Sínodo dos Bispos recomendou que se fomentasse, nos fiéis, profunda concordância das disposições interiores com os gestos e palavras; se ela faltasse, as nossas celebrações, por muito animadas que fossem, arriscar-se-iam a cair no ritualismo⁴⁰⁴.

Ora, a chave para essa vivência litúrgica, conforme Bento XVI, encontra-se em uma educação da fé que predisponha os fiéis a se envolverem plenamente naquilo que se celebra. Desse modo, o papa propõe, como caminho privilegiado para isso, uma catequese de caráter mistagógico, que introduza progressivamente os fiéis no mistério eucarístico. Tal catequese não se limita à transmissão de informações doutrinárias, mas busca introduzir os fiéis na experiência viva do mistério, através de um encontro transformador com Cristo, mediado por testemunhas autênticas e aprofundado na celebração litúrgica. Essa perspectiva apoia-se na afirmação de que “a melhor catequese sobre a Eucaristia é a própria Eucaristia bem celebrada”⁴⁰⁵, uma vez que a liturgia, em sua essência, possui uma eficácia pedagógica própria, capaz de conduzir os fiéis ao entendimento profundo do mistério celebrado.

Isto posto, a catequese mistagógica proposta por Bento XVI repousa sobre três pilares fundamentais. Em primeiro lugar, destaca-se a “interpretação dos ritos à luz dos acontecimentos salvíficos, em conformidade com a tradição viva da Igreja”⁴⁰⁶. Desse modo, o papa Bento XVI destaca que a celebração eucarística é inseparável dos eventos salvíficos, estando profundamente vinculada à história da salvação. Em Cristo crucificado e ressuscitado, a liturgia encontra seu centro unificador, que recapitula toda a realidade, como ensinado pela tradição viva da Igreja. Essa mesma tradição, desde os primórdios, leu o mistério pascal à luz das

⁴⁰⁴ BENTO XVI, *Sacramentum caritatis*, 64.

⁴⁰⁵ BENTO XVI, *Sacramentum caritatis*, 64.

⁴⁰⁶ BENTO XVI, *Sacramentum caritatis*, 64.

promessas do Antigo Testamento, reconhecendo em Cristo o cumprimento pleno do plano salvífico de Deus.

Em segundo lugar, o Papa sublinha a importância de educar os fiéis para compreenderem e valorizarem os sinais e gestos presentes na liturgia. Em uma sociedade cada vez mais influenciada pela tecnologia e pela racionalidade instrumental, existe o risco de perder a sensibilidade para a linguagem simbólica, que é essencial na vivência litúrgica. Nesse cenário, a catequese mistagógica desempenha um papel crucial, pois não se limita a transmitir informações, mas busca educar os fiéis a perceberem o significado profundo dos sinais e gestos. Essa formação deve ajudar os fiéis a integrar plenamente a linguagem simbólica ao contexto do rito, permitindo-lhes participar da liturgia de forma mais rica e consciente, abrindo-se ao mistério celebrado.

Por fim, Bento XVI enfatiza que a liturgia deve estar intimamente conectada à vida cotidiana dos fiéis, inspirando uma transformação integral que abrange todas as dimensões da existência cristã, como o trabalho, as relações interpessoais, os pensamentos e as ações. Ele sublinha que “faz parte do itinerário mistagógico pôr em evidência a ligação dos mistérios celebrados com a responsabilidade missionária dos fiéis”⁴⁰⁷, apontando que a liturgia não se limita ao espaço celebrativo, mas deve influenciar diretamente o compromisso cristão no mundo. Nesse contexto, o itinerário mistagógico visa formar um “homem novo”, cuja vida é continuamente moldada pelos mistérios celebrados, levando a uma fé madura e coerente. Essa maturidade se expressa no testemunho concreto dos fiéis, que vivem sua esperança cristã de maneira autêntica e transformadora em seus ambientes cotidianos, irradiando a luz do Evangelho em todas as esferas da sociedade.

Para que essa tarefa educativa seja realizada de forma eficaz, Bento XVI destaca a necessidade formadores bem preparados, capazes de guiar os fiéis em sua jornada espiritual e litúrgica. Contudo, ele ressalta que essa responsabilidade não recai apenas sobre indivíduos específicos, mas sobre toda a comunidade eclesial, que deve se sentir chamada a colaborar nesse processo formativo⁴⁰⁸. Nesse contexto, o Papa reconhece o papel especial das comunidades de vida consagrada, movimentos e outras agregações eclesiais. Esses grupos, com seus carismas únicos e vivências específicas, são instrumentos valiosos para enriquecer e dinamizar a

⁴⁰⁷ BENTO XVI, *Sacramentum caritatis*, 64.

⁴⁰⁸ BENTO XVI, *Sacramentum caritatis*, 64.

formação cristã. Suas contribuições podem oferecer novas perspectivas, fomentar um maior engajamento dos fiéis e intensificar a vivência comunitária, criando espaços pedagógicos que conduzam os cristãos a uma compreensão mais profunda dos mistérios celebrados na liturgia.

O Papa conclui reafirmando sua confiança na ação do Espírito Santo, que continua a derramar seus dons para sustentar a missão da Igreja, educando a fé dos fiéis até sua maturidade. Assim, Bento XVI apresenta a catequese mistagógica não apenas como uma ferramenta educativa, mas como um caminho para transformar vidas, conduzindo os cristãos a uma participação litúrgica que os une profundamente ao mistério de Cristo e os fortalece para sua missão no mundo.

4.3.14 A reverência à Eucaristia

No último ponto acerca da participação ativa na *Sacramentum Caritatis*, Bento XVI destaca a reverência à Eucaristia como uma expressão central da fé cristã, refletindo a presença real do mistério de Deus entre nós. Segundo o Papa essa reverência é um fruto direto de uma catequese eucarística eficaz, que desperta nos fiéis a consciência do encontro com a majestade divina por meio dos sinais sacramentais.

Ora, sendo a fé cristã fundamentada no mistério do Verbo Encarnado, essa atitude de veneração deve se manifestar em gestos concretos e posições corporais que expressem a adoração e a interioridade do coração. Para Bento XVI, essas expressões externas de respeito e devoção, “como, por exemplo, o ajoelhar-se durante os momentos salientes da Oração Eucarística”⁴⁰⁹, não são meramente rituais formais previstos pelas normas litúrgicas, mas ajudam a formar e fortalecer a interioridade espiritual dos fiéis, orientando-os a um relacionamento mais profundo com o mistério celebrado.

Dessa forma, Bento XVI ressalta que os atos de reverência na liturgia são manifestações profundas de uma fé viva, capazes de educar e orientar os fiéis para uma sintonia plena com o mistério celebrado. A liturgia é uma experiência integral, que envolve toda a pessoa — coração, mente e corpo —, permitindo que cada gesto,

⁴⁰⁹ BENTO XVI, *Sacramentum caritatis*, 65.

palavra e atitude conduzam os participantes a uma verdadeira comunhão com Cristo presente na Eucaristia.

Conclusão

A grande reforma da liturgia cristã, iniciada com os ideais do Movimento Litúrgico no alvorecer do século XX, e concretizada pelo concílio Vaticano II, através da constituição sobre a sagrada liturgia *Sacrosanctum Concilium* em 4 de dezembro de 1963, pode, sem dúvida, ser considerada um marco fundamental no processo do desenvolvimento da teologia litúrgica católica. De fato, desde o ocorrido, é possível perceber não somente um crescente interesse pela questão litúrgica, mas também uma mudança drástica na forma como o tema vem sendo abordado por teólogos, liturgistas e pastoralistas ao longo dos últimos tempos. Ora, a renovação litúrgica promovida pelo Concílio Vaticano II não apenas transformou a forma ritual da celebração litúrgica, fundamentando-se nas fontes da tradição cristã e atendendo às demandas do mundo contemporâneo, mas também reafirmou o *status* da liturgia como cume e fonte da vida cristã⁴¹⁰.

Dentro desse contexto, a *actuosa participatio*, ou participação ativa, destacou-se como um dos princípios centrais da reforma. Mais do que uma simples adaptação externa dos ritos, trata-se de uma mudança de perspectiva que busca uma vivência mais profunda, promovendo uma compreensão renovada e integral da verdade da Eucaristia, equilibrando sensibilidade e intelecto. É a *rituum forma*, ou forma ritual, que assegura a plena eficácia pastoral da celebração litúrgica⁴¹¹.

Ora, como foi possível evidenciar na parte inicial deste trabalho, a categoria *actuosa participatio* possui uma trajetória histórica rica e complexa, marcada por tensões, evoluções e involuções que refletem as transformações teológicas, culturais e pastorais da Igreja ao longo dos séculos. No entanto, mesmo tendo sido obscurecida em determinados períodos, a *actuosa participatio* permanece como um elemento essencial para a correta compreensão e vivência da liturgia cristã, conforme testemunha P. Jounel: “A própria natureza da liturgia pede uma ‘participação plena, consciente e ativa’ de todos os fiéis nas celebrações. Cada fiel,

⁴¹⁰ SC 10

⁴¹¹ GRILLO, A., *Actuosa participatio*, p. 452.

membro do povo sacerdotal e real, pela força do Batismo, tem o ‘direito e o dever’ de participar dessa ação que é sua”⁴¹².

De fato, essa característica inerente à natureza da liturgia é claramente evidenciada nos escritos neotestamentários, que testemunham a centralidade da *actuosa participatio* na vida das primeiras comunidades cristãs. Descritas nos Atos dos Apóstolos e nas cartas paulinas, as comunidades cristãs primitivas viviam a celebração da liturgia como o núcleo de sua fé, marcada pela comunhão plena e pelo engajamento consciente de todos os fiéis. Assim, as assembleias litúrgicas eram espaços de profunda integração entre fé e vida, onde a participação ativa se manifestava na partilha dos bens, no louvor a Deus e na transformação interior dos participantes. Essa prática encontra suas raízes no ensinamento de Jesus, que, ao propor um culto “em espírito e verdade” (Jo 4,23-24), transcendeu o formalismo ritualístico, colocando a autenticidade e a comunhão como fundamentos indispensáveis da verdadeira adoração. Essa vivência não apenas consolidou a liturgia como o centro da vida cristã, mas também ofereceu um modelo de participação plena que atravessou os primeiros séculos, permanecendo essencial para a compreensão e vivência da liturgia.

Dada a importância central da liturgia na fé cristã, o período patrístico representou um momento crucial para o aprofundamento teológico da compreensão da liturgia. Os escritos desse período, como a *Didaqué*, as cartas de Santo Inácio de Antioquia, a Apologia de São Justino e a Tradição Apostólica de Hipólito de Roma, destacam a centralidade da assembleia litúrgica e enfatizam a importância da participação consciente e ativa dos fiéis. Assim a era dos Padres foi um período marcado por uma vivência litúrgica vibrante e profundamente comunitária, na qual a *actuosa participatio* era entendida como expressão fundamental da identidade cristã, reforçando a liturgia como o coração da vida eclesial, tal como testemunha Gustavo Correa Cola:

Não será demais insistir que fora do grande universo litúrgico não há cristianismo no primeiro milênio. (...) Toda a sua vida deve transformar-se, creem os Padres, de tal maneira que é na participação da assembleia litúrgica que eles medirão o êxito de sua interlocução teológica⁴¹³.

⁴¹² JOUNEL, P., Do Concílio de Trento ao Vaticano II, p. 86.

⁴¹³ COLA, G. C., O sacramento-assembleia, p. 55-56.

Com a institucionalização da Igreja durante a era constantiniana, no século IV, o caráter comunitário da liturgia começou a se transformar significativamente. A construção das imponentes basílicas e a introdução de elementos cerimoniais mais grandiosos resultaram em uma maior hierarquização das celebrações, o que reduziu progressivamente a participação ativa dos fiéis. Embora a vivência litúrgica das comunidades antigas ainda fosse marcada por uma intensidade espiritual capaz de preservar, por alguns séculos, um culto verdadeiramente comunitário e eclesial, a dinâmica participativa começou a enfraquecer gradualmente. Esse enfraquecimento estabeleceu as bases para a crescente clericalização da liturgia, que se intensificaria nos séculos subsequentes, deslocando o protagonismo da assembleia para o clero e distanciando os fiéis do centro da celebração.

Na Idade Média, esse distanciamento se aprofundou. A missa tornou-se uma prática predominantemente clerical, celebrada em latim, com pouca ou nenhuma interação direta dos fiéis, que passaram a desempenhar o papel de meros espectadores. O fortalecimento da *schola cantorum*, a ênfase em devoções individuais e a centralidade atribuída à adoração da hóstia consagrada transformaram a liturgia em um espetáculo distante. Nesse contexto, a participação ativa dos leigos foi amplamente enfraquecida, o sentido comunitário e celebrativo da liturgia foi obscurecido, comprometendo sua capacidade de integrar os fiéis na vivência plena dos mistérios da fé.

Diante da crise em que a liturgia se encontrava no final da Idade Média, o Concílio de Trento, realizado no século XVI, buscou responder às questões litúrgicas e pastorais de sua época, reafirmando a centralidade da Eucaristia e combatendo os abusos que haviam proliferado. Contudo, embora tenha promovido importantes reformas, a liturgia tridentina, com sua ênfase na uniformidade, solenidade e reverência, preservou a ideia de uma liturgia clericalizada.

Assim sendo, durante um longo período na história do cristianismo, a ação litúrgica foi compreendida fundamentalmente como um conjunto de ações rituais cuja preocupação orbitava em torno da validade e liceidade do rito celebrado. Segundo atesta Bernadino Costa em seu escrito *O Movimento litúrgico e a redescoberta da qualidade teológica da liturgia*, após a era dos santos padres, a liturgia foi despojada do conceito de *theologia prima*, perdendo assim “grande parte da sua transparência e, impondo-se mais pela grande intensidade cerimonial que havia assumido, passou a apresentar-se como algo que continha a graça, que se

achava simplesmente à espera de ser administrada, distribuída e aplicada”⁴¹⁴. Deste modo, entra-se “no período das rubricas e do legalismo litúrgico. Estudar liturgia significava então assimilar as leis que regiam o culto”⁴¹⁵.

Como fruto dessa mentalidade reducionista averiguou-se, no âmbito da celebração litúrgica, uma forte separação entre aqueles que executavam as rubricas contidas nos livros litúrgicos (o clero) e aqueles que se tornavam meros espectadores de um ritual espetacular, pomposo e estranho (o povo). Consequentemente, a participação ativa, consciente e atuante dos fiéis no culto cristão, atestada tanto pela tradição do Novo Testamento, quanto pelos testemunhos dos Santos Padres, foi se diluindo em prol de uma extrema “clericalização” da liturgia.

Ora, embora se verifique ao longo da história da liturgia cristã uma série de tentativas que buscavam manter vivo o sentido religioso-cultural cristão⁴¹⁶, é fato que por um extenso período “o povo exercia o simples e único papel de assistente passivo, ‘só a espera de que o sacerdote terminasse, num altar distante, numa língua desconhecida e com gestos incompreensíveis, a sua missa’”⁴¹⁷.

Todavia, o profundo descontentamento gerado pela compreensão rubricista e excludente que a celebração litúrgica tinha adquirido no decorrer dos tempos, fez com que, entre meados do século XIX e o início do século XX, a questão litúrgica se tornasse objeto de especial atenção

Postas as condições necessárias para o desenvolvimento de ulteriores discussões teológicas acerca do lugar da liturgia na vida e na missão da Igreja, surgiram uma série de eventos – dentre os quais destaca-se o Movimento Litúrgico que culminaria no concílio Vaticano II com a publicação da *Sacrosanctum Concilium* – que superando a mentalidade tipicamente legalista na compreensão da liturgia cristã, passou concebê-la como “o cume para o qual tende toda a ação da Igreja e, ao mesmo tempo, a fonte de que promana sua força”⁴¹⁸. Desse modo, a

⁴¹⁴ COSTA, B., O Movimento litúrgico e a redescoberta da qualidade teológica da liturgia, p. 136.

⁴¹⁵ SILVA, J.A., A celebração do mistério de Cristo ao longo da história, p. 488.

⁴¹⁶ Apesar de se constatar uma decadência no nível de participação da assembleia na celebração do culto cristão, não se pode negar que na consciência dos fiéis a celebração da Missa sempre foi vista como um dos pontos centrais e essenciais da vida cristã. Assim sendo, verifica-se que houveram, ao longo dos séculos, inúmeras tentativas – embora fracassadas – de levar a liturgia aos fiéis e os fiéis a liturgia. Como exemplo desses empreendimentos podem ser citados a explicação alegórica da liturgia na Idade Média ou a *devotio Moderna* típica da época Moderna.

⁴¹⁷ MELO, J., A participação da assembleia dos fiéis na celebração eucarística ao longo da história, p. 212.

⁴¹⁸ SC 10.

liturgia, que no passado fora compreendida somente como “um conjunto de cerimônias belas, interessantes, interpretadas ou não em um sentido alegórico”⁴¹⁹, retomou seu caráter comunitário no qual os fiéis estão presentes não apenas como estranhos ou mero expectadores, mas como participantes conscientes, piedosos e ativos⁴²⁰.

O que se evidenciou com essa abordagem é que a categoria *actuosa participatio* percorreu um longo e significativo caminho histórico, desde as assembleias vibrantes e comunitárias descritas no Novo Testamento até sua plena renovação no Concílio Vaticano II. Essa trajetória reflete não apenas os desafios enfrentados pela Igreja em contextos culturais, teológicos e pastorais diversos, mas também a busca incessante por uma liturgia que seja, ao mesmo tempo, expressão autêntica da fé comunitária e espaço privilegiado de comunhão e transformação espiritual.

Na fileira dos grandes personagens que se dedicaram a elucidar a categoria *actuosa participatio*, encontra-se certamente o teólogo alemão e papa Joseph Ratzinger/Bento XVI. De fato, esse conceito é tão significativo em sua trajetória pessoal, intelectual e pastoral que aparece frequentemente, seja em sua produção teológica, seja em seus textos e discursos magisteriais. Por conseguinte, em virtude desse fato, a pesquisa prosseguiu com a abordagem do pensamento de Joseph Ratzinger acerca da categoria *actuosa participatio*. Com efeito, o que se verificou é que, através de reflexões profundas e contribuições originais, o autor contribuiu com a pesquisa teológica, oferecendo bases sólidas dentro da reflexão litúrgica para ulteriores desenvolvimentos.

Influenciado pelos ideais do Movimento Litúrgico e inspirado pela promulgação da Constituição *Sacrosanctum Concilium*, Joseph Ratzinger inicialmente se posicionou como um entusiasta da renovação litúrgica promovida pelo Concílio Vaticano II⁴²¹. No entanto, as práticas e interpretações litúrgicas que emergiram no período pós-conciliar levaram Ratzinger a adotar uma postura crítica e reflexiva. Sua teologia passou a engajar-se em um diálogo profundo e cuidadoso sobre os desdobramentos da reforma litúrgica, avaliando tanto seus frutos positivos

⁴¹⁹ RATZINGER, J., Balanço e perspectivas, p. 654.

⁴²⁰ SC 48.

⁴²¹ SARTO, P.B., La teologia de Joseph Ratzinger, p. 61.

quanto os desvios que, em sua visão, comprometeram a essência da liturgia como celebração comunitária e expressão do mistério cristão.

Isto posto, a pesquisa direcionou-se para o estudo da categoria *actuosa participatio* à luz dos textos litúrgicos de Joseph Ratzinger. Por meio de uma análise cronológica dos escritos em que o tema emerge, buscou-se compreender como o teólogo alemão interpretou e desenvolveu esse conceito. O estudo revelou que Ratzinger nunca alterou sua visão acerca da compreensão da *actuosa participatio*. Desde o início, manteve a convicção de que a participação defendida pelos padres conciliares não se restringia a ações exteriores ou a um mero ativismo litúrgico. Pelo contrário, sublinhou que a verdadeira participação ativa exige uma dimensão interior essencial, na qual o fiel é chamado a abrir-se ao mistério divino, permitindo que a ação litúrgica promova uma transformação interior profunda.

Além disso, a partir do minucioso exame de sua obra, foram identificados elementos fundamentais para a vivência de uma autêntica *actuosa participatio*. Entre esses elementos, pode-se citar, a escuta, a contemplação e o silêncio, que Ratzinger considera tão essenciais quanto a palavra e a ação visível. Esses aspectos, segundo o teólogo bávaro, criam o ambiente indispensável para um verdadeiro encontro com Deus, tanto no âmbito pessoal quanto no comunitário, permitindo que a liturgia se torne um espaço de transformação interior e comunhão espiritual.

A fim de que exista comunhão é necessária a *expressão* comunitária; mas, a fim de que a expressão não permaneça na exterioridade, é necessária uma *interiorização* comunitária, uma via para dentro (e para o alto). Onde o homem entra em jogo *somente* na dimensão da expressão, apenas como “função” e em funções para recitar, cria-se uma comunidade somente recitadora, que depois se dissolve juntamente com o jogo e com sua função⁴²².

Sua abordagem à *actuosa participatio* também incluía uma crítica ao funcionalismo litúrgico, que reduzia a liturgia a um mero instrumento de inclusão social ou entretenimento. Para Ratzinger, a liturgia é, antes de tudo, um dom, uma realidade que antecede e transcende a comunidade. Assim o teólogo alemão, enfatizava que a liturgia não pode ser moldada apenas por critérios humanos, mas deve ser compreendida como a herança viva de séculos de fé. Nesse sentido, Ratzinger defendia o respeito à tradição litúrgica, não como uma expressão de

⁴²² RATZINGER, J., A questão acerca da estrutura da celebração eucarística, p. 368-369.

rigidez estéril, mas como um reconhecimento de um desenvolvimento orgânico, capaz de integrar a riqueza do passado com os desafios dos tempos atuais.

Dada a percepção da teologia de Joseph Ratzinger acerca da categoria *actuosa participatio*, a terceira parte da pesquisa dedicou-se à compreensão do tema à luz do magistério de Bento XVI. A transição de Ratzinger para Bento XVI foi marcada pela reafirmação do papel central da *actuosa participatio* no contexto da reforma litúrgica promovida pelo Concílio Vaticano II. Já como teólogo, Ratzinger havia defendido que a verdadeira participação ativa na liturgia vai além de ações exteriores, envolvendo uma profunda transformação interior que une o fiel ao mistério pascal de Cristo. Como Papa, ele aprofundou essa visão, integrando-a em seu magistério. Sobre esse aspecto, escreve o papa Bento XVI:

O concílio Vaticano II colocara, justamente uma ênfase particular sobre a participação ativa, plena e frutuosa de todos o povo de Deus na celebração eucarística. A renovação operada nestes anos proporcionou, sem dúvida, notáveis progressos na direção desejada pelos padres conciliares; mas não podemos ignorar que houve, às vezes, qualquer incompreensão precisamente acerca do sentido dessa participação. Convém deixar claro que não se pretende, com tal palavra, aludir a mera atividade exterior durante a celebração; na realidade, a participação ativa desejada pelo Concílio deve ser entendida, em termos mais substanciais, a partir de uma maior consciência do mistério que é celebrado e da sua relação com a vida cotidiana⁴²³.

O escopo desse trabalho atentou para o fato de que a compreensão teológica de Joseph Ratzinger/Bento XVI sobre a *actuosa participatio* encontra-se em plena consonância com a visão desenvolvida no âmbito da teologia do Concílio Vaticano II. Essa convergência constitui um elemento essencial para a adequada leitura e interpretação de seus escritos, permitindo situar sua contribuição teológica no contexto de uma renovação litúrgica autêntica e fiel ao espírito conciliar. E isso possibilita a correta maneira de entender os escritos do teólogo alemão. É triste, sem mencionar o quanto é prejudicial para a divulgação do pensamento ratzingeriano, a constatação de que, nos tempos atuais, inúmeras pessoas utilizam de forma tendenciosa a figura e/ou o pensamento de Joseph Ratzinger para se posicionarem contra a renovação litúrgica promovida pelo concílio Vaticano II. Todavia, contrariando essas interpretações distorcidas, Ratzinger emerge como um defensor da reforma conciliar, dedicando seus escritos à promoção de uma vivência

⁴²³ BENTO XVI, *Sacramentum Caritatis*, n. 52.

genuína da renovação litúrgica, longe de retrocessos históricos ou teológicos, e profundamente ancorada no dinamismo do Vaticano II.

Considerando os resultados obtidos com o desfecho desta tese, é possível apontar algumas consequências que tornam essa pesquisa valiosa não apenas para o desenvolvimento da pesquisa teológica, mas também para a prática pastoral da Igreja nos tempos atuais. Primeiramente, o resgate da personalidade e do pensamento de Joseph Ratzinger oferece um exemplo paradigmático de alguém que soube conciliar, de maneira exemplar, o rigor teológico, o amor pela liturgia e a sensibilidade pastoral. Nesse contexto, sua vida e seus escritos emergem como fontes inspiradoras que podem iluminar as práticas pastorais desenvolvidas nas comunidades cristãs, promovendo um equilíbrio fecundo entre tradição e renovação, reflexão teológica e ação pastoral.

Em segundo lugar, verifica-se uma enorme fecundidade pastoral na forma como o teólogo alemão compreende a categoria *actuosa participatio*. Em um mundo frequentemente marcado pela superficialidade e pelo ativismo, onde a ação exterior é muitas vezes privilegiada, sua ênfase na interioridade como o núcleo da participação litúrgica convida os cristãos a redescobrirem o valor contemplativo e transformador da liturgia. Essa abordagem não apenas reforça a centralidade do mistério de Cristo na vida eclesial, mas também promove uma vivência litúrgica que integra autenticidade espiritual e comunhão comunitária de maneira profunda e coerente.

A pesquisa também ressoa em elementos e aspectos que se relacionam com a teologia espiritual. A percepção que emerge da reflexão litúrgica, entendida não apenas a partir de sua estrutura normativa, mas, sobretudo, de seu núcleo vital, permite compreender a liturgia como um locus privilegiado da experiência do *mysterion* do Deus uno e trino. Nesse sentido, a liturgia, que outrora era frequentemente considerada apenas como “uma fonte esquecida e até substituída por outros métodos espirituais”⁴²⁴, recupera seu status como fonte primária da espiritualidade cristã. Esse resgate contribui para a valorização da liturgia não apenas como celebração, mas como o coração pulsante da vida espiritual e eclesial.

Postas as considerações precedentes esse trabalho chega ao fim. É sabido que tema investigado não se finda apenas na abordagem feitas ao longo desse trabalho.

⁴²⁴ CARDITA, A., O coração do Movimento Litúrgico, p. 249.

Outros caminhos existem. Desse modo, entende-se que os resultados obtidos com esta investigação acadêmica não tem pretensão dogmática a ponto de fechar o tema para ulteriores discursões e/ou amadurecimentos. Contudo, em linhas gerais, considera-se que o objetivo a que a pesquisa se propôs foi alcançado. Sem dúvidas, entre outros aspectos, essa pesquisa proporcionou ao autor não apenas um conhecimento mais profundo acerca de pensamento litúrgico ratzingeriano, mas principalmente um intenso desejo de prosseguir com o estudo da teologia litúrgica de Joseph Ratzinger, visando contribuir com a continua renovação do pensamento teológico.

ALDAZÁBAL, J. **A eucaristia**. Petrópolis: Vozes, 2002.

ASSUNÇÃO, R.; SANTOS, M. L. F. A actuosa participatio na liturgia de acordo com Joseph Ratzinger-Bento XVI. **Coletânea**, v.16, n.32, Jul./Dez, p.355-371, 2017.

AUGÉ, M. **Liturgia**; história, celebração, teologia e espiritualidade. São Paulo: Editora Ave Maria, 2007.

BARAUNA, G. A participação ativa, princípio inspirador e diretivo da constituição litúrgica. In: BARAÚNA, G. (Org.). **A Sagrada Liturgia renovada pelo Concílio**: Estudos e comentários em torno da Constituição Litúrgica do Concílio Vaticano II. Petrópolis: Vozes, 1964.

BASURKO, X. A vida litúrgico-sacramental da Igreja em sua evolução histórica. In: BOROBIO, D. (Org). **A celebração na Igreja I**: liturgia e sacramentologia fundamental. São Paulo: Edições Loyola, 1990.

BENTO XVI. Ad Episcopos Catholicae Ecclesiae Ritus Romani. In: BENTO XVI. **Acta Apostolicae Sedis**, v. 99, p. 795-799, 2007.

BENTO XVI. Ad Institutum Poenale pro Minoribus in Casal del Marmo. In: BENTO XVI. **Acta Apostolicae Sedis**, v. 99, p. 213-217, 2007.

BENTO XVI. Ad Plenariam Sessionem Pontificii Consilii pro Pastoralis Valetudinis cura, p. 291. In: BENTO XVI. **Acta Apostolicae Sedis**, v. 99, p. 289-291, 2007.

BENTO XVI. Anglicanorum coetibus. In: BENTO XVI. **Acta Apostolicae Sedis**, v. 101, p. 985-990, 2009.

BENTO XVI. **Audiência geral**: Dionísio Aeropagita. Vaticano, 14 de mai. 2008. Disponível em: https://www.vatican.va/content/benedictxvi/pt/audiences/2008/documents/hf_ben-xvi_aud_20080514.html. Acesso em 5 jul. 2024.

BENTO XVI. **Audiência geral**: As razões do nome Bento XVI. Vaticano, 27 abr. 2005. Disponível em: https://www.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/audiences/2005/documents/hf_ben-xvi_aud_20050427.html>. Acesso em: 5 jul. 2024.

BENTO XVI. De usu extraordinario antiquae formae Ritus Romani. In: BENTO XVI. **Acta Apostolicae Sedis**, v. 99, p. 777-781, 2007.

BENTO XVI. **Discurso às delegações e peregrinos de língua alemã que vieram a Roma por ocasião da eleição**. Vaticano, 25 abr. 2005. Disponível em:

<https://www.vatican.va/content/benedictxvi/pt/speeches/2005/april/documents/hf_ben-xvi_spe_20050425_german-pilgrims.html>. Acesso em 5 jul. 2024.

BENTO XVI. Ecclesia in Medio Oriente. In: BENTO XVI. **Acta Apostolicae Sedis**, v. 104, p. 751-796, 2012.

BENTO XVI. **Luz do Mundo**: o papa, a Igreja e os sinais dos tempos: uma conversa com Peter Seewald / Bento XVI. São Paulo: Paulinas, 2011.

BENTO XVI. Mensagem para o XX dia mundial do doente. Vaticano, 20 nov. 2011. Disponível em: <https://www.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/messages/sick/documents/hf_ben-xvi_mes_20111120_world-day-of-the-sick-2012.html> Acesso em: 5 jul. 2024.

BENTO XVI. **O último testamento**: uma conversa com Peter Seewald. São Paulo: Planeta, 2017.

BENTO XVI. **Os padres da Igreja**: de Clemente de Roma a santo Agostinho. São Paulo: Pensamento, 2010.

BENTO XVI. **Palavras do papa Bento XVI no Brasil**. São Paulo: Paulinas, 2007.

BENTO XVI. Pontificatus exordia. In: BENTO XVI. **Acta Apostolicae Sedis**, v. 97, p. 694-699, 2005.

BENTO XVI. Promulgatio. In: BENTO XVI. **Acta Apostolicae Sedis**, v. 97, p. 693, 2005.

BENTO XVI. Quinquagesima recurrente anniversaria memoria a condito Pontificio Instituto Liturgico “Sancti Anselmi”. In: BENTO XVI. **Acta Apostolicae Sedis**, v. 103, p. 340-343, 2011.

BENTO XVI. **Sacramentum caritatis**. São Paulo: Paulinas, 2007.

BENTO XVI. **Saudação do Santo Padre diante da “Mariensäule”**. München, 9 set. 2006. Disponível em: <https://www.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/speeches/2006/september/documents/hf_ben-xvi_spe_20060909_speech-mariensaule.html> Acesso em: 5 jul. 2024.

BERRÍOS, F. La liturgia en el Concilio Vaticano II: bases, repercusiones y desafíos de una reforma. **Teología y vida**, v. 55, n. 3, p. 517-548, 2014.

BÍBLIA. Português. **Bíblia do Peregrino**. São Paulo: Paulus, 2006.

BISHOP, E. The genius of the roman rite. In: FLORES, J. J. **Introdução à teologia litúrgica**. São Paulo: Paulinas, 2006.

BOSELLI, G. **O sentido espiritual da Liturgia**. Brasília: Edições CNBB, 2014.

BOTTE, B. **O movimento litúrgico**. São Paulo: Edições Paulinas, 1978.

BUX, N. **La reforma liturgica del Concilio Vaticano II e la sua applicazione secondo Joseph Ratzinger/Benedetto XVI.** Disponível em: <<http://www.fondazioneratzinger.va/content/dam/fondazioneratzinger/contributi/Nicola%20Bux%20%20La%20riforma%20liturgica%20del%20Concilio%20Vaticano%20II%20e%20la%20sua%20applic>> Acesso em: 20 mai 2024.

CABAN, P. Scientific approach to the specific liturgical features in the pontificate of Pope Benedict XVI. **Ruch Biblijny i liturgiczny**, v. 63, n. 1, p. 31-41, 2010.

CABIÉ, R. A Eucaristia. In: MARTIMORT, A.G. **A Igreja em oração: Introdução à liturgia**, vol. 2, Petrópolis: Vozes, 1989.

CANTÓ, J.M., La eucaristia, sacramento del amor: La Exhortación Apostólica Sacramentum caritatis y su recepción en Aparecida. **Stromata**, v. 70, n. 1, p. 107-127, 2014.

CASEAU, B. A eucaristia no centro da vida religiosa das comunidades cristãs. In: BROUARD, M. (Org). **Eucaristia: enciclopédia da eucaristia**. São Paulo: Paulus, 2006.

CARDEDAL, O. G. Introducción a la edición española. In: RATZINGER, J. **El espíritu de la liturgia**. Madrid: Ediciones Cristiandad, 2001. p. 9-28.

CARDITA, A. O coração do Movimento Litúrgico: “Cinquenta anos antes” de *Sacrosanctum Concilium*, “cinquenta anos depois”. **Theologica**. n. 48, p. 229-255, 2013.

CATELAN, A.L. **O legado teológico de J. Ratzinger / Bento XVI**. 31 dez. 2022. Disponível em: <<https://www.vaticannews.va/pt/igreja/news/2022-12/o-legado-teologico-ratzinger-bento-xvi.html>> Acesso em: 05 jul. 2024.

CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA. Embu: Ave Maria; Petrópolis: Vozes; São Paulo: Paulinas; Paulus; Loyola, 1999.

CÓDIGO DE DIREITO CANÔNICO. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

COLA, G. C. **O sacramento-assembleia: Teologia mistagógica da comunidade celebrante**. Petrópolis: Editora Vozes; Rio de Janeiro: Editora PUC, 2020.

COMPÊNDIO do catecismo da Igreja Católica. Brasília: CNBB; São Paulo: Loyola: Editora Canção Nova, 2005.

CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ. **Instrução sobre alguns aspectos da “teologia da libertação”**. Roma, 6 ago. 1984. Disponível em: <https://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents/rc_con_cfaith_doc_19840806_theology-liberation_po.html> . Acesso em 12 Jul. 2024.

CONGREGAÇÃO PARA O CLERO E OUTROS DICASTÉRIOS DA CÚRIA ROMANA. De quibusdam quaestionibus circa fidelium laicorum cooperationem sacerdotum ministerium spectantem. CONGREGAÇÃO PARA O CLERO E OUTROS DICASTÉRIOS DA CÚRIA ROMANA, **Acta Apostolicae Sedis**, v. 89, p. 852-877, 1997.

CONGREGAÇÃO PARA O CULTO DIVINO E DISCIPLINA DO SACRAMENTO. De liturgia romana et inculturatione. In: CONGREGAÇÃO PARA O CULTO DIVINO E DISCIPLINA DO SACRAMENTO, *Acta Apostolicae Sedis*, v. 87, p. 288-314, 1995.

COMBLIN, J. **O povo de Deus**. São Paulo: Paulus, 2002.

CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II. Constituição *Sacrosanctum Concilium*. In: **Vaticano II**: mensagens, discursos e documentos. São Paulo: Paulinas, 2007. p.141-175.

CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II. Decreto *Unitatis redintegratio*. In: **Vaticano II**: mensagens, discursos e documentos. São Paulo: Paulinas, 2007. p. 259-276.

CORPS, M. G. L. El diácono y su participación en la misa: al soicaire de la exhortación Sacramentum Caritatis. **Teología y Catequesis**, v. 106, p. 165-186, 2008.

COSTA, B. O Movimento litúrgico e a redescoberta da qualidade teológica da liturgia: António Coelho e a dimensão teológica do Mistério celebrado. **Didaskalia**, n. XL, 2010. p. 135-156.

CUNHA, J.T. A Eucaristia e a missão da Igreja: uma reflexão sobre a Sacramentum Caritatis de Bento XVI. **Didaskalia**, v. 38, n. 2, p. 311-326, 2008.

DIDAQUÉ. In: **Padres apostólicos**. São Paulo: Paulus, 1995.

EGÉRIA, Itinerarium. In: GIRARDI, L. (Org). **Liturgia e partecipazione**: forme del coinvolgimento rituale. Padova: Edizioni Messaggero Padova, 2013.

EHRMAN, B.D. **The New Testament**: A historical introduction to the early Christian writings. New York: Orford University Press, 2012.

EUSÉBIO DE CESAREIA. **História eclesiástica**. São Paulo: Paulus, 2000.

FLORES, J. J. **Introdução á teologia litúrgica**. São Paulo: Paulinas, 2006

FRANCISCO. Mensagem XVII congresso litúrgico internacional. Magnano, 30 mai. 2019. Disponível em: < <https://www.vaticannews.va/pt/papa/news/2019-05/papa-liturgia-vida-ecclesial-mensagem-congresso-mosteiro-bose.html>> Acesso em: 7 ago. 2024.

GOENAGA, J.A. A vida litúrgico-sacramental da Igreja em sua evolução histórica. In. BOROBIO, D. (Org). **A celebração na Igreja I**: liturgia e sacramentologia fundamental. São Paulo: Edições Loyola, 1990.

GOENAGA, J. A., O pós-concílio. In. BOROBIO, D. (Org). **A celebração na Igreja I**: liturgia e sacramentologia fundamental. São Paulo: Edições Loyola, 1990.

GONZÁLEZ, L.F.A. Condición personales para la participación activa em la liturgia: a propósito del nº 55 de Sacramentum Caritatis. **Isidorianum**, n 41, p. 121-132, 2012.

GONZÁLEZ, J.C.A. El espíritu de la reforma litúrgica. **Cuestiones Teológicas**, v. 42, n. 97, p. 101-132, Jan/Jun, 2015.

GRILLO, A. Actiosa participatio: il vero fine dela reforma liturgica. **Pistis e Praxis**, v.4, n.2, p. 441-461, Jul./dez. 2012.

INÁCIO DE ANTIOQUIA. Inácio aos Efésios. In: **Padres apostólicos**. São Paulo: Paulus, 1995.

INÁCIO DE ANTIOQUIA. Inácio aos Magnésios. In: **Padres apostólicos**. São Paulo: Paulus, 1995.

INTRODUÇÃO geral sobre o missal romano. In: **As introduções gerais dos livros litúrgicos**. São Paulo: Paulus, 2003.

JERÔNIMO. **De viris illustribus**. Sevilha: Editorial Apostolado Mariano, 1999.

JERÔNIMO. Comentário a epístola aos Efésios. In: RATZINGER, J. **Opera omnia**. Brasília: Edições CNBB, 2019. p. 467-490.

JOÃO CRISÓSTOMO. Homilia sobre a primeira carta aos coríntios. In: JOÃO CRISÓSTOMO. **Comentário às cartas de são Paulo /2**. São Paulo: Paulus, 2018.

JOÃO PAULO II. Dominicae cenae. In: JOÃO PAULO II. **Acta Apostolicae Sedis**, v. 72, p. 113-148, 1980.

JOÃO PAULO II. Universi Dominici Gregis. In: JOÃO PAULO II. **Acta Apostolicae Sedis**, v. 85, p. 305-343, 1996.

JOÃO PAULO II. Vicesimus quintus annus. In: JOÃO PAULO II. **Acta Apostolicae Sedis**, v. 81, p. 897-918, 1989.

JOUNEL, P. Do concílio de Trento ao Vaticano II. In: MARTIMORT, A.G. **A Igreja em oração: Introdução à liturgia**, vol. 1, Petrópolis: Vozes, 1988.

JUNGSMANN, J.A. **Missarum sollemnia**: origens, liturgia, história e teologia da missa romana. São Paulo: Paulus, 2008.

JUSTINO. I Apologia. In: JUSTINO DE ROMA. **I e II Apologias e diálogo com Trifão**. São Paulo: Paulus, 1995.

KLOPPENBURG, B., Princípios de renovação litúrgica do Vaticano II. **Revista Eclesiástica Brasileira**, v.24, n.1, p. 3-42, 1964.

LATORRE, J. La asamblea liturgica en la bíblia. In: **Phase 54**, 1994, p. 3-20.

LEÃO, F.S. **A formação litúrgica no Brasil a partir da Sacrosanctum Concilium**. São Paulo, 2011. 170p. Dissertação. Faculdade de Teologia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

LEFEBVRE, M. **Do liberalismo à apostasia**: a tragédia conciliar. Rio de Janeiro: Editora Permanência, 1991.

LLOPIS, J. **La liturgia através de los siglos**. Barcelona: Centre de Pastoral Litúrgica, 1993.

MAERTENS, T. **Reúne o meu povo**: a assembleia cristã da teologia bíblica à pastoral do século XX. São Paulo: Edições Paulinas, 1977.

MARTÍN, J. L. **A liturgia da Igreja**: teologia, história, espiritualidade e pastoral. São Paulo: Paulinas, 2006.

MARTIMORT, A.G. Estrutura e leis da celebração litúrgica. In: MARTIMORT, A.G. **A Igreja em oração**: Introdução à liturgia, vol. 1, Petrópolis: Vozes, 1988.

MARSILI, S. **A eucaristia**: teologia e história da celebração. São Paulo: Edições Paulinas, 1987.

MARSILI, S. Liturgia: Experiência espiritual cristã primária. In: GOFFI, T. & SECONDIN, B. (Orgs). Problemas e perspectivas de espiritualidade. São Paulo: Loyola, 1992. p. 207-229.

MARUJO, A. **Bento XVI**: um perfil biográfico. São Paulo: Paulinas, 2007.

MELO, J.R. A participação da assembleia dos fiéis na celebração eucarística ao longo da história: e-volução ou in-volução. **Perspectiva Teológica**, v. 32, p. 187-220, 2000.

NEUNHAUSER, B. La relation entre le prêtre et les fidèles dans la liturgie de Pie V et celle de Paul VI. In: **L'assemblée liturgique et les différents rôles dans l'assemblée / Collectif**. - Roma: CLV-Edizioni Liturgiche, 1977, p. 239-252.

NOCENT, A. **La messa prima e dopo Pio V**. Casale Monferrato: Piemme, 1985.

MULLER, G. **Un culto conforme al logos divino**: la liturgia en el pensamiento teológico de Joseph Ratzinger/Benedicto XVI. Jan. 2013. Disponível em <https://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/muller/rc_con_cfaith_doc_20130128_madrid-muller_sp.html> Acesso em 06 out. 2023.

PADRÓS, J.G. **La liturgia desde dentro**: Romano Guardini, Joseph Ratzinger. Barcelona: CPL, 2018.

PAULO VI, Mensagem aos pobres, aos doentes, a todos que sofre. Vaticano, 8 dez. 1965. Disponível em: <https://www.vatican.va/content/paul-vi/pt/speeches/1965/documents/hf_p-vi_spe_19651208_epilogo-concilio-poveri.html> Acesso em: 15 jul. 2024.

PECKLERS, K.F., Accogli tutti gli ospiti come Cristo. In: MONTAN, A.; SODI, Manlio. **Actuosa participatio**: conoscere, comprendere e vivere la liturgia. Città del Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 2002.

PELLITERO, R. La eficacia transformadora de la eucaristia: Iglesia y existencia cristiana en la Exhortación postsinodal Sacramentum caritatis. **Scripta Theologica**, v. 40, n. 1, p. 107-124, 2008,

PIO V. **Quo primum tempore**. Roma, 14 jul. 1570. Disponível em: < <https://www.montfort.org.br/bra/documentos/decretos/quoprimum/>>. Acesso: 05 jan. 2024.

PIO VI. **Auctorem fidei**. Roma, 28 ago. 1794. Disponível em: < <https://www.vatican.va/content/pius-vi/it/documents/bolla-auctorem-fidei-28-agosto-1794.html> >. Acesso: 8 jan. 2024.

PIO X. Tra le sollecitudini. In: **Documentos sobre a música litúrgica**. São Paulo: Paulus, 2005.

QUASTEN, J. **Patrologia**. Madrid: Editorial Catolica, 1977.

RATZINGER, G., **Meu irmão, o papa**: da infância ao pontificado: um tocante relato sobre a vida de Bento XVI. São Paulo: Editora Europa, 2012.

RAHNER, K.; VORGRIMLER, H. Kleines Konzilskompedium. In: RATZINGER, J. **Opera omnia**. Brasília: Edições CNBB, 2019. p. 467-490.

RATZINGER, J. A questão acerca da estrutura da celebração eucarística. In: RATZINGER, J. **Opera omnia**. Brasília: Edições CNBB, 2019. p. 362-373.

RATZINGER, J. A transposição artística da fé. In: RATZINGER, J. **Opera omnia**. Brasília: Edições CNBB, 2019. p. 529-542.

RATZINGER, J. A vida cultural nas comunidades 15 anos depois do Concílio. In: RATZINGER, J. **Opera omnia**. Brasília: Edições CNBB, 2019. p. 623-628.

RATZINGER, J. Balanço e perspectivas. In: RATZINGER, J. **Opera omnia**. Brasília: Edições CNBB, 2019. p. 651-673.

RATZINGER, J. **Das Fest des Glaubens**: Versuche zur Theologie des Gottesdienstes. Einsiedeln, 1981.

RATZINGER, J. **Des Geist Liturgie**: Eine Einführung. Freiburg, 2000.

RATZINGER, J. Die künstlerische Transposition des Glaubens. In: **Internationalen Katholischen Zeitschrift Communio**, v.9, p. 148-157, 1980.

RATZINGER, J. Eucaristia: coração da Igreja. In: RATZINGER, J. **Opera omnia**. Brasília: Edições CNBB, 2019. p. 287-337.

RATZINGER, J. **Lembranças da minha vida**: autobiografia parcial (1927-1977). São Paulo: Paulinas, 2007.

RATZINGER, J. Liturgia, mutável ou imutável? In: RATZINGER, J. **Opera omnia**. Brasília: Edições CNBB, 2019. p. 609-622

RATZINGER, J. Liturgie – wandelbar oder unwandelbar? Fragen na Joseph Ratzinger. In: **Internationalen Katholischen Zeitschrift Communio**, v.6, p. 417-427, 1977.

RATZINGER, J. O desenvolvimento orgânico da liturgia. In: RATZINGER, J. **Opera omnia**. Brasília: Edições CNBB, 2019. p. 652-656.

RATZINGER, J. O Espírito da Liturgia. Uma introdução. In: RATZINGER, J. **Opera omnia**. Brasília: Edições CNBB, 2019. p. 27-194.

RATZINGER, J. O fundamento teológico da música sacra. In: RATZINGER, J. **Opera omnia**. Brasília: Edições CNBB, 2019. p. 467-490.

RATZINGER, J. **O novo povo de Deus**. São Paulo: Molokai, 2016.

RATZINGER, J. **O Sal da Terra**: o Cristianismo e a Igreja Católica no século XXI: um diálogo com Peter Seewald / Joseph Ratzinger. Rio de Janeiro: Imago, 2005.

RATZINGER, J. Os 40 anos da constituição sobre a Sagrada Liturgia: Retrospectiva e Perspectiva. In: RATZINGER, J. **Opera omnia**. Brasília: Edições CNBB, 2019. p. 685 -700.

RATZINGER, J. 40 Jahre Konstitution über die heilige Liturgie: Rückblick und Vorblick. **Liturgisches Jahrbuch**, v.53, n.3, p. 253-256.

RATZINGER, J. Prefácio ao primeiro volume dos meus escritos. In: RATZINGER, J. **Opera omnia**. Brasília: Edições CNBB, 2019. p. 13-16.

RATZINGER, J. **Rapporto sulla fede**: Vittorio Messori a colloquio com Joseph Ratzinger. [s.n]: Club della Famiglia, 1985.

RATZINGER, J. Zur theologischen Grundlegung der Kirchenmusik. In: FLECKENSTEIN, F. **Gloria Deo – Pax hominibus**: Festschrift zum 100 – jährigen Bestehen der Kirchenmusikschule Regensburg. Regensburg, 1974. p. 39-62.

REID, A. **The new Liturgical Movement after the Pontificate of Benedict XVI**. Minnesota. 14p. Church Music Association of America.

ROSSO, S. **Un popolo di sacerdote**: introduzione alla liturgia. Leumann: Elledici, 2007.

RUSSEL, H; BENDOTTI, A. The post-synodal apostolic exhortation: a liturgical commentary on Sacramentum Caritatis. **Pastoral Liturgy**, v. 37, p. 15-16, 2019.

RUSSO, R. Dom Lambert Beauduin. **Phase**, v.53, n.316, p. 375-381, Jul./Ago. 2013.

SANTANA, L.F.R. **Liturgia no Espírito**: o culto cristão como experiência do Espírito Santo na fé e na vida. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Reflexão, 2015.

SARTO, P. B. **Bento XIV**: o papa alemão. São Paulo: Molokai, 2019. V.I.

SARTO, P. B. **Bento XIV**: o papa alemão. São Paulo: Molokai, 2019. V.II.

SARTO, P.B. **La teologia de Joseph Ratzinger**: una introducción. Madrid: Ediciones Palabra, 2011.

SCICOLONE, I., **L'utilizzazione delle fonti nella riforma liturgica del Vaticano II**. Roma: Pontificio Instituto litúrgico, 1987.

SEEWALD, P. **Bento XVI**: a vida. São Paulo: Paulus, 2021. V.I.

SEEWALD, P. **Bento XVI**: a vida. São Paulo: Paulus, 2021. V.II.

SILVA, J.A. A celebração do mistério de Cristo ao longo da história: panorama histórico geral da liturgia. In: CELAM. **Manual de liturgia IV**: a celebração do mistério pascal: outras expressões celebrativa do mistério pascal e a liturgia na vida da Igreja. São Paulo: Paulus, 2007.

TESSORE, D. **Bento XVI**: Questões de fé, ética e pensamento na obra de Joseph Ratzinger. São Paulo: Claridade, 2005.

TOMÁS DE AQUINO. **Suma Teológica**. São Paulo: Loyola, 2003.

WEIGEL, G. **Testigo de esperanza**. Barcelona: Plaza e Janês, 1999.